

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo

Danielle Amorim Rodrigues

**MODULAÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SEGREGAÇÃO RACIAL:
Mecanismos Espaciais que Estruturam e Reproduzem Elementos das Práticas Racistas e
da Negritude no Brasil**

Belo Horizonte
202

Danielle Amorim Rodrigues

**MODULAÇÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA SEGREGAÇÃO RACIAL:
Mecanismos Espaciais que Estruturam e Reproduzem Elementos das Práticas
Racistas e da Negritude no Brasil**

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM) como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cassia Lucena Velloso

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

R696m

Rodrigues, Danielle Amorim.

Modulações da produção do espaço na segregação racial [manuscrito] : mecanismos espaciais que estruturam e reproduzem elementos das práticas racistas e da negritude no Brasil / Danielle Amorim Rodrigues. – 2020.

320f. : il.

Orientador: Rita de Cássia Lucena Velloso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço (Arquitetura) - Teses. 2. Racismo - Teses. 3. Segregação - Teses. 4. Exclusão social - Teses. 5. Estratificação social - Teses. 6. Arquitetura e sociedade - Teses. I. Velloso, Rita de Cássia Lucena. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 305.80981



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



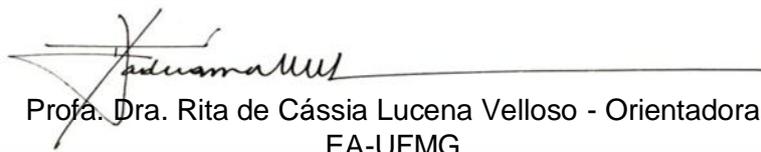
FOLHA DE APROVAÇÃO

Modulações da produção do espaço na segregação racial: mecanismos espaciais que estruturam e reproduzem elementos das práticas racistas e da negritude no Brasil

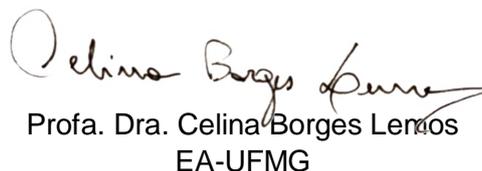
DANIELLE AMORIM RODRIGUES

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

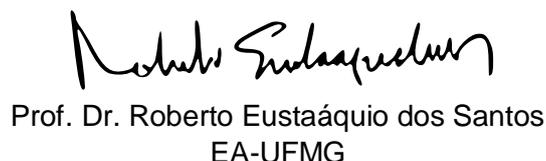
Aprovada em 23 de julho de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:



Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso - Orientadora
EA-UFMG



Profa. Dra. Celina Borges Lemos
EA-UFMG



Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos
EA-UFMG



MSc. Lisandra Mara Silva

Belo Horizonte, 23 de julho de 2020.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Brasil (FAPEMIG).

AGRADECIMENTO

Essa dissertação não é um produto de apenas duas mãos. Durante todo o seu desenvolvimento tive ajuda de muitas pessoas que fizeram com que essa experiência e seu resultado fossem recompensadores.

Agradeço a esta Universidade, pela oportunidade de crescimento e aprendizado, e seu corpo docente, que me acompanhou na graduação e na pós-graduação compartilhando comigo conhecimento e experiências.

Obrigada a minha orientadora de mestrado, a professora Rita Velloso, pelo empenho, apoio e confiança neste trabalho.

Obrigada também a professora Celina Borges, minha amiga e mestre na arquitetura e na vida.

Agradeço imensamente, aos meus pais, Luciane e Rogério, irmãos, Bernardo e Gabrielle, e amigos pelo apoio, torcida e incentivo constantes.

Não esqueço também do contínuo auxílio da FAPEMIG, que tornou possível esse trabalho e minha dedicação a ele. Obrigada!

Por fim, agradeço a cada profissional da saúde, do transporte, técnicos, jornalistas, agricultores, garis e tantos outros essenciais que, em uma época tão difícil para o país e para o mundo com a pandemia do COVID-19, me possibilitaram ser uma das pessoas que puderam estar em casa e produzir os estudos aqui apresentados.

Dedico a todos esses personagens este trabalho, e agradeço a cada um que cruzou e me ajudou nessa trajetória.

Muito obrigada!

Danielle Amorim

Segundo Guimarães (1999, p.13), a sociedade brasileira pode ser interpretada como uma sociedade estamental, ou seja, uma sociedade que vive uma transição entre raça e classe, e, portanto, o racismo brasileiro está umbilicalmente ligado a uma estrutura estamental que o naturaliza, e não à estrutura de classes, como se pensava.(GARCIA, 2009. p. 71)

RESUMO

Esta dissertação investiga o papel da produção do espaço na construção, manutenção e fissura do sistema racista e de exclusão social no Brasil. A ideia é que este trabalho identifique e ilumine a contraditória potencialidade do espaço de poder ser instrumentalizado como um forte combustível das práticas racistas, e, simultaneamente, como uma engrenagem de combate e resistência às mesmas. Para cumprir tal objetivo, o texto está organizado em três setores de análise que têm estratégias distintas de leitura e compreensão da relação da produção do espaço e das práticas racistas no país. Primeiramente, estuda-se a epistemologia por trás da produção do espaço e suas dimensões (prática espacial, representação do espaço, e espaço de representação), baseada, principalmente, em Henri Lefebvre (2006). Nesta perspectiva, se compreende o espaço como produto e condição de produção dos diversos sistemas sociais, o que, no caso do Brasil, inclui: o Sistema Capitalista e sua desigualdade social interseccional (composta por uma tríade de opressões: racismo, sexismo e desigualdade de classes); e as lutas sociais que este contexto de separação social desperta. Para comprovar essa relação dicotômica, esta dissertação apresenta, na sequência, uma linha do tempo detalhada (do século XVI até os dias atuais) das histórias, paralelas, do racismo e do Movimento Negro no Brasil com o foco no espaço. Ou seja, não só essas histórias estão correlacionadas, como também o espaço se apresenta como objeto de estudo de ambas, o que faz compreender o processo dessas construções sociais e o papel da produção do espaço em cada uma delas. Logo, a partir de inúmeros autores e historiadores importantes da história do racismo no Brasil, análises, fatos, teorias e espacialidades se tornam discussões profundas do espaço como um instrumento primordial na construção das práticas racistas e, simultaneamente, como também seu principal mecanismo de enfraquecimento. Em última análise, relaciona-se essas duas etapas - a epistemologia urbana e sociológica com a linearidade histórica e seus aspectos sociais subterrâneos - o que demonstra que a produção do espaço, essencialmente, muda seu sentido de construção social a partir do agente que a manipula e suas estratégias de uso (institucional, simbólico e individual). Portanto, se apresenta uma construção analítica de quais seriam esses mecanismos espaciais e suas formas de uso de acordo com a lógica racista ou não. Neste sentido, a produção do espaço se revela, comprovadamente, protagonista da construção e reprodução das mais diversas relações sociais existentes. No caso das práticas racistas e, contrariamente, no caso das relações democráticas no Brasil, este trabalho demonstra e identifica como o espaço é, constantemente, instrumentalizado para suas construções, manutenções e renovações. Cada um desses processos empíricos representa uma reflexão

importante do papel dos agentes do espaço, como os arquitetos urbanistas. É necessário pensar em suas devidas responsabilizações passadas e o reconhecimento de seus papéis, inquestionáveis, nas produções futuras de espacialidades que evitem alimentar a segregação racial, e que, de fato, consolidem a democracia plena no Brasil, hoje ainda travada pelo racismo estrutural.

Palavras-chaves: Produção do Espaço. Práticas Racistas. Segregação. Manutenção. Fissura. Cotidiano.

ABSTRACT

This dissertation investigates the role of the production of space in the construction, maintenance, and cracking of the racist and social exclusion system in Brazil. This work aims to identify and illuminate the contradictory potential of the space to be used as a strong fuel for racist practices, and, simultaneously, as a combat gear and resistance to these practices. To achieve this goal, the text is organized into three sections of analysis that have different strategies for reading and understanding the relationship between the production of space and racist practices in the country. First, we study the epistemology behind the production of space and its dimensions (spatial practice, representation of space, and representational space), based on Henri Lefebvre (2006). In this perspective, space is understood as a product and condition of production of different social systems, which includes, in the case of Brazil: The Capitalist System and its intersectional social inequality (composed of a triad of oppressions: racism, sexism, and inequality of classes); and the social struggles that this context of social separation promotes. In sequence, this dissertation presents proof of this dichotomous relationship with a detailed timeline (from the 16th century to the present day) about the parallel stories of racism and the Black Movement in Brazil with a focus on space. Thus, these stories were correlated and space became the object of study for both, which made it possible to understand the process of these social constructions and the role of the production of space in each one. Therefore, analysis, facts, theories, and spatialities have become in-depth discussions based on countless important authors and historians of the history of racism in Brazil. These studies also provided assistance in the process of understanding space as a primary instrument in the construction of racist practices and, concurrently, as the main weakening mechanism. Ultimately, these two parts of analysis were connected - urban and sociological epistemology with historical linearity and its underground social aspects - which demonstrated that changing the agent that manipulates the production of space and its use strategies (institutional, symbolic and individual) essentially changes the direction of social construction. Therefore, it presents an analytical construction of what these spatial mechanisms would be and their forms of use according to racist logic or not. In this sense, the production of space proves to be a protagonist in the construction and reproduction of the most different social relations. In the case of racist practices and, conversely, in the case of democratic relations in Brazil, this work demonstrates and identifies how space is constantly being used as a tool for its construction, maintenance and renovation. Each of these empirical processes represents an important reflection of the role of space agents, such as urban planners and architects. It is necessary to think about their due past

responsibilities and the recognition of their unquestionable roles in the future production of spatialities that avoid feeding racial segregation, and, consolidate full democracy in Brazil, which is still limited by structural racism.

Keywords: Production of Space. Racist Practices. Segregation. Maintenance. Fissure. Everyday life

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1- Planta de um navio negreiro medida através da escala humana e seus possíveis deslocamentos pelo espaço..... | 62 |
| FIGURA 2- Porta do Não-Retorno em Ajudá, África..... | 63 |
| FIGURA 3- Trabalho Escravo em uma Lavoura..... | 66 |
| FIGURA 4- Ilustração dos chamados “tigres”, escravos responsáveis por recolher e despejar dejetos domésticos, ou seja, realizar o trabalho de “saneamento” urbano..... | 67 |
| FIGURA 5- Tela Quilombo Palmares – Augustus Earle, 1793-1838..... | 72 |
| FIGURA 6- A Guerra dos Palmares – Óleo de Manuel Vítor, 1955..... | 72 |
| FIGURA 7- (1) Dança Popular do Grupo Étnico Bacuba em Ifuta, entre 1909 e 1927. (2) Terno de Marinheiro Fazendo O Trança Fita para Homenagear Família Chatão (tradicionalmente rei e rainha do Congo). Uberlândia, 2003..... | 76 |
| FIGURA 8- Ribeira das Naus na Bahia..... | 79 |
| FIGURA 9- Porto de Construção de Navios no Ribeira das Naus na Bahia..... | 79 |
| FIGURA 10- Quadro de um pintor abolicionista que retrata o momento de compra de escravas, negras, em um mercado no Rio de Janeiro. “Inspeção de negras recentemente desembarcadas da África”..... | 80 |
| FIGURA 11- Praça da Harmonia e o Mercado do Valongo, 1908 no Rio de Janeiro..... | 81 |
| FIGURA 12- Cais do Valongo no Rio de Janeiro..... | 81 |
| FIGURA 13- Praça XV, no Rio de Janeiro..... | 82 |
| FIGURA 14- Escravos reunidos em uma fazenda de café no Brasil em 1885..... | 83 |
| FIGURA 15- Cidade de São João Del Rei que integrava o ciclo do ouro na região de Minas Gerais no século XVIII. Aglomeração urbana de estrutura escravista..... | 85 |
| FIGURA 16- Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na cidade de Salvador, Bahia, em 1937..... | 89 |
| FIGURA 17- População do Sertão da Bahia – Guerra de Canudos..... | 99 |
| FIGURA 18- Tela: A Redenção de Cam – Pintura de Modesto Brocos de 1895, que ilustra o branqueamento da população. Demonstra gerações cada vez mais brancas e o nascimento de um bebê branco como algo positivo, a ser agradecido..... | 105 |
| FIGURA 19- Capa e artigo principal do Jornal Voz da Raça em 13/05/1933, data em que a abolição da escravidão comemorava 45 anos. Título do Artigo: Liberdade Utópica, que inicia a discussão da real completude da abolição e a permanência das práticas racistas até aquele momento..... | 124 |
| FIGURA 20- Anúncios de: prestação de serviço; reunião de um dos Movimentos Negros; e comemoração da data, no Jornal Voz da Raça em 13/05/1933, data em que a abolição da escravidão completava 45 anos..... | 125 |
| FIGURA 21- Propagandas e Anúncios da vida cotidiana dos negros no Jornal O Clarim da Alvorada em 13/05/1924, data em que a abolição da escravidão comemorava 36 anos. (1) Propaganda da prática da homeopatia, medicina alternativa que se vincula às práticas tradicionais da medicina africana. (2) Dados do cotidiano: aniversários e falecimentos..... | 126 |
| FIGURA 22- Teatro Experimental Negro, dirigido por Abdias do Nascimento..... | 129 |
| FIGURA 23- Obra de Heitor dos Prazeres, Roda de Samba (1965), que retrata o samba em sua origem no Brasil através de personagens negros e humildes..... | 132 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 24- Obra de Pedro Paulo Leal, sem dados, que provavelmente retrata, a partir do reconhecimento das vestimentas e da espacialidade, uma manifestação religiosa de origem africana e personagens negros..... | 132 |
| FIGURA 25- Obra de Cândido Portinari, Cabeça de Negro (1934). Este retrato apresenta um negro com traços expressivos e uma estrutura física estereotipada, com físico “avantajado”, boca expressiva, força e proximidade com o campo, possível e comum local de trabalho desse personagem..... | 133 |
| FIGURA 26- Praça Onze, Rio de Janeiro..... | 134 |
| FIGURA 27- Carnaval na Praça Onze, Rio de Janeiro até 1930..... | 134 |
| FIGURA 28- Casa Branca em Dia de Festa, 1985..... | 135 |
| FIGURA 29- Cafua que Existiu nas Proximidades da Área Central de Belo Horizonte, no Sopé da Serra do Curral..... | 143 |
| FIGURA 30- Cortiço da Rua do Senado no Rio de Janeiro Visto por Dentro..... | 143 |
| FIGURA 31- Construções Irregulares na Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro na década de 1950..... | 144 |
| FIGURA 32- Favela Morro do Pinto, Rio de Janeiro..... | 145 |
| FIGURA 33- Obra de Alargamento da Rua da Carioca em 1905..... | 149 |
| FIGURA 34- Início do Primeiro Desmonte da Favela do Morro do Castelo para a Construção da Avenida Central em 1904 no Rio de Janeiro..... | 150 |
| FIGURA 35- Charge – “Descendo o Castello”..... | 150 |
| FIGURA 36- Ilha de Presos na Ilha das Cobras Pós-revolta da Vacina..... | 151 |
| FIGURA 37- Estalagem Existente nos Fundos da Rua Senado no Rio de Janeiro..... | 152 |
| FIGURA 38- Anúncio das Reformas Urbanas do Rio de Janeiro..... | 152 |
| FIGURA 39- Exemplo de Vila Operária em São Paulo. Implantação da Vila Operária Maria Zélia da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, no bairro operário do Belenzinho, SP. O projeto abrangia 200 residências e inúmeros equipamentos coletivos como: creche, igreja, grupo escolar, farmácia, médico, dentista, armazém, entre outros..... | 154 |
| FIGURA 40- Vista da Vila Operária Maria Zélia, SP..... | 155 |
| FIGURA 41- Sede da Frente Negra Brasileira em São Paulo publicado no Jornal <i>Chicago Defender</i> dos Estados Unidos..... | 158 |
| FIGURA 42- Desfile do Salgueiro na Avenida Presidente Vargas, com o “Tema Xica da Silva”..... | 160 |
| FIGURA 43- Quilombo do Leblon no Início do Século XX..... | 161 |
| FIGURA 44- Propaganda Krespinha (Esponja de Aço) – 1952..... | 170 |
| FIGURA 45- Propaganda de Pó Tonalizante da Colgate..... | 170 |
| FIGURA 46- Charge do Personagem Jeca Tatu – negro, roceiro e preguiçoso - de 1930..... | 172 |
| FIGURA 47- Pôster do Filme “ Alô Amigos ” em 1942. Zé Carioca Apresenta Cachaça para o Pato Donald..... | 175 |
| FIGURA 48- Propaganda de Sambas e Eventos de Samba Brasileiros..... | 176 |
| FIGURA 49- Propaganda Santa Maria <i>Tour</i> , Rio de Janeiro. 2015..... | 177 |
| FIGURA 50- Propaganda de Favelas como Turismo e Negócios, Rio de Janeiro. 2015..... | 178 |
| FIGURA 51- Charge sobre a Manipulação Institucional e Privada na Dinâmica de Guerra às Drogas..... | 184 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 52- Charge sobre os Agentes Potencializadores da Violência Urbana no Brasil..... | 184 |
| FIGURA 53- Charge sobre a Presença dos Policiais no dia-a-dia das Populações de Favelas e Comunidades.... | 185 |
| FIGURA 54- Vista de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) implantada no Rio de Janeiro desde 2008, com o objetivo de instalar polícias comunitárias no dia-a-dia da população como tentativa de garantir a segurança. Infelizmente, esse projeto trouxe outros problemas, como: controle excessivo, privação cultural, e constantes conflitos entre policiais, traficantes e milicianos..... | 186 |
| FIGURA 55- Gráfico de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos 2000. (mapa 1) para Brancos (mapa 2) para Negros..... | 198 |
| FIGURA 56- Lançamento do Movimento Negro Unificado na Escadaria do Theatro Municipal de São Paulo..... | 215 |
| FIGURA 57- Imagem do Ato de Lançamento do MNU em 1978..... | 216 |
| FIGURA 58- Movimento Negro Unificado nos anos da Ditadura Militar em Manifestação na Praça Ramos de Azevedo..... | 217 |
| FIGURA 59- Marcha Zumbi na capital do país, Brasília, em 1995..... | 218 |
| FIGURA 60- Algumas páginas da Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos , publicada em 2004..... | 220 |
| FIGURA 61- Movimento de valorização e incentivo para que as mulheres assumam os cabelos cacheados, característica física associada às pessoas negras..... | 221 |
| FIGURA 62- Movimento “ Meu Turbante é Minha Coroa ”. Movimento que incentiva e valoriza o uso do turbante no dia-a-dia, acessório símbolo da cultura negra na luta pelos direitos civis. A ideia é propagar o símbolo como algo além de um acessório étnico, para um acessório <i>fashion</i> e cotidiano..... | 222 |
| FIGURA 63- Anúncio da Escola de Samba Quilombo: A Árvore que Não Esqueceu a Raiz..... | 224 |
| FIGURA 64- Mobilização pelo Direito à Moradia e à Cidade..... | 224 |
| FIGURA 65- <i>Baile Soul</i> dos anos de 1970..... | 226 |
| FIGURA 66- Duelo de MCs no Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte..... | 227 |
| FIGURA 67- Festa Popular de Iemanjá..... | 228 |
| FIGURA 68- Infográfico dos números de comunidades quilombolas nos estados brasileiros..... | 229 |
| FIGURA 69- Quilombo Mangueiras em BH..... | 230 |
| FIGURA 70- Reunião de Moradores no Quilombo Mangueiras..... | 230 |
| FIGURA 71- Divulgação do BNH, seus objetivos, propostas e ideais..... | 243 |
| FIGURA 72- Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos (região metropolitana de São Paulo). Esse conjunto foi um dos exemplos das construções financiadas pelo BNH, em 1967..... | 244 |
| FIGURA 73- Desmonte dos Barracos Durante o Processo de Remoção dos Moradores da Favela da Catacumba em 1970..... | 245 |
| FIGURA 74- Títulos de Reportagens, seguido de alguns trechos de artigos jornalísticos, atuais, que noticiam desapropriações principalmente de ocupações vulneráveis para a execução de obras nas respectivas cidades..... | 246 |
| FIGURA 75- Unidades habitacionais do Parque Jardim São Paulo, entregues pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Luziânia, Goiás..... | 247 |
| FIGURA 76- Vista da Favela da Praia Padre Pinto no Leblon, Rio de Janeiro em 1969..... | 248 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 77- Caminhão Pipa do Departamento de Bairros Populares Fornecendo Água para as Comunidades..... | 249 |
| FIGURA 78- Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, a maior favela do Brasil com cerca de 100 mil habitantes..... | 250 |
| FIGURA 79- Foto do Condomínio de Luxo, Alphaville, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aproximadamente R\$ 500,00/m ² do lote, e R\$ 6000,00/m ² construído..... | 252 |
| FIGURA 80- Casas da Favela de Paraisópolis e edifício de luxo no Morumbi, em São Paulo, separados por um muro..... | 254 |
| FIGURA 81- Moradores de Rua na Praça da Sé, em São Paulo..... | 257 |
| FIGURA 82- Manifestação da Parada LGBTI no Rio de Janeiro. Ocupação das diversas avenidas que compõe a orla da cidade..... | 257 |
| FIGURA 83- Ocupação Tina Martins em Belo Horizonte. Ocupação de uma residência em região nobre da cidade com o intuito de lutar pelos direitos das mulheres e fornecer abrigo..... | 258 |
| FIGURA 84- Manifestação motivada pela indignação do assassinato da vereadora, negra, Marielle Franco (PSOL). Ocupação de uma das principais avenidas e espaços públicos, nobres, da cidade de São Paulo..... | 259 |
| FIGURA 85- Projeto da cidade de Belo Horizonte, de levar a arte do grafite para os diversos edifícios verticais do centro. Grafite: Híbrida Astral – Guardiã Brasileira, de autoria da artista mineira, Criola, que retrata a mulher negra, a origem do povo brasileiro e a espiritualidade desses povos..... | 260 |
| FIGURA 86- Ocupação das calçadas do centro da cidade por camelôs, ambulantes e artesãos em Belo Horizonte..... | 261 |
| FIGURA 87- A tradicional “disputa nervosa” do grupo “ Lá da Favelinha ” como uma das atrações da edição do “Viva a Rua” de Minas Gerais. Festival organizado para eventos culturais na ocupação de ruas importantes nas cidades..... | 263 |
| FIGURA 88- Carnaval da Rua de Belo Horizonte. Ocupação da Praça Sete, principal cruzamento no centro da cidade..... | 264 |
| FIGURA 89- Baile da Gaiola no Rio de Janeiro, um dos principais Bailes Funks do Brasil..... | 265 |

LISTA DE GRÁFICOS

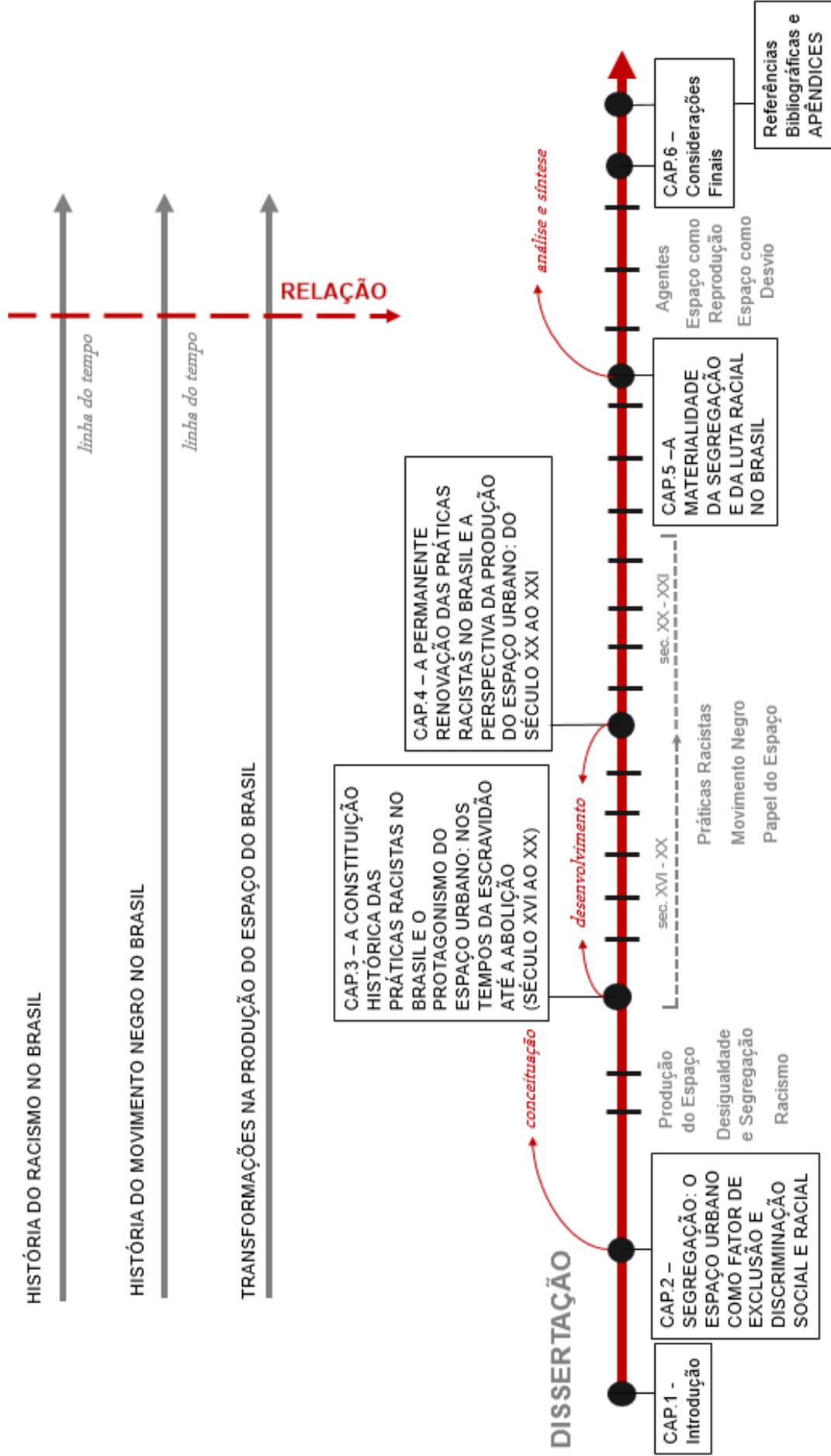
| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 1- Síntese das Dimensões Espaciais segundo Henri Lefebvre (2006)..... | 27 |
| GRÁFICO 2- Síntese das Funções do Espaço segundo Henri Lefebvre (2006)..... | 30 |
| GRÁFICO 3- Síntese da Produção do Espaço segundo Henri Lefebvre (2006)..... | 32 |
| GRÁFICO 4- Análise Gráfica do Sistema Capitalista segundo Henri Lefebvre (2006), Rafael Marquese (2013) e Carlos Alberto Vieira (2016)..... | 35 |
| GRÁFICO 5- Síntese da Relação entre Sistema Capitalista e Espaço Urbano..... | 39 |
| GRÁFICO 6- Representação da Ideia de Interseccionalidade segundo Ângela Davis (2016)..... | 41 |
| GRÁFICO 7- Síntese do Conceito de Racismo e sua estruturação conceitual..... | 44 |
| GRÁFICO 8- Associação Gráfica entre Racismo e Desigualdade de Classes..... | 49 |
| GRÁFICO 9- Associação Gráfica entre Racismo e Sexismo..... | 52 |
| GRÁFICO 10- Interseccionalidade de Opressões..... | 53 |
| GRÁFICO 11- Síntese da Construção da Escravidão..... | 64 |
| GRÁFICO 12- Análise Gráfica do Papel da Produção do Espaço na Construção e Brecha do Sistema Escravista..... | 91 |
| GRÁFICO 13- Mentalidade Fluvial do Branqueamento e da Hierarquia de Raças segundo Lilia Schwarcz (2012)..... | 103 |
| GRÁFICO 14- Compreensão da Construção dos Valores Sociais e das Práticas Racistas Depois do Fim da Escravidão em 1888..... | 110 |
| GRÁFICO 15- Compreensão da Construção dos Valores Sociais, das Práticas Racistas e das Políticas Públicas Depois do Fim da Escravidão em 1888..... | 121 |
| GRÁFICO 16- Diagrama síntese do processo de exclusão x inclusão social dos negros a partir do assistencialismo e da imprensa negra, principais veículos de força do Movimento Negro institucionalizado do século XX..... | 130 |
| GRÁFICO 17- Síntese da Construção do Racismo na Atualidade – Novas Práticas..... | 165 |
| GRÁFICO 18- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil..... | 167 |
| GRÁFICO 19- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil - Mídia..... | 173 |
| GRÁFICO 20- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Turismo.... | 179 |
| GRÁFICO 21- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Sistema Político Brasileiro..... | 182 |
| GRÁFICO 22- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Esfera Pública e Privada..... | 191 |
| GRÁFICO 23- Gráfico da Composição Racial da População Abaixo da Linha de Pobreza entre os anos de 1980 a 2000..... | 195 |
| GRÁFICO 24- Gráfico de Rendimento Médio do Trabalho Principal nos anos 2000..... | 195 |
| GRÁFICO 25- Gráfico da Taxa de Precarização do Trabalho dos anos 2000..... | 196 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 26- Gráfico da Taxa de Informalidade nos anos 2000..... | 196 |
| GRÁFICO 27- Gráfico do Número de Crianças entre 10 e 14 anos que Ocupam o Mercado de Trabalho entre 1993 e 2000..... | 197 |
| GRÁFICO 28- Gráfico da Taxa de Analfabetismo entre os anos de 1950 a 2000 da População de 15 anos ou mais..... | 197 |
| GRÁFICO 29- Síntese da Construção da Relação Complementar entre Racismo e Desigualdade de Classes no Brasil..... | 201 |
| GRÁFICO 30- Gráfico da População Economicamente Ativa do Brasil em 2000..... | 202 |
| GRÁFICO 31- Gráfico de Taxa Líquida de Escolaridade no 2º Grau da População Brasileira Segundo Grupos de Raça/Cor e Sexo no Brasil de 1980 a 2000..... | 202 |
| GRÁFICO 32- Tabela de Razão de Mortalidade a cada 100 mil Habitantes no Brasil dos anos 2000 a 2002..... | 203 |
| GRÁFICO 33- Construção Gráfica da Relação Complementar entre Racismo e Sexismo no Brasil..... | 204 |
| GRÁFICO 34- Resultados da Política de Cotas do Brasil. O acesso de pretos e pardos às unidades de ensino superior aumentou cerca de 500% e 350%, respectivamente, até 2014..... | 219 |
| GRÁFICO 35- Diagrama Movimento e Manifestações Sociais contemporâneas, segundo a leitura de Ilse Scherer-Warren (2014). | 225 |
| GRÁFICO 36- Diagrama Movimento e Manifestações Sociais contemporâneas, segundo a leitura de Ilse Scherer-Warren (2014) e a análise do Movimento Negro na atualidade..... | 232 |
| GRÁFICO 37- Diagrama da Metrópole Fragmentada e seus diversos vetores..... | 238 |
| GRÁFICO 38- Diagrama das cidades contemporâneas brasileiras..... | 239 |
| GRÁFICO 39- Diagrama síntese da produção do espaço e os diversos usos e sistemas que se relacionam..... | 262 |
| GRÁFICO 40- Diagrama síntese da produção do espaço e suas dimensões atuais no Brasil..... | 267 |
| GRÁFICO 41- Representação da Tríade de Construção da Desigualdade Social do Brasil..... | 272 |
| GRÁFICO 42- Representação das Tríades e Relações de Construção da Desigualdade Social do Brasil..... | 273 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 19 |
| 2 | SEGREGAÇÃO: O ESPAÇO URBANO COMO FATOR DE EXCLUSÃO E DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E RACIAL..... | 26 |
| 2.1 | Espaço como elemento constituinte e dinamizador da segregação social..... | 26 |
| 2.2 | Compreensão da segregação social no contexto do desenvolvimento urbano: a interseccionalidade e a especificidade da raça como uma forma de opressão..... | 40 |
| 2.2.1 | <i>As interações sociais e os principais conceitos que envolvem o racismo: sua construção teórica e o caso brasileiro.....</i> | <i>42</i> |
| 2.2.2 | <i>Dimensão racial das classes sociais no Brasil.....</i> | <i>48</i> |
| 2.2.3 | <i>Dimensão racial da sexualidade no Brasil.....</i> | <i>49</i> |
| 3 | A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS PRÁTICAS RACISTAS NO BRASIL E O PROTAGONISMO DO ESPAÇO URBANO: NOS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO ATÉ A ABOLIÇÃO (SÉCULO XVI AO XX)..... | 54 |
| 3.1 | Racismo de Origem – Século XVI ao XIX..... | 54 |
| 3.2 | A origem do Movimento Negro..... | 69 |
| 3.3 | O papel do espaço no Sistema Escravista..... | 77 |
| 3.4. | A “Semi-Abolição” e o Movimento Negro Abolicionista: O eterno século XIX..... | 92 |
| 3.5 | As primeiras transformações dos valores sociais racistas pós-abolição no Brasil: a transição entre o século XIX e XX..... | 99 |
| 3.5.1 | <i>O racismo na perspectiva científica.....</i> | <i>99</i> |
| 3.5.2 | <i>Teoria do Branqueamento.....</i> | <i>105</i> |
| 3.5.3 | <i>Teoria de Classes.....</i> | <i>108</i> |
| 4 | A PERMANENTE RENOVAÇÃO DAS PRÁTICAS RACISTAS NO BRASIL E A PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO SÉCULO XX AO XXI..... | 111 |
| 4.1 | Das práticas racistas e políticas públicas: o projeto (secreto) de nação e a Teoria do Nacionalismo <i>Racializado</i> | 111 |
| 4.1.1 | <i>O Mito da Democracia Racial (1930) e o Projeto Unesco (1950).....</i> | <i>116</i> |
| 4.2 | Reposicionamento social, cultural e político do Movimento Negro..... | 122 |

| | | |
|----------|---|----------------|
| 4.3 | O papel do espaço na readaptação das práticas racistas nas primeiras sete décadas pós-abolição (1888-1950)..... | 136 |
| 4.4 | A constituição e a eficácia dos novos sistemas na transição entre o século XX e XXI: a revisão da teoria..... | 162 |
| 4.4.1 | <i>O “jeitinho” brasileiro como propaganda racista</i> | 168 |
| 4.4.2 | <i>O turismo e os negros como objeto de consumo</i> | 174 |
| 4.4.3 | <i>O Sistema Político como um dos elementos estruturadores do racismo institucional</i> | 179 |
| 4.4.4 | <i>Nas entrelinhas do jogo entre o público e o privado</i> | 186 |
| 4.5 | Os mecanismos de reprodução do racismo na atualidade no Brasil..... | 191 |
| 4.5.1 | <i>Os números da dimensão racial das classes sociais</i> | 194 |
| 4.5.2 | <i>Os números da dimensão racial da sexualidade</i> | 201 |
| 4.6 | O reconhecimento do Movimento Negro..... | 213 |
| 4.7 | O papel do espaço nas engrenagens das práticas racistas nos últimos 70 anos (1950-2020)..... | 232 |
| 5 | A MATERIALIDADE DA SEGREGAÇÃO E DA LUTA RACIAL NO BRASIL..... | 268 |
| 5.1 | Os agentes mantenedores da opressão: Instituição, Indivíduo e Símbolo..... | 268 |
| 5.2 | Os mecanismos espaciais de reprodução das práticas racistas e de segregação..... | 273 |
| 5.3 | Espaço como desvio: estratégias espaciais de fissura do sistema de segregação social e racial..... | 285 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 295 |
| | REFERÊNCIAS | 301 |
| | APÊNDICE I..... | 316-317 |
| | APÊNDICE II..... | 318-319 |



1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação discute o papel da produção do espaço urbano, e suas dimensões, na construção, manutenção e ruptura das práticas racistas no Brasil em uma perspectiva histórica com destaque para seus reflexos na atualidade. A escolha desse tema surgiu por inúmeros motivos pessoais e profissionais. Primeiramente, toda minha trajetória de pesquisa na graduação¹ me levou a compreender e a me interessar por uma arquitetura social, ou seja, me despertou uma inquietude em compreender a relação entre o espaço e as diversas dimensões sociais. Neste caminho, aprendi que o espaço apresenta uma materialidade complexa que é preenchida por inúmeros vetores sociais que se relacionam nele e com ele. Dessa forma, mais que espaços, a arquitetura, enquanto disciplina, produz e reproduz relações sociais, políticas, históricas, culturais, entre outras.

Essa relação, social-espacial, sempre me motivou a pesquisar, e os casos mais complexos de estruturação social aguçam ainda mais meu interesse. Seguindo essa linha, me interessei enormemente em trabalhar com a investigação do papel do espaço nas relações sociais e de poder, cristalizadas ao longo da história através de construções cotidianas de ideologias, teorias e determinismos. A segregação social, sua hierarquia e relações de poder, é um exemplo disso, e segundo Antônia Garcia (2009), cientista social, ela também está diretamente conectada com a segregação espacial².

Dentre as diversas esferas que compõem a segregação social, o racismo constitui no tema que mais me inspirou a estudar, uma vez que não revela explicitamente, no contexto brasileiro, sua dimensão espacial. Em outras palavras, a ligação do racismo com o espaço muitas vezes não é muito clara. No caso do Brasil, o caráter racial do espaço se institui constantemente apagado em justificativas econômicas e através das desigualdades de classes, o que provoca, muitas vezes, o não reconhecimento deste (PACHECO, 2013).

¹ Nos primeiros anos de curso, foquei as minhas pesquisas na relação entre a arquitetura e a política, e produzi a monografia: **“O Nazismo e As Questões da Cultura, da Arte e da Arquitetura no Período Entre Guerras: A Estética como Libelo da Vontade de Poder”**, projeto realizado em 2015 no Programa de Educação Tutorial (PET) Arquitetura. Esse estudo tinha como objetivo entender como a potencialidade da relação entre espaço e sociedade poderia ser explorada, e até instrumentalizada, para a conquista e a manutenção de relações de poder impositivas. Depois de um tempo, essa pesquisa me fez buscar uma nova perspectiva da relação entre o espaço e a sociedade/ política, ou seja, me aprofundar no estudo da possibilidade de o espaço também ser um instrumento de relações sociais democráticas e horizontais, e como isso se materializaria. Diante disto, ao final da minha graduação, realizei meu Trabalho de Conclusão de Curso, 2017, com o tema de: **“Proposta de um Espaço de Governo Democrático: Repensando o Centro Administrativo de Belo Horizonte”**.

² Segregação social foi definida pela autora como um processo de separação, estratificação e distanciamento social. Por isso, esta seria uma construção social associada a diversas instâncias, e principalmente, à segregação urbana, pois a segregação espacial promove a separação e o posicionamento de grupos sociais, e, conseqüentemente, o distanciamento das relações sociais entre eles.

Além dessas motivações, a escolha desse tema se deu pela sua relevância e urgência na sociedade brasileira contemporânea. Isso acontece, pois o racismo ainda se projeta, estruturalmente, nas diversas relações sociais no Brasil e envolve vários âmbitos da sociedade de maneira visceral, como os aspectos: político, cultural, econômico, social, e a camada espacial (GOMES, 2019). Mais ainda, este se configura em um sistema de práticas sociais que se renovam a cada dia nas experiências cotidianas. Por esses motivos, o tema se torna essencialmente importante, com destaque para a necessidade imediata de compreendermos nossa responsabilidade neste sistema como cidadãos e, no caso, como arquitetos, construtores de espaços e de relações sociais.

Esta última justificativa ressalta o principal foco desta dissertação: *o papel do espaço nas práticas racistas no país*. É importante compreender essa perspectiva, por dois motivos. O primeiro deles se vincula a minha formação em Arquitetura e Urbanismo, portanto, esse é o campo que tenho propriedade e recursos para trabalhar e construir uma análise crítica sobre. Além disso, reconheço meu lugar como mulher, branca e de classe média, o qual me possibilita apropriar do tema do racismo até o limite de onde minhas experiências alcançam, como: no estudo do espaço; baseando-me na minha vivência cultural; e como crítica à minha posição estrutural, muitas vezes, como opressora e privilegiada dentro desse sistema. Reitero ainda, que não é minha intenção invadir um lugar de fala o qual eu não pertencço, e que devo total respeito pela dimensão histórica e de luta dos negros. Não pretendo, de maneira nenhuma, torna-los objetos de pesquisa e nem ao menos falar por eles, e me comprometo a buscar a todo tempo permanecer minha análise e meu discurso no meu lugar de arquiteta e pensadora social. Por isso, reforço que meu olhar sobre o racismo se concentra em uma *análise espacial e em uma perspectiva crítica perante essa estrutura social*, uma vez que sou participante dela como sujeita social, política, e muitas vezes, como alimentadora desse sistema tão impregnado nas nossas relações. Faço então, as palavras do jornalista Laurentino Gomes (2019, p. 39), as minhas: “Cabe-me, portanto, trabalhar com uma atitude atenta, de responsabilidade e respeito pelos agentes envolvidos nessa história, entre os quais eu me inscrevo, [...]”

Sem a pretensão de esgotar um assunto tão vasto e complexo, a dissertação tem como principal intenção: iluminar e descrever criticamente a atuação da produção do espaço como instrumento de construção ou de rompimento das ações que alimentam o racismo na realidade da sociedade brasileira. Neste sentido, propõe-se uma leitura epistemológica de conceitos e teorias associada a uma leitura cronológica do contexto do país, desde o sistema escravista do século XVI até os dias atuais. Em síntese, esta dissertação busca entender e responder, as seguintes questões centrais: os mecanismos de produção do espaço podem ser instrumentos de

estruturação e permanência das práticas racistas no Brasil? Quais seriam esses mecanismos? O espaço também tem potencialidade de se tornar instrumento de fissura dessas práticas? Como? E quais seriam suas dimensões?

A fim de encontrar respostas para essas perguntas suporte e cumprir com o objetivo de análise, esta pesquisa inicia com algumas hipóteses chaves. Primeiramente, fundamenta-se na ideia que a produção do espaço, em seu caráter sistêmico e institucional, pode ser usada como instrumento combustível do racismo no Brasil, historicamente e nos dias atuais. Provavelmente, isso acontece porque o racismo se estrutura como um sistema de muitas camadas e engrenagens, sendo que muitas delas são profundamente silenciadas no país. Pressupõe-se também, que um outro sistema, e o possível responsável dessa ligação entre o racismo e a produção do espaço, tem influência direta sobre esses dois objetos: o Sistema Capitalista (LEFEBVRE, 2006). Essa ideia se estrutura no fato de que a produção do espaço provavelmente tem relação direta com o sistema de produção social em que esta se insere (no caso do Brasil, o Capitalismo) (LEFEBVRE, 2006). Nesse caso, relembro que uma das principais características do Sistema Capitalista se constitui a desigualdade de classes, que provavelmente, inclui a distância social ocasionada pelo racismo estrutural (CORRÊA, 2004). Desconfia-se, então que, os aspectos espaciais que constroem a segregação urbana têm ligação direta com o racismo, justamente por essas conexões entre o capitalismo-racismo; capitalismo-espaço; e racismo-espaço.

Com essa premissa estabelecida, entende-se que seria possível reconhecer e sublinhar dimensões espaciais que estabelecem relações diretas com a reprodução das práticas racistas, o que fortalece ainda mais a ideia do espaço como instrumento desse sistema social. Nessa lógica, suspeita-se também, que, provavelmente o uso e as experiências espaciais que fogem do seu ciclo padrão de reprodução, podem ser veículos eficazes de resistência ao racismo, capazes de construir brechas de ruptura. Logo, da mesma forma que o espaço apresenta dimensões segregadoras, ele também pode ser considerado um importante personagem para as lutas do Movimento Negro na história do Brasil. Acredita-se, então, que o espaço pode ser também instrumentalizado como objeto reprodutor ou denunciador das práticas racistas a depender de quem o manipula.

Isto posto, para desenvolver e iluminar essas premissas, a dissertação será dividida em *seis capítulos*, em que os objetos principais serão: o racismo e a produção do espaço urbano. Ou seja, para que seja possível a construção da relação entre esses dois sistemas, será necessário o entendimento completo do racismo enquanto sistema social e prática, e do espaço, nas suas dimensões de produção e construção das relações sociais.

Primeiramente, no campo do espaço, objetiva-se compreender e criticar a sua produção sistêmica no país e examinar sua dimensão relacional com a sociedade. Nesse sentido, será feita uma conceituação sobre a produção do espaço³ e a contextualização desta na realidade urbana brasileira e do Sistema Capitalista de produção, a partir da perspectiva de Henri Lefebvre, em “**A Produção do Espaço**” (2006), e de outros autores que ramificam e estudam suas pesquisas como José Cortés (2008) e Rita Velloso (2014).

Além disso, para entender a relação entre o espaço e o racismo, será preciso definir e aprofundar as diferentes camadas desse sistema de relações⁴ que permanece nas práticas e nas ações cotidianas dos brasileiros. Dessa forma, objetiva-se no campo do racismo: conceitua-lo e apresentar as ramificações e os vetores que o compõem; relatar suas diferentes roupagens ao longo das épocas; e sublinhar aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e espaciais que o estrutura e o sustenta no Brasil. Assim, através de autores negros emblemáticos, Lélia Gonzales (2011), Bell Hooks (2014); e Ângela Davis (2016), e de historiadores, cientistas sociais e jornalistas importantes como: Carlos Hasenbalg (2005); Antônia Garcia (2009); Lilia Schwarcz (2012 e 2019) e Laurentino Gomes (2019); será trabalhado as dimensões complexas das práticas racistas a fim de reconhecer as esferas espaciais e sua relação direta com o Sistema Capitalista.

Após a compreensão desses objetos, produção do espaço urbano e racismo, as relações e seus pontos de congruência serão reconhecidos e iluminados ao longo da história do Brasil a ser apresentada nesta dissertação, com o objetivo de identificar e comprovar o espaço como instrumento de estruturação e manutenção das práticas racistas até hoje. Em outras palavras, serão apresentados neste trabalho fatos históricos que comprovem e expliquem a relação, a meu ver indissociável, entre segregação racial e segregação espacial, urbana.

Considerando, a construção do diálogo desses diversos autores e de análises profundas da história do racismo e da produção do espaço urbano no Brasil, pretende-se compreender e revelar uma outra dimensão de relação entre o racismo e o espaço: a relação de fissura. Portanto, também será estudado como a produção do espaço se realiza “por fora” do sistema de produção instituído, e, dessa forma, se instrumentaliza como a materialização de luta, resistência e quebra das relações racistas, ou seja, como um braço do Movimento Negro.

³ A produção do espaço pode ser entendida como um processo que nunca se esgota e dispõe de traços incertos e sincrônicos com o tempo, uma vez que se correlaciona diretamente com a produção das ações sociais (LEFEBVRE, 2006).

⁴ O racismo se institui em um sistema de estratégias e relações sociais que envolvem uma classificação e uma hierarquização social baseada na manipulação de conceitos biológicos, culturais e étnicos (LORDE, 1981).

Ao longo dos *seis capítulos*, essas discussões serão apresentadas com o intuito de identificar os mecanismos espaciais, de manutenção ou de questionamento, das práticas racistas no Brasil. Para isso, essa proposta de pesquisa está dividida em: um capítulo de introdução (Capítulo 1); um capítulo de conclusão (Capítulo 6); e *quatro capítulos de desenvolvimento* (Capítulos 2, 3, 4 e 5).

O Capítulo 2, **Segregação: O Espaço Urbano como Fator de Exclusão e Discriminação Social e Racial**, se configura em um capítulo de introdução das teorias e conceitos que serão base para os estudos e as análises de toda a dissertação. Através de *duas seções* serão explicados, epistemologicamente, conceitos espaciais e conceitos sociais que são imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, me debruçarei na compreensão da produção do espaço, a partir da leitura de Henri Lefebvre (2006), e suas relações com o Sistema Capitalista, sendo ele também conceituado e compreendido em suas engrenagens. Logo depois, o pilar capitalista da desigualdade social será aprofundado, e, assim, sua construção e estruturação serão demonstradas, juntamente com sua conexão espacial. Dentre as estruturas da desigualdade social do Brasil, será conceituado e trabalhado o racismo (tema desta pesquisa) como um sistema social complexo associado a disparidade de gênero e de classes sociais.

O Capítulo 3, **A Constituição Histórica das Práticas Racistas no Brasil e o Protagonismo do Espaço Urbano: Nos Tempos da Escravidão até a Abolição (Século XVI ao XX)**, e o Capítulo 4, **A Permanente Renovação das Práticas Racistas no Brasil e a Perspectiva da Produção do Espaço: do Século XX ao XXI**, se conformam em capítulos histórico-cronológicos do racismo no Brasil, desde o regime escravista até a atualidade. Estes têm como principal objetivo avaliar momentos da história brasileira em que o espaço foi instrumento direto de reprodução ou de ruptura das práticas racistas. Por isso, os capítulos três e quatro, são divididos, respectivamente, em *cinco* (do século XVI ao XX) e *sete seções* (do século XX ao XXI), separadas de acordo com acontecimentos importantes, em que se discute, em cada um deles, três objetos essenciais: *o contexto* histórico, político, econômico e social; o *Movimento Negro* e suas formas de resistência às práticas racistas implantadas; e as *intervenções espaciais* e seu protagonismo, tanto na reprodução do racismo, quanto em sua inversão. Dessa forma, será possível construir uma vinculação direta e clara entre a produção do espaço e as práticas racistas, e formular variáveis práticas e teóricas de relação entre esses dois complexos sistemas.

O Capítulo 5, **A Materialidade da Segregação e da Luta Racial no Brasil**, se estrutura como um capítulo de análise. Nele, todas as relações e conflitos que foram estudados, nos

capítulos anteriores, serão sintetizados e desenvolvidos. Esta seção final estará dividida em *três subcapítulos* que apresentarão: os agentes construtores e renovadores das práticas racistas no país; as dimensões espaciais que participam desse sistema cíclico de permanência do racismo na sociedade; e as dimensões espaciais de resistência e fissura reconhecidas na história do Movimento Negro. Dessa forma, este capítulo apresentará críticas e análises sobre quais são os vetores espaciais que protagonizaram, na história brasileira, a reprodução das práticas racistas, além de debater as possibilidades do uso do próprio espaço como instrumento de fissura do mesmo sistema.

Ao considerar essa estrutura de pesquisa, compreende-se que esta detém um caráter teórico, epistemológico, histórico e analítico, e pode ser classificada como *Qualitativa e Bibliográfica*. Esta metodologia inclui os métodos de pesquisa tradicionais, como: referências bibliográficas; leitura e análise de dados e legislações; documentários e filmes informativos; e acesso a jornais, revistas, propagandas; entre outros. Além disso, acrescento à essa estrutura, diagramas, gráficos e mapas mentais, produzidos por mim, com o intuito de ilustrar e trazer um pensamento gráfico para esclarecer teorias, dinâmicas e relações trabalhadas ao longo desta dissertação.

Neste sentido, a fim desenvolver um trabalho de análise profundo sobre relação entre o espaço e o racismo, selecionei referências bibliográficas, estratégicas, que se relacionam entre si e que me dariam suporte em cada tema trabalhado. Dentre as principais fontes sobre a produção do espaço, destaco: Loic Wacquant (1996 e 2004); Marcelo Lopes de Souza (2001); Henri Lefebvre (2001 e 2006); José Cortés (2008); Rita Velloso (2014); e Christian Dunker (2015). Na perspectiva das práticas racistas e sua historiografia, aponto: Giralda Seyferth (2002); Carlos Hasenbalg (2005); Antônia Garcia (2009); Lélia Gonzales (2011); Lilia Moritz Schwarcz (2012 e 2019); Bell Hooks (2014); Marcelo Paixão (2008); Ângela Davis (2016); Lisandra Silva (2018) e Laurentino Gomes (2019). Além desses, acrescento, quando trabalho a história do Movimento Negro, os autores: Abdias do Nascimento (2004); Alessandra Mello (2013); Isabel da Rosa (2014); Carlos Roberto Leite (2017); e Juliana Bezerra (2019). Relembro também que documentários e filmes foram igualmente importantes como métodos para que uma análise virtual e imagética some expressões e símbolos cotidianos e espaciais em um roteiro teórico de pesquisa sobre arquitetura urbana. Jornais, artigos, propagandas, tabelas, gráficos e legislações também foram estudados para que a dinâmica cotidiana, os valores sociais e a camada de ruptura do racismo sejam aprofundadas, já que acredito que dimensões espaciais serão sinalizadas nesses veículos, devido a ligação estreita entre o espaço e o cotidiano, e a mídia e o cotidiano (LEFEBVRE, 2006).

Conclui-se que esta dissertação irá se desenvolver no processo de construção de um reconhecimento que existem dimensões e atores na produção do espaço urbano que podem reproduzir ou enfrentar as práticas racistas o que, possivelmente, a transforma em um instrumento substancial para a manutenção ou ruptura dessa ou de outros tipos de relações sociais no Brasil. Mais que isso, espero também trazer um senso questionador para a sociedade em relação aos seus espaços e usos na cidade e sobre o que estamos reproduzindo: um sistema social que isola, sufoca e apaga grupos sociais. O Brasil permanece longe da igualdade e imerso em um eterno racismo, que se renova, atualiza e fortifica cada dia mais, e, provavelmente, as nossas cidades tem papel nesse processo (porém, pode ser também a partir delas sua solução).

2 SEGREGAÇÃO: O ESPAÇO URBANO COMO FATOR DE EXCLUSÃO E DISCRIMINAÇÃO SOCIAL E RACIAL

2.1 Espaço como elemento constituinte e dinamizador da segregação social

O espaço, em suas diferentes escalas, se configura como o cenário de todas as relações e ações humanas, porém, não se resume a um produto físico e inanimado que recebe esses fatos. O espaço se revela, na verdade, um palco dinâmico, pois cada aspecto dele é vivo em seu conceito, em sua representatividade, em sua dinâmica, e em sua função. O espaço se manifesta, mesmo que objeto, como sujeito, que transforma e é transformado pelas pessoas uma vez que em contato com elas. Portanto, o espaço se torna a conexão direta com a sociedade, através da matéria, sendo, então, capaz de relacionar e interagir com individualidades e coletividades.

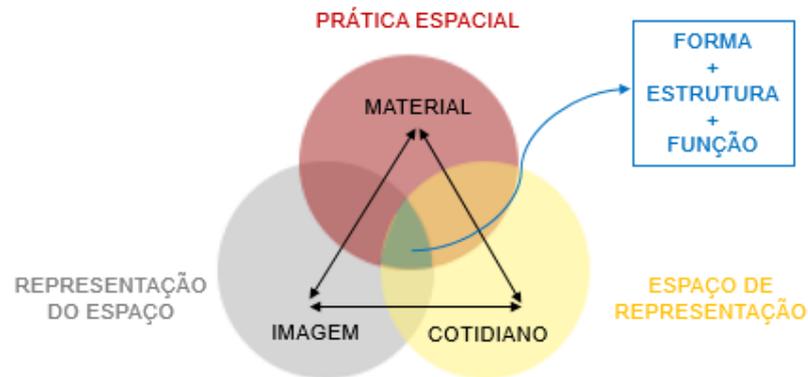
É um produto social que não permanece estático, pois, à sua maneira, é criador e criação de um conjunto de relações dialéticas em permanente transformação e nas quais intervém de modo incisivo. (CORTÉS, 2008. p. 21).

Essa interação se apresenta em diferentes formas. Segundo Henri Lefebvre (2006), o espaço e sua produção social se estruturam em três esferas principais de intersecção: prática espacial; representação do espaço; e espaço de representação (espaço representacional). O primeiro aspecto seria o espaço em sua dimensão material. Esse âmbito envolve as diferentes linguagens da espacialidade (sua forma; função; barreiras; territórios; demarcações; ornamentos; etc.) e suas escalas (arquitetônica, urbana, entre outras) (LEFEBVRE, 2006). A segunda esfera do espaço significa sua configuração como um instrumento de representação através de uma linguagem codificada, ou seja, o espaço como meio de leitura e simbologia de algum conceito ou aspecto social (LEFEBVRE, 2006). Por fim, a terceira dimensão se trata do espaço como experiência cotidiana⁵, ou seja, como um instrumento de produção social. Isso direciona a análise para o espaço como causa ou projeção de possíveis práticas e ações a partir do contato com o mesmo (LEFEBVRE, 2006). Materialmente, essas dimensões correspondem, respectivamente, a: forma, estrutura e função.

A forma corresponde aproximadamente ao momento comunicável, portanto ao percebido. A função se realiza; ela se efetua ou não; ela corresponde ao vivido em um espaço de representação. A estrutura se concebe; ela implica em uma representação do espaço. O conjunto se situa em uma prática social. (LEFEBVRE, 2006. p. 577-578).

⁵ Segundo Lefebvre (2006), o cotidiano seria um conjunto de ações, práticas, forças e vetores sociais experimentados em um espaço, conectando micro e macroescala, temporalidades, individualidades, entre outros.

Gráfico 1– Síntese das Dimensões Espaciais segundo Henri Lefebvre (2006).



Fonte: Desenvolvido pela autora.

No caso da representação do espaço, essa dinâmica acontece em um processo de materialização de uma síntese e exteriorização de valores coletivos, tradicionais ou passados, no momento presente (BRANDÃO, 2007). Esse processo se estrutura através do deslocamento de conceitos e acontecimentos para o plano concreto de uma forma mais vinculada a simbologia, a abstração da interpretação, e a síntese desses aspectos (PAIM, 2000). A representação se constrói a partir de um jogo de temporalidades⁶ em um processo de materialização que também se define como uma dinâmica de abstração de algo virtual para um símbolo (PAIM, 2000).

Personagens, datas e acontecimentos históricos são ferramentas de construção de identidade. Funcionam como âncoras lançadas no passado nas quais procuramos alicerçar valores, convicções, sonhos e aspirações do presente, enquanto preparamos a jornada rumo ao futuro. (GOMES, 2019. p. 423).

A simbologia seria o decurso de inferência e análise de um signo. A escolha desse signo pode tornar a interpretação e a representatividade de algo, mais objetivo, ou mais complexo (FER *et al.*, 1998). Portanto, a representação inclui todo esse processo de identificação, percepção, classificação e reconhecimento, e isso se relaciona com a criação de imagens e símbolos como forma de expressão (PESAVENTO, 2004).

As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2004. p. 22).

⁶ Segundo Carlos Antônio Leite Brandão (2007), o processo de inter cruzamento de tempos se dá pela união (ou simultaneidade) do que está sendo representado, que torna uma ideia congelada/eternizada (conceitos ou fatos passados), em sua inserção no cotidiano. Logo, seria estabelecida uma relação entre o tempo presente, as ações e os contatos diários, e o tempo eterno ou passado simbolizado. O futuro se apresentaria na: eternização “do representado” que o próprio cotidiano constrói; e na projeção de transformações consequentes dessa representação (BRANDÃO, 2007).

Dessa forma, como sintetiza Lefebvre (2006), a representação do espaço configura na dimensão espacial de concepção, informação de imagens e discursos que se reforçam e precisam de leitura, conseqüentemente, necessitam da prática social. O autor (2006, p. 308) reforça que: “Sabemos também que simbolismo e práxis não se separam.”

Isto posto, observa-se que existe uma relação direta entre a representação do espaço e o espaço de representação – simbologia-cotidiano. Isso acontece, pois a dimensão cotidiana do espaço faz parte das estratégias espaciais representativas, e se apresenta como essencial para que esses aspectos sociais e culturais sejam absorvidos e interpretados de forma efetiva e diariamente, o que traz força e mobilização.

Esse espaço foi produzido antes de ser lido (e não foi produzido para ser lido e sabido, mas para ser vivido por pessoas tendo um corpo e uma vida, em seu contexto urbano). Dito de outra maneira, a leitura vem depois da produção, salvo no caso especial onde o espaço é produzido para ser lido. O que coloca uma questão, a da legibilidade como critério. (LEFEBVRE, 2006. p. 235-236).

Sabe-se então que o espaço, apesar de ser construído a partir de conhecimentos, conceitos, funções e até símbolos, a produção dele só se concretiza de fato na sua dinâmica cotidiana, no seu uso, a posteriori, ou melhor, simultâneo (LEFEBVRE, 2006). O espaço manifesta esse aspecto humano e fluido uma vez que sua concretude e sua definição como espaço se fazem concebidas a partir de ações e relações sobre ele e com ele. Nesse sentido, o espaço não seria algo acabado, congelado ou fixo, pelo contrário, ele está em constante produção e mudança juntamente com a sociedade e seu contexto.

José Cortés (2008) acrescenta que: o espaço não tem um significado inerente, ele seria produzido e estabelecido com e pelas atividades sobre ele. Isso demonstra que o espaço transcende sua dimensão simbólica e carrega uma esfera prática e de ação: o cotidiano, do mesmo modo que, para Ana Fani Carlos (2011. p. 11. *apud* SILVA, 2018. p. 56): “a prática social é espacializada e a ação cumpre-se num espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano da vida cotidiana.”

Ora, a práxis é materializada num conjunto de forças e processos sociais que atuam sobre um lugar específico, implicando a conexão do microespaço dos corpos ao macroespaço da cidade, à macroescala do global e dos circuitos econômicos. (VELLOSO, 2015. p. 136.).

Neste aspecto, o espaço se torna agente, uma vez que ele se configura como o lugar para a constante ação e experiência, e, assim, as pessoas/usuários se tornam não apenas espectadores como também produtores desse espaço. Essa dimensão configura-se como: o espaço representacional (LEFEBVRE, 2006). Em complemento à essa análise, Brandão (2007) afirma que o espaço manifesta uma função pública e coletiva que o denomina como um espaço da *res pública* – certa humanização do espaço (BRANDÃO, 2007). Essa função pública está além da

definição de espaço público ou privado, mas diz respeito à função social do espaço, em seu aspecto coletivo, diverso e fluido.

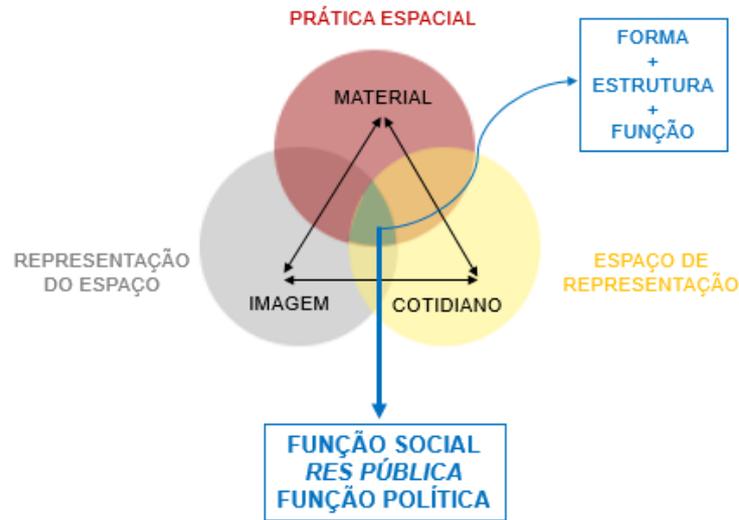
Portanto, o espaço se torna um local de reprodução contínua de aspectos como: transformações e relações sociais; de interseções entre temporalidades (passado, presente e futuro); e de (re)construção de identidades e coletividades. Em diálogo com Rita Velloso (2014), o espaço, compreendido nessas condições, pode ser classificado como um agente de formação política. Isso acontece, pois, as práticas cotidianas e as relações sociais consolidam experiências coletivas e de caráter público. Esse processo gera uma dimensão de ações da micropolítica, que em sua escala social, espacial e cotidiana podem implodir ou explodir tradições da macropolítica (VELLOSO, 2014).

O espaço político não se estabelece somente por atos (a violência material engendrando uma paz, uma legalidade, uma legislação). A gênese de um tal espaço implica uma prática, imagens, símbolos, a construção de edifícios, de cidades, de relações sociais localizadas. (LEFEBVRE, 2006. p. 389).

Ao considerar esses três aspectos construtores do espaço - prática espacial; representação do espaço; e espaço de representação -, destaca-se que a produção do espaço se baseia em uma dimensão humana e, portanto, projeta uma função social muito clara em sua construção material e conceitual. Essa função e elaboração se dá de forma distinta se considerado suas formas de interação anteriormente explicadas. O espaço então se institui por uma fusão da coesão social, com suas ramificações e as diferentes formas de expressão dele e a partir dele (CORTÉS, 2008). Assim, a produção do espaço enuncia claras e diretas interferências na sociedade.

O estudo do espaço permite responde-la: as relações sociais de produção têm uma existência social contando que tenham uma existência espacial; elas se projetam em um espaço, elas se inscrevem nele, produzindo-o. Senão, elas permanecem na abstração 'pura', ou seja, nas representações e por consequência na ideologia, outrora mencionada, o verbalismo, a fraseologia, as palavras. (LEFEBVRE, 2006. p. 215).

Gráfico 2- Síntese das Funções do Espaço segundo Henri Lefebvre (2006).



Fonte: Desenvolvido pela autora.

A produção do espaço se configura em um processo que nunca se esgota e tem traços incertos e sincrônicos com o tempo. Isso acontece também, pois o espaço, uma vez que produto e condição de produção das ações sociais (já que encadeia operações e resultados), consegue se correlacionar com o tempo – o tempo mede o espaço e o espaço rege o tempo (LEFEBVRE, 2006). Portanto, o espaço refere-se a um sistema em que as ações não se separam da materialidade, e o mesmo intervém na sua própria produção. “O modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo).” (LEFEBVRE, 2006. p. 14).

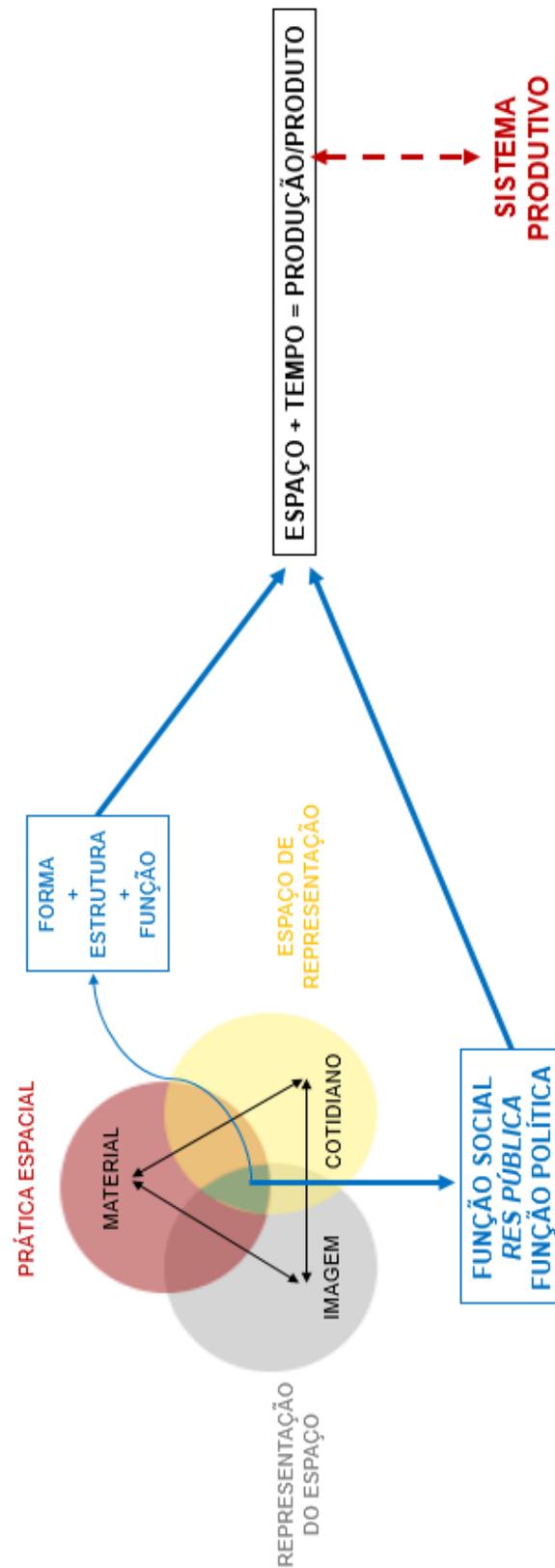
O espaço em um contexto geral constitui em uma amplidão de dimensões e é um meio produtivo, o que torna determinante entender em qual sistema de produção que ele se insere e reproduz. Ou seja, o caráter sistêmico e produtivo do espaço faz com que ele não seja apenas condição e produto de si próprio, como também condição e produto do sistema de produção em que ele está inserido (LEFEBVRE, 2006). O autor define o espaço social como aquele integrado aos sistemas:

Ele seria antes de tudo, a condição e o resultado: o Estado, e cada uma das instituições que o compõem, supõem um espaço e o organizam segundo suas exigências. O espaço não tem, portanto, nada de uma ‘condição’ a priori de instituições e do Estado que as coroa. Relação social? Sim, decerto, mas inerente às relações de propriedade (a propriedade do solo, da terra, em particular), e de outra parte ligada às forças produtivas (que parcelam essa terra, esse solo), o espaço social manifesta sua polivalência, sua ‘realidade’ ao mesmo tempo formal e material. (LEFEBVRE, 2006. p. 147).

Logo, o espaço social, numa condição de superestrutura de causa e efeito do sistema que o envolve, reforça sua potencialidade de transformação junto com a sociedade. Existem vários

espaços sociais sobrepostos, o que determina a escala dessa espacialidade: macro, com grandes movimentos, e micro, composto por pequenos movimentos (sendo que ambos se complementam) (LEFEBVRE, 2006). Entende-se, de acordo com o autor, que o espaço se constitui em dimensões produtivas sociais de forma independente ou acoplada ao ciclo de produção de um macrossistema de gestão social.

Gráfico 3- Síntese da Produção do Espaço segundo Henri Lefebvre (2006).



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Predominantemente, na escala mundial, o sistema de produção social que envolve a grande maioria das sociedades se institui no Sistema Capitalista, ou seja, o espaço reproduz, majoritariamente, em sua construção, os princípios e práticas capitalistas (VIEIRA, 2016). Essa associação não se estabelece de forma direta, pois o Sistema Capitalista não selecionou o espaço como instrumento reprodutivo de maneira pensada. Mesmo assim, existe uma relação intensa em que todas aquelas interações sociais e suas dimensões espaciais, trabalhadas anteriormente, seguem o direcionamento dos princípios capitalistas de produção, representação e prática. Isso acontece, pois, para Lefebvre (2006, p. 162): “[...] o capitalismo absorveu o espaço inteiro para o utilizar, e na qual, de outra parte, as ciências e as técnicas permitiram a produção do espaço.” Dessa maneira, o espaço, em suas escalas arquitetônicas e urbanas, se torna reprodução repetitiva desses princípios e das relações sociais congruentes com esse sistema.

Não somente o capitalismo se apoderou do espaço pré-existente, da Terra, mas ele tende a produzir o espaço, o seu. Como? Através e pela urbanização, sob pressão do mercado mundial. Sob a lei do reprodutível e do repetitivo, anulando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e os tempos naturais. O econômico fetichizado no mercado mundial e espaço que ele determina, a política levada ao absoluto, não arriscam destruir seu próprio fundamento, a terra, o espaço, a cidade e o campo? E por consequência se autodestruir? (LEFEBVRE, 2006. p. 512).

Segundo Rafael Marquese (2013) e Carlos Alberto Vieira (2016), o Sistema Capitalista tem suas origens por volta do século XV, junto com as grandes navegações, a formação dos Estados Nacionais e o fim da Idade Média, século V ao XV. Ele se revelou, primeiramente, através do Mercantilismo (fase de transição). Com o passar dos séculos, se transformou com novas teorias econômicas advindas do Iluminismo⁷, e, posteriormente, se modificou em outros formatos do capitalismo (VIEIRA, 2016). Assim, este sistema foi se aprimorando até chegar aos dias de hoje, como principal sistema de produção no mundo.

Os princípios do Capitalismo são verificados diariamente pela maioria da população mundial, e segundo Vieira (2016) este pode ser definido como um *regime de produção social centralizado nas relações econômicas*. Em outras palavras, o Sistema Capitalista se constitui em uma complexa rede relações políticas, sociais e culturais que se inter-relacionam e são guiadas pelos princípios econômicos deste sistema. “Assim, pode-se dizer que o modo de produção capitalista plenamente constituído, a relativa autonomização do ‘econômico’, coincide com a centralidade da ‘economia’ na reprodução das relações sociais fundamentais.” (VIEIRA, 2016. p. 98).

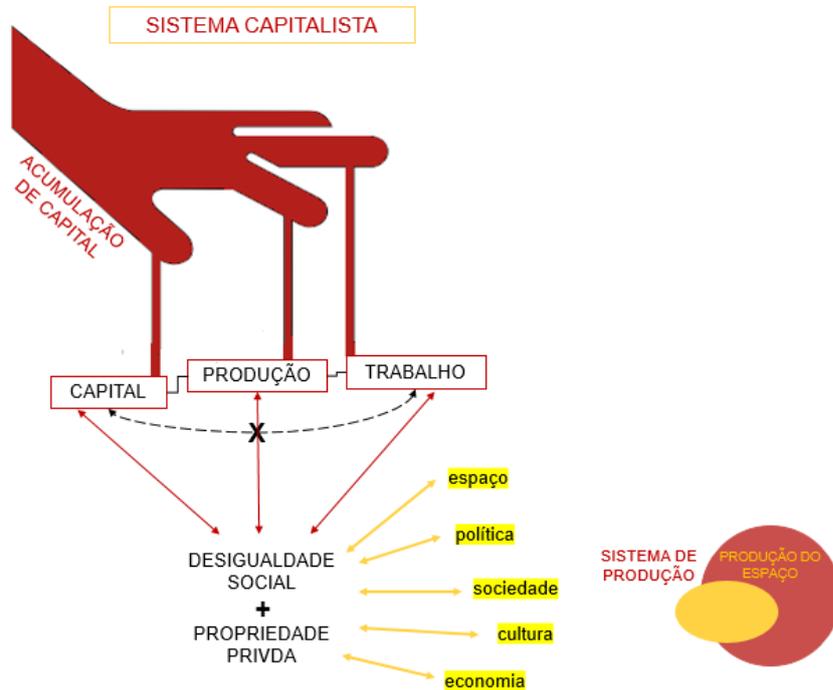
⁷ O Iluminismo foi um movimento cultural e ideológico que aconteceu na Europa e que revolucionou a mentalidade da época, século XVIII. Através do racionalismo, o Iluminismo renovou as ideias de liberdade, igualdade, políticas e governo, e religião. Esse movimento reverberou por muitos séculos em grandes mudanças mundiais, como a Revolução Francesa (1789-1799) e as sequenciais abolições da escravidão pelo mundo (VAINFAS; *et al.* 2014.).

No âmbito econômico, o Capitalismo se estrutura em duas relações principais que são primordiais para entender todas as outras instâncias sociais capitalistas: a relação entre *o trabalho e o capital*; e a *relações de produção* (VIEIRA, 2016). A primeira delas se apresenta de maneira polarizada em que o capital seria a veia dominante e o trabalho o mecanismo a ser explorado para o acúmulo do anterior. Já a segunda, seria justamente esse processo de exploração e acumulação do capital, ou seja, atividades, modos de vida, circulação e métodos de controle que regem a autonomização da produção e a ideia de propriedade (VIEIRA, 2016). Em resumo, o Sistema Capitalista pode ser definido por uma *rede complexas de relações regidas pela acumulação e produção de capital* (quantitativo ou qualitativo)⁸.

Todas as dimensões da vida em sociedade – cultura, espaço, economia, política, social, entre outras - passam pelo filtro capitalista para se construírem, sendo o âmbito social e espacial o foco desta dissertação. Logo, nesta conceituação, o capital se sobrepõe a esses dois campos e incorpora a produção do espaço e as relações sociais a partir da ideia de *propriedade privada* e de *exclusão social*, conjugadas. Nesse sentido, a desigualdade e a propriedade se constituem como engrenagens importantes para essa estruturação de foco econômico, pois é justamente a disparidade social e a relação vertical concretizada pelo privilégio, espacial, que permite a consolidação do sistema e a acumulação do capital pelos grupos dominantes (no caso, instituições públicas e privadas que detém os meios de produção, a terra e seus regimentos) (VIEIRA, 2016).

⁸ Considerando essas justificativas que ampliam o entendimento do Sistema Capitalista para um sistema de produção complexo e social, penso que para prosseguir meus estudos, sem muitos desvios, essa dissertação deverá focar apenas nas duas engrenagens desse sistema que são primordiais para a minha discussão: a propriedade privada e a desigualdade social.

Gráfico 4- Análise Gráfica do Sistema Capitalista segundo Henri Lefebvre (2006), Rafael Marquese (2013) e Carlos Alberto Vieira (2016).



Fonte: Desenvolvido pela autora.

A propriedade privada, de acordo com a leitura de Lisandra Silva (2018) que analisa Karl Marx (1894), se configura em um elemento instrumental para o exercício da liberdade individual e coletiva (função social da propriedade). Porém, ela também seria responsável pela exclusão e a determinação de domínio econômico, político e social através da hierarquização do acesso à terra e bens. Dessa forma, a propriedade privada é experienciada, em um Sistema Capitalista, como uma das mais fortes simbologias e vetores determinantes na sociedade (SILVA, 2018). Além disso, devido a essa dicotomia, a propriedade se dilui em sua definição de direito inerente ao sujeito social e passa a ser algo exclusivista e segregador (SILVA, 2018).

Essa definição permite destacar a relação direta desse elemento base do Capitalismo e a desigualdade social. “Como afirma Chauí (1980), o antagonismo de classes não é apenas simples divisão de tarefas, mas a divisão social do trabalho que alimenta e é alimentada pela desigualdade social, baseada, por sua vez, na figura da propriedade.” (SILVA, 2018. p. 29).

A desigualdade social, presente em muitas referências estudadas, foi definida de forma clara e objetiva pela Maria Hilda Paraiso (1998) como: uma diferença irreduzível entre grupos sociais que torna eterna a condição de subordinação (exploração) de um grupo em relação a outro. Ou seja, a desigualdade é um permanente contexto de disparidade social, projetada por inúmeros critérios de sobreposição de coletividades e individualidades. No caso do Sistema Capitalista, a fonte base de distanciamento e imobilização social se configura no acesso à

propriedade privada, e, conseqüentemente, o acúmulo de capital, assim como a desigualdade também mantém esses dois pilares (SILVA, 2018). Isso acontece, pois uma vez que sua origem se configura segregadora, o seu *status* social também o é, o que ramifica as exclusões e opressões em outras categorias, como: gênero, classe, raça, entre outros. Como afirma Silva (2018, p. 29) segundo seu estudo em Friedrich Engels (1977)⁹: “Dessa forma, teriam origem com a propriedade privada a opressão da mulher, a escravidão e o antagonismo de classes.” Portanto, o Sistema Capitalista se alimenta da desigualdade social, assim como a desigualdade social mantém vivo o ciclo de produção capitalista, e ambos têm suas construções baseadas na propriedade privada e em sua essência excludora. Logo, a propriedade privada, de terra e trabalho (corpo), está impregnada na origem e na reprodução dos preconceitos sociais (SILVA, 2018).

Assim, entende-se que: a produção do espaço está relacionada a este sistema produtor, e ainda, muitas vezes, se materializa em uma de suas principais engrenagens, a propriedade privada. Portanto, pode-se afirmar que o espaço se correlaciona com a desigualdade social latente. Em outras palavras, o espaço se configura instrumento da construção e produto das práticas de segregação social. Por isso, suas dimensões se transformam em meios de materialização, simbólica e cotidiana, de teorias, conceitos e práticas capitalistas nas experiências humanas de acordo com seus agentes produtores, seus interesses e o capital.

O intercruzamento entre a produção do espaço e a produção capitalista, tem como seu principal cenário o espaço urbano: as *idades capitalistas*. Ou seja, a produção do espaço urbano materializa, representa e traz experiências sociais vinculadas ao capital, e concomitantemente, a desigualdade e a segregação social. Isso acontece, pois, de acordo com Roberto Corrêa (2004), o espaço urbano capitalista uma vez que guiado pela acumulação do capital e necessidades mutáveis, se constrói como condicionante e produto social, e, por isso, se materializa como fragmentado e articulado de maneira estratégica, controlada, e nunca contínua.

Essa construção de um urbanismo fragmentado se projeta por duas essências produtoras principais: a propriedade, já trabalhada; e a hierarquia do trabalho. Primeiramente, lembro que o foco da cidade capitalista é produzir e circular mercadorias. Em outras palavras, o acesso à cidade se dimensiona apenas através da propriedade e a dominação desses meios de circulação

⁹ ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. MORGAN. Tradução de H. CHAVES. 3ª Edição. 1977. Editorial Presença, Portugal – Livraria Martins Fontes, Brasil

e produção, o poder do controle¹⁰. Já a segunda estratégia se relaciona diretamente com a dinâmica da exploração do trabalhador e a acumulação de capitais pelos grupos dominantes (DAMIÃO, 2014). Justamente para manter essa disparidade social em prol do Capitalismo, a cidade reflete e constrói o processo de fragmentação urbana. Essa relação se liga ao processo de definição dos territórios e da circulação de pessoas através da produção institucional do poder econômico e político gerado pela hierarquização do trabalho¹¹. Abraão Damião (2014, p. 59-60) sintetiza que: “Assim, na perspectiva marxista, podemos dizer que: o espaço urbano é fragmentado e interrelacionado, representação e condicionante social, um conjugado de símbolos e campo de lutar. É a própria expressão da sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais visível, concretizada nas formas espaciais.”

Entende-se então que existe uma relação dialética entre a segregação social e a segregação espacial, urbana, sendo ambas construídas em complementariedade para a manutenção do ciclo capitalista de produção. Isso faz com que diferentes papéis urbanos sejam estabelecidos nas dinâmicas das cidades. Esses papéis focam principalmente na hierarquização e na hegemonia, o que promove conflitos de interesse e poder (SPOSITO, 2001). Além disso, isso institui um planejamento e um desenvolvimento urbano totalmente parcial e pautado em cinco agentes principais, sendo quatro dominantes e institucionais, e um denominado como o *grupo dos excluídos*, em que seu papel na produção do espaço urbano seria ignorado (CORRÊA, 2004).

Apesar de dominantes, os agentes de poder no planejamento urbano estão em constante assimetria e conflito de interesses. Para o controle dessas disputas, o primeiro e o responsável por estabelecer as condições de reprodução e realização do Capitalismo é o: *Estado* (DE SOUZA, M. 2001). O Estado regula e estimula (ou não) as ações de todos os outros agentes e ele que promove a privatização da instância pública do espaço da cidade, o que determina que a cidade não seria para todos (DAMIÃO, 2014). Os outros três agentes dominantes são: os *proprietários dos meios de produção*; os *proprietários dos meios fundiários* (terras); e os *agentes imobiliários* (proprietários das terras urbanas) (CORRÊA, 2004). Cada um deles estabelece um projeto urbano voltado para seus interesses. Mesmo assim, em conjunto, esses grupos são responsáveis por: influenciar na dinâmica do trabalho; determinar o espaço do outro; transformar o *status* de localização; projetar situações de dependências urbanas e financeiras;

¹⁰ SPOSITO, 2001; DAMIÃO, 2014

¹¹ SPOSITO, 2001; MARQUES & BICHIR, 2001; DAMIÃO, 2014.

controlar a demanda de habitações e o crescimento das cidades; e projetar a segregação residencial, e, conseqüentemente, a desigualdade social¹².

Isto posto, o quinto grupo, seria formado pelos indivíduos que não detém o domínio da propriedade, nem dos meios de produção, nem do meio jurídico (Estado), e, portanto, se configuram no *grupo dos excluídos* (explorados) do Capitalismo. Estes não são considerados na produção institucional e formal do espaço, e são compreendidos como “*não agentes*”, que se apropriam apenas dos espaços que ninguém se apropria, as sobras urbanas (CORRÊA, 2004). Isso demonstra uma superficialidade no desenvolvimento urbano, que não entende o espaço como fenômeno e não compreende a carga de organização, planejamento e atividade das coletividades que preenchem o grupo dos excluídos¹³.

De sua parte, ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que não estão planejando somente a organização espacial (como se esta se resumisse a uma relação entre as coisas), mas também, e sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, seus temores. (DE SOUZA, M. 2001. p. 149).

Por esse motivo, Velloso (2016) afirma que urbanizar é produzir uma vigilância e um policiamento constante que muitas vezes não demanda forças, apenas uma disposição espacial estratégica. O urbano, dentro dessas circunstâncias, se constrói em uma dialética de impor e controlar relações e conexões sociais, o que projeta: o silenciamento de questionamentos; limitação de experiências cotidianas; isolamento de grupos, entre outros artifícios (VELLOSO, 2016).

Conclui-se que o espaço se constitui como produção e produto capitalista, e por isso se configura um espaço segregador por essência, já que se constrói com a função de excluir ou permitir acesso de determinados grupos (WIGLEY, 1992). Lefebvre (2006, p. 361) relembra que: “Eles efetuam ‘sintagmaticamente’ a ligação das atividades no espaço social como tal, quer dizer no espaço economicamente gerido pelo capital, socialmente dominado pela burguesia, politicamente regido pelo Estado.” Isso torna o espaço urbano fragmentado e formado por espaços abstratos¹⁴ ou repetitivos (LEFEBVRE, 2006).

A tendência dominante fragmenta, recorta o espaço. Ela inventaria os conteúdos do espaço, as coisas, os objetos diversos. Especialistas desmembram o espaço e sobre ele agem parcelando-o, colocando barreiras mentais e cercas prático-sociais. (LEFEBVRE, 2006. p. 154).

¹² DE SOUZA, M. 2001; CORRÊA, 2004; DAMIÃO, 2014.

¹³ DE SOUZA, M. 2001; DAMIÃO, 2014.

¹⁴ Segundo o autor os espaços abstratos são espaços fruto de ações repetitivas (mascaradas) baseadas no caráter apenas visual e imagético do espaço. Portanto, aliena as pessoas da prática e torna apenas visual a experiência no espaço. Isso faz com que o ele também se torne um objeto de silenciamento para determinadas relações sociais, homogêneas e relações e manipulando a dinâmica social (LEFEBVRE, 2006).

Por toda essa essência espacial sistêmica (e o uso dela), o processo de produção do espaço urbano se torna um processo de segregação social, ou seja, segregação espacial-urbana. Nas palavras de Antônia Garcia (2009, p. 101): “[...] associa a estratificação urbana à estratificação social, e considera que há segregação urbana quando a distância social tem uma expressão social forte.” Em complemento, Patrícia Collins (2015) afirma que a segregação espacial não é algo natural, na verdade, se configura em uma estratégia de todos esses sistemas de promover o distanciamento e a separação social por meio do deslocamento, da não acessibilidade e da expulsão de determinados grupos nos espaços urbanos. Isso ocasiona, nesses mesmos personagens, uma invisibilidade, uma inferiorização e a destruição do sentimento de pertencimento e memória através do espaço (COLLINS, 2015). Grupos sociais historicamente e estrategicamente desfavorecidos nas relações desiguais capitalistas, os não detentores dos meios de produção, tem seu espaço urbano reduzido, e simultaneamente, seu espaço social.

A redução? Ela pode ir longe. Pode ‘depositar-se, na prática. As pessoas, dos diversos grupos e classes, sofrem – desigualmente- os efeitos de múltiplas reduções pesando sobre suas capacidades, suas ideias, seus ‘valores’ e, no final das contas, sobre suas possibilidades, seu espaço e seu corpo. (LEFEBVRE, 2006. p. 180).

Gráfico 5- Síntese da Relação entre Sistema Capitalista e Espaço Urbano.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Dessa forma, o espaço se constrói no sentido da redução e exclusão de grupos. “[...] o espaço urbano é historicamente hierarquizado e que, no interior desse espaço, existiram e existem relações de conflitos e contradições de naturezas diversas, como de raça, de classes sociais, bem como de gênero.” (GARCIA, 2009. p. 80). *O espaço urbano se consolida, em uma realidade capitalista, como instrumento de imposição e controle de relações sociais, em sua dimensão material, simbólica e cotidiana.* O espaço estrutura-se como instrumento importante de atualização e fortalecimento principalmente das práticas de segregação social e de desigualdade, através do controle da produção do espaço urbano, das conexões e distâncias, e o policiamento da circulação e da experiência ao longo da história. Entende-se então, que os preconceitos sociais construídos têm como finalidade a manutenção dessa rede de força capitalista, e potencialmente são, todos, reproduzidos nas cidades.

2.2 A compreensão da segregação social no contexto do desenvolvimento urbano: a interseccionalidade e a especificidade da raça como uma forma de opressão

A desigualdade, apesar de ser produto e condição do Sistema Capitalista, claramente não se baseia apenas em disparidades econômicas. Segundo Antônio Guimarães (2012), a desigualdade se constrói a partir de distâncias sociais determinadas por distribuições de poder, acesso e restrições. Ou seja, configura-se em uma estrutura social que transforma a diversidade em hierarquia e em relações de subordinação e dominação com o objetivo de manter privilégios e injustiças sociais de uma maneira coerente às configurações de forças necessárias ao funcionamento do sistema de produção capitalista. “[...] Os preconceitos orientam o comportamento humano, geram discriminações e tratamento desigual, dando origem às desigualdades sociais.” (GUIMARÃES, A. 2012. p.42).

Intelectuais e pensadores sociais no final do século XX, começaram a estudar e compreender de forma mais elaborada essa desigualdade social construída em prol do acúmulo do capital. A partir de 1970 surge a ideia de *Interseccionalidade* (GUIMARÃES, A. 2012). Segundo Ângela Davis (2016), a interseccionalidade se define como a ligação que as diferentes formas de discriminação e disparidade têm dentro das relações sociais, ou seja: uma relação de interdependência e horizontalidade entre as opressões que configuram a desigualdade social capitalista (DAVIS, 2016). Essa ideia afirma que existe uma tríade de discriminação, que determina os grupos excluídos e que envolve: classes sociais; gênero e raça, que não podem ser dissociados nem hierarquizados entre si (DAVIS, 2016). Cada uma dessas categorias são símbolos de opressões que se complementam e se alimentam de forma igual dentro de um sistema em que a desigualdade social, nessa formação, sustenta: o Capitalismo. Nessa mesma

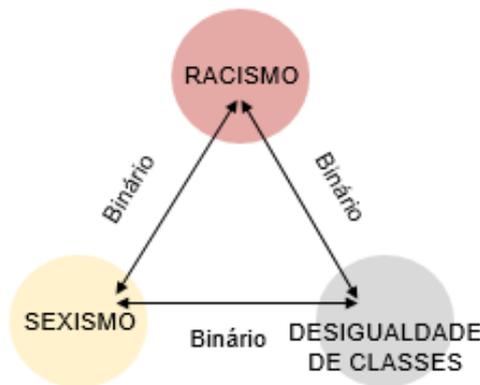
lógica, o pensamento de ruptura e de quebra dessas opressões também deve ser entendido de forma interseccional, ou seja, para que se rompa com o racismo, por exemplo, deve-se libertar também os gêneros e as classes oprimidas, e vice-versa (HASENBALG, 2005).

[...] para pensar as desigualdades raciais, de classe, e de gênero como fenômenos multifacetados e interdependentes na determinação das desigualdades sociais são fundamentais para compreender eficácia de políticas que enfrentam o problema. (GARCIA, 2009. p. 109).

A partir do entendimento dessa correlação entre essas diferentes opressões, o racismo, a disparidade das classes econômicas e o sexismo ganham novas perspectivas para além dos seus conceitos, da mesma forma que o combate deles. Toda essa tríade então é sustentada por binários, combinações de opressões que transformam a diversidade em práticas fortes e complementares de desigualdade (GARCIA, 2009).

Charles Tilly (1998) as chamou de desigualdades duradouras, baseadas em pares de categorias binárias de oposição, sustentadas por mecanismos de reprodução tais como a exploração, as barreiras de controle, a emulação e a adaptação. (GARCIA, 2009. p. 40-41).

Gráfico 6- Representação da Ideia de Interseccionalidade segundo Ângela Davis (20



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Nesse contexto de relações, Waldemir Rosa (2006) entende que “as regras do jogo” e os grupos dominantes desse sistema ganham como benefício a invisibilidade¹⁵. O contrário acontece com os grupos subordinados, em que cada um deles seria reconhecido por rótulos sociais distintos, como os estereótipos e as identidades caricatas (ROSA, 2006).

¹⁵ De acordo com o autor, esse processo de invisibilidade social seria a dinâmica de tornar o funcionamento do sistema imperceptível para manutenção de um determinado poder. Os dominantes também se tornariam invisíveis, o que faz com que eles sejam generalizáveis e que seus privilégios não sejam notados e, portanto, sejam inquestionáveis (ROSA, 2006).

Para sustentar essas definições impostas e a limitação desses grupos na inserção social e política seria necessário um processo de esquecimento social contínuo dos grupos dos excluídos, através de rotulações de inferioridade (PINHO, 2004). Existem vários sistemas que investem em uma manipulação psicológica e social com o intuito de: manter a exploração político-econômica e a rede de forças intacta; e desfigurar toda a diversidade – como por exemplo o espaço urbano. Logo, o Sistema Capitalista pode não ser o sistema criador das desigualdades sociais em todas as suas ramificações, mas seria o sistema gerenciador que comanda a base de todos os outros aqui trabalhados através de sua ligação direta com a produção do espaço urbano (GARCIA, 2009).

Para compreender melhor essas relações – racismo, sexismo, e discriminação por classes sociais – é preciso aprofundar nos conceitos e nos binários de opressão, que podem ser percebidos na atualidade e ao longo da história humana, especificamente, brasileira.

2.2.1 *As interações sociais e os principais conceitos que envolvem o racismo: sua construção teórica e o caso brasileiro.*

Preconceito é marca abrangente e significa fazer da diferença (seja ela racial, de gênero, de região, de classe) algo mais do que efetivamente é. Em outras palavras, implica valorizar negativamente certos marcadores sociais de diferença e incluir neles uma análise moral. (SCHWARCZ, 2012. p. 76).

De acordo com uma síntese de Audre Lorde (1981), o racismo compreende em um sistema de mecanismos e relações sociais de poder que envolvem uma categorização, moldada, construída, consolidada e constantemente renovada na sociedade. Esse sistema se integra a uma classificação social, ou seja, uma forma de categoria simbólica, construída através da distorção de conceitos biológicos, culturais e étnicos com o objetivo de formular uma hierarquia humana considerando esses critérios – sendo a cor seu principal símbolo de classificação (LORDE, 1981). O racismo se vincula à uma categorização já estabelecida na qual uma raça/cor seria determinada como superior a outra, garantindo legitimidade, cultural ou legal, de dominar ou se impor perante a raça inferior (historicamente, brancos superiores aos negros, pardos, amarelos, etc.). Assim destaca Lorde (1981, p.1): “Racismo. A crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, portanto, o direito de dominação, manifesto e implícito.”

As práticas racistas se referem aos exercícios, ações e experiências de dominação social nas quais a cor da pele adquire uma significação simbólica que atribui julgamentos e pré-julgamentos sobre práticas morais e culturais de um determinado grupo social, além de autorizar uma dominação através da violência física, psicológica e da subordinação (SCHWARCZ, 2012). Dessa maneira, acrescenta Lisandra Silva (2018), a cor se torna uma marcação social

que dificulta a inserção dos negros em diversos âmbitos. Ou seja, o racismo e suas práticas retiram o sujeito de si mesmo, anulam sua individualidade e o rotulam como inferior (SCHWARCZ, 2012). NASH (2000), citado por Lilia Schwarcz (2012, p. 77), define o racismo como: “[...] ‘a combinação de um preconceito negativo, baseado na cor da pele de uma pessoa, com o poder formal e informal de impedir a pessoa de alcançar seus objetivos e direitos na vida.’”

Devido a essa dimensão de poder, o racismo se configura como um instrumento de controle de um grupo sobre os outros, no caso, brancos em sobreposição aos demais. O controle social, a partir de Carlos Hasenbalg (2005), se institui em um mecanismo que abrange muitas esferas da vida em sociedade e um conjunto de determinações e vigilância. Entre os principais, destacam-se: posicionamento e hierarquização de grupos sociais; controle das relações afetivas e sexuais; impedimento da mobilidade social através da fixação de características biológicas; e o monitoramento e a imposição de limites de acessos às práticas políticas, econômicas e culturais.

Na configuração do racismo como sistema, a raça se torna uma construção social primordial que une: a cor; as características sociais; e os embasamentos científicos e civilizatórios, que, de maneira qualitativa, projetam a diferenciação e a inferiorização necessária para a exploração e o acúmulo do capital (SCHWARCZ, 2012).

Raça constitui-se, pois, um conceito acadêmico em permanente apropriação por diversos segmentos da sociedade, afirmando como saber científico a questão da diversidade humana tomada como sinônimo de desigualdade, negando a humanidade dos estigmatizados por seus dogmas. (SEYFERTH, 2002. p. 28).

A ideia de raça surge no século XVI, e se torna institucionalizada no início do século XIX, com o avanço da ciência (SCHWARCZ, 2019). Essa legitimação da divisão da humanidade em raças trouxe a noção de que grupos sociais teriam heranças físicas, comuns e permanentes advindas da sua coletividade específica (SCHWARCZ, 2019). Dessa maneira, ao confundir raça com espécie, tornou-se possível a fixação da distância social promovida pelas ideias racistas e outras classificações que embasariam a desigualdade social capitalista

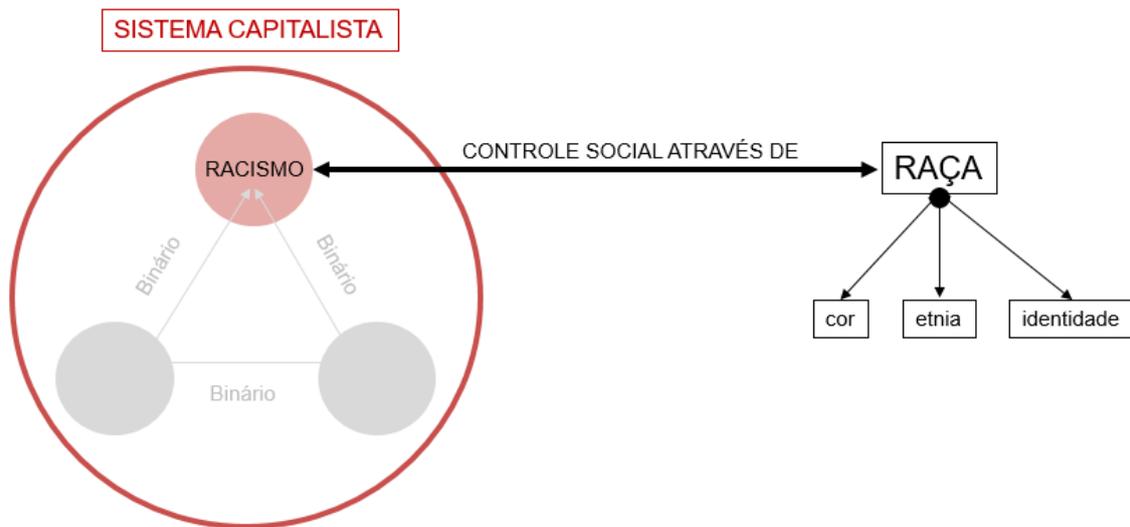
Raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquia sociais politicamente poderosas. (SCHWARCZ, 2012. p. 34).

Dentre as dimensões sociais que o conceito de raça envolve, destaca-se a ideia de etnia e identidade. Etnia, segundo Giralda Seyferth (2002), refere-se a uma base cultural, de costumes e comportamentos de um grupo social e que leva em consideração algumas características biológicas. Nesta concepção, encontrou-se o passe livre para reinterpretções de

relações entre características biológicas, determinismos, e atribuições de valores simbólicos, qualitativos e imutáveis. “Ethnos: sua definição é cultural embora não estivessem ausentes as percepções acerca da distintividade biológica.” (SEYFERTH, 2002. p. 19).

O conceito de identidade articulado com as práticas racistas, se institui como um relevante aspecto de análise. Segundo Maria da Silva (2002) e João Pereira (2002)¹⁶, identidade constitui um conceito relacional, que se constrói na relação com o outro, e assim, determina quem somos a partir da relação de grupo. Essa ideia torna o processo de construção de identidade algo completamente social, em que uma individualidade se edifica e se projeta em uma coletividade. Essa categoria tem sido também adotada de maneira distorcida, como instrumento de afirmação da superioridade e inferioridade de raças, pois uma vez que um grupo faz parte do processo de determinação do outro, a imposição social ou julgamento de características se tornam praticamente legítimas. Mais do que isso, esse conceito pode tornar os determinismos biológicos e culturais uma definição fixa de um grupo.

Gráfico 7- Síntese do Conceito de Racismo e sua estruturação conceitual.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

As três categorias – raça, identidade e etnia- se instituíram como bases sociais e teóricas para a inserção de posições e hierarquias que foram estabelecidas em escala mundial a partir do século XVI, com o início das colonizações, do regime da escravidão africana e indígena e do processo de consolidação do Sistema Capitalista. Essas classificações se tornaram instrumentos sociais significativos para o estabelecimento e a justificativa da dinâmica de exploração social e do trabalho em prol do acúmulo de capital. Porém, classificar ou julgar o outro através de um critério de raça, biológico, de cor, ou qualquer outro critério, faz parte da história da

¹⁶ Textos retirados da referência: SILVA BENTO *et al.* 2002.

humanidade antes mesmo disso chegar à base de uma relação de poder institucionalizada no século XVI (SEYFERTH, 2002).

O homem e suas interações sociais sempre apresentaram uma necessidade de compreender o outro, principalmente quando se trata do posicionamento do outro em relação ao dele. Essa compreensão, na verdade, seria o processo de classificar o outro em relação ao seu próprio centro. Segundo Seyferth (2002), classificar e (re)posicionar engloba ações de estabelecer relações de poder entre um coletivo e o outro, que se baseiam em hierarquizar grupos de acordo com características, que no caso, são selecionadas e catalogadas pelo grupo que está no centro dessa análise. Em toda a história humana, os diversos grupos sociais tendem a se reconhecer através de uma determinação sobre outro em que, segundo a autora (2002, p. 18): “supõe-se que aquilo que nós não somos é aquilo que os outros são.” Em complemento, o outro deriva, majoritariamente, da ideia de “nós x eles” (SILVA, 2018).

Essa compreensão do outro reduz o entendimento entre os grupos para semelhante ou diferente. Porém, mais do que simplificar, esses termos comparativos, supostamente imparciais, em uma relação de poder, se tornam sinônimos de: melhor ou pior; bom ou ruim; e parceiro ou inimigo, pois o ato de classificar tem um peso e um julgamento (SEYFERTH, 2002). A intensidade de hierarquização seria tão expressiva que, ao longo dos tempos, criou-se três critérios principais de inferioridade: raça; cultura e religião, que foram estabelecidos e alimentados, na maioria das vezes, pela ciência e as “leis divinas” (PARAISO, 1998). A partir dessas análises a relação de forças que se mostrou presente, na essência da história humana se configura verticalizada. Isso comprova que a intenção sempre foi que as relações de classificação e reconhecimento fossem demarcadas por dominação e subordinação, onde quem a determina sempre é o dominante (SEYFERTH, 2002).

Todas essas construções sociais e relacionais tornaram a classificação do outro algo considerado natural nas relações sociais. Maria Hilda Paraiso (1998) ainda acrescenta que o estranhamento faz com que as civilizações criem signos de identidade e de exclusão, o que já carrega uma visão preconceituosa nas mais diversas relações sociais. Isso pode ser comprovado em diversos momentos ao longo de toda história. Antes mesmo da institucionalização da escravidão e do colonialismo no século XVI em escala mundial, alguns conflitos se destacaram: entre sociedades na Antiguidade (entre Gregos e Bárbaros); a própria existência da escravidão, que data antes mesmo do século XVI, porém em outros moldes e classificações; e a existência primordial do fenômeno da Xenofobia¹⁷ (SEYFERTH, 2002).

¹⁷ Como uma prática de preconceito, a Xenofobia carrega uma hostilidade, e até violência, em relação ao estrangeiro, ou seja, aquele que está fora do grupo e da organização social utilizada como referência (DOVE,

Considera-se então, nesta dissertação, que essa corrente de pensamento, que defende que a classificação do outro seria algo inerente às relações sociais e de construção social da realidade, pode ser entendida como um dos relevantes pilares da análise sobre o racismo e o seu entendimento estrutural. Isso se explica, pois essa compreensão da categorização do outro foi, e ainda é, primordial para o sustento do Sistema Capitalista e sua desigualdade. Porém, é inegável que essa estrutura de classificação tem sido atualizada e, com o tempo, passou a se sustentar em um processo de categorização estratégico e importante para a manutenção de poder. A partir da implantação do Capitalismo esse processo social, e considerado “natural”, teve uma transformação grande em sua estrutura e reprodução.

Em síntese, as evidências do racismo e das práticas racistas no interior do Sistema Capitalista tem como elemento estrutural a desigualdade social e, esta se baseia em uma tríade de opressões (racismo; sexismo e desigualdade de classes). Essa cadeia de relações fortalece o fato que o racismo, uma vez que entendido como um sistema classificatório e de poder, pode ser o combustível e ao mesmo tempo ser alimentado pelo Sistema Capitalista de produção. Além disso, se entende que a disputa pelo poder e hegemonia sobre algo também projeta a necessidade de classificar ou julgar o outro que está nessa disputa. Dessa forma, possivelmente, essa corrida pelo domínio social e suas ramificações fez com que esse processo de julgamento saia da esfera da essência humana, e o coloque no patamar de estratégia de manutenção de um sistema de relações de forças de acordo com quem o determina.

Seyferth (2002) reforça que existe uma base econômica de construção do racismo. Isso acontece, pois a preocupação da manutenção do progresso econômico e social de determinados grupos e sociedades fez com que se tentasse encontrar alguma forma de preservar a dominação institucionalizada que assegura as vantagens econômicas e de poder (SEYFERTH, 2002). Neste contexto produtivo, as diversidades e as classificações sociais se deslocam para o ato de diferenciar por inferiorização e de planejar manobras de manutenção dessa distância social para fins econômicos. Dessa forma, o racismo se instrumentaliza como umas das estratégias de transformação da diversidade humana em desigualdade, e assim surgem ações de preconceito e manipulações frutos das interações pré-determinadas e controladas (MAIO, 2000). Isto posto, o Marcos Maio (2000) acrescenta que a noção de estagnação de algumas raças se baseia nessa necessidade de progresso econômico que criou a ideia de que a heterogeneidade seria um

1998). Essa relação é determinada por diversos critérios de separação/diferenciação desses povos, devido ao medo e ao poder. A Xenofobia, permanece em nossos dias até hoje, porém com diferentes máscaras. Na história, fenômenos de preconceito e exclusão se mantem dentro do imaginário e das ações sociais a partir de renovações constantes da absorção dessa ideia e das redes relações de poder estabelecidas. O racismo é uma ramificação da Xenofobia que amplia e intensifica a discriminação em frente ao ser considerado externo (não pertencente).

obstáculo para o desenvolvimento da humanidade. “A desigualdade concedida como beneplácito é a própria essência do racismo.” (SEYFERTH, 2002. p. 41).

Dado toda essa sequência de relações entre o racismo e a desigualdade social capitalista, entende-se que os grupos inferiorizados por essa categorização social (como os negros, pardos, indígenas, asiáticos, entre outros), fazem parte - junto com os excluídos economicamente (classes sociais mais desfavorecidas) e os gêneros subordinados (mulher, homossexuais, *trans.*, etc.) – dos grupos excluídos nas cidades capitalistas e sua produção. Logo, *o espaço urbano exerce um duplo papel: de imagem e de produtor da segregação racial e todas as suas dimensões de discriminação.* A produção do espaço urbano se constrói: no não acesso a propriedade por esses grupos; na não participação urbana deles; e na determinação dos seus espaços ocupáveis, justificado em todo o complexo conceito de inferiorização que constitui o racismo.

Por fim, as práticas racistas podem ser entendidas como sistemas instrumentais para a manutenção de um grupo dentro do contexto de injustiça social, enquanto o outro, convive com a dominação e o poder legitimado por suas próprias teorias e ações (DA SILVA, M. 2002). Enfatizo também que mais do que a questão de desigualdade social apresentada, a história também tem importantes pontos de convergência a serem explorados sobre essa relação: racismo – cidades capitalistas.

Com o foco desta dissertação no Brasil, pode-se afirmar que, nesse caso, toda a complementariedade entre estas duas esferas sociais apresenta a mesma base de construção apresentada neste texto. Isso acontece, pois este se institui como um país capitalista, em que, como já se sabe, a produção do espaço urbano e suas dimensões se estruturam nesses mesmos pilares sociais o que inclui o racismo e sua segregação espacial. Beatriz Nascimento (1987) citada por Ratts (2006) complementa que: o Brasil apresenta um “*Racismo Múltiplo*”, pois se configura em um emaranhado de vetores sutis e complexos que estruturam uma rede de pensamentos e ações ao longo de sua história e na atualidade.

Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e social, participa precariamente de vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas qualitativamente desigual. (SPOSITO, 2001. p. 129).

No país, esse regime social se implantou no século XVI, em sua colonização pelos portugueses, e se mantém como elemento identitário nas práticas sociais até os dias atuais, através de mecanismos como: teorias; políticas públicas; projetos de configurações sociais;

através da ciência, e principalmente, através da produção do espaço urbano associada a cada uma dessas estratégias.

Assim, com objetivo que o racismo e todo esse contexto seja absorvido e praticado pela população de forma silenciosa, justificativas e teorias foram apresentadas à sociedade brasileira de maneira sutil e as vezes até absorvida e incorporada no cotidiano de maneira acrítica. Simultaneamente com todo esse processo, o Sistema Capitalista foi sendo instaurado e consolidado no país, o que torna importante a análise aprofundada dessas histórias, dos sistemas que se entrecruzam e da interseccionalidade que alimenta as práticas racistas.

2.2.2 *Dimensão racial das classes sociais no Brasil*

Resumamos: antes do capitalismo, a violência tem um papel extra-econômico. Com o capitalismo e o mercado mundial a violência assume um papel econômico na acumulação. E é assim que o econômico torna-se dominante. Não que as relações econômicas coincidam com as relações de raça, mas elas não se separam. (LEFEBVRE, 2006. p. 437).

A disparidade socioeconômica no Brasil, possui duas características importantes que se relacionam com o racismo: sua função como disfarce das práticas racistas; e uma correlação cotidiana de ambas desigualdades¹⁸.

Primeiramente, as classes sociais são apropriadas como uma maneira de apagar o racismo, e, dessa forma, mantê-lo na sociedade. O desequilíbrio econômico, faz com que as práticas racistas e toda sua complexidade se apresentem fantasiadas de uma diferença de classes sociais, o que reduz o problema e o tira da esfera social e humana para torna-lo objetivo e parte do sistema (PACHECO, 2013). Porém, não se pode esquecer que a pobreza e a riqueza possuem dimensões raciais inquestionáveis (CARNEIRO, 2004).

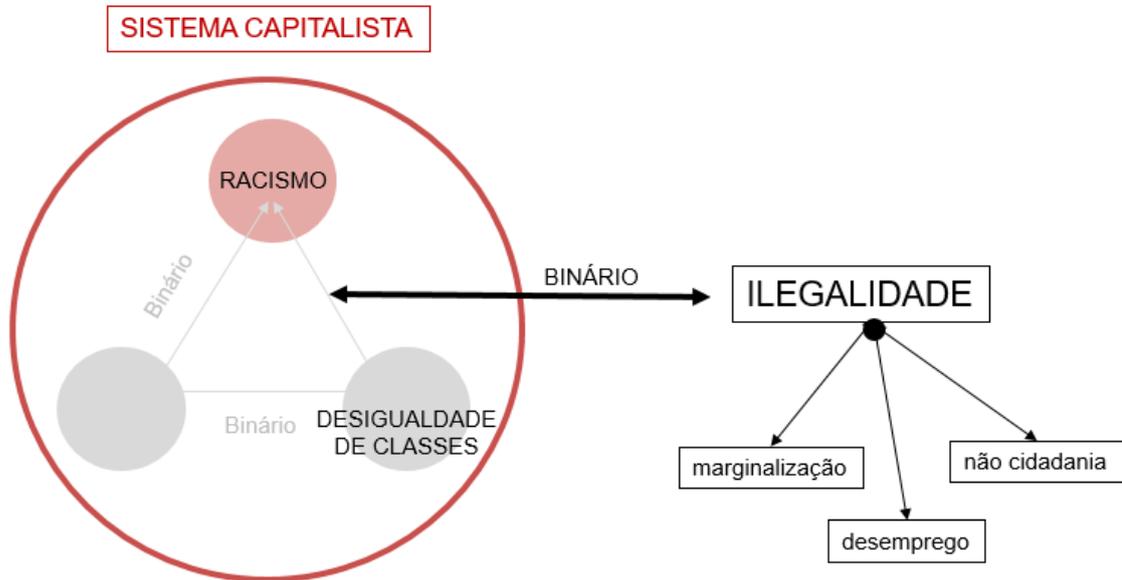
Além disso, esse entendimento se amplia, e as expressões e práticas racistas se estabelecem também em coexistência com a desigualdade socioeconômica, e isso vem sendo construído ao longo de toda história do Brasil, desde o fim da escravidão no final do século XIX¹⁹ (PACHECO, 2013). Como um ciclo vicioso, os negros ao longo da história brasileira foram direcionados obrigatoriamente a ocupar uma posição social de exploração e ilegalidade, como uma continuidade do regime escravista e sua anulação social construída. Essa posição social, econômica e política continuou a ser alimentada durante todos os anos por todos os sistemas e teorias que continuaram a ser construídos e praticados. Ou seja, princípios

¹⁸ GARCIA, 2009; PACHECO, 2013.

¹⁹ O período pós-abolição será melhor trabalhado no Capítulos 3. Entretanto, adianto que na época da libertação dos escravos, 1888, não houve nenhuma preocupação institucional em inserir os recém libertos socialmente. Os negros tiveram que iniciar sua liberdade presos a ilegalidade e longe de direitos e da cidadania.

capitalistas, como: propriedade privada; desigualdade; acúmulo de capital; e a ideia de trabalho e exploração, se relacionam na prática com as ações racistas no Brasil (GONZALES, 2011).

Gráfico 8- Associação Gráfica entre Racismo e Desigualdade de Classes.



Com passar dos anos a desigualdade social, quando retratada somente na perspectiva de classes e disparidades financeiras e estruturais, começou a ser questionada no país. Porém, não se compreendeu ainda que essa sociedade desigual também apresenta como base relações discriminatórias raciais, da mesma forma que o racismo tem essa desigualdade como combustível e escudo da sua manutenção²⁰. Toda essa associação, mesmo que teoricamente compreendida, manteve-se silenciada até os dias de hoje. Por esse motivo, ao contar a história do racismo e do espaço nos próximos capítulos, esse binário será retomado e reconhecido constantemente nos acontecimentos sociais selecionados.

2.2.3 Dimensão racial da sexualidade no Brasil

Esse é um exemplo do princípio que rege certos determinismos biológicos – a hierarquia segue os desígnios da natureza; como consequências, as próprias classes sociais e a divisão de gênero são conformadas pela anatomia. (SEYFERTH, 2002. p. 25).

²⁰ Essa relação não é de exclusividade brasileira. Retomando a leitura de Ângela Davis (2016), no mundo, a partir do início do século XX, o Movimento Socialista ganhou espaço na mentalidade das pessoas e começou a trabalhar o racismo e o sexismo como componentes da desigualdade social elementar do Sistema Capitalista. Esse movimento foi um dos princípios da ideia de interseccionalidade, pois já se reconhecia que o racismo e o sexismo seriam componentes sociais que deixariam ainda mais vulneráveis os grupos prejudicados do mundo capitalista. Porém, ainda não se trabalhava essas duas outras formas de opressão em igualdade, pois o foco da luta era a classe trabalhadora (DAVIS, 2016). Mesmo assim, Karl Marx (1818-1883) inicia esse diálogo e essa estrutura de análise que a posteriori veio a ser reconhecida (GARCIA, 2009).

Entre o sexismo e o racismo existe uma complementariedade opressiva inquestionável, que vem sendo sustentada através do controle e da invasão do corpo, da sexualidade, do gênero e das relações. Mais do que objetivos em comum de manutenção de hierarquias pré-estabelecidas, tanto o racismo como o sexismo tem uma origem ideológica semelhante: a biologia, ou seja, a genética (GONZALES, 2011). Segundo Lélia Gonzales (2011), essas duas formas de discriminação têm como princípio base de dominação justificativas (adotadas como) científicas que explicam as diferenças humanas de uma maneira determinista e subjetiva. Assim como as raças foram rigidamente estabelecidas, o masculino e o feminino tiveram suas diferenças biológicas diretamente associadas às características sociais, psicológicas e de desenvolvimento (GONZALES, 2011). Tudo isso, com o objetivo de controlar as vidas sociais e políticas dos cidadãos, posicionando cada um em sua função dita como “natural”, de forma que o ciclo de funcionamento capitalista não se rompa.

Essa associação entre a ciência e o social se dá, estrategicamente, porque tanto a raça quanto o gênero são categorias sociais que precisam ser controladas para que relações de produção não sejam prejudicadas. O processo de opressão em ambos os casos, e principalmente quando associados, tem relação com uma dominação e um controle do sujeito em suas categorias sociais e simbólicas de reprodução social, baseado em causas biológicas (consideradas imutáveis) (PINHO, 2007).

Segundo Osmundo Pinho (2007), o gênero seria uma das categorias sociais em que homens e mulheres têm seus comportamentos e relações moldados e determinados por duas estruturas principais do mundo capitalista: a sexualidade e o casamento. A sexualidade é o corpo, o primeiro espaço ocupado pelo homem e pelo seu contexto material de existência, ou seja, compreende em: elementos físicos, biológicos, estéticos e comportamentais (PINHO, 2007). Para encaixá-los em moldes de gêneros pré-definidos seria preciso que houvesse um controle desse corpo e a imposição de estereótipos físicos e de comportamento. Isso demonstra que, na verdade, o controle da sexualidade que se configura em um mecanismo rotulador, e não a sexualidade em si. Novamente, essa ideia traz o controle do corpo, pois, de acordo com Pinho (2007, p. 142): “[...] o corpo é chamado a sustentar determinados princípios estruturais, sendo produzidos, nesse espaço, representações, discursos e práticas que põem junto, de modo articulado e complexo, os gêneros, as raças e a sexualidade.”

O casamento se trata de uma outra estrutura capitalista que tem como objetivo diminuir os comportamentos considerados “desviantes” sob os olhos desse próprio sistema²¹ (PINHO,

²¹ Dentre esses comportamentos relembro as antigas proibições morais de casamentos entre pessoas de classes sociais diferentes, o que demonstra a proibição de uma possível forma de mobilidade social.

2007). Mais ainda, o casamento também é uma estrutura de controle, essencialmente, tanto na questão racial, quanto de gênero. No âmbito do racismo, o casamento foi um instrumento inquestionável de branqueamento no século XIX no Brasil, pois incentivava (e as vezes impunha) a união entre negros e brancos com o intuito de melhorar a qualidade racial brasileira (PINHO, 2007). Já no sexismo, o casamento é, até hoje no Brasil, uma estrutura de aprisionamento feminino, prestígio masculino e questionável, e, a até pouco tempo, proibido em relação a outros gêneros (como as lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, entre outras possibilidades) (PINHO, 2007). Portanto, o casamento também limita a sexualidade, e vice-versa.

Considerando essas definições e instrumentos, os gêneros masculino e feminino foram estabelecidos através da concepção de características fixas e hierarquizadas, que se traduzem na sua sexualidade e na relação entre eles (casamento). O masculino possui uma sexualidade considerada instintiva e permitida, e o casamento significa a consolidação de seu prestígio, virilidade e “macheza”. Já o feminino tem a sua sexualidade limitada, pois não é moral, e deve se restringir apenas à afetividade conjugal. Assim, como a sexualidade feminina se estabelece presa ao casamento, suas funções sociais e seu *status* de subordinação ao marido também são presos a essa instituição (PINHO, 2007)²².

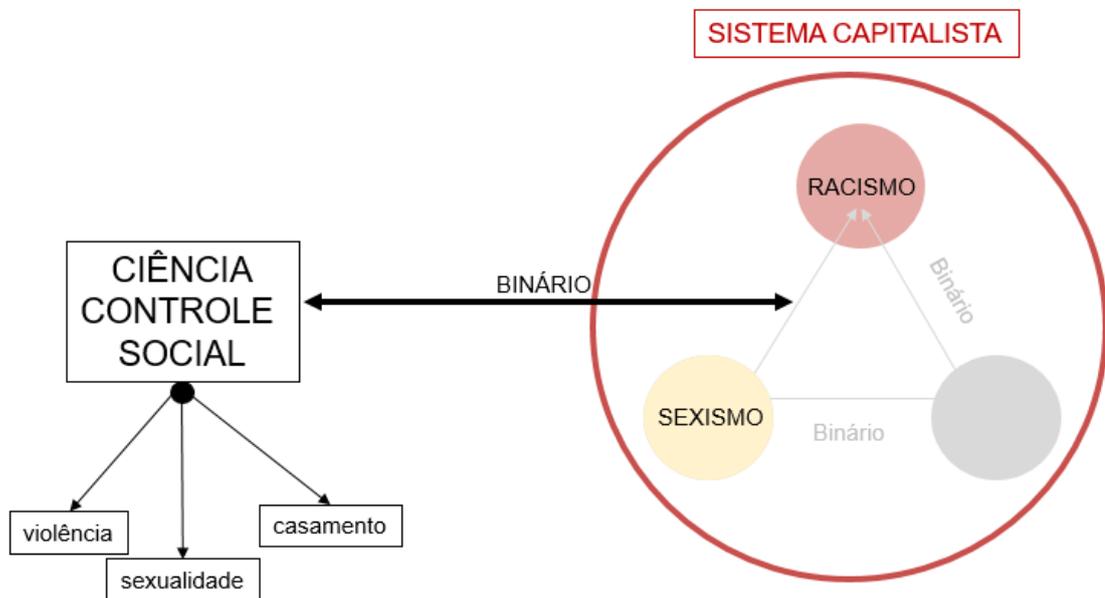
Entende-se, então, que existe uma relação completamente assimétrica entre os gêneros que foi percebida, mantida e alimentada durante toda a história do Brasil (PINHO, 2007). Segundo Davis (2016), no regime escravista, as mulheres negras e escravas tinham o seu gênero, ou seja, sua identidade social retirada, para torna-las animais em relação aos outros indivíduos (e até aos escravos homens), o que atribui um valor de reprodutibilidade e sexual à essas mulheres. Isso legitimou muitos abusos sexuais durante a época da escravidão e a violação do corpo feminino negro tornou-se parte inerente a sua obrigação no trabalho. Muitos homens também sofreram abuso sexual, porém isso era rotina para as mulheres escravas, pois sua condição feminina legitimava a exploração sexual pelos seus proprietários (DAVIS, 2016).

Depois do fim desse regime em 1888, o estupro e a violência sexual passaram a ser reproduzidos e legitimados de outras formas. O estupro, por exemplo, foi visto como uma forma de domínio econômico e imposição hierárquica sobre as mulheres, sobre as mulheres negras, e até sobre os homens negros (que eram considerados culpados pelos estupros ou considerados

²² Dentro de toda essa concepção histórica, percebe-se que nenhum outro gênero foi considerado, pois de fato no sistema em que nos encontramos, as outras tantas variedades não são nem ao menos contempladas ou até citadas como desviantes. A pouco tempo esses grupos vem ganhando reconhecimento e direitos sociais, porém ainda se encontra em uma caminhada muito longa para a conquista do respeito e da cidadania devidos.

incapazes de manter o controle da família) (DAVIS, 2016). Isso demonstra que a violência física e sexual, principalmente das mulheres, negras, foram concebidas também como um veículo histórico de manutenção de todas aquelas forças e posições sociais já evidenciadas nesta dissertação. Manteve-se essa cultura no Brasil através de políticas públicas e divulgações de estereótipos e ideologias em massa que construíam a ideia de que: as mulheres, negras, provocam esse tipo de ação do homem, com o objetivo de branqueamento; e os homens, negros, seriam os principais vilões e estupradores, devido a associação do homem negro com instinto, animalidade e virilidade (DAVIS, 2016).

Gráfico 9- Associação Gráfica entre Racismo e Sexismo.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

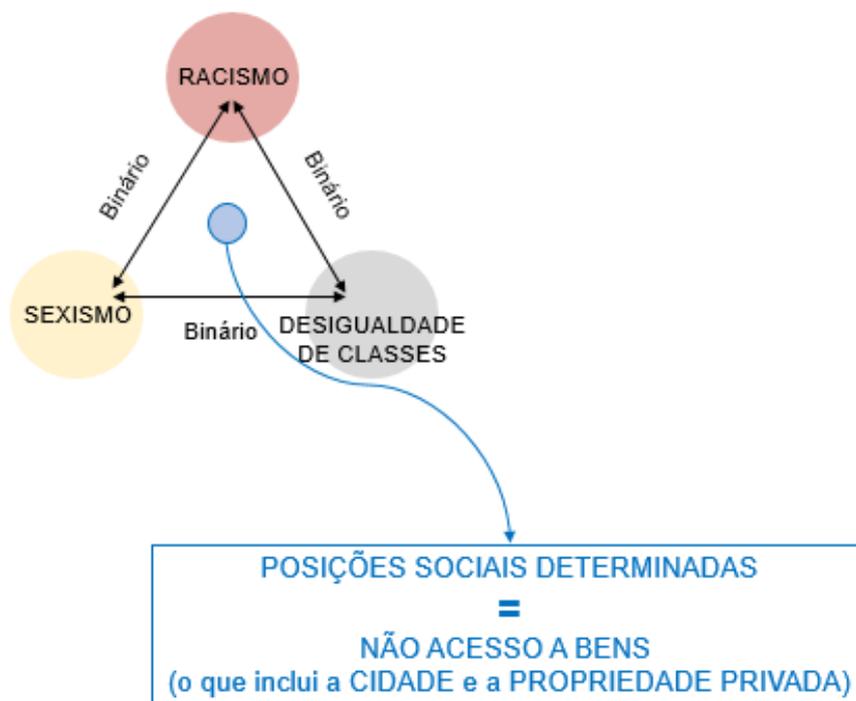
Não foi só a violência entre gêneros e raças que se renovou. O sexismo e o racismo também tiveram que se atualizar dentro da sociedade - tanto para se manterem, quanto para se sustentarem já que, juntamente com a desigualdade de classes, os três formam um tripé indissociável de opressão (PACHECO, 2013). Considerando os diversos sistemas que alimentam essas discriminações, destaca-se no Brasil um sistema relevante de atualização do “sexismo racista”: a Educação (GARCIA, 2009).

Muito mais do que os veículos de comunicação em massa, de acordo com Antônia Garcia (2009), a Educação se estrutura como a principal instituição de produção de bens simbólicos. Da mesma forma que a Educação pode guiar a construção de relações sociais horizontais e democráticas, ela pode reforçar a segregação e a dominação. No caso brasileiro, no contexto de um país com a Educação mais desigual da América Latina, a reprodução da desigualdade seria consequência e estratégia (GARCIA, 2009). Um exemplo disso é o ensino

da disciplina de História nas instituições brasileiras, no qual a história narrada e transmitida é contada através das perspectivas “vencedoras” – reproduzindo valores dominantes como o patriarcado e o machismo (GARCIA, 2009). Além disso, somente em 2003, a história dos povos “oprimidos” passou a integrar as temáticas das aulas, na qual pela primeira vez se posicionou os negros, africanos e indígenas como sujeitos históricos e construtores sociais no Brasil (GARCIA, 2009). Comprova-se, nesse contexto, o atraso brasileiro em legitimar todas as complexidades que compõem sua sociedade.

Todas essas relações e complementariedades ideológicas entre o racismo, o sexismo e a desigualdade econômica podem ser comprovadas na prática social, no cotidiano e nas expressões sociais. Segundo Pinho (2007), a partir do racismo e do sexismo, acessos à educação, renda, serviços, qualidade de vida e outros tantos bens capitalistas se tornaram ainda mais assimétricos. Isso fez com que houvesse todo um processo de opressão de determinados grupos, além de uma perda social e uma desigualdade identitária, que gera uma disparidade na prática e na experiência cotidiana. A história do racismo, mais uma vez, pode comprovar essa tríade opressiva e tornar claro que práticas racistas, sexistas e discriminatórias fazem parte, não só de grandes acontecimentos, como do dia-a-dia dos brasileiros e nas cidades brasileiras.

Gráfico 10- Interseccionalidade de Opressões.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

3 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DAS PRÁTICAS RACISTAS NO BRASIL E O PROTAGONISMO DO ESPAÇO URBANO: NOS TEMPOS DA ESCRAVIDÃO ATÉ A ABOLIÇÃO (SÉCULO XVI AO XX)

3.1 Racismo de Origem – Século XVI ao XIX

‘A escravidão não nasceu do racismo; mas o racismo foi consequência da escravidão’ [...]. (WILLIAMS, 2015. p.144-145 *apud* GOMES, 2019. p.76).

A partir do século XVI as grandes navegações e explorações se iniciaram para que as potências mundiais, majoritariamente os países da Europa, encontrassem e conquistassem novas terras pelo mundo, com o objetivo de expandir o poder político e territorial delas e ainda explorar mão-de-obra e recursos naturais novos (VAINFAS; *et al.* 2014). A conquista se baseava em uma relação de interdependência (dominação-subordinação), chamada de Colonialismo²³ - entre a Metrópole (quem domina) e a Colônia (quem é dominado). O sistema implantado era parte chave do sistema econômico adotado no mundo europeu e no ocidente: O Mercantilismo²⁴. Esse contexto de experiência da colonização foi um dos eventos mais devastadores da humanidade. Segundo Laurentino Gomes (2019) do século XVI ao XIX, a população da *América Latina reduziu em 50%*, de aproximadamente 50 milhões para 25 milhões de pessoas, enquanto a população mundial dobrou no mesmo tempo.

Para que o Sistema Colonial existisse, a dominação através da violência foi considerada um caminho, porém, não era o suficiente. O medo e as guerras iniciais demonstraram ser o bastante para o estabelecimento desse modelo, mas não para mantê-lo. Para sustentar a economia mercantilista, o Colonialismo e a base que a suporta, seria necessário a exploração da mão-de-obra. Essa exploração tinha que acontecer da forma mais barata possível, e, a solução foi não estabelecer um preço, ou seja, tornar o homem considerado inferior uma propriedade do homem superior (GONZALES, 2011). E assim, começa a escravidão do século XVI.

²³ Também chamado de Modelo Colonial, o Colonialismo se trata de uma dominação de um território/país por outro. Esse domínio se dava em todas as dimensões, como: na política, através da subordinação da Colônia ao Estado da Metrópole; na economia com a relação de monopólio comercial entre os dois países em questão; e no social e cultural com determinações religiosas e de costumes advindos do dominador (VAINFAS; *et al.* 2014).

²⁴ O Mercantilismo se constituiu em um sistema econômico considerado, por muitos historiadores, como o primeiro estágio do Capitalismo (ainda não estruturado) (HASENBALG, 2005). Esse sistema se baseava em: intervencionismo Estatal; exploração e acúmulo de metais preciosos; balança comercial favorável (para a metrópole); e no Colonialismo. Logo, o Mercantilismo se estruturava na exploração econômica, social e política de um país, ou comunidade, pelo outro (HASENBALG, 2005; VIEIRA, 2016).

Segundo Antônia Garcia (2009), o Sistema Escravista dessa época, foi um complexo sistema econômico-social de exploração da mão-de-obra, que já existia desde as primeiras civilizações do mundo. Entretanto, a escravidão a partir do século XVI foi estruturada em novas vertentes: raça e origem dos povos (GARCIA, 2009). Gomes (2019) complementa essa diferenciação ao ressaltar que durante os diversos sistemas escravistas que marcaram os outros tempos da humanidade, denominada Escravidão Histórica, o homem escravizado era sempre o outro, ou seja, a seleção dos escravos tinha um princípio próximo a xenofobia, trabalhado no capítulo anterior. Diferentemente dessa época, a Escravidão Mercantilista (Moderna) se configurou como um sistema extremamente organizado e genérico, quando se analisa seu volume e sua adesão em escala mundial (dados indicam que no século XVIII cerca de *90% da pauta de exportação*, incluindo quatro continentes no mundo, era resultado do tráfico humano) (GOMES, 2019). Além disso, esse regime se definiu, ao longo de tantos anos em vigor, como sinônimo do racismo. Nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro (1997), na Escravidão Moderna os escravos nunca eram brancos.

O tráfico de escravos para as colônias e para as metrópoles foi estabelecido através de uma negociação e uma ampliação do sistema escravista que já existia na África, devido, principalmente, diversos conflitos entre os diferentes grupos africanos e indígenas deste continente (GOMES, 2019)²⁵. A existência da escravidão africana se revelou como uma das justificativas usadas para minimizar os horrores que ainda estavam por vir.

O racismo construído através e para a escravidão moderna se apropriava de características físicas e sociais para inferiorizar e legitimar a exploração desejada (SEYFERTH, 2002). No século XIII, a Igreja se apresentou como a primeira instituição que estabeleceu e reconheceu o racismo como uma classificação de raças por características físicas, que se soma aos costumes e a cultura, sem ainda denominar dessa forma. Mesmo com o tempo, esse conceito continuou a ser perpetuado como um modelo de classificação e dominação (SEYFERTH, 2002). Assim, no final do século XV os Estados se apropriaram dessa mentalidade social para justificar e implantar o Colonialismo e, principalmente, o Escravismo. O mesmo aconteceu aqui no Brasil. Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil foi institucionalizado como colônia de Portugal e adotou o regime escravista, principalmente dos povos africanos, por imposição da metrópole.

²⁵ Mesmo reconhecendo a veracidade desse fato, reforço que a escravidão existente na África não se baseava no racismo, e sim, nas relações de poder de um grupo em relação ao outro e devido aos conflitos internos. Segundo Gomes (2019), o continente africano apresentava o exercício da escravidão porque era um território extremamente fragmentado, organizado em Estados-nação, em que seus hábitos e tradições eram muitos distintos, potencializando conflitos.

Essa vertente ideológica trouxe a noção de que os negros eram seres exóticos e pitorescos a serem salvos pela chamada “civilização”, os países mais desenvolvidos e brancos – as metrópoles. Dessa forma, a escravidão seria, então, um meio desses seres inferiores conseguirem o perdão por todos os atrasos e impurezas que essa raça carregava consigo, biologicamente e culturalmente (GOMES, 2019). Na época, a religião principal das metrópoles ainda era o Catolicismo, que carregava como um dos principais dogmas e objetivos o expansionismo da fé e da sua prática, e a primeira noção de racismo. Além disso, ou para isso, alimentavam em seu fieis e praticantes a missão de que os mesmos ensinem (ou melhor doutrinem) novas pessoas que até então tinham práticas culturais distintas. Esse pensamento demonstra justamente a ideia de construção de uma hegemonia - europeia, branca e católica - a partir da disseminação/imposição de uma prática cultural considerada melhor do que as demais, no caso, a religião europeia reconhecida como exemplo de moral, costume e estrutura a ser seguido.

A ciência vem como um outro braço para justificar essa hierarquia social entre a Europa e os possíveis países a serem colonizados e/ou os povos a serem escravizados. Segundo Giralda Seyferth (2002), no século XVI, a principal base de sustentação para essa dominação social era a diferença entre os fenótipos²⁶. Nessa época uma hierarquia de fenótipos foi estipulada, em que se classificava as “espécies” humanas como mais evoluídas e menos evoluídas, através: da cor da pele, características corporais, linguagem, comportamentos, costumes e religião (SEYFERTH, 2002). A escala determinava que a “espécie” humana mais evoluída seriam os brancos, enquanto os negros eram classificados como os menos evoluídos. De acordo com algumas teorias desenvolvidas nessa época, a categoria biológica e o julgamento evolutivo se associaram a construção do conceito de raça já trabalhada neste texto²⁷, e se tornaram determinantes para uma prática racista institucionalizada. Pela primeira vez, a cor aparece como critério (científico-social) de inferioridade ou superioridade entre as pessoas e as comunidades (SEYFERTH, 2002).

Todo esse intenso e duradouro sistema escravista necessitava mais do que justificativas biológicas e religiosas para a manutenção da estrutura social, e a *origem* se tornou a vertente principal de construção desses conceitos. De acordo com a *Teoria de Berço* analisada por Nah Dove (1998), no século XVI grandes intelectuais consideravam e disseminavam que existiam no mundo dois berços distintos, o Norte e o Sul, com valores completamente diferentes. Esta

²⁶ Fenótipo compreende em um conjunto de características físicas e comportamentais que são associadas a genética de uma determinada espécie ou grupo de seres vivos (SEYFERTH, 2002).

²⁷ Se necessário, retomar a leitura da seção 2.2.1 desta dissertação.

separação estava associada a todos esses sistemas de dominação que enfatizavam as diferenças culturais e de hábitos entre as sociedades europeias e as demais, como por exemplo: o exercício da política; a estruturação social; o papel da mulher na sociedade; forma de gestão e economia, entre tantas outras distinções (DOVE, 1998). Construiu-se então, a partir dessa partição do mundo, mais essa justificativa da superioridade europeia²⁸, e branca, sobre os outros povos, principalmente os negros, o que tornou fácil a criação de diversos mitos, conceitos e até “provas” científicas que legitimavam a escravidão.

Uma outra justificativa seria, na verdade, os bastidores da economia mercantilista (HASENBALG, 2005). O Mercantilismo trazia em sua base o propósito de que as grandes potências mundiais iriam auxiliar o desenvolvimento dos demais países, principalmente de suas colônias. Fazia parte do desenvolvimento econômico deles promover o desenvolvimento dos seus “inferiores” (HASENBALG, 2005). Isso gerava uma falsa impressão de benefício para a colônia e mais ainda de uma “bondade” da metrópole.

Essa máscara da bondade, pôde ser percebida em todos estes mecanismos de justificativa estudados, e foi chamada no Brasil, principalmente na perspectiva religiosa, de: *Missão Civilizatória*. Os valores sociais construídos estabeleciam que os países colonizados, seriam, em todos os sentidos, e comprovado cientificamente, inferiores, ou seja, para que seu desenvolvimento acontecesse eles precisavam da Metrópole, os mais desenvolvidos (GOMES, 2019). Nesse pensamento, o Brasil, a África, e seus povos, seriam inferiores a Portugal. Assim, entende-se que: a ciência, com sua base comprobatória; a religião, com sua base cultural e “humana”; e a economia, com sua intenção desenvolvimentista, trouxeram um pacote de exploração revestidos de benefícios evolutivos para os colonizados brasileiros e os negros africanos escravizados e trazidos para o país.

Nesse contexto cultural, a escravidão se tornou mais do que um sistema econômico. Ou seja, esta seria um sistema que se sustentou, social e politicamente, em grandes projetos sociais que se adentaram no Brasil, (e que provavelmente ainda não se dissolveram) como: a economia (Colonialismo), a religião, a ciência e a cultura (Eurocentrismo). “Inconscientemente a

²⁸ Essa superioridade europeia, tão bem edificada nesses pilares, foi nomeada mais tarde como Eurocentrismo. Trata-se de um sistema imposto em que a Europa se porta e se considera como o centro da história humana e afirma sua superioridade. Na época, o Eurocentrismo era uma realidade vivida e estabelecida mundialmente. Todo esse pensamento apaga (intencionalmente) o outro “berço mundial”, o Sul (principalmente a África e a América do Sul), não o reconhecendo como cultura, sociedade, povo, ou parte da humanidade (DOVE, 1998). Muitos intelectuais acreditam que o Eurocentrismo e o Colonialismo ainda perduram em muitas sociedades, inclusive no Brasil. Isso porque se configura em um sistema de base ideológica-social que se edifica na superioridade experienciada, sendo ela nos aspectos mais diversos refletidos do cotidiano social, como: origem, cultura, economia e política.

implantação nas nossas mentes da semente do imperialismo racial iria manter-nos para sempre na escravidão.” (HOOKS, 2014. p. 88).

Em complemento a essa análise, Lilia Schwarcz (2012) e Laurentino Gomes (2018) afirmam que a escravidão do século XVI em diante se configurou em um sistema em que a relação de subordinação vai além do domínio. Isso acontece uma vez que o escravo se torna propriedade de um determinado dono (branco) por razões racistas. Dessa forma, tanto essa relação, quanto as individualidades, histórias, e os povos escravizados se intoxicaram. Portanto, a escravidão retira a cidadania, legitima violência, e cessa com o controle desse ser humano sobre sua própria vida, corpo e liberdade (GOMES, 2019). “[...] o destino do escravo não lhe pertencia. Privado de qualquer possibilidade de escolha, estaria sempre à mercê da vontade e das necessidades do seu amo.” (GOMES, 2019. p. 67).

Como um domínio ideológico consistente e articulado com o sistema social complexo implantado, o racismo se corou no cotidiano gestado pelas instituições do sistema escravista brasileiro. Porém, além da construção das justificativas da exploração, um processo de *silenciamento* dos escravizados e dos colonizados deveria complementar as práticas racistas para que qualquer tipo de questionamento fosse evitado. José Cortés (2008) detalha a construção das relações de poder, ao definir que para este tipo relação, baseada no desequilíbrio de forças, perdurar, a principal forma de sustenta-la seria fazer com que a parte mais reprimida não perceba essa submissão ou até mesmo enxergue benefícios nessa relação (CORTÉS, 2008). Portanto, entende-se que a submissão, a construção e a absorção de valores de aceitação dessa configuração de forças se fizeram necessárias para a estruturação desse sistema.

Na história tradicionalmente estudada, se conhece todas as leis, relações de poder e violência assustadoras que a escravidão carregou durante anos no Brasil. Entretanto, a forma de manutenção do sistema escravista vai além das imposições e agressões. Ela se mantém no silêncio, e sua continuidade se estrutura na da anulação individual e, em massa, das identidades. Em séculos de escravidão destacam-se quatro maneiras principais em que essas condições se processaram no país: o silenciamento da voz política; o cessamento da liberdade; a simbologia dos maus-tratos; e o apagamento da memória dos negros.

Segundo Ângela Davis (2016), os escravos - sendo eles alguns grupos nativos das colônias ou, principalmente, os negros africanos - não possuíam voz na sociedade em que eles foram compulsoriamente deslocados. Mais do que isso, o grupo/posição social escravos, trazia, juntamente com ele, a classificação desses homens como propriedade, objeto e até animais, o que novamente reiterava a não-humanidade desses “não-brancos” (DAVIS, 2016). Essas classificações vêm da mercadorização desses escravos e da sua categorização inferiorizada

baseada em todas as teorias anteriormente citadas. E, de fato, seguindo a lógica dominante da época, quem não é humano não teria voz na sociedade (DAVIS, 2016). Esse silêncio significava uma exclusão total da cidadania, de direitos e da participação de decisões coletivas. Um silêncio político que não tinha espaço para ser quebrado.

Ainda de acordo com a autora percebe-se que a não liberdade também seguia esse critério do não-humano. A liberdade em todos os seus âmbitos não seria direito de alguém que não fosse considerado nem homem, e nem sujeito social. Porém, no caso dos negros, principalmente, a liberdade ia além de acessos, direitos e relações sociais. A não liberdade se encaixava em uma vida vazia de direitos sobre seu próprio consciente e seu próprio corpo (DAVIS, 2016). O direito sobre sua mente se perdia justamente a partir do silenciamento, e também da extinção da memória e da identidade do seu povo. Já a perda do seu próprio corpo se dava junto com a legitimidade dos maus-tratos e da animalização desses homens e mulheres.

Isto indica meramente quão efetivamente os colonizadores são capazes de distorcer a realidade dos colonizados para que eles abracem conceitos que lhe fazem mais mal que bem. Uma das táticas opressivas dos escravagistas usadas para prevenir as rebeliões e revoltas dos escravos, foi a lavagem cerebral dos escravos para acreditarem que seria melhor para o negro ser cuidado como escravo do que ser povo livre. (HOOKS, 2014, p. 58).

Bell Hooks (2014) relembra que a escravidão estabeleceu um domínio de uma sociedade (branca e, majoritariamente europeia) sobre uma outra (negra, não europeia) através de uma hierarquia (científica) de raças, manipulada para que o primeiro grupo se sobrepusesse ao segundo. Dessa forma, o próprio corpo passou a ser direito do outro, e os maus-tratos, castigos, estupros, crueldades e abusos passaram a ser, não apenas violência física ou invasão, mas métodos de controle dessa população ditos como justos e de direito do senhor (para além da alienação e do silenciamento) (HOOKS, 2014). “O controle social do escravo passava pela contenção física via castigos corporais, mas não se resumia a ela, tendo na repressão dramática da linguagem um elemento central que resultava em um estado psíquico de permanente tensão e conflito.” (NKOSI, 2014, p.95).

Gomes (2019) complementa que, durante a escravidão no Brasil, existiam três categorias principais de castigos para os escravos, sendo elas: captura e contenção; a tortura; e as surras. Isso reforça que essas formas de punir violentamente traziam, em sua essência, a minimização da liberdade e a invasão do corpo, a única propriedade que não era possível que os negros perdessem completamente²⁹.

²⁹ É importante ressaltar que no século XVII, no Brasil, foram institucionalizadas leis de proteção contra os abusos dos senhores sobre os seus escravos. Isso possibilitava que os trabalhadores denunciasses os exageros dos castigos (GOMES, 2019). Entretanto, lembro que o sistema, na verdade, não se preocupa com os explorados, então essas leis dificilmente se confirmavam como de fato proteção aos escravizados. Pelo contrário, o autor afirma que as

O silenciamento e a violência física só se consolidaram e se legitimaram, de acordo Nah Dove (s/d), a partir do quarto mecanismo de manipulação: a perda de identidade do indivíduo e da noção de povo. Uma das estratégias mais fortes de implantação da escravidão se baseou na anulação, ou melhor no esquecimento, da origem desses povos. Segundo Nah Dove (s/d, p.4):

A ‘teoria do berço’ foi uma tentativa de mostrar que as distinções entre as pessoas podem estar ligadas às suas convicções culturais. Cultura está inserida tão profundamente em um povo que sua identidade humana como pessoas e indivíduos é moldada por ela. Além disso, para um povo manter a cultura, é necessário preservar a memória cultural através do seu conhecimento histórico, linguagem e psicologia.

Sendo esse o entendimento e a cultura da época, os colonizadores detectaram que a melhor forma de domínio seria: *anular a memória histórica de um povo, justamente apagando seu contexto e espacialidade de origem*. Logo, o tráfico de escravos da África para as colônias ultrapassou a condição de apenas um deslocamento de mão-de-obra, pois ele adquiriu uma *significação simbólica* constituída pelo espaço: a separação do homem da sua terra.

A retirada de um indivíduo do seu território, representa então arrancá-lo de seu núcleo de relações, espaços cotidianos e de memória, o que produz um definhamento contínuo, ao longo dos anos, de: seus costumes, práticas e até da sua própria identidade. A separação entre o sujeito e o seu espaço engloba então uma perda individual e coletiva através da separação de famílias, hábitos, costumes e afetividades que se rompem pela quebra da relação entre o homem e o espaço (seu espaço de origem). Além disso, o tráfico também determinou um alto grau de desumanidade em sua execução durante todo o percurso do negro escravizado até a colônia de trabalho. Essa, de acordo com Lilia Schwarcz (2012), seria mais uma estratégia que ultrapassou o apagamento da memória e da identidade enquanto indivíduo e povo, pois produziu uma perda da condição humana³⁰.

Antes de chegar ao seu local de trabalho, os momentos de transporte eram os mais críticos. Além do deslocamento internamente nos países, o navio negreiro se tornou um poderoso instrumento de morte e de disciplinamento da mão-de-obra (GOMES, 2019). Cerca de 1.818.680 (10%) de escravos *morreram* durante as viagens de *navio (aproximadamente 14 por dia)*, tanto que o Oceano Atlântico foi nomeado de “*cemitério dos escravos*” e os navios de “*tumbeiros*” (GOMES, 2019). De acordo com o autor, o momento mais tenso da viagem

autoridades se recusavam a punir os senhores de escravos, alegando que isso seria mal exemplo para o restante deles, e, em um país de grande extensão e distância, as grandes fazendas se localizavam tão longe dos centros urbanos, que o ato de denúncia seria muito difícil para a vítima, podendo até ser evitado.

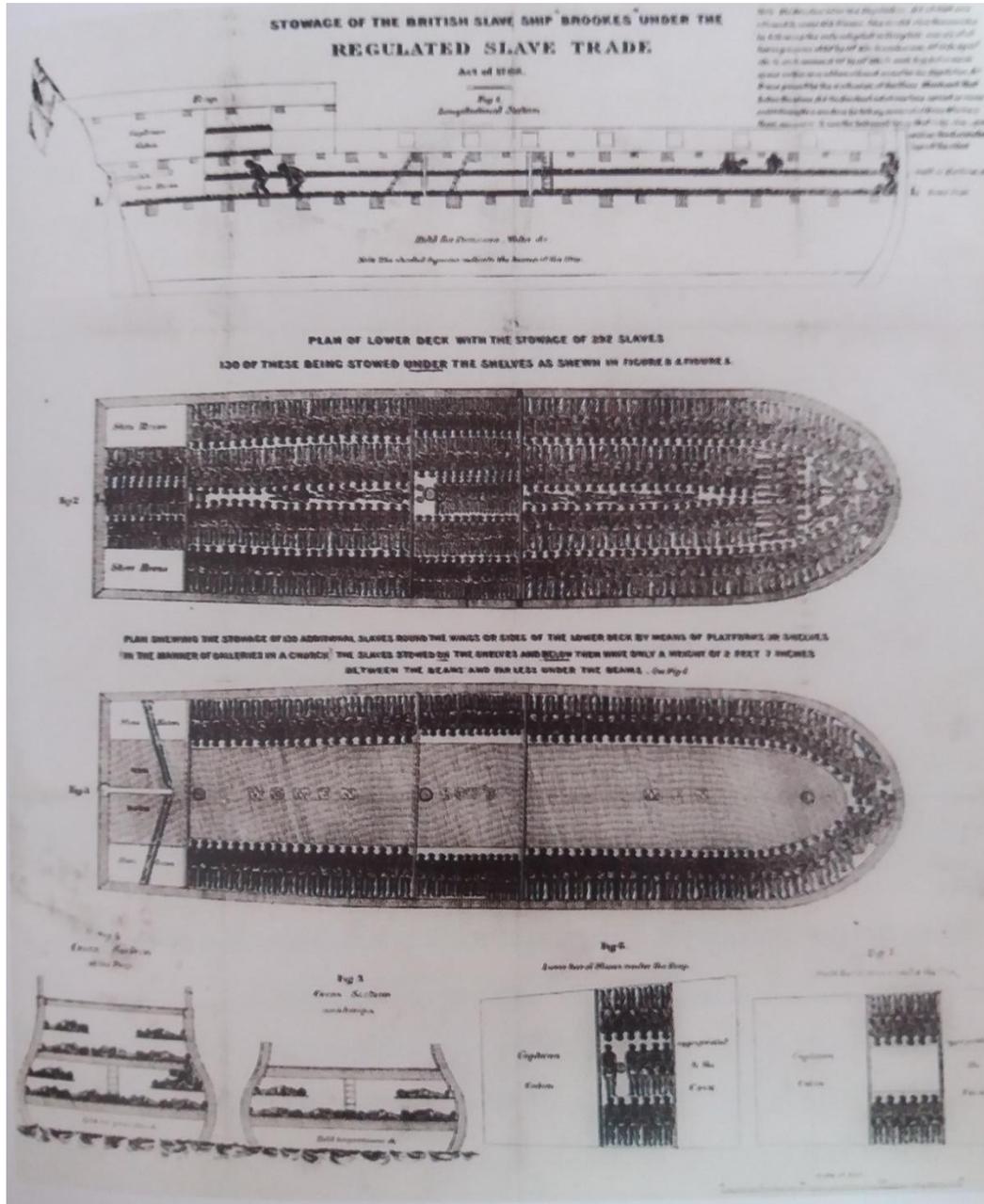
³⁰ Lembro ainda que o espaço também foi palco dessa ruptura simbólica quando se trata dos nativos das colônias. No Brasil, a destruição, desconfiguração das terras e a retirada dos povos indígenas de suas comunidades foi também um dos primeiros métodos utilizados para a implantação da escravidão desse grupo (MERCHANT, 1943).

para os escravos era início, enquanto ainda viam sua terra se distanciando cada vez mais. Esse momento apresentava os maiores índices de suicídio, da doença do “banzo”³¹, e as maiores chances de revoltas, o que comprova o tamanho da simbologia do espaço de origem e da sua desvinculação dele.

Para evitar essas mortes e conflitos, a planta do navio era de extrema organização e gestão, com o intuito de controlar revoltas, suicídios e desobediência (Figura 1). Nos navios, os locais dos escravos eram nos porões, e suas divisões se realizavam por gêneros. Esses locais eram pequenos, insalubres (sem ventilação, iluminação e local para as necessidades fisiológicas) e subdivididos em camadas que não permitia que ninguém caminhasse em pé. Eles se alimentavam principalmente de ração e exerciam trabalhos dentro dos navios com rigorosa organização, hierarquia, e funções determinadas, como forma de treinamento para o trabalho escravo que estava por vir (GOMES, 2019).

³¹ O Banzo se configura em um surto de depressão ocasionado pela tristeza da separação de sua pátria, de forma definitiva, que ocorria principalmente enquanto o território ainda estava visível para os escravizados (GOMES, 2019).

Figura 1– Planta de um navio negreiro medida através da escala humana e seus possíveis deslocamentos pelo espaço.



Fonte: GOMES, 2019.

Para Gomes (2019) outro momento sofrido que demonstra a importância do território de origem seria o momento da saída dos negros capturados de suas terras, em que o autor trabalha a chamada “Rota dos Escravos”. Em cada cidade portuária e de exportação dos escravos capturados em toda a África, existiam algumas “rotas dos escravos”, que seriam caminhos em que capangas do governo, ou privados, guiavam o deslocamento e as estadias desses escravizados até o porto de embarque dos navios negreiros (GOMES, 2019). Esse momento era tão significativo que esses percursos existem até hoje, como monumentos: as

“Portas do Não Retorno” (Figura 2). Estes são objetos, árvores ou até passagens, presentes nesses caminhos, em que os escravos realizavam rituais de despedidas da sua terra de origem, pois sabiam que a possibilidade de volta seria mínima³² (GOMES, 2019).

Figura 2- Porta do Não-Retorno em Ajudá, África.

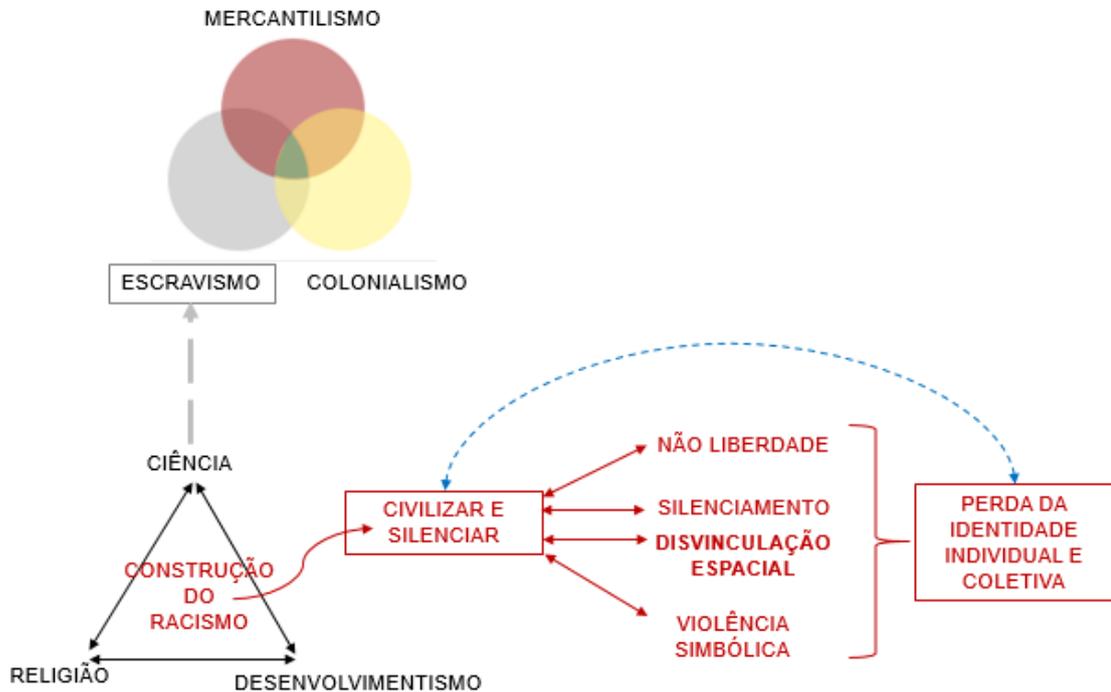


Fonte: WIKIPEDIA, 2019.

Conclui-se que a imposição e a escravização dos mais diversos povos, principalmente africanos, foram muito além da violência física e da exploração clara. Na verdade, esse processo se tratou de uma violência simbólica, em que o apagamento da individualidade de um sujeito, da coletividade de um povo, e da humanidade de um ser humano objetivava domesticar grupos em função dessa violência. Ou seja, o sistema não se sustentava pela exploração e o massacre de um grupo social, mas pelo silenciamento simbólico deste que tornou possível essa exploração e esse massacre.

³² Após abolição no Brasil, em 1888, poucos ex-escravos retornaram ao seu país de origem, e muitas vezes os motivos eram principalmente prisões políticas e deportação (GOMES, 2019). Os chamados *retornados* só tiveram condições de voltar, porque sem uma função e auxílio se tornaram indesejados no país. Mesmo assim, o número foi praticamente insignificante perto da quantidade de homens e mulheres negros que chegaram no Brasil (GOMES, 2019).

Gráfico 11- - Síntese da Construção da Escravidão.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Assim, desde esse primeiro momento percebe-se que o espaço já foi utilizado, pelos grupos dominantes, como instrumento inicial para a estruturação e fomentação da experiência intensa do racismo durante o sistema escravista no Brasil. O espaço silenciou, desvinculou, excluiu, e separou os negros de sua história e povo, e esse foi só início de uma constante prática racista através do espaço.

O sistema escravista, durou aproximadamente quatro séculos, se considerarmos que em alguns países da África a abolição só chegou no século XX. Nesse tempo foram *embarcados nos navios* para as colônias e as metrópoles cerca de 12.521.337 *escravos*³³ (GOMES, 2019). Mesmo com todas as perdas e dificuldades dos trajetos, chegaram aos destinos 10.702.657 *escravos*, sendo cerca de 4,9 milhões só no Brasil (aproximadamente 14.910 viagens tiveram como destino o país) (GOMES, 2019).

No Brasil, a partir do século XVI, logo com a sua colonização pelos portugueses a escravidão já foi adotada como principal meio de mão-de-obra, e assim continuou até o final do século XIX. Inicialmente, em 1511 tentou-se a escravização indígena, que apesar de logo

³³ É importante lembrar que o número de cativos foi ainda maior. Antes mesmo de iniciarem as longas viagens de navios, muitos africanos foram capturados nas cidades interioranas de seus países, o que sobe esse número para cerca de 23 milhões de pessoas escravizadas nesse período. Cerca de 40-45% iam morrendo pelo caminho até os portos de embarque, ou seja, aproximadamente, metade morreu antes mesmo de sair do seu país e embarcar nos “tumbeiros” (GOMES, 2019).

ser proibida pelos jesuítas (1549) permaneceu como parte do sistema até o século XVIII (GOMES, 2019). Mesmo com essa proibição, o processo de aculturação dos indígenas e o massacre desse povo foi assustador³⁴.

Em 1535 os escravos africanos começaram a chegar no Brasil. A partir desse momento, o país se tornou o *maior território escravista do hemisfério ocidental*, o que resultou, atualmente, na identificação do mesmo como o segundo país de maior população negra e/ou de origem africana no mundo (GOMES, 2019). Os escravos africanos eram extremamente benéficos para a economia portuguesa. Segundo Gomes (2019), o investimento da compra de um escravo se *pagava em 30 meses*, sendo que aproximadamente 48% dos escravos foram trocados por *cachaça e tabaco*.

Em meados do século XVIII, um homem adulto, saudável, em boas condições físicas, podia ser comprado em Luanda, capital da Angola, pelo valor equivalente ao de quinze chapéus de feltro. Ou catorze pares de meias de seda. Ou três barris de pólvora. Ou, ainda, 23 cadernos. (GOMES, 2019. p. 225).

O processo de compra incluía: avaliação física dos escravos em público e nus; e o transporte entre os portos e mercados para as fazendas e os centros urbanos. Este era realizado com os escravos acorrentados uns aos outros carregando “outras” mercadorias na cabeça, cerca de 25 a 30 kg (GOMES, 2019). Os mais valiosos eram homens de 10 a 14 anos, sem nenhum defeito físico, e, na maioria das vezes, escravos da mesma família eram separados no momento da compra o que evitaria possíveis organizações sociais (GOMES, 2019).

Cada um desses padrões, depois de anos e com a ameaça da abolição da escravidão, se transformou em normas de conduta e sugestões institucionais a serem seguidas através do *Manual do Fazendeiro* (1839). O Manual foi um livreto que apresentava procedimentos de compra e vendas dos escravos, formas de tratamento e castigos, dinâmicas de trabalhos e até algumas especificações de construção das senzalas (lugares de “descanso” e aprisionamento dos escravos) (TREVISAN, 2018). Luiz Felipe de Alencastro (1997) acrescenta que este Manual ainda apresentava a definição e a classificação dos diversos negros e mestiços do Brasil, a partir da exposição de algumas teorias científicas e culturais. Como tratado anteriormente, e também por esse documento, os negros tinham a obrigação de servir, devido a sua raça e origem, e, portanto, toda a sua vida no país se deu em torno do trabalho escravo.

³⁴ Afirma-se que no país, logo na chegada dos portugueses no século XVI, havia aproximadamente de 3 a 4 milhões de indígenas que falavam mais de mil línguas (GOMES, 2019). Depois, já no século XIX a população deles já estava reduzida a 700 mil, ou seja, em média se exterminou 1 milhão de indígenas por ano. As mortes eram causadas principalmente por: epidemias, genocídios, escravização e *perda do território*. Atualmente, existem 900 mil indígenas, porém apenas metade ainda vive em aldeias e reservas (GOMES, 2019).

O destino desses escravizados eram principalmente as zonas rurais para trabalhar na agricultura do açúcar e do café - os engenhos e as fazendas (Figura 3) (PAIVA, 2001). No campo, os escravos exerciam a função de: agricultores, tropeiros, pescadores, vaqueiros, mineradores, entre outros. Nos engenhos de açúcar os trabalhos compreendiam em jornadas de *18 a 20 horas*, com a meta de, aproximadamente, *4200 canas de açúcar por escravo* (GOMES, 2019). Além disso, eles faziam cerca de *3 a 4 horas de jornadas extras* que representavam possíveis “prêmios” aos escravos, como por exemplo: dias de folga e direito a cultivo de hortas para consumo próprio (GOMES, 2019).

Figura 3- Trabalho Escravo em uma Lavourea.



Fonte: Fotografia por Marc Ferrez e disponibilizada pelo Instituto Moreira Salles. Reproduzido por: GELEDÉS, 2012.

Os centros urbanos também eram locais marcados pela escravidão. Nestas aglomerações, os escravos ocupavam cargos de empregados domésticos, sapateiros, vendedores, carregadores, açougueiros, entre outros (TREVISAN, 2018). Maria Cristina Wissenbach (1998) relembra também que muitos escravos foram responsáveis pelas construções e infraestrutura de diversas vilas e cidades, pois eram encarregados de muitas obras urbanas e do funcionamento das cidades (a maioria das vezes, em condições insalubres) (Figura 4).

Além disso, é importante destacar, as funções extras que as mulheres negras eram obrigadas a exercer nos centros urbanos, e também nas zonas rurais. A escravas por muitas vezes eram alugadas como amas-de-leite pelas famílias brancas, sendo essas um importante setor econômico das cidades (DE ALENCASTRO, 1997). As mulheres também eram vistas

como objetos sexuais, e tinham a violação de sua sexualidade como parte de sua servidão. A época da escravidão foi um período de alta atividade sexual e de muitas doenças sexuais em circulação, que de maneira deturpada eram vistas como de origem africana e, também, como indicação de virilidade e poder dos homens brancos – que consideravam que se contaminavam nos momentos de abusos sexuais dessas mulheres. (TREVISAN, 2018).

Figura 4- Ilustração dos chamados “tigres”, escravos responsáveis por recolher e despejar dejetos domésticos, ou seja, realizar o trabalho de “saneamento” urbano.



Fonte: Disponibilizada pelo “A Semana Ilustrada”, 1861. Reproduzido por: DE ALENCASTRO, 1997.

Apesar dessas mais diversas padronizações e do entendimento geral do papel dos escravos na sociedade brasileira do século XVI ao XIX, a escravidão, e conseqüentemente sua futura abolição, apresentavam particularidades no extenso território do país (WISSENBACH, 1998). Segundo a autora, as formas de condução, trabalho, castigos, e tendência a liberdade variava de acordo com: a economia de cada região, a proporção de negros nas zonas rurais e urbanas, as ocupações destes no mercado de trabalho e a presença dos agrupamentos culturais e ilegais.

Por todo esse contexto de exploração, a expectativa de vida dos negros escravizados era de apenas *12 anos* de trabalho (GOMES, 2019). Mais que isso, no cotidiano das cidades e nas relações sociais, os negros acabaram sendo vistos além de sua inferioridade racial africana, mas como vagabundos, desorganizados e ociosos dentro da sociedade brasileira (WISSENBACH, 1998).

Todo o processo de deslocamento, venda, tráfico e a vida de trabalho dos negros foram chamados por Orlando Patterson, em 1982, como “morte social” (GOMES, 2019). *Morte social* seria o processo de desenraizamento do sujeito de sua sociedade de origem e a não inserção na nova sociedade, ocasionado pela constante vigilância e a distância da sua história, como discutidos anteriormente.

Como resultado de tudo isso, os escravos se viram sem identidade, cultura (que não era aceita, ou era considerada inferior), humanidade (por suas características fenotípicas e religiosidade), e engolidos por toda essas categorizações e processos sofridos, o que os silenciavam profundamente perante qualquer sociedade que chegassem. Obviamente, o silenciamento e o apagamento não foi absoluto. O escravo nunca foi um ser passivo (PAIVA, 2001)

Primeiramente, Eduardo Paiva (2001) verificou um hibridismo social e cultural inerente à sociedade escravista brasileira. O autor demonstra que tanto nas cidades portuárias, que recebiam os negros chegados da África, quanto as cidades do interior e importantes economicamente, ambas apresentavam uma circulação altíssima de diferentes modos de vida, imagens, tradições e novos hábitos. Isso representava uma sociedade completamente diferente das diversas estruturas das sociedades europeias. Esse hibridismo gerava certa mobilidade social e um aumento das possibilidades de alforria e preservação de hábitos e estruturas familiares dos negros (PAIVA, 2001). Porém, destaca-se que essa efervescência cultural não se demonstrava indício de alguma flexibilização ou de certa permeabilidade social dos negros em relação aos brancos. A discriminação ainda permanecia forte. “O que há, por conseguinte, na Colônia é uma enorme mobilidade física, institucional e cultural que tem sido, há tempos, tomada como emblema de uma disseminada desordem administrativa e social.” (PAIVA, 2001. p. 33).

Antônia Garcia (2009) complementa que simultaneamente a história de exploração e o hibridismo cultural, existem também os movimentos, questionamentos, fugas, rebeliões, formação de sociedades alternativas, e resgates culturais independentes (GARCIA, 2009). Entretanto, todas essas ações sempre se encontravam às escuras da ilegalidade e da animosidade rotulada. Claro que elas existiram e grandes conquistas se projetaram a partir delas. Não só

conquistas, como a sobrevivência de religiões, costumes, práticas, hábitos e formas de sociedades que encontraram um jeito de “reexistir” fora de seu espaço, do seu tempo e por um povo destruído e dizimado em todos os aspectos possíveis.

3.2 A origem do Movimento Negro

Em nossas raízes africanas, há uma história de domínio e opressão de um grupo de seres humanos pelo outros, de muita dor e injustiça. Mas há também beleza e encantamento. São da África a capacidade de resistência e adaptação, a resiliência, a criatividade, o vigor, o sorriso fácil, a hospitalidade, a alegria, a música, a dança, a culinária, as crenças religiosas e outros aspectos que transformaram o Brasil em uma sociedade plural e multifacetada, marcada por cores ritmos que hoje nos diferenciam do mundo. (GOMES, 2019. p. 34-35).

Logo que a escravidão iniciou, simultaneamente, o Movimento Negro, de resistência e sobrevivência, começou a se manifestar. Pode-se afirmar, que desde o processo de captura desses homens e mulheres no território africano, estratégias de fugas, esconderijos e proteção já estavam instalados na vivência cotidiana desses negros (PAIVA, 2001).

Esse primeiro momento de negação dessa prisão social, surgiu de muitas justificativas fortes: o cessamento da liberdade; a desvinculação do seu país de origem; o medo do desconhecido; a separação da família; o risco alto de mortalidade; e a perda de toda sua construção identitária e histórica. Cada uma dessas explicações surgiu vinculada à separação impositiva que os africanos sofreram e os fizeram deixar seus hábitos e profissões, para, a partir desse momento, dedicarem sua vida a servir (VINHAS, 2018).

Já no Brasil, os negros escravizados apresentavam duas opções de resistência, praticada por eles em quase sua totalidade, pois diferente do que muitos pensam a escravidão e suas implicações sociais nunca foram uma escolha. Essas opções seriam: resistir e rebelar, ou se adaptar à nova realidade (GOMES, 2019). Ou seja, as formas de questionar o sistema e sua posição social imposta se davam de maneira mais agressiva e exteriorizada, ou mais silenciosa, o que gerava, segundo Lilia Schwarcz (2012), até uma diferenciação entre os escravos e seus comportamentos: o rebelde, era chamado de Negro, enquanto o dito cativo fiel, era nomeado de Preto.

Como primeira discussão, destaco que os escravos, a todo momento, tentavam melhorar a sua qualidade de vida na base da negociação com os seus senhores (SCHWARCZ, 2012). Eles utilizavam de blefes, barganhas e arranjos cotidianos como forma de conseguir pedaços de terra, melhores condições de trabalho, e liberdade cultural (SCHWARCZ, 2012). Com pouco sucesso, a resistência exposta - de fugas, rebeliões e estratégias de proteção – acabaram sendo

extremamente necessárias, e, de acordo com Luciana Brito (2009), foram também as formas mais essenciais de luta contra o sistema escravista, pois promovia uma ruptura imediata.

A fugas poderiam acontecer individualmente ou coletivamente, mas todas contavam com organizações extremamente elaboradas³⁵, tendo a sua primeira fase de planejamento sediada no local de trabalho e cotidiano (VINHAS, 2018). Portanto, isso já evidencia, novamente, a ruptura espacial como um instrumento muito importante no sistema escravista, mas dessa vez com o intuito de quebra-lo. Fugir, saquear e destruir seu local de trabalho e aprisionamento, se configurou em uma das principais formas de libertação dos escravos e de sobrevivência à vida em que eles foram impostos. Mas para onde ir? Como viver essa liberdade?

Os escravos fugidos tinham duas saídas: a marginalização urbana, sujeitos a uma falsa liberdade, devido ao excesso de policiamento e restrições de uso do espaço; e os quilombos, pois, de acordo com Wagner Vinhas (2018, p. 280): “Para exercer a liberdade, ele teria de ser um aquilombado!”

O “*kilombo*” (palavra africana) surgiu na Angola como uma centralidade espacial nômade, que possuía um lugar sagrado de ritual (NASCIMENTO, 1985). Porém, aqui no Brasil, a configuração dessa centralidade se complexou e adquiriu outras características. No país, a primeira referência de um quilombo foi registrada em 1559, porém só em 1740 essa configuração espacial foi definida pelos colonizadores portugueses, segundo Beatriz Nascimento (1985, p. 43), como: “toda habitação de negro fugido que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” Essa conceituação já demonstra, equívocos e rotulações dos governantes em relação a esse agrupamento, seu espaço e simbolismo. Percebe-se que essa definição limitava a coletividade quilombola à números, e às habitações e espacialidades precárias, não a compreendendo como resistência e ignorando sua organização social e espacial. Essa “falsa” cegueira sócio-política ocorria, pois, aceitar o quilombo, em suas complexidades, seria declarar que os escravos tinham espaço para ser livres nessa sociedade (GOMES, 2019). Assim, sem a aceitação governamental, os quilombos se concretizaram e se apresentaram de formas distintas, porém na ilegalidade.

Os quilombos³⁶ no Brasil se definem como organizações sociais de escravos fugidos, ex-escravos, ou, atualmente, descendentes de ex-escravos e negros africanos, que são extremamente disciplinados no âmbito social e espacial. Primeiramente, segundo a leitura de

³⁵ Nesses casos, penso que seria importante destacar a participação das mulheres. Elas eram os principais elementos de organização das fugas e rebeliões, através do domínio da oralidade e seu potencial em manutenção e cultivo da ideia da coletividade entre os escravos (DAVIS, 2016).

³⁶ Registra-se que no século XVIII, só em Minas Gerais, havia cerca de 160 quilombos (GOMES, 2019).

Schwarcz (2012), os quilombos, na época da escravidão, se configuravam em duas tipologias principais: os quilombos de rompimento, que apresentavam bases políticas e espaciais de guerra e de proteção aos fugitivos, como por exemplo o Quilombo de Palmares³⁷ (Figura 5 e 6); e os quilombos abolicionistas urbanos, que apresentavam relações sociais e comerciais fortes entre o quilombo e a cidade, como o Quilombo Jabaquara.

Ambas tipologias se estabeleciam, principalmente, em terrenos alagadiços ou íngremes e em regiões isoladas, o que dificultava a descoberta e o acesso de sua sede por agentes do governo ou capangas de seus antigos donos (GOMES, 2019). Segundo Gomes (2019), as táticas de guerrilha e de defesa do território organizavam a espacialidade da comunidade, e guiavam a gestão da mesma, por meio associações, reuniões dos moradores e preparo de ações coletivas. Dentre essas ações, as guerrilhas, saques e armadilhas eram importantes para a subsistência da comunidade, no caso de abastecimento e obtenção de equipamentos de segurança (GOMES, 2019). Além disso, os quilombolas realizavam trabalhos manuais, plantações e hortas comunitárias para trocarem entre eles ou venderem nas cidades mais próximas. Apresentavam também, rituais, danças e tradições orais que resgatavam toda a sua identidade africana (GOMES, 2019).

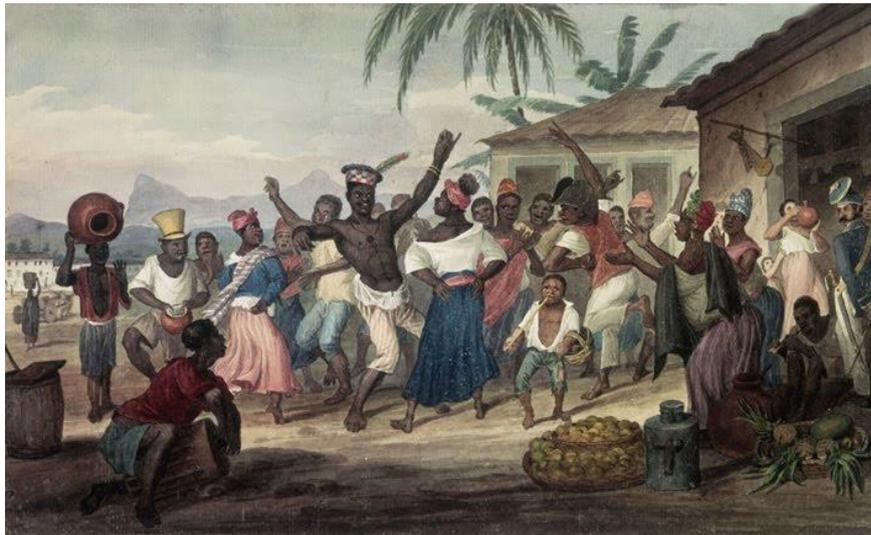
Compactuo, então, com a conclusão de Beatriz Nascimento (1985) em que ela expressa que, na verdade, os quilombos foram as primeiras formas de manifestação de Estados alternativos no Brasil. Neles os negros e escravos fugidos retomavam a vivência de organizações espaciais e sociais de referência africana que apresentavam uma relação forte e coletiva com a terra (no âmbito espiritual e em relação ao ciclo da natureza) e uma ideia simbólica e social do trabalho (não-econômica) (GOMES, 2019). Logo, a administração política; o entendimento da terra como bem coletivo e provedora da subsistência de todos; o trabalho em grupo; a retomada da memória e da cultura africana; e as estratégias de defesa e protesto; se configuraram conformações opostas ao sistema implantado na época - em que a terra era privilégio de poucos, e a política, economia e cultura eram instrumentos de dominação e segregação.

Com o passar do tempo, os quilombos foram se transformando e mudando suas formas de organização, e até hoje existem quilombos urbanos e rurais no Brasil que são reconhecidos legalmente. Mais que isso, durante a época da escravidão, os quilombos e suas definições também mudaram. Segundo Vinhas (2018), a partir do século XVIII, os quilombos começaram

³⁷ Quilombo de Palmares foi o maior e mais importante quilombo do Brasil. Nele havia igrejas, casas, forjas, e a casa de conselho. Ele ocupava aproximadamente 27 mil km² e sua proteção se estendia por cerca de mais 5km. Era um Estado autônomo e abrigava de 6 mil a 30 mil habitantes (GOMES, 2019).

a apresentar especificidades locais e étnicas, ou seja, traziam elementos resultantes da fusão de suas localidades brasileiras e africanas. Por exemplo, enquanto no Nordeste os quilombos se configuravam em inúmeras festas de rua; no Sul, os lugares públicos, populares e os prostíbulos, também eram nomeados dessa maneira (VINHAS, 2018). Por isso, entendo e ressalto neste texto a complexidade desses aglomerados e movimentos, que surgiram da fuga e do desejo da liberdade e se concretizaram no espaço - nas novas formas de gestão social e no resgate do passado e do futuro desses negros.

Figura 5- Tela Quilombo Palmares – Augustus Earle, 1793-1838.



Fonte: SITE PUBLICADOS NO BRASIL, 2019.

Figura 6- A Guerra dos Palmares – Óleo de Manuel Vítor, 1955.



Fonte: MENESES, 2014.

Mesmo com a permanência dessa tipologia até a atualidade, a perseguição a esses grupos era cotidiana desde o início da escravidão, uma vez que eles representavam uma ameaça ao sistema, a libertação e transformação identitária dos negros. Por esses motivos, a destruição dos quilombos, os castigos e as mortes públicas de seus moradores eram muito frequentes. Lisandra Silva (2018), indica que, segundo Marcos Cardoso (2001)³⁸, entre os séculos XVIII e XIX, *foram destruídos cerca de 160 quilombos*, sem considerar as incontáveis mortes.

Além disso, parte da essência dos quilombos e das manifestações contrárias ao sistema escravista foram as revoltas, os levantes e as rebeliões³⁹. Pelos motivos mais distintos - religiosos, culturais, políticos e de opressão social - os escravos e ex-escravos se organizavam para protestar, garantir sua sobrevivência e se vingar de todos os males físicos, simbólicos e sociais que eles viviam. Entre os conflitos mais importantes do Brasil, Silva (2018) cita a Revolta dos Malês (1835), na qual os escravos de religião mulçumana se organizaram com o intuito de formarem um Estado independente de Salvador.

Para além das revoltas, fugas e da formação de sociedades alternativas, outra forma de resistência era a garantia da sobrevivência da cultura africana. Essa “(re)existência” cultural - que em muitos elementos permanece nos costumes e tradições brasileiras na atualidade - só foi possível através de duas estratégias principais durante o escravismo: a sobrevivência da história oral e as adaptações culturais. Mesmo assim, Florestan Fernandes (1978) lembra que muito se foi perdido, como inúmeras línguas africanas.

Uma vez que o sistema escravista se baseava na construção do racismo, e assim, na anulação do indivíduo e de sua memória coletiva, a desvinculação com sua origem tinha como sua materialização o rompimento com o espaço. Porém, a permanente ruptura das raízes negras pelo espaço, agora, brasileiro, deveria ser constantemente construída durante esses séculos. Por isso, a separação de um sujeito de seu povo (sua história e sua identidade) através do espaço, tinha que ser continuada por meio de proibições e de rotulações que reafirmavam o perigo à segurança pública e o pecado que era o exercício dessas práticas de origem africana.

Durante os tantos anos da escravidão no Brasil, sendo que algumas leis duraram ainda mais que esse regime, o Estado institucionalizou restrições e limitações rígidas no campo da

³⁸ CARDOSO, Marcos Antônio. **O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História, 2001

³⁹ Segundo a leitura de Rita Velloso (2015), esses movimentos sociais apresentam, historicamente, algumas engrenagens diferentes em suas estruturas. Os levantes seriam movimentos que partem de uma organização mais orgânica e instintiva; enquanto a revolta se configura em um questionamento de um determinado contexto, de forma elaborada, para muda-lo. Já as rebeliões são ações de desobediência e tumulto às leis como forma de protesto (VELLOSO, 2015).

religião, festas, lazer, e manifestações culturais. A exemplo disso, Lilia Schwarcz (2012) e Florestan Fernandes (1978) destacam que o Estado brasileiro por muitos anos proibiu o culto aos orixás (símbolos de muitas religiões de origem africana); exigiram registros oficiais dos espaços de práticas dessas religiões, sendo os pré-requisitos inalcançáveis para essas experiências; confiscavam todos os elementos simbólicos culturais, religiosos e festivos; e prendiam os praticantes e os indivíduos que quebrassem essas regras.

Para driblar todos os rótulos e essas proibições, a tradição oral, principalmente exercida pelas mulheres foi essencial. A cultura africana, e muitas outras sociedades do mundo nessa época (principalmente orientais), apresentavam o matriarcado como base da organização social antes do colonialismo se tornar uma praga cultural mundial. Segundo Bell Hooks (2014, p. 53): “O termo matriarcal implica a existência de uma ordem social na qual as mulheres exercem o poder político e social, [...]”

Na cultura africana, a sociedade se configurava matriarcal, porém a estrutura familiar não se resumia à figura da mulher como acontece no patriarcado. Ângela Davis (2016) afirma que as famílias africanas desempenhavam papéis multifuncionais com divisões de trabalho e funções que não representavam de forma alguma uma hierarquia sexista. Valorizava-se constantemente o trabalho doméstico, e cada indivíduo detinha sua voz social e política, um papel econômico, e liberdade sexual (DAVIS, 2016). As mulheres negras, além de chefes de família, eram corresponsáveis pelo sistema de funcionamento daquela família e sociedade (PACHECO, 2013). Na essência do “mundo negro”, as mulheres eram auto-nomeadoras e definidoras do seu espaço (HASENBALG, 2005).

Por esses motivos, as mulheres negras, escravizadas, exerciam papéis de liderança e eram centrais para a preservação de suas tradições e da coletividade negra no Brasil, assim como no seu passado africano (DAVIS, 2016). Dentro dessas responsabilidades, destaca-se que as mulheres eram dominadoras da transmissão oral, sendo esse um dos motivos de sua importância na manutenção dos costumes de seus povos (DAVIS, 2016). Essa tradição se manteve com elas, e assim, por causa de cada uma, as práticas culturais não foram de todo esquecidas, e mais do que isso, permaneceram praticadas em suas vozes, mesmo que no silêncio da escravidão.

Além dessa forma de resistência, essencialmente feminina, o próprio sistema também contribuiu para o seu boicote. Da mesma maneira que o Igreja Católica foi responsável por tantos mitos, construções racistas e imposições culturais – e foi uma das principais instituições que lucrou com o tráfico de escravos -, ela também foi o centro da unificação dos negros escravizados, separados de suas famílias e povos, e do reencontro com culturas comuns

(GOMES, 2019). Isso aconteceu, segundo Wagner Vinhas (2018), porque, uma vez que os escravizados passaram por uma crise de coletividade com a separação espacial e familiar, socialmente, eles tenderiam, como sujeitos sociais, a buscarem novos laços. A situação de separação da África fez esse papel e uniu escravos de povos distintos através de práticas culturais comuns.

‘A escravidão não apenas divide; ela também une o que divide’, observou o sociólogo francês Roger Bastide, um dos pais da Universidade de São Paulo e dos grandes estudiosos da cultura africana no Brasil. ‘A escravidão não era apenas um aniquilamento social’, completou a historiadora brasileira Mariana Candido, professora na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos. ‘Em vez disso, era um processo de negociação, adaptação, invenção e transformação. Pessoas escravizadas tentavam encontrar novos significados e soluções para os novos desafios em que se encontravam, procurando proteção e maneiras de criar o seu próprio mundo e garantir integração social para si e seus descendentes.’ (GOMES, 2019. p. 311).

Gomes (2019) ainda retrata que os momentos de reunião desses escravos muitas vezes aconteciam nas construções das inúmeras Igrejas Católicas e na constituição das Irmandades – associações de vínculo religioso, católico, permitido aos escravos. Estas tinham como objetivos o assistencialismo espiritual e material, e a integração da comunidade em prol da implantação de valores europeus. Nesses momentos comuns e culturais, e nas Irmandades, criou-se uma nova forma de catolicismo que se fundia com as raízes africanas (GOMES, 2019). Da mesma forma, para Florestan Fernandes (1978, p. 102): “[...] os negros reproduzem formas tradicionais africanas adaptadas ao novo ambiente, ou então infundem a formas culturais estrangeiras um espírito africano, adaptando-as ou reduzindo-as ao seu parâmetro cultural.” Desse modo, forjando novos códigos, criou-se espaços de lazer, solidariedade e permanência cultural negra em meio a sua segregação, o que, segundo Gomes (2019), fez com que sobrevivesse aquele que deveria desaparecer.

[...] todos os grupos sociais que vivem em conflito e são despossuídos desenvolvem formas de resistência ao processo de transculturação, preservando determinados elementos culturais, que passam a adquirir um valor simbólico, além do seu caráter operacional na estrutura global da sociedade. (PARAISO, 1998. p. 49)

Essas estratégias, instintivas, de sobrevivência social, fizeram com que muitas manifestações culturais se mantivessem ao longo dos séculos de escravidão e além. Um exemplo seria o Candomblé, religião de origem africana, que permaneceu sendo praticada ao longo do regime, mesmo que adaptada ao catolicismo ou no interior das matas longe das invasões policiais (FERNANDES, F. 1978). Isso fez com que essa religião se consolidasse: na resistência do culto aos orixás; na conservação da sua doutrina; e nos seus mitos e outras experiências preservadas, sendo hoje considerada como uma religião afro-brasileira. Outro exemplo seriam as festas do Reinado e do Congado (típicas, principalmente, em Minas Gerais),

que revivem até hoje, em forma de celebração, os rituais militares e de disputa de poder entre os povos africanos (Figura 7) (VINHAS, 2018).

Figura 7- (1) Dança Popular do Grupo Étnico Bacuba em Ifuta, entre 1909 e 1927. (2) Terno de Marinheiro fazendo O Trança Fita para Homenagear Família Chatão (tradicionalmente rei e rainha do Congo). Uberlândia, 2003.



Fonte: (1) Fotografia de H. Harroy MRAC. (2) Fotografia: Larissa Oliveira e Gabarra. Reproduzidas por: PUC-RIO, 2020.

Conclui-se este subcapítulo, reafirmando que o sistema escravista e o racismo, de fato se consolidaram como regimes sociais dominantes, entretanto, paralelamente, o Movimento Negro não deixou o ciclo girar sem obstáculos. Durante a escravidão no Brasil, do século XVI ao XIX, os negros escravizados protestaram, lutaram e se sacrificaram por igualdade, justiça e sobrevivência. Entraram em embates diretos e se esconderam para exercerem sua liberdade. Mais que isso, em unidade (devido a um sofrimento comum), os negros se adaptaram e formaram redes de solidariedade e de exercício de sua fé, festividades, lazer e comunidade. Logo, mesmo com o silenciamento e a anulação desse grupo social, eles nunca ficaram totalmente calados e suas conquistas dessa época se refletem até hoje. O sistema não os

engolira, e nem eles cederam ao sistema, pois, de acordo com Maria Hilda Paraíso (1998, p. 50): “O fato de a cultura variar/atualizar-se como decorrência de novas experiências em nada afeta a consciência étnica de um povo.”, pelo contrário, a transforma em permanência e respiro social.

3.3 O papel do espaço no Sistema Escravista

Nos subcapítulos anteriores, o espaço e a produção dele no território brasileiro se revelaram, em alguns momentos históricos, estruturadores do sistema escravista. Mais que isso, o espaço também foi presente no processo de origem do Movimento Negro e nas suas diversas formas de resistência. A partir dessas sinalizações, pergunto: Qual foi o papel do espaço nessas duas construções sociais? Quais seriam então as diferentes formas institucionais de produção do espaço que edificaram a escravidão e as práticas racistas? Como as diferentes espacialidades reforçaram essa disparidade social entre brancos e negros? E quais foram as estratégias espaciais responsáveis por driblar, socialmente, essa relação de dominação e subordinação enquanto o regime ainda estava em vigor?

Começo essas análises com o espaço como objeto determinante para a construção da escravidão e a absorção cotidiana das práticas racistas. Primeiramente, desde a chegada de escravos africanos e a tentativa de dominação dos indígenas, o espaço se tornou peça imprescindível para sua implantação. Na verdade, a ruptura da relação com o espaço que se fez instrumento de dominação e inferiorização. Nesse contato inicial, dos portugueses e seus escravizados no Brasil, o espaço foi utilizado como um objeto de rompimento, a partir da separação dos negros e seu espaço de origem. Com isso, esse grupo sofreu com o apagamento da memória, da coletividade e das identidades, e mergulhou na dominação, inferiorização e distanciamento.

Esse processo aconteceu, pois sabe-se que o espaço apresenta dimensões produtivas de construção social do homem, e por isso este edifica uma ligação forte do indivíduo com o seu território de origem e de vivência cotidiana (LEFEBVRE, 2006)⁴⁰. Portanto, o espaço de origem e habitual de algum indivíduo ou grupo carrega com ele: a formação da identidade do homem enquanto sujeito político; o cruzamento de pessoas; e a memória. Dessa forma, a separação de um sujeito desse contexto, provoca a desconstrução dessas questões sociais que formam uma individualidade e uma coletividade.

⁴⁰ Se necessário, retomar leitura do subcapítulo 2.1 desta dissertação.

Assim, com todos esses motivos, e como estratégia, os portugueses optaram pela não escravização dos índios brasileiros e pela escravização dos negros africanos. Na prática, isso culminou, para os indígenas, a imposição da ideia de aculturação dos mesmos, enquanto, para os negros africanos, resultou no deslocamento abrupto de suas raízes territoriais. Isto projetou uma desvinculação espacial desses negros de suas identidades individuais e como povo e, conseqüentemente, sua exploração incansável.

Durante todos os anos de escravidão, a “não-espacialidade” do negro no Brasil manteve essa impossibilidade de identificação e de sobrevivência de muitos costumes, práticas e culturas herdadas. Desde suas chegadas no país, os escravizados se depararam com cidades portuárias planejadas e construídas em prol da sua dominação e da comercialização constante deles (PAIVA, 2001). Ou seja, as cidades, principalmente litorâneas, eram marcadas pela exposição cotidiana da dinâmica de compra e venda de pessoas (DE CASTRO, 1997). Essa configuração não só estava ligada ao fluxo econômico intenso do tráfico negreiro, como também de uma necessidade cultural de banalizar a mercadorização dos negros e tornar esse ato cada vez mais inerente na rotina dos habitantes do Brasil.

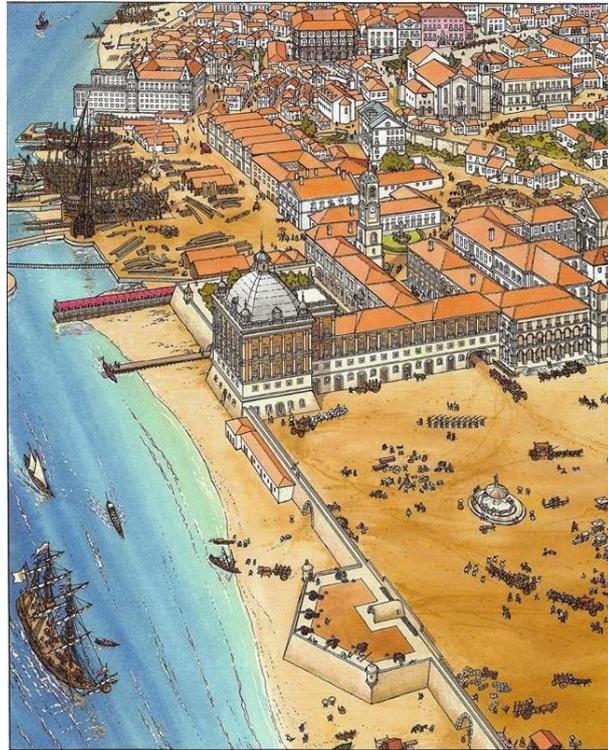
Dessa forma, as áreas no entorno dos portos de desembarque dos negros escravizados, eram consideradas a principal centralidade dessas cidades (DE ALENCASTRO, 1997). Normalmente, essa espacialidade apresentava localidades importantes para a concretização da escravização e das práticas racistas, muito semelhantes com as áreas portuárias da África⁴¹ (Figura 8) (GOMES, 2019). Assim, se concretizava não só a banalização da comercialização dos negros, como também igualava esses personagens às diversas outras mercadorias em circulação nos portos, o que fez com que se construísse uma associação direta do valor do negro e com o valor de produtos quaisquer, sendo ambos compreendidos como propriedades de algum comprador⁴².

No Brasil, praticamente todos os aspectos da vida colonial giravam em torno da escravidão, que também definia a forma como as cidades eram organizadas, a produção nas lavouras, nos engenhos, nas minas de ouro e diamante. (GOMES, 2019. p. 227).

⁴¹ As cidades litorâneas da África ganharam intervenções em prol do funcionamento do comércio de escravos, como por exemplo a cidade de Benim e de Ribeira Grande que apresentavam uma urbanidade complexa a serviço das demandas do tráfico, com muitas travessias, portos, mercados de escravos e ruas de comércio (GOMES, 2019). Dentre os *188 portos de exportação* e os principais países de fornecimento de escravos para o Brasil, destaca-se a Angola, um dos poucos territórios africanos de fato colonizado pelos portugueses (GOMES, 2019). O autor enfatiza que *70% dos escravos brasileiros vieram da Angola*.

⁴² DE ALENCASTRO, 1997; DE CASTRO, 1997.

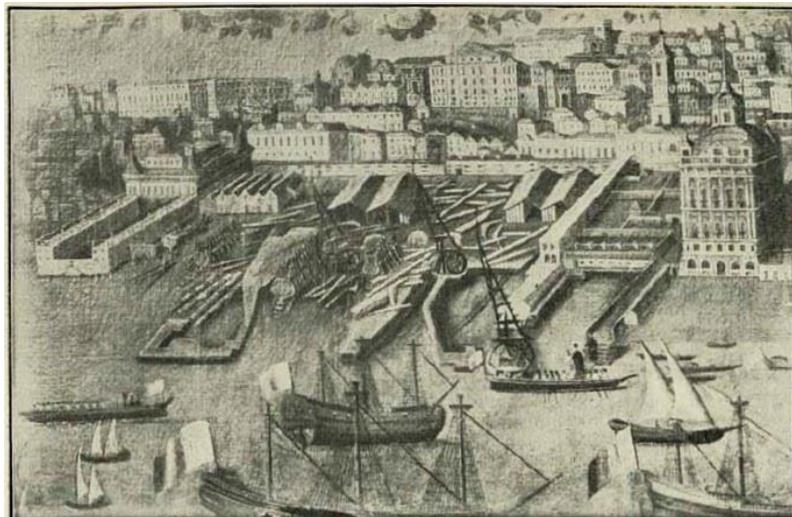
Figura 8- Ribeira das Naus na Bahia.



Fonte: SITE MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA, 2015.

Laurentino Gomes (2019), apresenta as características estruturais dessas zonas portuárias. Em primeiro lugar, os litorais dessas cidades eram essencialmente grandes “fábricas” dos navios negreiros (Figura 9), responsáveis por sua construção, manutenção e permanência na cidade até a próxima viagem. Um exemplo de destaque aqui no Brasil foi a região da Ribeira das Naus na Bahia, responsável pela construção de aproximadamente 45 *embarcações* nessa época (GOMES, 2019).

Figura 9- Porto de Construção de Navios no Ribeira das Naus na Bahia.



Fonte: SITE MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA, 2015.

Nessas áreas, além das “fábricas” dos navios, haviam também os locais de chegada, exposição, venda e castigo desses escravos. A chegada era sempre protegida por muitos vigilantes e a região apresentava fortes importantes para a proteção do território e das cargas dessas embarcações. Ao desembarcarem, os escravos eram conduzidos principalmente para algumas fortificações e, depois, para os chamados Mercados Negros (GOMES, 2019).

Inicialmente, esses negros africanos iam para os porões desses fortes, algo semelhante a uma cadeia, extremamente insalubre, pequena e mal iluminada, onde esperavam o próximo passo (GOMES, 2019). Logo depois, iam para os mercados (Figura 10), que eram como feiras e leilões de mercadorias a céu aberto. Os escravos ficavam em habitações precárias, como barracões e depósitos (focos de muitas doenças), onde, durante o dia, se apresentavam do lado de fora das “casas” para a avaliação – física e comportamental - dos possíveis compradores que visitavam o local frequentemente (GOMES, 2019).

Figura 10- Quadro de um pintor abolicionista que retrata o momento de compra de escravas, negras, em um mercado no Rio de Janeiro. “Inspeção de negras recentemente desembarcadas da África”.



Fonte: A autoria de: Paul Harro-Harring, 1840. Reproduzido por: DE CASTRO, 1997).

Os Mercados Negros ainda contavam com uma Praça do Município, espaço público próximo a essas feiras e fortes em que muitas vezes eram pontos de passeio, comércio, práticas culturais dos negros em dias de folga⁴³, e até local de castigos públicos desses escravos quando “rebeldes” (GOMES, 2019). Um dos principais mercados do Brasil, foi o Mercado do Valongo no Rio de Janeiro (Figura 11 e 12), em que cerca de *18 mil a 22 mil escravos*, por ano, desembarcaram e permaneceram até serem vendidos (JORDÃO, 2010).

⁴³ Depois de um tempo, as autoridades proibiram esses momentos de lazer dos escravos, e as nomearam como “perturbações” da ordem pública (JORDÃO, 2010).

Muitos ali permaneciam em quarentena, para serem engordados e tratados das doenças. Os demais ficavam estocados em casebres e barracões à espera de compradores, que, quando necessitados de mão de obra, se dirigiam ao local como se visitassem uma feira livre qualquer. (GOMES, 2019. p. 300).

Figura 11- Praça da Harmonia e o Mercado do Valongo, 1908 no Rio de Janeiro.



Fonte: FONSECA, 2019.

Figura 12- Cais do Valongo no Rio de Janeiro.



Fonte: HAGEDOM, 2017.

Normalmente, essa área do Mercado Negro apresentava também uma Igreja Católica para recepcionar esses escravos, que já haviam sido batizados em sua saída da África (Figura 13) (GOMES, 2019). A Igreja estampava os costumes da Metrópole, da colônia e os valores que cada um desses negros deveria praticar no território brasileiro. João Silvério Trevisan (2018) ainda reforça que a Igreja Católica não estava apenas nessa localidade da chegada, mas se dispersava em toda a cidade de formas distintas. Entre elas, o autor destaca que, além das Igrejas e sedes religiosas no meio urbano e as capelas privadas rurais, o catolicismo se fazia

presente no cotidiano da vida das cidades e também do campo. Os espaços públicos passaram a ser palco de constantes cantorias, procissões, eventos e blocos religiosos que tinham a participação obrigatória tanto para os brancos quanto para os não brancos (TREVISAN, 2018). O objetivo de aculturação indígena e do negro sempre foi muito claro e a missão civilizatória fazia parte do reforço constante da inferioridade humana e cultural desses grupos. Por isso, a presença da Igreja Católica se dispersava na urbanidade e na cotidianidade de todos, e foi primordial para a continuidade do regime escravista⁴⁴. Vale lembrar também que fazia parte da obrigação dos escravos domésticos a oração cristã diária (TREVISAN, 2018).

Figura 13- Praça XV, no Rio de Janeiro.



Fonte: Diário do Rio.com, 2015.

Percebe-se então, que a “não liberdade” acompanha os escravos antes mesmo de começarem a trabalhar. Os escravos chegavam ao Brasil e tinham uma espacialidade imposta para sua permanência temporária, espaço esse que os rebaixavam como animais a serem vendidos e às condições desumanas de vida – lembrando que a mortalidade nesse momento de espera era bem alta. Mais que isso, o espaço público, em que eles possuíam algum momento de liberdade e lazer, logo foi proibido e institucionalizado como local de castigos dos mesmos, e, ainda, tinham marcações e referências culturais as quais estes não se identificavam e compartilhavam como obrigações de uma cultura imposta.

Portanto, as cidades, principalmente litorâneas, apresentavam um projeto urbano que estruturavam os valores escravistas e racistas e que concretizavam a escravidão em todas suas fases, etapas e práticas. Esse urbano era produzido de forma que os escravos não podiam usufruir dele, tinham seus lugares determinados e, assim, suas posições sociais fixadas. Com a

⁴⁴ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 3.1 desta dissertação.

interiorização do país e a descoberta de novas formas de economia, essa urbanidade se estendeu para as novas aglomerações, como as vilas e cidades de São Paulo e Minas Gerais (PAIVA, 2001). Diferente dos portos, no caso do interior do país, as zonas urbanas apresentavam as praças públicas associadas a centros comerciais como principal centralidade e como foco de construção permanente das práticas racistas.

Depois dessa fase de comercialização, os escravos se dirigiam para seus futuros locais de trabalho, tanto no campo, quanto no ambiente urbano. Na zona rural, principalmente nos engenhos de açúcar, os escravos novamente tinham seus locais de acesso e permanência muito bem direcionados. As fazendas eram compostas por quatro espaços principais: a casa grande; as lavouras; o ambiente de trabalho e equipamentos; e a senzala (Figura 14) (GOMES, 2019). As lavouras e os ambientes mais técnicos eram os espaços de trabalho, onde os escravos passavam a maior parte do tempo. A casa grande era residência do senhor, com uma grande área de ocupação e ornamentos pomposos. Normalmente, essas residências apresentavam não só o âmbito do habitar como também a dimensão religiosa e cultural, a partir das capelas privadas e rurais (WISSENBACH, 1998). Esses latifúndios residenciais faziam parte de uma rede rural de grandes fazendeiros.

Já as senzalas, chamadas também de “Pombal de Negros” segundo Lilia Schwarcz (2012), eram as “casas”/ “locais de descanso” dos escravos. Separadas em compartimentos de aproximadamente 20m², as senzalas eram alojamentos coletivos, sem janelas, sem instalações sanitárias, e em construções mais simples (estruturadas em taipa, cobertas de palha, e em piso de terra batida) (GOMES, 2019). À noite, dependendo das regiões do país, os escravos eram acorrentados em seus pés e braços e as senzalas eram trancadas com cadeado para evitar fugas e rebeliões (GOMES, 2019).

Figura 14- Escravos reunidos em uma fazenda de café no Brasil em 1885.



Fonte: Fotografia por: Marc Ferrez. Reproduzido por: SITE PRAGMATISMO POLÍTICO, 2019.

Segundo Maria Cristina Wissenbach (1998), com o passar do tempo, alguns escravos das zonas rurais conseguiram suas alforrias (pouco numerosas) e as vezes, até doações de pedaços de terras nessas redes rurais. Por isso, esses ex-escravos, e alguns escravos “privilegiados”, passaram a se organizar em habitações provisórias (roças volantes) nos chamados bairros rurais, principalmente ocupados por negros e pobres que trabalhavam e prestavam serviços nas fazendas. A maioria deles eram nômades, principalmente devido a sua condição marginal na sociedade (em que “não possuíam lugar” social nem espacial) e por estratégia de trabalho que seguia as temporadas das colheitas (WISSENBACH, 1998). As habitações apresentavam incontáveis problemas de higiene e sanitários. Estas apresentavam cerca de 8 a 10 m² e eram construídas de materiais como madeiras, terra vermelha e palha, a depender do clima, disponibilidade da região, e até da própria religião⁴⁵.

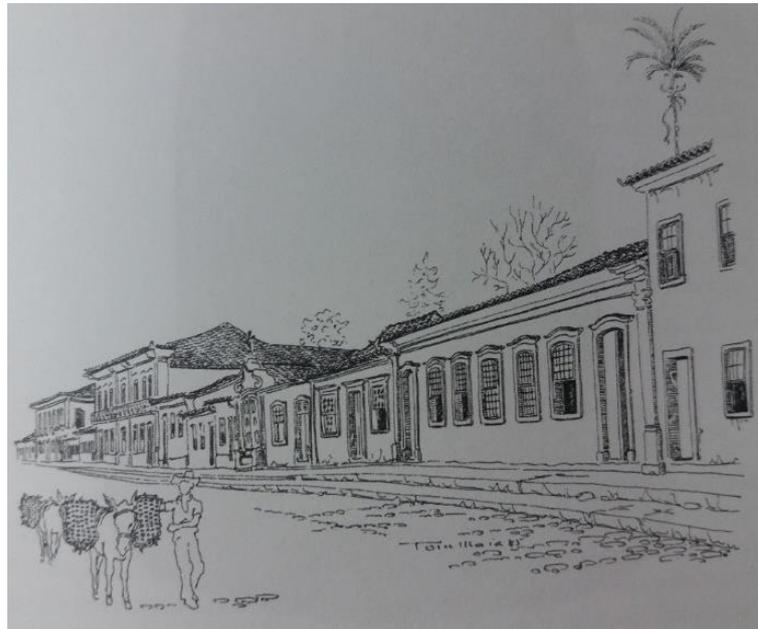
A autora afirma que no caso das zonas rurais do país, seria importante lembrar que há um *isolamento social inerente* na condição de moradores e trabalhadores do campo. Então, os negros, escravos ou não, tinham a sua exclusão social intensificada pelo distanciamento espacial significativo e a precarização das condições de vida, com ainda menos infraestrutura que nas cidades. Hebe de Castro (1997), também salienta uma particularidade dessas zonas. Segundo a autora, os senhores utilizavam da propriedade das terras e da condição de acesso ou de posse dela pelos escravos como forma de permanecer com o domínio necessário para essa relação. Ou seja, o espaço rural apresentava estratégias de concessões e de proibições (troca) como forma de controle da autonomia ou de garantia de produtividade e obediência dos subordinados (DE CASTRO, 1997).

Nos principais centros urbanos, os negros escravizados também tinham seus lugares demarcados. As principais habitações das cidades na época da escravidão eram os sobrados, e algumas habitações térreas (Figura 15). Os donos ocupavam os pavimentos superiores ou a frente das casas (o acesso mais próximo à rua), enquanto os escravos ocupavam os pavimentos inferiores, estalagens ou os fundos da residência (os espaços considerados de serviço e alojamento dos animais domésticos e de transporte)⁴⁶. Os trabalhos urbanos normalmente eram exercidos dentro da própria casa, ou em feiras e lojinhas no centro da cidade, sendo esses os poucos lugares de “livre” circulação dos escravos.

⁴⁵ As religiões de origem africana, em sua maioria, apresentam relações muito fortes com elementos e ciclos da natureza. Estas se fazem presentes em diversas decisões e organizações cotidianas de seus seguidores – assunto esse apresentado anteriormente na seção 3.2 desta dissertação.

⁴⁶ WISSENBACH, 1998; GOMES, 2019.

Figura 15- Cidade de São João Del Rei que integrava o ciclo do ouro na região de Minas Gerais no século XVIII. Aglomeração urbana de estrutura escravista.



Fonte: Tom Maia, 1986. p. 107 *apud* PAIVA, 2001.

Wissenbach (1998) e Paiva (2001) relembram que nas cidades havia mais flexibilidade na circulação e na habitação dos negros, escravizados ou não (recém alforriados), devido a urbanidade trazer mais oportunidades de trabalho, diversificações de funções e certa mobilidade social. Por isso, além das moradias associadas aos respectivos donos, os negros também apresentavam moradias independentes e de caráter nômade. Nas cidades coloniais, muitos escravos e ex-escravos habitavam moradias coletivas, cortiços e pensões (WISSENBACH, 1998). Esses espaços se localizavam, em sua maioria, nas áreas mais insalubres das cidades, o que demonstra que desde o início da urbanização brasileira esses personagens já se apresentavam às margens da infraestrutura e da sociedade, e desde então passaram a habitar as sobras urbanas.

Essas áreas eram ocupadas de forma espontânea e irregular pelos negros. Os bairros apresentavam traçados irregulares que seguiam a configuração do terreno natural e a disponibilidade de espaço, e, normalmente, apresentavam moradias enfileiradas e alinhadas por paredes tênues (WISSENBACH, 1998). Novamente, os ritos religiosos também guiavam a cotidianeidade e a construção desses espaços. As moradias, em sua maioria, apresentavam ao fundo uma mata, um quintal, de preservação para dar continuidade aos costumes das religiões africanas e sua ligação com a natureza (WISSENBACH, 1998). Percebe-se com essas descrições que as zonas urbanas também refletiam a hierarquia social e a diferença dos costumes e das relações sociais das diversas culturas que ali circulavam. Mais que isso, esse

contexto, ao refletir a dominação e a subordinação, também alimentava e transformava o espaço urbano em um combustível para a constante relação escravista e racista entre brancos e negros.

Além disso, de acordo com a leitura de Gomes (2019), essa liberdade de circulação dos negros, na verdade, não existia. Os escravos só podiam transitar nas cidades, em lugares públicos, se estivessem portando uma identidade ou nota de seu proprietário, ou até a carta de alforria⁴⁷. Caso não apresentassem essas identificações, o escravo seria considerado como fugitivo, o que ocasionaria a sua prisão e, posteriormente, até castigo (GOMES, 2019). De Castro (1997) complementa que justamente por as cidades serem marcadas pela possibilidade de alforria (mobilidade social) e circulação cultural, os gastos com a vigilância e a militarização eram ainda mais altos que nas zonas rurais, e se intensificaram à medida que a abolição oficial da escravidão se fazia próxima.

Assim, por todo esse contexto urbano e rural, percebe-se que os negros e os brancos, em suas respectivas condições sociais, apresentavam uma noção de privacidade e propriedade privada distinta⁴⁸. Para os negros, escravos, o doméstico representava *sobrevivência e convívio social*, e muitas vezes certa independência. Sua privacidade, em muitos momentos, era alcançada somente no ambiente público quando certa liberdade de circulação era concretizada. Já para os brancos, donos de escravos, a privacidade se estabelecia nos bens: terra, moradia, e pessoa, ou seja, um controle e um poder incalculável de toda a concepção da vida privada pré-capitalista (DE ALENCASTRO, 1997).

Percebe-se que a cidade e a cidadania não pertenciam aos negros, e o seu lugar era de propriedade junto aos bens do “seu senhor”. O espaço, então, foi um elemento de dominação institucional pelos grupos privilegiados e de limitação da manutenção e criação de práticas e de novas coletividades dos negros. A determinação do “lugar do negro”, a constante vigilância da sua circulação, e a imposição de suas espacialidades de acesso e permanência fez com que os negros tivessem a sua posição social inferiorizada, fixada e pertencente ao seu senhor e ao Estado. Mais ainda, esse monitoramento espacial amplia o cessamento da liberdade desses escravos para fora do seu ambiente de trabalho, controlando seus espaços de lazer, práticas culturais públicas e até seus percursos.

Mais do que um ambiente de desconfiança e tensão, para Eduardo Paiva (2001) a escravidão produziu espacialidades e cotidianidades de convivência cultural e relações complexas, certo hibridismo como ele mesmo denominou. Esse entendimento amplia

⁴⁷ Mesmo com a alforria, o ex-escravo também tinha limitações de circulação pela cidade, porque ele representava uma ameaça a harmonia do sistema, podendo incitar rebeliões e o desejo por liberdade.

⁴⁸ DE ALENCASTRO, 1997; DE CASTRO, 1997; WISSENBACH, 1998.

construção da relação de dominação e resistência, que, apesar de dominante, não se resumia apenas a essa dicotomia, mas se ramificava em outras trocas sociais. “Ora, o hibridismo cultural não eliminou espaços, práticas, crenças e ritos que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e adaptações.” (PAIVA, 2001. p. 38). Os escravos então não podem ser considerados seres passivos, pois eram também ativos e transformadores diariamente da cultura brasileira.

Além disso, como estudado anteriormente, o sistema escravista não se consolidou em sua plenitude, uma vez que havia constante resistência e embates pelos subordinados. Esses conflitos em busca da liberdade também tiveram como protagonista o espaço. Entretanto, essa produção de espacialidades de ruptura do sistema foge da institucionalidade e dos padrões estabelecidos, aqui apresentados. Na verdade, se trata de uma inversão da produção do espaço institucional - através de novos usos, simbologias, organização, ações e relações - que configuraram em brechas de sobrevivência social dos negros.

Primeiramente, o espaço se instrumentalizou como protesto e ruptura da condição de escravo. Isso acontecia, pois, uma vez que as fugas se configuravam em uma libertação espacial, do seu ambiente de trabalho compulsório e do seu aprisionamento, essa quebra se transformava em prática. Através do escape de um espaço fixado, o negro também rompia com sua condição de escravo, e buscava a concretização da sua liberdade e do resgate de seus costumes e memória. A fuga espacial significava uma fuga da prisão escravocrata.

Mesmo assim, a vigilância e a violência ainda os perseguiram, e uma das formas que encontraram de retomarem suas identidades, grupos e práticas, foram a formação dos quilombos, espacialidades peculiares que permitiam (na ilegalidade) a liberdade de expressão e cotidiana dos negros. Como tratado anteriormente, Beatriz Nascimento (1985) afirmou que os quilombos foram considerados como os primeiros Estados alternativos, e muito disso se deve as novas formas de organização e gestão espacial que reflete na vida em sociedade desses personagens.

A espacialidade de um quilombo apresentava algumas variações de acordo com sua região, e muitas vezes não possuía uma determinação espacial, e sim eram considerados movimentos sociais negros e espaços públicos de permanência e manifestação cultural. Entretanto, tipicamente, a formação quilombola tinha uma morfologia guiada pela segurança e defesa do seu território, que determinava sua localização (isolamento e difícil acesso) e configuração (muitas entradas e armadilhas) (GOMES, 2019). Mais do que isso, os quilombos traziam novas formas de relações sociais através do espaço e com a terra.

Segundo Lisandra Silva (2018), os quilombos retomavam a essência africana de relação com o território em que a terra e o trabalho eram de caráter coletivo, o que trouxe novas formas de gestão espacial e social, em que a terra representava liberdade e subsistência do grupo. Mais ainda, os quilombos, apesar de distantes e isolados uns dos outros criaram redes de cooperação entre si, em que trocavam excedentes, ou, se próximo as cidades, trabalhavam em feiras e com a prática de agroecologia (roças) (SILVA, 2018). Essa rede, e os quilombos separadamente, materializaram então a simbologia e a vivência de uma luta comum entre os negros. Ou seja, o quilombo se concretizava como espaço de territorialidade, resistência, coletividade e assistencialismo (SILVA, 2018).

Mas para mim, na raiz de todos os quilombos, existe uma procura espacial do homem que se relaciona com muitas questões discutidas atualmente, como a ecologia. / A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é o meu quilombo. Onde estou, eu estou. Quando estou, eu sou. (NASCIMENTO, 1989 *apud* RATTIS, 2006. p. 59).

Dessa forma, o quilombo se estruturou como sobrevivência e resgate dos valores africanos, além da simbologia e da prática cotidiana da liberdade e coletividade que os negros quase perderam ao chegarem ao Brasil. Porém, mais do que os quilombos, alguns outros espaços – públicos, instituições e esconderijos -, nos raros momentos de folga, também foram importantes, representativamente e cotidianamente, para a permanência cultural negra.

Parte dessa sobrevivência veio também de processos adaptativos dos escravos com a cultura europeia e branca. Esta adaptação se configurou nos diversos âmbitos da cultura – danças, religião, festividades, lazer, entre outros -, e foi responsável pela retomada da identidade étnica e da ideia de pertencimento social (PARAISO, 1998).

Nesse processo de convivência cotidiana, valores culturais, hábitos, práticas e representações foram impostos pelos vários agrupamentos sociais sobre os outros (é certo que de maneira mais recorrente sobre os menos poderosos), assim como incorporações ocorreram espontânea e pragmaticamente. (PAIVA, 2001. p. 93).

Isso aconteceu a partir da fusão de simbologias africanas, brasileiras e europeias nas diversas espacialidades coletivas das cidades, o que permitiu a construção da identificação e referenciação de um povo que fora desmembrado e ainda não havia se encontrado no país. Em outras palavras, foram os espaços de encontro das cidades que tornaram possíveis o hibridismo cultural, tratado por Eduardo Paiva (2001), e a preservação da representatividade negra.

A persistência da identidade advém do compartilhar e compreender um conjunto de símbolos, singularidades de experiências, lugares referenciais, triunfos, derrotas, alianças, perseguições e traições. É, enfim, compartilhar um passado que é transmitido de geração em geração de forma a configurar a identidade específica de um grupo em oposição ao outro que compartilha outras experiências e referências. (PARAISO, 1998. p. 50).

Os escravos e ex-escravos apresentavam estratégias diversas de incorporação e adaptação cultural através do espaço (PAIVA, 2001). Um exemplo desses espaços de representação e de unificação dos escravos foram as Igrejas, as quais destaco as Igrejas Nossa Senhora do Rosário (Figura 16) espalhadas em diversas cidades do país. Na maioria das vezes, estas Igrejas foram construídas pelas Irmandades dos escravos e dos libertos, e possuíam santos e simbologias católicas que remetiam a muitos signos africanos, além de que, em algumas delas, existiam partes das histórias dos escravos estampadas nas parietais e nos ornamentos (JORDÃO, 2010)⁴⁹.

Wissenbach (1998) também exemplifica que nas cidades haviam os chamados *Territórios Negros*. Segundo ela, esses territórios eram espacialidades de traços sociais, de expressões culturais e de adaptação que sobreviviam e conviviam com as diversas espacialidades de opressão do ambiente urbano.

Figura 16- Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na cidade de Salvador, Bahia, em 1937.



Fonte: Fotografia por: Peter Fuss. Reproduzida por: Guia Geográfico Salvador Antiga, 2019.

Conclui-se então que a produção do espaço, durante o período da escravidão (do século XVI ao XIX), em sua dimensão institucionalizada, ligada ao Estado e aos grandes produtores rurais e comerciantes da época, foi um dos instrumentos responsáveis pela consolidação da prática escravista e do racismo.

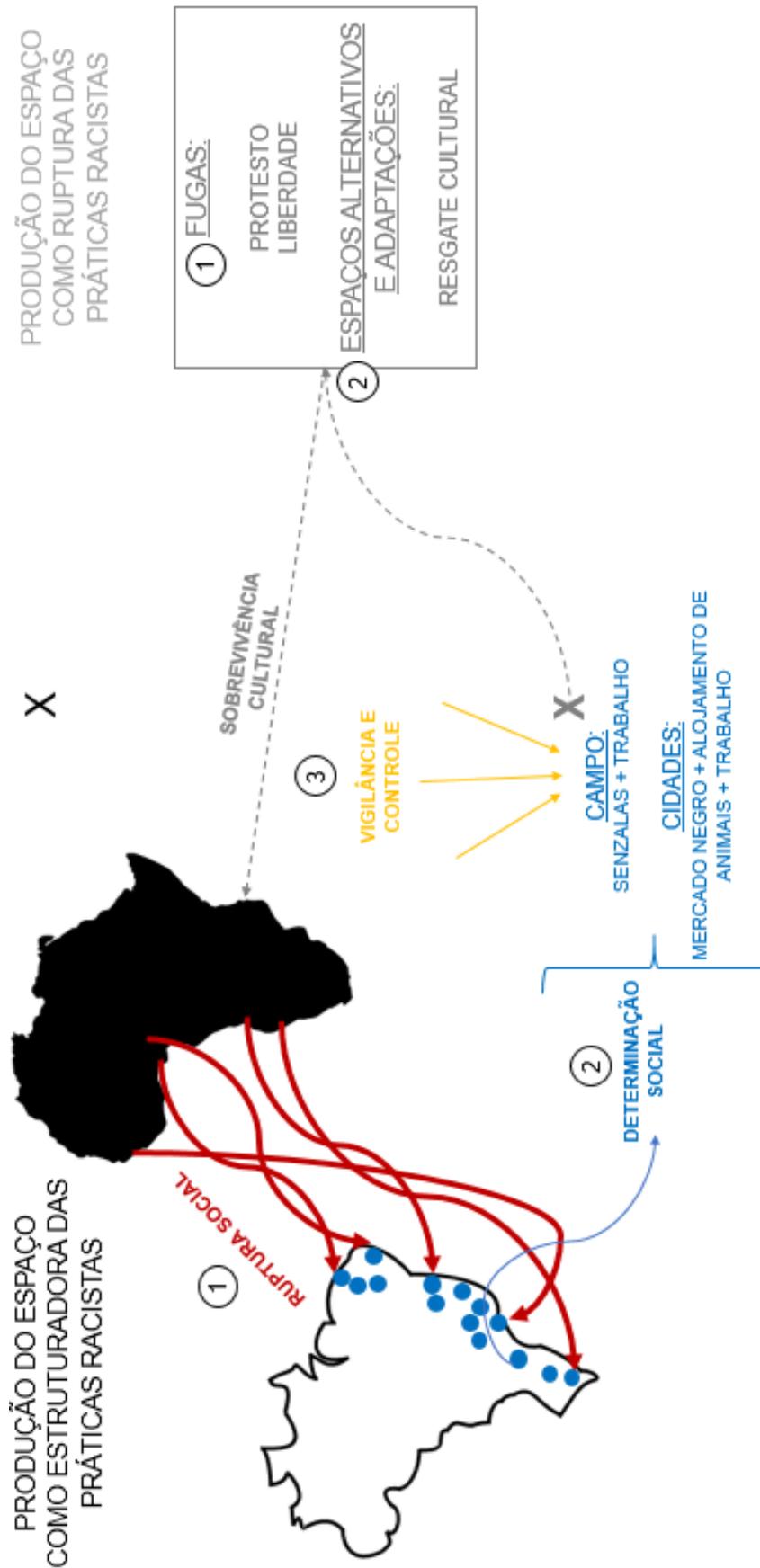
⁴⁹ Lembro que muitas dessas Igrejas e características permanecem até os dias atuais nas cidades brasileiras.

Dentre as diversas dimensões espaciais utilizadas para tal fim social e de manutenção do sistema, destaco: *o espaço como meio de ruptura e desvinculação social, histórica e identitária do negro*, quando se explorava simbolicamente a separação dos escravizados com seu território de origem; e *o espaço como responsável pelo posicionamento físico, simbólico e social do negro*, tanto no campo quanto na cidade, e nas mais diversas situações – ao fixar espaços de trabalho, folga, castigo, descanso e mobilidade, e estabelecer regras de circulação e formas de aprisionamento.

Mesmo com todo esse jogo espacial construtor e constante, o espaço também se tornou veículo de inversão dessas perspectivas sociais, principalmente quando utilizados pelos oprimidos desse sistema e de forma oposta e conflituosa a produção institucional do espaço estabelecida. A produção do espaço urbano – orgânica, cotidiana e de apropriação – pelos negros, fez com que espacialidades fossem criadas como instrumento de: *protesto e manifestação social*, através das fugas e dos saques dos ambientes de trabalho; de *concretização da liberdade individual e coletiva*, quando há ruptura ilegal do espaço, através das fugas, e, assim, trazia a possibilidade de livre circulação e práticas, principalmente nos quilombos; e de *exercício e resgate de seus costumes e cultura* através de diferentes formas de gestão do espaço e da terra e nos espaços de adaptação e fusão cultural.

Essas diversas estratégias espaciais, ao longo de todos esses séculos, trouxeram configurações sociais, políticas e econômicas que culminaram na abolição da escravidão em 1888. Entretanto, por mais que essa libertação representasse um produto de muitas lutas do povo negro através do espaço, a força da espacialidade institucional e segregadora também permaneceu, e fez com que o fim do sistema, não se configurasse no fim, de fato, do racismo. Portanto, a produção do espaço, mais do que um mecanismo construtor do racismo, foi também instrumento de sua continuidade e adaptação às mudanças subsequentes. Porém, reitero, que mesmo assim o espaço não deixou de ser objeto de lutas e conquistas negras.

Gráfico 12- Análise Gráfica do Papel da Produção do Espaço na Construção e Brecha do Sistema Escravista.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

3.4 A “Semi-Abolição” e o Movimento Negro Abolicionista: O eterno século XIX

[...] fizemos a independência conservando a escravidão e fizemos a abolição conservando o latifúndio. (MOURA, 1988 *apud* SILVA, 2018. p. 78).

A abolição da escravidão foi uma das grandes conquistas do Movimento Negro em todos os países. Porém, atualmente, se questiona a plenitude desse progresso, já que a libertação foi de fato estabelecida, mas somente em um foco econômico e de trabalho. Todas as nuances que envolvem a condição social dos negros escravizados foram mantidas, o que pode ser comprovado através de várias decisões políticas e econômicas adotadas a partir da entrada no século XIX.

Após séculos de escravidão, o tráfico e a exploração dos negros alcançaram números exorbitantes, principalmente no Brasil. No início do século XIX, após auge da economia aurífera (séc. XVIII), a configuração social do Brasil apresentava proporções impressionantes: *a cada um branco, existiam quatro negros, escravos*, sendo que todos os não negros eram também donos de escravos ou lucravam de alguma forma com o sistema escravista (GOMES, 2019).

Nesse mesmo momento, a escravidão, em escala mundial, passou a entrar em uma crise profunda que começou a chegar no cenário econômico e cotidiano brasileiro. A crise se dava pela incompatibilidade do regime com a modernização e a dinâmica econômica que se construía no mundo ocidental. Isso acontecia, pois a violência do tráfico era tamanha que o número de mortes de escravos antes mesmo de chegar ao seu destino aumentou de tal forma que iniciou uma crise da mão-de-obra (GARCIA, 2009). Esse contexto ocasionou questionamentos no âmbito econômico sobre a validade da escravidão enquanto um braço capitalista primordial.

A essa altura para o Capitalismo e suas dinâmicas comerciais, financeiras e industriais diversas, percebia-se que a escravidão não era mais benéfica. Isso acontecia porque a necessidade nesse momento era o aumento do mercado consumidor, e assim, seria necessária uma extensa mão-de-obra assalariada (SEYFERTH, 2002). Mais ainda, o movimento abolicionista ganhou dimensões ideológicas com a base do Iluminismo (SEYFERTH, 2002). Essa corrente de pensamento foi chegando no Brasil aos poucos, através das migrações, e influenciou as diversas correntes do movimento abolicionista do país.

Por todos esses fatos, entendo uma clara inversão de prioridades na qual se transforma uma questão humanitária em um pensamento meramente lucrativo. Ou seja, essas primeiras intenções mundiais já demonstravam que a abolição não se estruturaria em um movimento negro ou de abolicionistas militantes, pois apesar desses movimentos terem fortificado esse rompimento, a abolição só foi possível porque não havia congruência mais da escravidão com

o Capitalismo e suas práticas econômicas. O interesse econômico então foi além e se tornou o principal motivo para que a escravidão fosse quebrada.

O Brasil, particularmente, já apresentava alguns focos de uma escravidão que se dissolvia, principalmente no Sudeste - devido à importância que a economia aurífera e urbana ganhou para o país e a metrópole. A escravidão urbana funcionava diferentemente do âmbito rural, e mais que isso a economia possibilitava a libertação de muitos deles, pois as dinâmicas comerciais traziam a necessidade, e a possibilidade, de homens livres participarem do mercado (SEYFERTH, 2002). Portanto, em muitos lugares no Brasil o processo de alforria⁵⁰ desses escravos já estava ganhando grandes proporções desde o século XVIII (SEYFERTH, 2002).

Segundo Luciana Brito (2009), a Constituição de 1824 já abrangia os negros libertos, porém suas cidadanias eram cercadas por restrições e direitos mínimos. Ou seja, mesmo em semelhante situação de liberdade, negros e brancos apresentavam suas diferenças sociais ressaltadas e a inferioridade negra se destacava. Esses “cidadãos” só ganhavam importância individual e coletiva quando criminosos, em que as legislações e páginas policiais traziam suas descrições (BRITO, 2009).

[...] uma maneira de fortalecer a homogeneidade da nação, tão cara à sua existência, era não mencionar as distinções raciais existentes na sociedade. Isso explica o fato de que no texto legal, não haja menção ao tipo de liberdade a ser exercida por indivíduos brancos e negros, uma vez que a prática cotidiana mostrava que o exercício da cidadania não se dava de forma igual. Também não havia menção a algum tipo de hierarquia entre os estrangeiros, quando europeus ou africanos, por exemplo. (BRITO, 2009. p. 23).

Mais que isso, em 1844, o Estado Brasileiro realizou um concurso para a oficialização de uma história objetiva e hegemônica do Brasil. Ao final desse processo, optou-se por uma história positivista contada até hoje, em que os escravos são apenas os braços da economia pesada e não participaram em nada da história política, social e cultural do país (SCHWARCZ, 2012)⁵¹.

Essas decisões institucionais, demonstram que antes mesmo que questionamentos e discussões abolicionistas se consolidassem no Brasil, a liberdade de muitos negros já era tratada como um problema cultural e social, e que apresentava como soluções políticas públicas e leis que mantivessem as mesmas relações e posições sociais.

Com a presença de um número grande de negros libertos, e essas diversas determinações sociais e culturais que os mantinham em sua posição social excluída, as cidades também

⁵⁰ Segundo Laurentino Gomes (2019), cerca de 1% dos escravos eram alforriados por ano no Brasil nessa época.

⁵¹ A seleção historiográfica permaneceu mesmo após a abolição da escravidão e a Proclamação da República (1889). Em 1890, Rui Barbosa, o primeiro Ministro da Fazenda no período republicano, declarou que todos os registros sobre a escravidão deveriam ser queimados, mantendo a história oficial sem questionamentos (SCHWARCZ, 2012).

refletiam e alimentavam essa segregação social. Segundo Garcia (2009) a separação espacial e social no Brasil do século XIX se concretizou no “não acesso” às terras e na ilegalidade espacial. Antes mesmo da abolição da escravidão, enquanto a discussão começava a alcançar alguns resultados e havia um grande crescimento no número de alforrias conquistadas (principalmente no Sudeste), prontamente uma nova lei foi criada: a Lei de Terras de 1850⁵². Essa lei foi a primeira lei de organização da propriedade privada, e determinava que a compra era a única maneira de aquisição de uma terra rural. Isso fazia com que a ocupação de terras e até o trabalho nestas não configurassem legitimamente propriedade. Assim, com jogos de preços e dinâmicas econômicas, as terras rurais se tornaram inacessíveis para pobres e negros com base nessa lei, o que reforçou os mesmos grupos dominantes e dominados.

Com a terra urbana aconteceu um pouco diferente, porém com a mesma ideia de exclusão. Os ex-escravos, alforriados antes ou depois da abolição oficial, não receberam nenhum auxílio ou política de inclusão mesmo com a sua liberdade institucionalizada. Eles continuavam sem direitos, sem emprego, sem família, sem moradia e infraestrutura social, além de todas as perdas simbólicas de identidade, cultura e humanidade (DA SILVA, D. 2002). O fato de os negros não conseguirem ocupar um lugar estável e legítimo no mercado de trabalho, fez com que esse grupo social permanecesse com condições desfavoráveis financeiramente, o que não permitiu adquirir terras e nem moradias urbanas já que estas apresentavam preços elevados (o que provavelmente foi proposital). Assim, sem lugar no campo ou na cidade, a saída foi a migração em massa para as regiões periféricas das cidades, dos estados e dos países. Dessa maneira, se iniciaram a formação de guetos, cortiços e, futuramente, as favelas e a adoção de trabalhos clandestinos (HASENBALG, 2005). “As periferias seriam o território da espoliação, e seriam construídas e reconstruídas pelo Estado e pela própria dinâmica de acumulação.” (MARQUES & BICHIR, 2001. p. 11).

Essa situação também ocasionou a volta dos negros para as propriedades de terra rural como trabalhadores. Os negros então, ou estavam no campo presos aos proprietários de terra, em uma relação de completa dependência (clientelismo⁵³), ou estavam presos a uma condição de trabalho e moradia ilegal na cidade, ou seja, ainda estavam acorrentados a uma condição econômica e social de exploração (HASENBALG, 2005). Por esses cenários, percebe-se que a

⁵² Lei nº 601.

⁵³ Clientelismo se instituiu como um sistema de relações políticas em que o cliente é completamente submisso ao seu patrão e eles possuem uma relação de troca (vínculo empregatício, de favores, familiar, entre outros) que os vincula (HASENBALG, 2005).

linguagem do racismo e das práticas sociais que ele desencadeia, só se redesenharam, pois a trama de forças permaneceu a mesma, com os mesmos vencedores e os mesmos perdedores.

O não acesso a terras e moradias, ou trabalho, fez com que fosse estabelecido uma situação de marginalização social e espacial diretamente relacionados. A cidade dessa vez alimentou e assegurou a manutenção da desigualdade social antes mesmo do fim da escravidão, e também projetou a ausência de uma relação de identificação do negro liberto com a sociedade. Isso reforça uma participação direta do espaço não só na construção do racismo, como na manutenção do mesmo e de suas posições sociais. Para além das leis, o direito ao espaço urbano (à cidade, como mais tarde será elaborado⁵⁴) foi determinante nessas relações sociais. Dessa forma, a Lei de Terras durou por muitos anos como um importante instrumento, antes e após a abolição da escravidão, pois assegurava um controle econômico e social a partir de determinações espaciais. Por isso, se mostrou um veículo de manutenção dos negros como inferiores e marginalizados em todos os âmbitos sociais.

Assim, considerando essa lei espacial e as políticas públicas citadas, a possibilidade de adotar a abolição da escravidão passou a ser mais realista, pois, mesmo sem esse sistema, a exploração social e econômica estaria garantida. Em uma gradação de leis, aos poucos, o regime escravista foi legalmente se encerrando. A partir de 1850, várias leis foram institucionalizadas pelo Senado Imperial, dentre elas: a “**Lei Eusébio de Queirós**” (1850), lei de proibição do tráfico de escravos o que ocasionou um aumento de aproximadamente 300% dos lucros desse deslocamento, e o aumento da violência (GOMES, 2019); a “**Lei do Ventre Livre**” (1871), que configurava a garantia da não hereditariedade da escravidão (SCHWARCZ, 2012); a “**Lei dos Sexagenários**” (1885), lei que institucionalizava a liberdade para escravos com mais de 60 anos; e, por fim, a “**Lei Áurea**” (1888) responsável pela abolição geral e oficial da escravidão.

Mesmo com todas essas bases claras na sociedade brasileira, a abolição foi dada, ao longo de muitos anos na história, como um movimento ordenado pela libertação e pelo reconhecimento da humanidade do negro (PEREIRA, J. 2002). Porém, isso se contradiz com o fato de que no Brasil, pós a abolição da escravidão em 1888, negros e indígenas libertos não foram cercados por nenhuma política pública ou de inclusão social. Portanto, percebo que o movimento abolicionista, geral, almejava, na verdade, *romper com a escravidão e não com o racismo*. Não se tratava de vencer as desigualdades sociais e raciais, mas de proibir a relação de propriedade, o que alimentou o poder do mesmo grupo social e incentivou a modernização e a industrialização (HOOKS, 2014). No fim, esse processo seria apenas uma sofisticação do

⁵⁴ Mais à frente nesta dissertação a ideia do “direito ao espaço” será substituída e apresentada a partir do conceito de *direito à cidade* elaborado por Henri Lefebvre em “**O Direito à Cidade**” (2001).

sistema, sem a alteração da dinâmica de forças, porque, essa sim ainda é um jogo de relações benéfico ao sistema de produção.

Em complemento, se retoma a leitura de Gomes (2019) que esclarece que a abolição da escravidão trouxe com ela novas formas de exploração em outras vertentes - como política, cultural e espacial. Os negros foram declarados vítimas de um sistema cruel, porém nada foi feito como forma de libertação plena e reparação social. Além disso, segundo Florestan Fernandes (1978), o único “privilégio” que os negros ganharam, após o fim desse regime, foi a possibilidade de se branquear, porém, nunca 100% devido ao controle social que impedia essa mobilidade.

Liberdade nunca significou, para os ex-escravos e seus descendentes, oportunidade de mobilidade social ou melhoria de vida. Nunca tiveram acesso a terras, bons empregos, moradias descentes, educação, assistência de saúde e outras oportunidades disponíveis para os brancos. Nunca foram tratados como cidadãos. (GOMES, 2019. p.31).

Os recém libertos, principalmente os negros, se encontravam então em um contexto ainda deplorável em todas as dimensões sociais e humanas. Na política, eles continuavam sem voz, pois era muito difícil estabelecer uma organização, uma vez que a comunicação entre eles era dificultada por suas diferentes heranças da África e a separação entre eles fora dela – já que o tráfico negreiro objetivava a separação das famílias e das origens comuns (DA SILVA, D. 2002).

No âmbito social, os ex-escravos foram posicionados em uma nova esfera: a da *Ilegalidade*. Esse conceito, vai além da exclusão social, ele classifica o “não acesso”, o “não direito” e o “não pertencimento” de uma forma direta. A convivência com a ilegalidade se tornou constante e é uma realidade para muitos negros até hoje. A mesma se iniciou através da ilegalidade de terras instituídas antes da abolição, Lei de Terras, e, correlativamente, através da transformação da exploração do trabalhador.

Com a industrialização e a urbanização, iniciada no século XX, a oferta de empregos aumentou, o que de certa maneira poderia trazer mais oportunidades e minimizar a distância social através dessa abertura e o aumento do poder aquisitivo dos recém libertos. Além disso, a perspectiva era que urbanização iria trazer oportunidades de infraestrutura e de acesso à educação e a saúde pública (HASENBALG, 2005). Porém, não foi isso que aconteceu. No âmbito econômico, os negros permaneceram marginalizados e o desemprego/subemprego foi uma de suas causas. Relembro que o acesso a propriedade e a moradia apresenta uma estrutura

pautada no poder de compra, o que as condições sociais dos negros impossibilitaram e só reforçaram o desequilíbrio no acesso ao urbano e ao reconhecimento social (CORRÊA, 2004)⁵⁵.

Segundo Carlos Hasenbalg (2005), dentre as diversas estratégias de imposição dessa realidade, ilegal, a Política de Imigração foi uma complementariedade a esse contexto do Brasil pós-abolição. A Política de Imigração se iniciou ao final do século XIX com políticas de incentivo - através de benefícios financeiros e a abertura de oportunidades de vida e trabalho - para os imigrantes europeus (exclusivamente) (HASENBALG, 2005). O objetivo principal se resumia em melhorar a composição racial do Brasil e ainda aumentar essa distância entre os brancos e os negros. Esse objetivo se disfarçava de um propósito econômico de atrair mão-de-obra considerada qualificada. A justificativa era de que os negros possuíam menos experiência em relação: aos novos tipos de trabalho (como por exemplo em fábricas); à liberdade; e às informações, o que fazia com que além de todo o atraso considerado inerente a raça, os negros sempre tenderiam a começar um passo atrás dos brancos dentro do mercado de trabalho (HASENBALG, 2005). Isso justificava a necessidade de importar trabalhadores mais experientes, de forma comprovada e muito bem construída. Nesse caso, a prioridade de ocupar as vagas de trabalho passou a ser dos imigrantes europeus, depois dos trabalhadores, brancos, nacionais, e depois dos negros (HASENBALG, 2005).

Assim, todas essas construções políticas, sociais, econômicas e espaciais, correlacionadas, demonstram que o racismo não cessou em nenhum momento com a abolição, pelo contrário, ele foi renovado e fortalecido. O regime escravista acabou⁵⁶, mas o sistema racista se atualizou com novas estratégias, leis e teorias por todo o mundo e, no Brasil. Entender esse *sistema em espiral* - que se cria, decai e se recria novamente - se faz necessário para enxergar justamente qual seria a força que o mantém nesse movimento constante, e como o espaço permaneceu, mesmo depois da escravidão, como um dos seus principais combustíveis das práticas racistas em suas próximas configurações.

Mesmo com essa permanência das práticas racistas e da sua segregação no espaço, não se pode ignorar a importância do fim do regime escravista e sua dimensão como luta negra. Como foi explicado anteriormente, o Movimento Negro iniciou junto com o sistema escravista, e assim, da mesma forma o Movimento Negro Abolicionista. Diferencio este movimento do explicado anteriormente, porque ele faz parte de uma luta dos negros escravizados contra o

⁵⁵ Se necessário, retomar a leitura do Capítulo 2.1

⁵⁶ A partir da leitura de Gomes (2019), torna-se importante ressaltar, que mesmo com o fim do regime escravista no Brasil e no mundo, esse tipo de sistema social e de trabalho ainda permanece na obscuridade do Sistema Capitalista. Atualmente, aproximadamente 40 milhões de pessoas estão em situação semelhante ao trabalho escravo e cerca de 800 mil pessoas são traficadas no mundo (GOMES, 2019).

regime em que estavam inseridos e as diversas explorações, ou seja, este se qualifica como uma busca pela igualdade, liberdade e humanidade que foi perdida por entre os objetivos econômicos, no processo da abolição oficial.

Segundo Lilia Schwarcz (2012), o Movimento Negro Abolicionista se inicia em 1870 com grupos diversos de idealistas, intelectuais, ex-escravos, escravos fugidos e militantes em busca da ruptura do escravismo e do racismo. Os grupos se diferenciavam por sua abordagem, como por exemplo: os legalistas, que batalhavam por questões constitucionalistas em discussões e grupos; e os radicais que lutavam através de manifestações, protestos, e com condutas contrárias ao sistema (SCHWARCZ, 2012). “[...] os negros faziam uso da insubordinação – quilombagem, revolta, criação de jornais, revistas e livros especializados – como rejeição tácita à coisificação de sua pessoa.” (VINHAS, 2018. p. 287).

Ângela Davis (2016) ressalta ainda que as organizações negras abolicionistas eram extremamente organizadas e disciplinadas, e trabalhavam com uma perspectiva política primorosa. Os movimentos aconteciam em espaços de encontros ilegais, escondidos, as vezes em quilombos, e trabalhavam em sigilo (DAVIS, 2016). Muitas vezes exploravam os meios de comunicação – jornais, revistas e livros – para dispersar e divulgar os ideais de liberdade, igualdade e união, advindos também dos princípios do Iluminismo (DAVIS, 2016).

Cada uma dessas iniciativas foram gritos e discussões importantes que aprimoraram a abolição oficial que estava por vir. Além disso, essas organizações deram forças para que o Movimento Negro, de luta contra o racismo, continuasse e ganhasse novos espaços, como por exemplo o surgimento dos jornais negros, nesse mesmo momento (DAVIS, 2016). Mais ainda, as organizações se fortaleceram, o que ocasionou, mesmo depois da escravidão em uma grande revolução: A Guerra de Canudos (1896-1897)⁵⁷ (Figura 17).

⁵⁷ A Guerra de Canudos, de 1896-1897, aconteceu no interior da Bahia, devido a inúmeros protestos de uma sociedade alternativa, de Canudos, que formava uma cidadela e novas formas de produção próximo a grandes latifúndios. Os moradores de canudos, principalmente negros, por vezes ganharam as batalhas, porém, isso projetou o medo do Estado que promoveu o massacre de aproximadamente *20 mil pessoas* (WISSENBACH, 1998). Isso demonstrou a organização e o senso de luta que abrigava as organizações negras, seus projetos de sociedade, e a constante repressão pelas principais instituições.

Figura 17- População do Sertão da Bahia – Guerra de Canudos.



Fonte: GEORGIA, 2013.

Concluo que o Movimento Negro, apesar de ter sofrido derrotas e distorções de suas ideias e projetos, principalmente no âmbito abolicionista, permaneceu vivo na sociedade brasileira, se aprimorando e lutando contra cada nova roupagem e estratégia que as práticas racistas adotaram ou iriam adotar.

3.5 As primeiras transformações dos valores sociais racistas pós-abolição no Brasil: a transição entre o século XIX e XX

Com todas essas sequenciais políticas de manutenção do racismo, as principais estratégias para a permanência dessa configuração social trabalharam novas formas de reconstrução dos conceitos e dos valores. Segundo Lilia Schwarcz (2019), esse processo renovou as ideias de raça, família, trabalho, entre tantas outras essenciais para a absorção cotidiana das práticas racistas que agora não eram mais atreladas à escravidão. As estratégias principais no Brasil se baseavam em mudanças das identidades e dos princípios sociais ligados à execução de política públicas que enfatizavam a segregação.

3.5.1 *O racismo na perspectiva científica*

A primeira renovação do racismo se inicia do século XIX com uma crise do escravismo e uma sequência de abolições pelo mundo. Mesmo assim, o interesse social, político, e também econômico, manteve forte a diferença e a distância social entre brancos e negros (ex-escravos) no Brasil. Garcia (2009) demonstra que, incoerentemente (ou coerente com esses interesses

específicos), o auge do movimento abolicionista também demarcou o auge de propagação das teorias e ideologias racistas no país, e elas, com o respaldo institucional e principalmente científico, foram os meios fundamentais de disseminação desses ideais (GARCIA, 2009).

Segundo Giralda Seyferth (2002), durante o século XVIII a ciência recebeu muitos investimentos e deu passos importantes, e, conseqüentemente, a vertente científica que dava base para as hierarquias sociais (desde o século XV) também recebeu incentivos e produziu avanços. Nessa época foi realizada e divulgada a primeira classificação taxonômica⁵⁸ humana (SEYFERTH, 2002). Cientistas determinaram uma classificação entre duas espécies humanas, em que uma seria mais próxima e uma menos próxima dos primatas. Com o passar do tempo, a teoria se aprimorou e chegou a uma divisão de cinco espécies humanas em que o homem negro era o mais próximo dos primatas e o homem branco o mais distante. Essa divisão se baseava em diversos critérios, como: localização geográfica (atualização da *Teoria de Berço*); cor da pele e o fenótipo que a envolve; e moral (o viés que inclui hábitos, cultura, costumes e, obviamente, a religião) (SEYFERTH, 2002).

Mais tarde, no século XIX, todas essas evidências e provas dessa hierarquia de espécies humanas se tornaram um grande conjunto de teorias científicas chamado de: Racismo Científico (SEYFERTH, 2002). Nesse momento se consolidou a disseminação de um racismo baseado em critérios biológicos/genéticos institucionalizados como inquestionáveis. Nesse pensamento, o conceito de raça substituiu o termo variedade, em outras palavras, toda e qualquer diversidade humana seria classificada como uma determinada raça segundo essas categorias (SEYFERTH, 2002). Essa corrente ideológica iniciou também a associação entre o fenótipo e a capacidade intelectual dos indivíduos. Foram realizados estudos de crânios e do funcionamento do cérebro baseados no vínculo com características sociais, já consideradas superiores ou inferiores, e nas ações e comportamentos desses grupos (SEYFERTH, 2002). A ciência, então, era considerada, de acordo com a leitura de Maria Hilda Paraiso (1998), o veículo que definia o posicionamento social e seus respectivos comportamentos. Muitas vezes um fenômeno físico ou hereditário era interpretado diretamente como uma tendência a um comportamento criminoso ou uma predisposição a doenças, principalmente mentais (SCHWARCZ, 2019).

As suas proposições básicas são: a) a existência de raças como unidades uniformes que perdem essas características apenas pela miscigenação desordenada e recente; b) a percepção do físico e do moral como um *continuum* determinante; c) a ausência do livre arbítrio humano; d) a existência de uma hierarquia universal de valores, que, no caso, é associada a peculiaridades físicas; e) a ciência como a necessária ordenadora do mundo social. (PARAISO, 1998. p. 46).

⁵⁸ Taxonomia é uma classificação e uma ordenação biológica dos seres vivos baseada no estudo dos parentescos e da história evolutiva (SITE TODA BIOLOGIA, 2019).

Toda essa base biológica traz certa imobilização social de inúmeras “raças” (grupos sociais), de forma que, questões genéticas e biológicas associadas a inferioridade ou atraso social são considerados permanentes e inerentes a esses grupos o que impossibilitava uma “evolução” e o alcance dos grupos considerados “mais evoluídos”. Logo, haveria uma imobilidade social que se manteria irredutível.

Segundo Antônia Garcia (2009), o Racismo Científico brasileiro por muito tempo se baseou nos estudos biológicos da Escola de Chicago que aplicava as formas de classificações e diferenciações das plantas nos seres humanos. Isso assegurou continuidade às comprovações racistas desde o Brasil colonial - no tempo em que havia leis que autorizavam comprovar a pureza de sangue de um indivíduo ou grupo a partir da base biológica criada nessa época (SEYFERTH, 2002). Essa base estruturou em dados subjetivos, parciais, e não de fato biológicos, como foi demonstrado em outras fases do racismo brasileiro.

Além de todas essas particularidades científicas, a ciência funcionava de maneira correlacional com o Capitalismo através da determinação de classes, já que o racismo também estava associado e justificado na desigualdade social (HASENBALG, 2005). A divisão de classes, então - além de serem definidas como classificações baseadas nas condições financeiras, de infraestrutura e de desenvolvimento social - complementa a institucionalização das raças pela ciência. Cada classe passou a ter sua cor, raça, origem, espaço social e físico muito bem determinados, e o que mais alarma é que essa estratificação ainda não mudou significativamente.

[...] em fins do século XVIII, a noção de raça substituiu a de variedade, tornando absoluto (mas não único) o paradigma predominante o século XIX: o progresso e a civilização são ditados pelas leis da natureza – a desigualdade humana como parte da ordem natural. (SEYFERTH, 2002. p. 23).

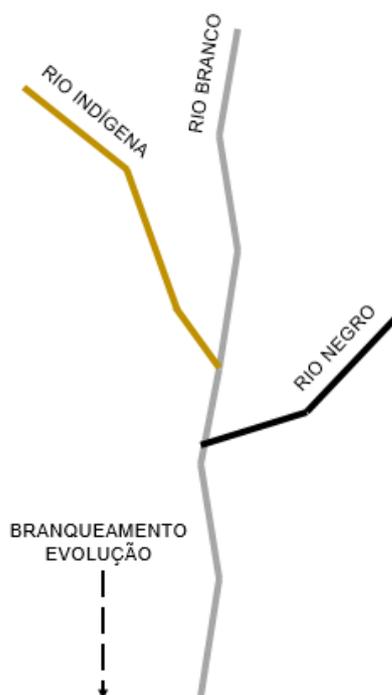
Complementarmente, nessa mesma época, em 1876, pesquisadores brasileiros traçaram o perfil de aproximadamente *136 cores diferentes* na composição da população do país. As classificações obviamente seguiam a parcialidade e os “conhecimentos científicos” da taxonomia (SCHWARCZ, 2012). Cada grupo, era apresentado por sua cor com nomenclaturas extremamente sugestivas: nomes no aumentativo e no diminutivo, que indicava uma hierarquia; nomes que associavam raça, cor e gênero; classificação por origens e posição social, entre outros (SCHWARCZ, 2012). Portanto, mesmo com certo reconhecimento da diversidade que abrange a sociedade brasileira, essa classificação reduz a diversidade à cor e a traduz em um posicionamento inferior ou superior dos grupos na rede de relações sociais através dessa vertente científica.

O Sistema Capitalista do século XIX também trouxe dois princípios que tem essas classificações raciais e científicas como base: o nacionalismo e o desenvolvimentismo. Os Estados Nacionais, a principal forma de governo das metrópoles dentro desse recorte de séculos (do século XV ao século XIX), se preocupavam com a formação de uma unidade nacional e a criação de um projeto de nação. Esse projeto envolvia vertentes: econômicas e comerciais; políticas de território e de formas de gestão; e sociais de unidade cultural e amor à pátria (SEYFERTH, 2002). Neste contexto e ideologia, os conceitos foram usados de forma invertida e estratégica o que fez com que a noção de unidade cultural fosse absorvida e disseminada como uma noção de *hegemonia social*, que envolvia obviamente o grupo social considerado “mais desenvolvido”. Assim, o conceito de nação não abrangia todos os cidadãos e invisibilizava os grupos ditos como inferiores, como os negros (SEYFERTH, 2002).

Além disso, a ideia de progresso e desenvolvimento social e econômico estava em seu auge como uma das preocupações de qualquer Estado em relação a seu país. Isso fez com que toda essa lógica projetada fosse importante para determinar a hierarquização do desenvolvimento entre os países, e assim, se consolidasse uma escala de dominação entre os povos. O desenvolvimentismo estava ligado ao progresso social das metrópoles e à uma ideia de legitimar a dominação de um grupo sobre o outro, justamente pelas vantagens econômicas e de poder que isso trazia, o que ampliou ainda mais o conceito de missão civilizatória (SEYFERTH, 2002). Por esses motivos, se estabeleceu a noção de estagnação de algumas raças, pois criou-se uma concepção de que a heterogeneidade seria um obstáculo para o desenvolvimento e um problema nacional (MAIO, 2000).

No Brasil, de acordo com Lilia Schwarcz (2012) em “**Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**”, esse desenvolvimentismo, impulsionado pelos brancos em relação aos grupos inferiores ganhou uma metáfora. Segundo a autora, existia no país uma imagem, social, fluvial que incluía três grandes rios que compõem a nação brasileira: o maior, o branco; um pouco menor, o indígena; e um menor ainda, os negros. Nessa configuração, o rio branco se portava como o eixo que inclui os demais, tornando os outros dependentes dele, e a relação de todos se dava de forma harmônica dentro dessa hierarquização (SCHWARCZ, 2012).

Gráfico 13- Mentalidade Fluvial do Branqueamento e da Hierarquia de Raças segundo Lilia Schwarcz (2012)



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Com o passar do tempo, a ciência e seus projetos se aprimoraram ainda mais. Em 1859, Charles Darwin lançou uma das suas principais obras, “**A Origem das Espécies**”, que estudava as variações genéticas, suas continuidades e evoluções nos animais. Este trabalho se reverberou de uma forma inesperada, e transformou o Racismo Científico. No Brasil e em outros países, o *Darwinismo Social* foi incorporado como uma perspectiva evolucionista das raças humanas já pré-estabelecidas (SCHWARCZ, 2012). Segundo Schwarcz (2012), essa corrente introduziu no país uma hierarquização consolidada e extremamente forte, que permite pensar, geneticamente, em uma possível evolução (branqueamento) da população inferior, o que projetou socialmente a prática da Eugenia e da esterilização da população negra.

Esse projeto social apresentava dois campos que divergiam entre si: um que dizia que o cruzamento entre raças seria algo degenerativo; e outro que acreditava no evolucionismo social através desse cruzamento, pensando que o resultado seria cada vez mais branco, e melhor (SCHWARCZ, 2012). As duas ideias conviviam no cotidiano da população, o que provocou: atitudes discriminatórias quando a relações interracialis aconteciam; diferentes formas de proibições de relações afetivas; e, ao mesmo tempo, um incentivo por parte do Governo Brasileiro para que os casamentos interracialis acontecessem (SCHWARCZ, 2019). Por isso, em 1883 a política da eugenia foi explicitamente detectada no Brasil e apresentava, dentre suas

estratégias: o incentivo desses casamentos e da reprodução deles; e a Política de Imigração, já trabalhada nesta dissertação (PARAISO, 1998).

Com todas essas determinações e estratégias que comprovavam e institucionalizavam, no fim da escravidão, a inferioridade dos negros em relação aos brancos, o país se consolidou internamente e no exterior como um território de transição, miscigenação. Logo, mesmo com essa ideia do benefício do branqueamento, no início do século XX, a mistura social passou a ser vista como um problema, uma vez que colocava o país em uma situação mediana na escala de evolução e de desenvolvimento dos povos. Por isso, a Eugenia transformou sua política, em uma nova mais objetiva: a lei de esterilização (SCHWARCZ, 2019). Em alguns lugares do país essa lei de fato foi colocada em prática. A autora cita como exemplos o estado da Bahia que exercia um processo burocrático de seleção matrimonial, e o Rio de Janeiro que promoveu campanha de esterilização dos (considerados) “doentes”.

O Racismo Científico do século XIX e sua associação direta com propósitos capitalistas gerou desdobramentos diversos em todos os países⁵⁹. No Brasil, se trabalhava a construção do racismo de forma mais velada, desde sua primeira renovação depois da escravidão. Considerando todos os estudos apresentados até o momento, percebe-se que poucas leis racistas foram institucionalizadas no Brasil, principalmente pós-abolição e pós-independência. Porém, lembro que logo em seguida da Lei Áurea em 1888, uma das leis estabelecidas foi a proibição da imigração de africanos e asiáticos para o país, o que depois foi substituída por uma política de incentivo à imigração europeia, a Política da Imigração (SEYFERTH, 2002). Em outras palavras, descartou-se uma lei proibitiva e escancarada, para adotar uma política pública que permite dupla interpretação; o mascaramento da real intenção; e a aplicação de uma mentalidade racista edificada pela ciência.

Essa força é o racismo. Numa nação racialmente imperialista como a nossa, é à raça dominante que reserva para si mesma o luxo de destituir a identidade racial, enquanto a raça oprimida é diariamente ciente da sua identidade racial. É a raça dominante que consegue fazer parecer que a sua experiência é representativa. (HOOKS, 2014. p. 100).

Isso já seria um indício que, provavelmente, a manutenção do racismo no Brasil se dava por outros mecanismos que internalizavam essa prática no cotidiano sem um embate

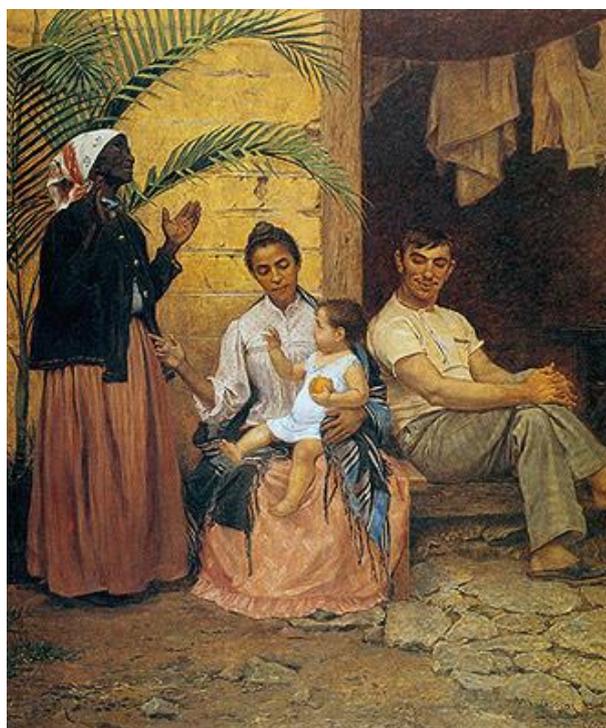
⁵⁹ No continente americano dois grandes países, Estados Unidos e Brasil, se destacam por um racismo impregnado socialmente, até hoje, mas que se basearam em sistemas diferentes de manutenção desse. O Estados Unidos a partir do final do século XIX, utilizou desses dados científicos e iniciou o processo de legalização do racismo com a determinação das Leis Jim Crow (1876-1965) (DAVIS, 2016). Essas leis eram responsáveis por legalizar, tratar do racismo de forma direta, e buscar demonstrar que ele fazia parte da essência da sociedade norte-americana. Era determinado dentro da legislação: espaços, acessos, relações, posição social, entre tantas outras limitações para os negros.

escancarado, ou seja, mecanismos sutis de mudanças dos valores sociais e políticas públicas (DAVIS, 2016). E quais seriam eles?

3.5.2 *Teoria do Branqueamento*

A Política da Imigração no Brasil, que já foi conhecida nesta dissertação, foi além de uma iniciativa econômica e apresentou desdobramentos sociais e raciais. O incentivo da imigração europeia tinha como objetivo, a Eugenia, ou seja, a melhora na “qualidade” racial do Brasil a partir do povoamento e reprodução de uma população branca, considerada extremamente desenvolvida – fato “comprovado” cientificamente e culturalmente (SCHWARCZ, 2012). Para além dessa ideia, o principal argumento para que política fosse implantada, foi a necessidade de reduzir a população negra baseada na Teoria do Branqueamento e o seu principal mecanismo: a Mestiçagem. Logo, seria uma transição das teorias científicas para teorias sociais, que seriam absorvidas no cotidiano da população brasileira a partir de políticas públicas.

Figura 18– Tela: **A Redenção de Cam** – Pintura de Modesto Brocos de 1895, que ilustra o branqueamento da população. Demonstra gerações cada vez mais brancas e o nascimento de um bebê branco como algo positivo, a ser agradecido.



Fonte: SITE ENCICLOPÉDIA DO ITAÚ CULTURAL, 2015.

De acordo com Ana Cláudia Pacheco (2013) essa teoria surgiu ao final do século XIX e se estendeu nos valores sociais dos brasileiros até 1950. Segundo as instituições públicas e privadas do Brasil na época, que se basearam nos princípios científicos e capitalistas aqui

apresentados, o não-desenvolvimento do país se dava pelo excesso de negros na sociedade. Nessa lógica, se fazia necessário o aumento do número de brancos, ou certa “ascensão” (controlada) dos negros socialmente, ou seja, um branqueamento da população. Mas como permitir essa “mobilidade social” sem ameaçar o domínio branco? A resposta foi a institucionalização uma categoria intermediária: os mulatos (PACHECO, 2013).

A Miscigenação era uma política pública do Estado brasileiro construída economicamente (Política da Imigração) e socialmente (Teoria do Branqueamento) que objetiva a formação de um grupo intermediário e “menos negro” da população brasileira (SOUZA, R. 2009). Segundo essa política, a teoria e a prática do branqueamento eram apenas um processo de institucionalização de uma experiência que já vinha acontecendo naturalmente na sociedade brasileira⁶⁰. Porém, sabe-se que a miscigenação que começou desde o primeiro contato dos europeus com os povos nativos do Brasil e com os escravos africanos, se deu, principalmente, através da exploração sexual, das mulheres em sua maioria, o que de nada teve de espontâneo (HASENBALG, 2005). Entende-se então que a miscigenação foi sim uma continuidade natural de um pensamento antigo, mas, o pensamento que se renovou, de fato, foi: a banalização da violência sexual e do controle das relações afetivas no cotidiano das pessoas, e não uma relação afetiva dita natural.

Essa teoria e política pública induzia e fomentava um hábito social (construído desde a escravidão) de violência e estupro da mulher negra pela “raça superior” como algo positivo para a sociedade, pois seria considerado um ato de branqueamento e de “desenvolvimento” da população. Além disso, segundo o pensamento da época, havia um número muito pequeno de mulheres brancas no Brasil, o que manipulou ser necessária uma relação “afetiva” e sexual entre homens brancos e mulheres negras (GARCIA, 2009). Nesse momento também teve início um controle das relações afetivas dos negros, já que a relação com uma pessoa branca chegava a ser quase que obrigatória através da imposição da ideia de que era a única forma de sobrevivência ou de melhoria de vida dentro dessa sociedade (HASENBALG, 2005).

Outra importante simbologia criada a partir da Miscigenação foi a noção de que dinheiro branqueia, logo, isso fez com que fosse concebido a ideia de que seria possível obter *status* e uma participação social que antes era inalcançável. Nas palavras de Schwarcz (2012, p. 34) “[...] no Brasil, a raça se apresenta como uma situação passageira e volúvel, em que se pode empretecer ou embranquecer.” Esta condição representava uma ilusão do sistema, pois as

⁶⁰ Essa justificativa se baseava nos diversos estudos científicos da época que demonstravam que a população já havia se miscigenado, e que a diversidade de cores e raças no Brasil era grande devido a “naturalidade” das relações entre as raças originárias: brancas, negras e indígenas.

possibilidades de atuação do negro na economia permaneceram mínimas e seu acesso a oportunidades ainda era limitado. Portanto, a única maneira do branqueamento ocorrer era em sua materialização de fato: relações entre brancos e negros, e o surgimento de uma nova camada social (de raças), os mulatos (HASENBALG, 2005).

Todo esse contexto era extremamente problemático, pois passou a praticar, de forma mascarada, a Eugenia, ou seja, a ideia de um clareamento evolutivo e a transferência da decisão do direito à vida a partir de critérios fenotípicos, morais e sexuais (PACHECO, 2013). Identifica-se, nessa configuração, um retorno, ou uma não saída, muito clara da escravidão, pois, novamente, o negro está dentro de um sistema em que as práticas cotidianas eram manipuladas e induzidas para: o controle do seu corpo; a não liberdade de relações; e a estagnação social. A diferença seria que nesse momento a forma dessas práticas serem absorvidas até chegar a uma naturalidade cotidiana tinha relação com o seu silenciamento, ou seja, teorias e políticas públicas que negavam o objetivo de segregação racial, o que não acontecia na época da escravidão.

A Teoria do Branqueamento e a Miscigenação foram construídas sob uma justificativa econômica de desenvolvimento, e também perante uma justificativa social “aceitável” na sociedade. Mais do que isso, essa foi uma forma de silenciar os conflitos e os questionamentos desse grupo social, quase que como uma negociação em que há uma propaganda enganosa envolvida (PACHECO, 2013). Mesmo com toda essa falsa vestimenta, fica claro que os objetivos eram totalmente higienistas, e mais ainda, os instrumentos também (SOUZA, R. 2009).

Dentre as diversas consequências desses fundamentos, os desdobramentos políticos se destacaram, pois a Teoria do Branqueamento e sua prática foram também uma forma de enfraquecer o Movimento Negro. Isso aconteceu por dois motivos: a fragmentação desse grupo social; e a perda do orgulho racial (HASENBALG, 2005).

Segundo Carlos Hasenbalg (2005) com a institucionalização da classe social dos mulatos, esses “negros branqueados” tinham certa superioridade social em relação aos negros. Isso causou uma divisão dos grupos explorados e, mais do que isso, o incentivo do preconceito entre mulatos e negros. Esse preconceito se originou da mesma relação projetada entre brancos e negros, em que uma raça se instituía superior à outra por uma série de motivos construídos socialmente, sendo que, nesse caso, a superioridade seria inerente aos “mais” brancos assim como a inferioridade aos “mais” negros. Essa possível abertura para uma camada intermediária racialmente, fez com que houvesse o estabelecimento de uma distância social dentro do próprio Movimento Negro, o que dificultou a sua organização.

O distanciamento também tinha ligação com a perda do orgulho racial. A falta de unidade e a noção de que os mulatos não pertenciam mais a mesma raça e grupo dos negros, fez com que a ideia de povo, coletividade, e muito dos costumes sobreviventes se perdessem (HASENBALG, 2005). Assim como estudado anteriormente, a força de uma comunidade, está justamente na potencialidade de sua coletividade, suas práticas comuns e suas relações. Com a separação e a ideia de não pertencimento, a identificação coletiva se esvai, o que apagou memórias e hábitos e não permitia encontrar pontos em comum.

Além disso, as organizações negras também se perderam e se distanciaram de suas origens e histórias, pois a ideia do branqueamento foi tão absorvida que transformou parte da luta negra em um processo de tentar alcançar, e até mesmo se tornar, o outro, no caso os brancos, e não mais de resgatar suas identidades (PARAISO, 1998). Mais ainda, segundo Schwarcz (2012), os mulatos trouxeram um paradoxo social, pois na prática havia uma dúvida na classificação social desse grupo que não seguia a gama taxonômica ou de cores da ciência, ou seja, para as pessoas no dia-a-dia: se não é branco, nem negro, o que seria? Essa dúvida com o tempo foi se traduzindo em uma perda na classificação pela cor, e certo apego às características físicas e comportamentais de cada raça (SCHWARCZ, 2012). O branqueamento, então, passou a ser relacionado com ações, *status*, comportamentos, cultura, cabelo, formato do nariz, etc.

O resultado da nossa indeterminação nas distinções raciais faz com que o fenótipo, ou melhor, certos traços físicos como formato do rosto, tipo de cabelo, e coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação. (SCHWARCZ, 2012. p. 98).

A Teoria do Branqueamento, a Política de Imigração e de Miscigenação sintetizam estratégias claras de fortalecimento e a proposta de uma releitura do racismo no Brasil. Essas estratégias usavam de determinações sociais, mascaradas por incentivos econômicos e benefícios sociais para justificar o uso da violência, do controle dos corpos e relações, e do controle das vozes políticas como forma de manutenção da concentração de poder e do não-poder nos grupos respectivos. Mas, essa teoria precisava de outros respaldos para sua permanência durante tantos anos, e esse suporte vinha diretamente da lógica da segregação social – no qual, novamente, a economia se manifestava como uma barreira da real visualização da guerra racial.

3.5.3 *Teoria de Classes*

[...] Florestan Fernandes de alguma maneira circunscreveu o tema da raça a uma questão de classe e abandonou a cultura: em um contexto assinalado pela radicalização política, o tema racial parecia subsumido em uma questão maior, ou seja, a luta de classes sociais. (SCHWARCZ, 2012. p. 76).

Com todos esses contextos e estratégias apresentados é possível perceber algo em comum entre esses instrumentos: o fato de o racismo no Brasil sempre estar disfarçado nas justificativas e perspectivas econômicas, ou seja, assim como as práticas racistas são bases da construção do Sistema Capitalista, elas também têm esse sistema como sua base. Isso acontece, pois essa segregação social construída se abastecia a partir do sombreamento da Teoria de Classes, teoria essa concebida através das conceituações de classes e desigualdade social aqui trabalhadas (HASENBALG, 2005).

A Teoria de Classes, segundo Pacheco (2013), baseava-se na justificativa de que a hierarquia social existente estaria estruturada nas condições econômicas dos grupos sociais. Determinava-se que a segregação social seria o retrato, exclusivo, das classes sociais, e qualquer outro preconceito ou exclusão deveria ser negado ou considerado inexistente. Como justificativa a possíveis associações diretas entre raça e desigualdade de classes, as instituições brasileiras retomaram a explicação de logo após a abolição da escravidão: que para além da inferioridade inerente à raça, os negros não tinham experiência nem preparo para o mercado de trabalho devido ao passado escravista (PACHECO, 2013). Nessa justificativa, a competitividade do negro seria menor, o que faria com que eles não se encaixassem economicamente na sociedade.

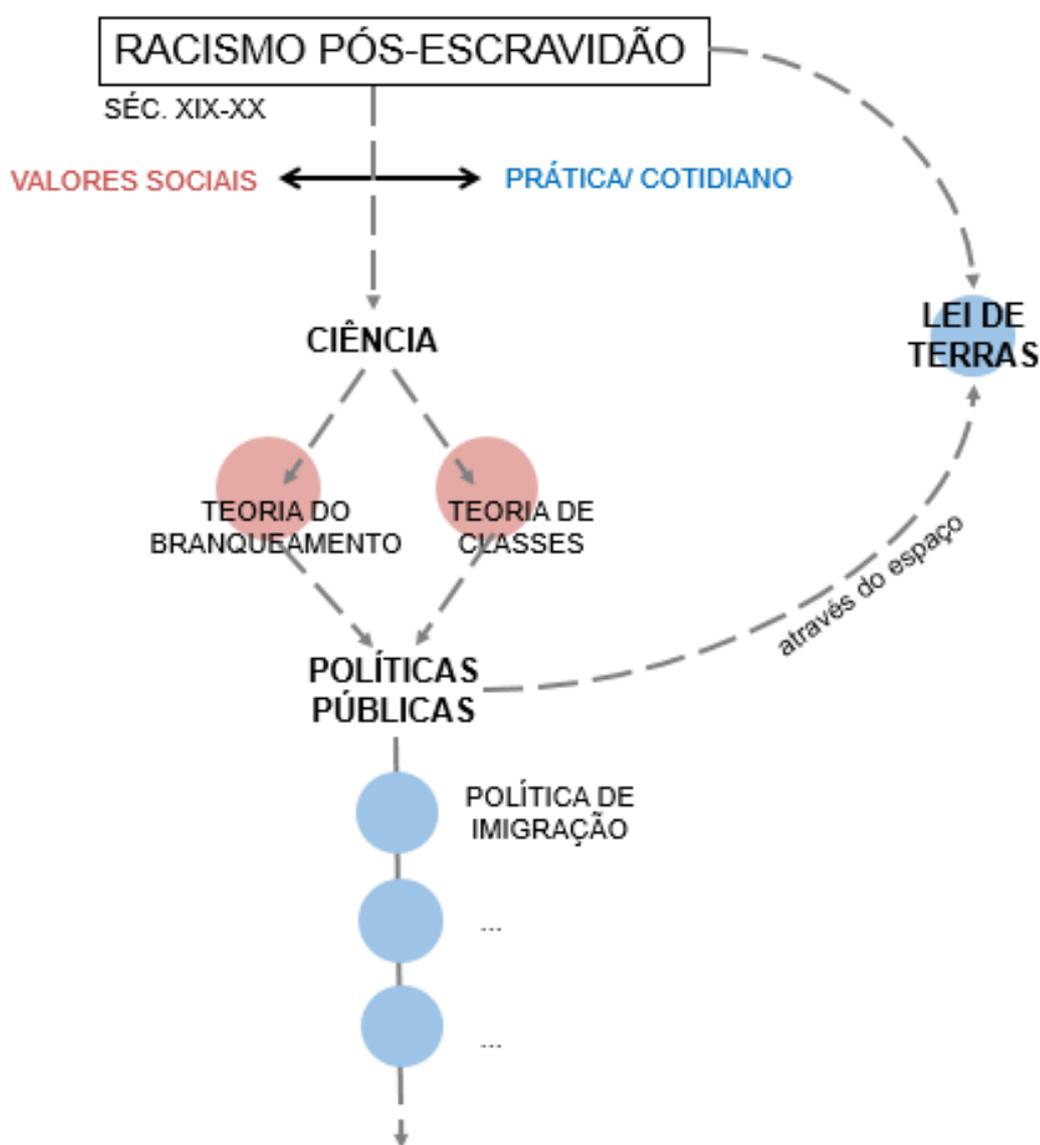
Toda essa rede de discriminações mascaradas de desigualdade de classes revelara eficaz, pois facilitava a absorção dessa distância social entre negros e brancos, já que trazia uma justificativa objetiva, que não perpassava por uma ideia de humanidade ou subjetividade (PACHECO, 2013). O motivo econômico se configurou muito mais evidente, o que trouxe uma menor necessidade de reflexão crítica, e distanciou os aspectos de crueldade do racismo, porque retira a culpabilidade de seus praticantes.

Essa capa que escondia (e esconde) a realidade das práticas racistas foi colocada justamente porque relações de poder precisavam ser mantidas. Reafirma-se, em Rita Velloso (2016), que as relações verticais de poder, nas quais sua essência e sua manutenção se dão por relações de dominação e subordinação, só se manteriam se essa sua essência fosse ocultada. Dessa forma, a melhor maneira de se manter no poder, continuava sendo esconder e disfarçar suas engrenagens de funcionamento, como de fato foi feito (VELLOSO, 2016).

Diferentemente da Teoria do Branqueamento - que apesar de muitos artifícios de omiti-la, representou uma política pública que explicitamente associava a cor ao potencial humano de um indivíduo ou grupo social -, a Teoria de Classes advinda de pensadores conservadores se instituiu como a primeira teoria adotada com o objetivo claro de esconder o racismo no Brasil.

Segundo Garcia (2009), sabe-se que desde o fim da escravidão até 1970, o Brasil exerceu uma política de anti-racismo, na qual, se nega o racismo e ainda o criminaliza. Porém, mesmo assim, as práticas racistas permaneceram de outras várias formas implícitas, manipuladas e opressoras. As Teorias do Branqueamento e de Classes são exemplos disso. Entretanto, é preciso entender como essas teorias chegaram às práticas sociais e nas relações, de forma que se consolidaram e se disfarçaram no país durante tantos anos. Para além de estudar as teorias, irei me debruçar no funcionamento delas para descobrir como as mesmas se adentraram nas ideias e nas práticas sociais através das políticas públicas, principalmente urbanas, e a construção das cidades brasileiras.

Gráfico 14- Compreensão da Construção dos Valores Sociais e das Práticas Racistas Depois do Fim da Escravidão em 1888.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

4 A PERMANENTE RENOVAÇÃO DAS PRÁTICAS RACISTAS NO BRASIL E A PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO SÉCULO XX AO XXI

4.1 Das práticas racistas e políticas públicas: o projeto (secreto) de nação e a Teoria do Nacionalismo *Racializado*

Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada. Não se trata de entender a adoção das teses raciais como mero reflexo, uma cópia desautorizada, mas antes indagar sobre seus novos significados contextuais, bem como verificar sua relação com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país. Melhor, portanto, é pensa-las como “produto e produção” (DURHAM, 1977 *apud* SCHWARCZ, 2019. p. 318).

De acordo com o exposto acima, a manutenção das práticas racistas envolve ações e relações sociais que demandam instrumentos que transmitam essas ideias e que gerem constantes releituras e mudanças de linguagem para a permanência desse sistema. No Brasil, após o fim da escravidão (1888), os negros continuaram sem suporte algum. Nenhuma política pública de inserção desse grupo socialmente foi feita, pelo contrário, novas teorias e práticas de exclusão foram criadas e fortificadas, como foi demonstrado anteriormente (FERNANDES, F. 1978).

Lilia Schwarcz (2012) afirma que, a partir de 1920, o Brasil inicia uma fase de *Apartheid* Social, semelhante ao Estados Unidos e a África do Sul. Enquanto na África do Sul e nos Estados Unidos a legislação e a imposição institucional eram claras e presentes no cotidiano, no Brasil o disfarce do racismo trazia uma cotidianidade distinta das anteriores, onde teorias e políticas públicas eram absorvidas e “aceitas”, ou seja, mais manipuladas do que impostas. Porém, nesses três países a distância social entre negros e brancos apresentavam, nessa época, a mesma base, uma separação crua e cruel.

O início do século XX inaugurou uma época de extrema importância cultural e política para o Brasil com a chegada do Movimento Moderno (SCHWARCZ, 2012). O Modernismo⁶¹, no contexto brasileiro, foi um movimento artístico, cultural e político que teve início a partir de

⁶¹ O Movimento Moderno Brasileiro tinha como principais objetivos questionar os tradicionais moldes sociais, culturais e políticos do Brasil até então (em alguns aspectos) (OLIVEN, 2001). Suas manifestações eram realizadas, em sua maioria, através das artes plásticas, música, arquitetura e literatura. Para além desses questionamentos estruturais, o Modernismo propôs: uma releitura da própria arte, elaborando novos estilos e formas de expressão; e o uso da cultura como um meio de propagação de novas ideias para uma (re)construção do Brasil (OLIVEN, 2001).

1922, com a Semana de Arte Moderna. Junto com esse movimento veio também a inquietação de muitos intelectuais, artistas e militantes perante a ausência de um sentimento nacionalista no povo brasileiro (quase que um desdobramento tardio do nacionalismo dos séculos XV ao XIX). Por esse motivo, iniciaram-se inúmeras iniciativas artísticas e políticas para a construção de uma identidade comum: um Projeto de Nação.

Esse Projeto Nação incluía princípios e determinações sociais importantes, dentre elas reforçou-se a ideia da construção do Nacionalismo (ROSA, 2006). Este se define como um conceito de nação que relaciona uma determinada coletividade dotada de aspectos em comum com: território; origem; etnia; idioma e um sentimento de pertencimento. No Brasil, segundo os pensadores da época, este entendimento e sentimento se encontravam muito frágeis ainda, justamente por causa das inúmeras culturas que compunham a população Brasileira e suas distâncias (SCHWARCZ, 2012).

Segundo os diversos intelectuais do Movimento Moderno, para buscar uma unidade seria necessária uma investigação histórica do Brasil, a fim de encontrar (selecionar) pontos estratégicos de identificação da sociedade (ROSA, 2006). Toda essa concepção teve como principal processo o Antropofagismo Cultural⁶². Esse instrumento refere-se a um método de apropriação e retomada de alguns fatos e aspectos culturais dos diversos grupos sociais do Brasil de maneira seleta (RODRIGUES, 2014). Logo, o processo se traduziria em: absorção/apropriação de fatos históricos e de culturas selecionadas dos grupos sociais diversos que formam o Brasil; e o descarte de outros elementos que não foram considerados importantes para o objetivo final - construir uma identidade, comum, brasileira, segundo esses intelectuais (SEYFERTH, 2002). Compreende-se então que esse processo de construção do nacionalismo brasileiro foi desenhado a partir de uma perspectiva historicista⁶³, na qual fatos históricos são selecionados e retomados através da reformulação de símbolos e culturas relacionados a esses pontos específicos e escolhidos dentro da história (ROSA, 2006).

Schwarcz (2012) acrescenta que essa construção do nacionalismo abordava uma valorização de alguns, restritos, aspectos da cultura indígena e negra/africana, e um resgate das influências da época colonial. Dentre elas, foram reintegradas: o princípio desenvolvimentista

⁶² Esse termo vem justamente da apropriação cultural de uma tradição indígena. O antropofagismo, se institui em um ritual em que os índios comem a carne de outros homens, mortos em conflitos, por acreditarem que, através dessa ação, as virtudes do outro iriam ser absorvidas por eles. Além disso, eles faziam um processo de seleção das partes mais “puras” para se alimentarem (RODRIGUES, 2014).

⁶³ O Historicismo, segundo os historiadores alemães, se define como uma corrente de leitura da história que tem como concepção a retomada e a reprodução de fatos históricos específicos e suas demarcações espaciais, temporais e simbólicas tais como elas existiram, sem adaptações ao tempo presente ou futuro (REIS, 2002).

e eurocêntrico; e, principalmente, especificidades culturais e morais da civilização europeia, com mais enfoque na portuguesa.

A recuperação histórica da cultura de índios e negros, passou por um filtro bem criterioso e, em muitos aspectos, folclórico. A valorização dos aspectos culturais passava pela potencialidade de entretenimento desses. Músicas, esportes, artes e vestimentas foram resgatadas e enaltecidas, pois foram considerados características que não ameaçavam a hegemonia dos brancos/elites em seu espaço político, econômico e social (SCHWARCZ, 2012). Criou-se, então, uma fantasia em que se considerava os negros e índios como personagens que contribuíam para a história brasileira, porém, na verdade, os retratava como adereços culturais e de forma muito bem enquadrada (SCHWARCZ, 2012).

Além desse reconhecimento simulado, houve também certa apropriação cultural (vestida de *marketing* e consumo) de diversas características dos povos negros e indígenas devido à política nacionalista que trouxe também um desejo propagandístico para o Brasil - tanto para atingir sua própria população quanto para se expor para o exterior (OLIVEIRA & FERREIRA, 2014). A partir de uma seleção da valorização de algumas características culturais, houve a transformação da imagem do país em uma nação pacífica nas suas relações sociais. Nessa concepção foram ressaltados: o samba; a capoeira; a sensualidade (manipulada) dos mulatos e negros⁶⁴, entre outros diversos elementos, como objetos culturais que reduziam as identidades desses grupos a adereços e práticas passíveis de serem símbolos e propaganda do país (SCHWARCZ, 2012).

A inclusão desses grupos, excluídos, era importante para o silenciamento de questionamentos, a massificação e a criação da identidade de povo brasileiro, mas tudo isso não poderia avançar em passos largos a ponto de ameaçar que o poder saísse das mãos dos mesmos dominadores de sempre (SCHWARCZ, 2012). Uma prova dessas intenções foi a reinterpretação da mestiçagem, que ganhou um novo significado: os mulatos foram considerados, a partir desse momento, uma marca nacional.

A mestiçagem se tornou um símbolo de diversidade, mobilidade e igualdade de oportunidades sociais dentro e fora do Brasil (OLIVERIA & FERREIRA, 2014). Entretanto, sabe-se que exaltar a mestiçagem, na verdade, significava: exaltar o branqueamento; a mobilidade social pela cor (ou seja, afirma-se que uma cor era de fato superior a outra); o *status*

⁶⁴ Lilia Schwarcz (2012) em sua obra “**Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**”, cita alguns exemplos de apropriação dos aspectos culturais e simbólicos dos negros brasileiros e africanos. Dentre eles, ela destaca: a feijoada, que de alimento dos escravos passou a ser prato típico da cultura brasileira; a capoeira que por muitos anos foi uma prática reprimida e proibida no país e passou a ser modalidade esportiva em 1937; e o samba, também reprimido e silenciado, que em 1935 foi exportado para o mundo (SCHWARCZ, 2012).

inalcançável; e fantasiar uma convivência pacífica entre brancos e negros, ignorando toda a violência e exploração inerente dessa relação.

Todo esse processo, retoma o conceito, já trabalhado neste texto, de uma mestiçagem e um branqueamento não só pela cor, mas pelos costumes. Ou seja, comprova-se que na verdade não havia uma valorização da cultura negra e indígena, mas sim um processo de branqueamento dos aspectos da história e costumes desses povos. A cultura negra e indígena não só passou a ser vista como brasileira, como se tornou, segundo Schwarcz (2012) desafrikanizada e clareada. Portanto, esse nacionalismo perseguido e construído por muitos intelectuais do Movimento Moderno, na verdade, se tornou um processo de homogenização, branca, do Brasil, o que concretizou na prática e no cotidiano todas aquelas ideias que foram trabalhadas nesta dissertação.

Juntamente com as ideologias do Movimento Moderno o nacionalismo também foi incentivado pela política da época. A partir de 1930, Getúlio Vargas (governante entre 1930-1945) se tornou presidente do Brasil e dentre suas principais vertentes políticas o nacionalismo se encontrava disseminado em vários aspectos (BRESSER-PEREIRA, 2009). Getúlio Vargas buscava essa identidade brasileira, principalmente em seus projetos econômicos, ao instalar políticas nacionalistas e de incentivo à indústria nacional em seu governo. Para além disso, foi uma época importante de certa inclusão social dos trabalhadores, um dos grupos mais desvalorizados e explorados historicamente. Através dos movimentos sociais urbanos e rurais, organizados por militantes e sindicatos, os trabalhadores conquistaram inúmeros direitos a partir das Leis Trabalhistas (1943) propostas por Getúlio Vargas (BRESSER-PEREIRA, 2009). Evidencia-se que o nacionalismo, almejado pela política, estava relacionado com objetivos econômicos, o que inclui o silenciamento das massas de trabalhadores que questionavam o sistema anterior – renovando alguns direitos, mas mantendo a estrutura de exploração.

Fazendo as vezes de ideologia da cultura nacional, as teorias científicas raciais cumprirão no Brasil papéis distintos. De um lado, enquanto discurso leigo, vão se contrapor à Igreja e à influência religiosa; de outro, legitimarão as falas dos grupos urbanos ascendentes, responsáveis pelos novos projetos políticos e que viam nelas sinal de “modernidade”, índice de progresso. (SCHWARCZ, 2019. p. 320).

Nesse contexto e através do historicismo, do Antropofagismo Cultural e de reformas econômicas, determinadas culturas, práticas e histórias foram definidas como: *do povo brasileiro*. Porém, percebe-se uma ideia deturpada de “povo brasileiro”. Isso se explica, pois esse processo de identificação da sociedade com sua história e cultura partiu de uma seleção do que se expõe e do que se esconde da história – ou seja, uma eleição de elementos por um grupo determinado. Em outras palavras, ignorou-se as construções afetivas e as lembranças dos

diferentes grupos da população. Portanto, entendo que essa concepção de identidade brasileira, construída por intelectuais que seguem uma determinada ideologia, na verdade, por muitas vezes omitiu a real diversidade e os diferentes vetores que borbulham no próprio povo.

Essa concepção equivocada foi concebida através de uma leitura distorcida e estratégica de conceitos como unidade - coletividade e pertencimento -, de modo a interpretá-lo como o estabelecimento de uma homogeneidade - massa hegemônica. Segundo Rita Velloso (2014), *massa* seria uma construção social sem unidade e que desconsidera a pluralidade dos indivíduos, o mesmo que algo genérico, homogêneo e sem voz. Essa ideia difere da definição de *povo*, que se configura como uma unidade diferente da que o Estado determina, formada por uma rede de individualidades que afirmam a existência política e social de muitos (VELLOSO, 2014).

Assim, todo esse processo de retomada histórica seletiva criou, na verdade, uma massa de indivíduos que tiveram suas histórias e práticas culturais reduzidas a uma história oficial, e branca. Isso assegurou um sentimento de pertencimento frágil (ou anulado) nos grupos que não se identificavam com essa história “legítima” – que fazem parte da história esquecida. Da mesma forma, esse processo assegurou uma hegemonia dos mesmos grupos sociais que se manteve mais fortificada uma vez que mais do que o presente, o passado nesse momento também validou esse poder.

Essas políticas não proporcionaram mudanças estruturais, pois os benefícios e essa busca do nacionalismo continuavam concentrados nas mesmas elites e grupos sociais que durante toda a história sempre ganhavam essas batalhas da sociedade. Obviamente, isso se refletia nos aspectos sociais do nacionalismo, nos quais a hegemonia desses mesmos grupos se consolidava com essa ideologia. A hegemonia e a predominância da identidade das elites se davam também dentro dessa construção cultural, e foi isso que o Modernismo também buscou reproduzir. Portanto, com essa compreensão, a inserção do negro não foi estabelecida no âmbito político, econômico e social, e suas traduções em dança, música e arte, só os distanciaram ainda mais da perspectiva da justiça social, do trabalho e dos direitos (SCHWARCZ, 2012). Além disso, segundo Lisandra Silva (2018) fica claro os interesses do mercado capitalista que se apropria tanto do racismo quanto da própria negritude⁶⁵/ resistência para garantir que o sistema continue girando.

Como síntese, segundo Seyferth (2002), a partir desse momento no Brasil, iniciou uma nova fase em relação à desigualdade social e ao racismo: o Nacionalismo *Racializado*. A Teoria

⁶⁵ Segundo a autora (2018), negritude se define como campo virtual, político, ideológico e cultural do Movimento Negro.

do Nacionalismo *Racializado*, é uma explicação atual, intelectual e crítica que observou essa busca do nacionalismo do século XX de forma mais profunda, e, assim, a interpretou como um movimento de mascaramento do racismo e de expansão da distância social. Essa teoria reforça que o nacionalismo visado no início do século XX não objetivava o resgate da identidade brasileira em sua totalidade, considerando sua diversidade social completa, e sim uma homogeneização histórica que mantinha a segregação social e as relações de poder já implantadas (SEYFERTH, 2002). Reafirma-se, que o Projeto de Nação incluía silenciar os mecanismos do racismo e de exclusão social estabelecidos e necessários para essa configuração de relações sociais, econômicas e políticas.

Por fim, esse conjunto extenso e complexo de estratégias de falseamento do nacionalismo manteve a posição dos negros exatamente onde estavam, e em quase nada os incluíram na nação brasileira de fato. Mais do que disfarçar as engrenagens de todo esse sistema social, esse processo também fez parte do objetivo de silenciar o Movimento Negro, que desde a escravidão demonstrava, de levantes à complexas organizações, sua luta pela cidadania plena e pelo rompimento de um estereótipo racial (tão bem construído, e agora renovado).

Mais do que isso, esse projeto, que ainda ecoa na atualidade, se tornou o principal meio de negação da existência do racismo no Brasil. Iniciou-se, a partir desta noção de país, uma mitificação das relações sociais, e assim, foi implantada a ideia de Democracia Racial em 1930 (SCHWARCZ, 2012).

4.1.1 *O Mito da Democracia Racial (1930) e o Projeto Unesco (1950)*

A partir da leitura de Lélia Gonzales (2011), a Democracia Racial se refere a uma nova definição de Brasil concebida a partir da década de 1930, que o enaltece como um país em que as relações sociais e raciais são igualitárias e paralelas. Estas relações se construíram, na verdade, dentro de um sistema hierárquico completamente verticalizado que não se transformou, em sua raiz, ao longo da história.

Esse novo conceito veio para cristalizar a percepção da população do país e todos os instrumentos que mascararam o racismo dentro da sociedade, ou seja, foi um conceito que concretizou e simbolizou todas aquelas teorias e projetos sociais que já estavam sendo implementados desde o processo de abolição da escravidão. A partir de 1930, esse símbolo trouxe novas percepções sociais, falseadas e muito bem pensadas, para mascarar essa distância entre os grupos, manter os privilégios e as injustiças e sustentar a relações de forças.

Em complemento à conceituação apresentada, Carlos Hasenbalg (2005) afirma que a Teoria da Democracia Racial estabelecia que o Brasil não apresentava preconceito nem

discriminação racial e, na verdade, existia uma igualdade de oportunidades, se considerado o critério de cor e etnia. Para fortalecer ainda mais essa definição, assumiu-se a desigualdade social por classe, que afirmava que existia estereótipos e exclusão social pelo critério econômico, mas que isso não passava por uma questão racial (pensamento esse que tinha como suporte a Teoria de Classes⁶⁶) (HASENBALG, 2005).

Os pesquisadores utilizaram de várias evidências para comprovar a “existência” dessa democracia racial. Dentre elas, (re)interpretou-se a presença dos mulatos, novamente, como algo fruto de relações sociais benéficas. Segundo os teóricos que sustentavam essa teoria, a mestiçagem evidenciava que: havia relações afetivas entre negros e brancos; existiam “pessoas de cor” com *status* social, ou seja, existia mobilidade social para os não brancos; e havia competitividade econômica entre as raças (HASENBALG, 2005). Porém, se ignorou que a existência dos mulatos resultava, muitas vezes, de uma construção baseada na naturalização da violência e na indução institucionalizada da prática da Eugenia. Mais ainda, esqueceu-se que a mestiçagem se configurou oficialmente na ideia de enfatizar os brancos e sua bagagem social (cultura europeia), e apagar os negros e suas origens (cultura africana e brasileira) (ANDREWS, 2015).

Outra base probatória importante para essa teoria foi o fato de que a Constituição brasileira não apresentava nenhuma lei ou projeto de legalização da discriminação por raça, cor, ou etnia - diferentemente do que acontecia nos Estados Unidos ou na África do Sul, por exemplo. Isso representava, nessa lógica, que não existia um conflito racial declarado ou sustentado pelo Estado e suas instituições (HASENBALG, 2005).

Nesse momento surgiram também diversos estudos sobre a colonização e a escravidão, tanto no Brasil quanto no mundo, e novamente, essas pesquisas foram utilizadas para flexibilizar a história e o racismo brasileiro. Segundo George Andrews (2015), aflorou no país uma visão histórica de que a escravidão do Brasil foi uma das mais brandas, devido a uma colonização portuguesa também considerada mais pacífica. Isso aconteceu, segundo os teóricos, baseado em teorias do século XVIII, em que se afirmava que os colonizadores espanhóis e portugueses eram menos cruéis do que holandeses e ingleses (MAIO, 1999). Além disso, a interpretação dos relatos de senhores de escravos assinalava a ideia de uma relação harmônica entre eles e seus escravos. A qualidade de vida destes explorados também foi “comprovada” como melhor do que a dos operários ingleses nas fábricas e indústrias do século XVIII (MAIO, 1999). Isso demonstra que o embasamento dessa perspectiva veio de apenas um

⁶⁶ Teoria explicada na seção 3.5.3 desta dissertação

lado da moeda e, mais ainda, toda essa flexibilização da colonização e da escravidão, ignorou todas as manobras por detrás desses sistemas que aqui já foram apresentadas, como: o Racismo Científico institucionalizado; as inúmeras teorias manipuladas e absorvidas pela população; e a violência inerente a todo esse processo.

Outro ponto que sustentou a ideia de Democracia Racial no Brasil foi o contexto político da época – ao mesmo tempo em que essa própria teoria também sustentava essa configuração política (ANDREWS, 2015). No governo de Getúlio Vargas criou-se a visão de que os negros (se trabalhadores) também foram beneficiados por essas medidas sociais. Logo, a teoria interpretava que negros e mulatos foram incluídos nos aspectos sociais e econômicos da sociedade brasileira e, por essas leis e projetos, passaram a ser notados/valorizados. Mais do que isso, essas intervenções geraram uma sensação de que existia uma igualdade de competitividade e uma possibilidade de ascensão social desse grupo (ANDREWS, 2015).

Entretanto, esqueceu-se que a maioria dos negros não tinham empregos ou se encontravam em subempregos, o que fez com que eles não pudessem garantir sua posição nem no mercado de trabalho (muito menos socialmente) e nem usufruir dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Assim, uma vez na informalidade, todo esse projeto de lei não incluiu a maioria dos negros. Reitero que foi de fato uma conquista de direitos importantes para os trabalhadores, mas não para os negros como grupo social, porque, essa classe na verdade inclui brancos e, uma parcela seleta de negros (principalmente os mulatos “branqueados”). Além disso, mesmo se considerar certo reconhecimento dos negros nesse momento, seria necessário ressaltar que isso não foi para a maioria e muito menos flexibilizou a possibilidade de ascensão social e econômica, justamente porque a rede de forças ainda se estruturava nessa discriminação.

Todas essas justificativas oficializadas pela produção científica e dispersadas para a sociedade brasileira, fez com que fosse possível construir uma teoria que se tornou ideologia e uma verdade para os brasileiros até hoje: não há desigualdade racial no país. Isso demonstra que, no Brasil, o racismo se instituiu como uma prática subterrânea e que se fortaleceu não pela legislação, mas pela disseminação de um conhecimento parcial e distorcido, e por práticas cotidianas e costumes que não se encerraram junto com a escravidão, mas se renovaram por sua negação.

A Teoria da Democracia Racial se tornou algo tão inerente ao povo brasileiro que se transformou em um projeto em nível mundial: o Projeto UNESCO. Marcos Maio (2000) apresenta que esse projeto se concretizou em 1950, após a Segunda Guerra Mundial, pois uma vez que a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

é um dos braços da ONU (Organização das Nações Unidas)⁶⁷ ela seria responsável pela busca de exemplos de relações sociais “bem sucedidas” para o mundo se acalmar após os horrores das grandes guerras (MAIO, 2000). Ao notar todas as evidências possíveis que o Brasil se armou, e o fato de que a democracia racial se estabeleceu nos valores sociais dos brasileiros, se tornou óbvia, para essa instituição, a escolha do país como símbolo dessa paz e imagem de “paraíso racial” (MAIO, 2000). “Objetivo do projeto ‘determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos.’” (MAIO, 2000).

Para legitimar esse “bom exemplo”, foi necessário um projeto de pesquisa extenso por parte da UNESCO, com o objetivo de comprovar e divulgar para o mundo como era vida social dentro de uma democracia racial, o Brasil (MAIO, 2000). Inicialmente, os pesquisadores optaram por selecionar como objeto de pesquisa apenas a cidade de Salvador (Bahia), já que era (e é até hoje) a cidade com a maior população de negros no Brasil – e fora da África -, e apresentava muitas pesquisas sobre o assunto desde as décadas de 1930 e 1940 (MAIO, 2000). Porém, perceberam que seria necessário ampliar a base de dados. Dessa forma, realizaram um projeto amplamente divulgado que foi capaz de institucionalizar a imagem de “*paraíso racial*” do Brasil como um todo, para os brasileiros e mundialmente (MAIO, 2000).

O Projeto UNESCO teve como principal importância uma intensificação, institucionalização e internacionalização da ideia de democracia racial brasileira. Mesmo com esse viés distorcido e manipulador, a pesquisa se destaca até hoje pelo reconhecimento da disparidade econômica brasileira, ou seja, nela se afirma que existe sim uma desigualdade por classes sociais bem profunda no país. Algumas mínimas práticas racistas também foram pontuadas durante a pesquisa, porém, não foram tratadas com a importância necessária (MAIO, 2000). Isso aconteceu, pois nessa época não se reconhecia que a estrutura do racismo no Brasil se baseava na microescala do cotidiano, o que fez com que fosse imperceptível e sutil a discriminação social e tornasse possível a absorção prática de todas as teorias que fizeram esse projeto exequível.

O estado de Democracia Racial do país se consolidou de forma ampla e muito bem construída ao longo dos anos. Isso trouxe inúmeras consequências para a sociedade brasileira e mais ainda para os negros. Essa prática se revelou como um meio de institucionalizar a negação

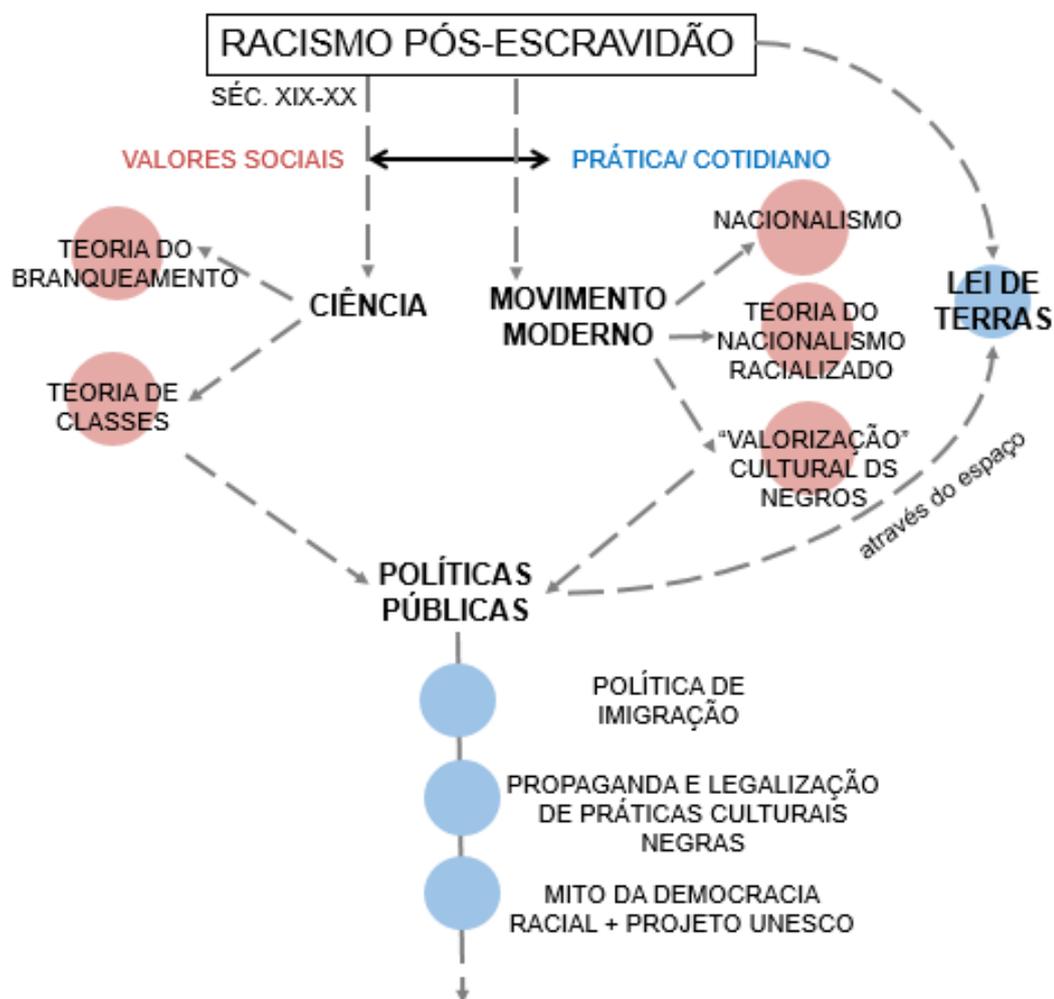
⁶⁷ A ONU é uma organização de escala mundial que foi criada em 1945 com o objetivo de manter a paz mundial e assegurar que novos conflitos, como as grandes guerras, não voltem a acontecer. Assim, criou-se diversas instituições que auxiliam conciliações e problemas diversos. Dentre elas a UNESCO utiliza das ciências sociais como veículo para esse tipo de ações de divulgação de projetos (WIKIPÉDIA, 2015).

do racismo para além de políticas públicas e leis. Isto por um lado trouxe a interpretação de que de fato sua prática seria errada, e por outro silenciou protestos, negou sua existência, e ignorou e culpabilizou a vítima do mesmo (HASENBALG, 2005). Portanto, novamente se isolou os negros em todos os sentidos.

Nesse contexto, reforçou-se também a definição de “*povo brasileiro*” e de uma coletividade criada pelos modernistas baseada em: um nacionalismo midiático; um falso “não racismo”; e uma desigualdade social apenas constituída pelas relações econômicas – algo que banalizava e naturalizava também esse tipo de hierarquia. Com essa construção social, o racismo se transformou conceitualmente. Segundo Maio (2000), a discriminação racial no país se tornou base de um racismo que substituiu a origem e a etnia como suporte para a disparidade social – presente na época da escravidão -, e colocou a estética no papel principal de caracterização das classes e grupos. Isso assumiu a existência do preconceito, mas o direcionou para a base da cor e do fenótipo típico de um grupo, e não teria mais relação (declaradamente) a uma origem ou etnia (MAIO, 2000).

Com todas essas consequências, um dos maiores legados que a Teoria da Democracia Racial trouxe para o Brasil foi a transformação da leitura e das práticas racistas. Isso tornou o racismo socialmente esquecido, uma vez que estabeleceu uma valorização dos negros por seus adereços culturais e negou a discriminação racial. Isso tornou as práticas racistas legítimas, porque elas não existiam mais na superfície, e sim apenas faziam parte da objetividade capitalista.

Gráfico 15- Compreensão da Construção dos Valores Sociais, das Práticas Racistas e das Políticas Públicas Depois do Fim da Escravidão em 1888.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

A partir de 1970, essa imagem começou a se desgastar e suas incoerências ficaram evidentes (ANDREWS, 2015). Além disso, o Movimento Negro, desde o fim da escravidão, começou a ganhar abertura e a ter organizações mais consolidadas pelo mundo e pelo Brasil, o que iniciou o questionamento de diversas práticas e institucionalizações do racismo existentes (ANDREWS, 2015). Entretanto, o racismo tem sido reabastecido constantemente na atualidade por outras teorias e práticas que o renova e não retira sua força como elemento estruturante das relações sociais do Brasil. São práticas que tornam concretas e relacionais o que as teorias pregam e idealizam, e isso as tornam sistemas e instrumentos de propagação do racismo dentro da sociedade.

4.2 Reposicionamento social, cultural e político do Movimento Negro

Apesar de todo esse aparato de renovação e permanência das práticas racistas, em nenhum momento essas ações estiveram livres do questionamento. O Movimento Negro, assim como o racismo, se reinventou e continuou a criticar e reformular suas lutas e propostas.

No início do século XX o Movimento Negro consolidou uma nova dimensão de luta, que começou junto com movimento abolicionista: a ideia da propagação dos seus hábitos, conhecimentos, críticas e cultura. A partir da luta contra o regime escravista, o Movimento Negro absorveu uma nova forma de questionar e entender como estruturar este movimento contrário às complexas práticas racistas no Brasil. Essa reformulação trouxe a comunicação social para o centro das estratégias, que passou a ser entendida como um instrumento vital de propagação de conceitos e construção de hábitos que: reconhecem a cidadania dos negros; reconstroem suas identidades e história; e questionam o racismo e sua impregnação social. Logo, esse grupo passou a entender que os meios de comunicação conseguiriam unificar os movimentos de luta e exaltar, na microescala do cotidiano, as ações e costumes ainda remanescentes nos negros brasileiros.

Dentre os veículos desse movimento, *o jornalismo e a imprensa negra* ganharam espaço e se tornaram um dos principais meios de disseminação de ideias e conceitos, e de valorização da história e do cotidiano negro no Brasil. Assim, o jornalismo se transformou, de um meio de organização de luta e discussões, para um meio de reanimação social e criação de uma rede de relações e ações deste grupo.

Segundo Isabel Cristina da Rosa (2014), o jornalismo negro propagou o Movimento em três principais vertentes: manifestação crítica contra o racismo; apropriação e participação na dinâmica capitalista; e inserção e disseminação do cotidiano e da cultura dos negros em um emaranhado de informações e de relações internas e externas a esse público.

A manifestação crítica e o questionamento das práticas racistas eram facilmente percebidos em diversos setores dos jornais – poemas, artigos, denúncias públicas de ações racistas, convocatórias para movimentos e debates (Figura 19 e 20) (DA ROSA, 2014). Este espaço na imprensa era de extrema importância para o Movimento, pois deslocava o negro de seu papel de invisibilidade e inferioridade, para torna-lo um sujeito político, em igualdade humana e de cidadania, e com lugar de fala, denúncia e crítica. Ao ampliar ainda mais o espaço político do negro, as propagandas, classificados, anúncios de cursos de capacitação, anúncios de empregos e de negócios locais dos mesmos foram essenciais para retomar a cidadania e a participação ativa do negro no ciclo do Sistema Capitalista (DA ROSA, 2014). Esses setores da

imprensa trouxeram homens e mulheres negros para dentro do jogo, ampliando o acesso a direitos, deveres e conhecimento do funcionamento da dinâmica do país. Mais que isso, obviamente, esse espaço também aumentou as oportunidades de emprego, melhorias na qualidade de vida e (certa) inserção e mobilidade social, o que introduziu o negro no convívio e no cotidiano dos comércios, dos serviços e das cidades (Figura 20). Por fim, incontáveis artigos, histórias/contos, poemas, juntamente com a divulgação de festas, eventos, datas comemorativas, bodas e obituários foram responsáveis por dar voz ao dia-a-dia dos negros e suas tradições (DA ROSA, 2014). Histórias reais e mitos eram transmitidos e eternizados; datas culturais eram lembradas; e cada negro foi individualizado e entendido como peça importante socialmente (Figura 21). Esses setores eram responsáveis pela identificação e a sensação de pertencimento deste grupo social, e pelo reconhecimento do Movimento Negro como um todo e uma unidade de luta. Mais ainda, eram espaços de resgate e memória dos tempos de África⁶⁸, de escravidão e de suas mais diversas manifestações culturais que não se resumem a capoeira, samba ou feijoada.

⁶⁸ Segundo Lilia Schwarcz (2019), nesse momento iniciou-se também um interesse na história da África e de seus diferentes povos, e em ampliar o conhecimento científico sobre as doenças específicas dessa população e de seus descendentes no Brasil. Esse interesse em aprofundar mais nessas dimensões demonstrou certa valorização desse grupo e o reconhecimento de sua existência em uma bagagem biológica e social, sem uma parcialidade racista.

Figura 19– Capa e artigo principal do **Jornal Voz da Raça** em 13/05/1933, data em que a abolição da escravidão comemorava 45 anos. Título do Artigo: **Liberdade Utopica**, que inicia a discussão da real completude da abolição e a permanência das práticas racistas até aquele momento.



Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020.

Figura 20— Anúncios de: prestação de serviço; reunião de um dos Movimentos Negros; e comemoração da data, no **Jornal Voz da Raça** em 13/05/1933, data em que a abolição da escravidão completava 45 anos.

de papéis que os meus soldados acham pelos caminhos, e que V. V. S. S. mandam deitar nêles, são folhas de que sempre conhecemos a flôr. Não lhes tem ensinado a experiência que o negro nem recebe outra côr, nem perde a que tem?"

"Para que gastam a sua tinta pintando os seus desejos nestas cartas, se as cartas se dão a conhecer pela tinta."

"Já V. V. S. S. poderão ter alcançado de suas inclinações que, nem perdôam a Flamengos, nem de Flamengos quem nem perdão; e estejam certos que nenhum de nós perdeu a côr com seus ameaços, porque os consideramos de Holanda, e menos com suas promessas, porque as de Holanda, não têm avesso nem direito".

"De quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardas, Angolas e Creoulos; estes são tão malcreados que não temem nem devem; os Minus são bravos que onde não podem chegar com o braço chegam com o nome; os Ardas são fogosos que tudo querem

Reunião da F. N. B.

Conforme fora amplamente anunciado, realizou-se dia 11 do corrente no Salão Lega Lombarda, a reunião pública da F. N. B.

Nela compareceram além dos representantes do Dr. Bento Borges, Chefe de Polícia, do General Daltro Filho Comandante do 2.º R. M., do Cel. Dimas de Menezes, Comandante da F. P., grande numero de associados e intereçados.

No impedimento do Dr. Arlindo Veiga dos Santos, ocupou a presidência o Sr Isaltino dos Santos. Usou da palavra em primeiro lugar o Sr. Justiniano Costa, Tezoureiro Geral da F. N. B., que expoz claramente a situação financeira da Sociedade. A seguir a senhorinha Sebastiana Vieira e Silvia de Oliveira, que se dirigiram especialmente ás suas irmãs negras.

Ainda fazendo exposição do momento negro brasileiro falou o sr. P. P. Barbosa. O Dr. Paulo Dutra consagrado orador frentenegrino fez uma brilhante

alocução, na qual sollicita apoio do presente a cooperarem na F. N. B. Para terminar queria nos registrar aqui a palavra do sr. Isaltino V. dos Santos. A F. N. B. não esta com com partido politico nenhum, está com a raça e portanto com o Brasil. Assim num ambiente de cordialidade terminou a Reunião.

Bloco 13 de Maio

Promovido por um grupo de gentis senhoritas de escol do bairro de Villa Mariana, realizou-se no sabado passado, no salão da Rua Thomaz Carvalhal 35, uma encantadora festa atrahindo uma selecta concorrência. A reunião decorreu na mais franca alegria tendo sido as suas componentes prodigas em gentilezas para com os seus convidados. Foi oferecido no decorrer da mesma uma lauta mesa de finos doces e sanduwiches regado de saborosos vinhos e licores.

O salão que era decorado com gosto causou bello efeito, e as danças que foram até alta madrugada deixaram no espirito dos assistentes as mais gratas recordações. As organisadoras da inesquecivel festa são as senhorinhas: Rosa, Deolinda, Cecilia, Sirla, Joana, Benedita. O Jazz do nosso amigo Conegundes muito realçou nesta festa executando as musicas mais variadas do seu vasto repertorio.

CANTIDIO DOS SANTOS
PROFISSIONAL. COMPETENTE
Aplica Injeções mediante prescripção medica, curativos, etc.
RUA TEODORO SAMPAIO, 270
PINHEIROS

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020.

Figura 21– Propagandas e Anúncios da vida cotidiana dos negros no **Jornal O Clarim da Alvorada** em 13/05/1924, data em que a abolição da escravidão comemorava 36 anos. (1) Propaganda da prática da homeopatia, medicina alternativa que se vincula às práticas tradicionais da medicina africana. (2) Dados do cotidiano: aniversários e falecimentos.



Medicamentos rigorosamente preparados, segundo as prescrições da pharmacopea

HOMOEATHIA

Importação directa dos mais afamados laboratorios europeos e americanos.

Pharmacia H. montada de accordo com o regulamento do Serviço Sanitario do E. São Paulo

Pharmacia Homoeopathica Lins
do Pharmaceutico - NILO D'AVILA LINS

Formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Aberta aos domingos e feriados

Av. S. João, 249 - Tel. Cidade 5859 - S. Paulo

Experimentae a nossa homoeopathia e vereis o melhor resultado.

Vida Social

ANNIVERSARIO

Transcorren a 9 do corrente mais um natalicio do sr. Sebastião Joaquim Rodrigues m. digno sargento do 4.º Batalhão de Infantaria do nosso exercito e collaborador do nosso collega "O Elite".

Completaram mais um anno de existencia a 11 do corrente o sr. Sebastião Ribeiro e Dna. Margarida dos Anjos, respectivamente, presidentes da sociedade dançante "Flor da Primavera".

Festeja hoje mais um anniversario o sr. Benedicto Alberto Dias Lemc, funcionario da Escola Normal do Braz, primo do sr. Jayme de Aguiar nosso companheiro de redacção.

Ocorrera a 20 deste, mais um anniversario do gracioso Dudú, filho dilecto do pharmaceutico Albino Ramazzini, nosso prezado assignante.

Aos presados anniversariantes desejamos muitos annos de feliz existencia.

FALLECIMENTOS

Quasi repentinamente, fallecera a 5 de Abril p. passado o nosso amigo Eloy Ribeiro, solteiro, com 23 annos de idade. Portanto embora, já decorrido trinta e tantos dias, apresentamos a familia enlutada os nossos pezames pela grande perda.

Fonte: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020.

Percebe-se com esse estudo que a dimensão comunicativa e de democratização da informação e da história para os negros foi de extrema importância para a consolidação do Movimento, sem o eterno rótulo da fuga e da rebeldia. A partir desse momento, o Movimento se reconstruiu como um elemento cultural, político e econômico de inserção social e de iluminação do negro como indivíduo e coletividade no Brasil moderno, como um movimento paralelo ao sistema social imposto – capitalista, racista e desigual. Obviamente, os embates ainda eram presentes, porém a essência não era mais essa. A busca ia além do rompimento: eles passaram tentar a alcançar um encaixe no sistema. Buscavam pelo reconhecimento, pelo pertencimento, pela voz, pela mobilidade, pela cidadania e pela real liberdade.

O Jornalismo Negro de fato encontrou um lugar ao sol. Só em São Paulo, de 1903 a 1963, existiram mais de 25 periódicos de conteúdo para os negros, de acordo com o **“Projeto Imprensa Negra Paulista”** da Universidade de São Paulo (USP) do final do século (FARRARA, 2020). Dentre eles, cito os jornais de maior tempo de circulação no estado: **“O Clarim d’Alvorada”** (1924-1932), **“Progresso”** (1928-1931), **“A Voz da Raça”** (1933-1937) e **“Novo Horizonte”** (1946-1961). Mesmo com tanta potencialidade e transformação estrutural do Movimento, a imprensa negra encontrou limitações pelo caminho (DA ROSA, 2014). Primeiramente, eles não faziam parte da imprensa oficial, o que fechava diversas portas de patrocínio, divulgação, e investimento para a infraestrutura desses jornais (FARRARA, 2020). Outro problema foi que muitos deles, por diversas vezes, sofreram com a censura e o boicote o que ocasionou o fechamento contínuo de suas produções, motivo de existirem tantos nomes (FARRARA, 2020). Por fim, justamente por todos esses fatores anteriores, os negros ainda permaneceram dependentes das informações e divulgações do jornalismo branco e oficial, que não os incluíam e muitas vezes incentivavam as práticas racistas. Logo, concluo que mesmo o jornalismo sendo responsável pela reestruturação e fortificação do Movimento Negro, a inserção social e valorização desses personagens não foi completa e em muitas situações se manteve anulada.

Por esses motivos, o Movimento Negro não se contentou apenas com essa abordagem. Simultaneamente, no início do século XX, as diversas organizações sociais negras se configuraram em outra estratégia de inserção social: o *assistencialismo* (DA ROSA, 2014). O assistencialismo, dentro dessa dimensão, se resumia a promover dignidade, cidadania e infraestrutura através do oferecimento de serviços como: assistencialismo técnico-constructivo; dentistas; atendimentos médicos; compras; farmácia; cursos; festas; entre outros (DOMINGUES, 2013).

Em 1909 surgiu a primeira associação negra: o Centro da Federação dos Homens de Cor (DOMINGUES, 2013). A instituição funcionava como um clube, em que os associados pagavam uma mensalidade para ter acesso a diversos serviços, além de encontros culturais e de discussão política (DOMINGUES, 2013). Anos depois, em 1931, uma das maiores instituições começava a se estruturar em São Paulo, a Frente Negra Brasileira (LEITE, 2017). Inicialmente, o projeto surgiu com o Projeto de Nação e a busca pelo nacionalismo durante o governo de Getúlio Vargas e o Movimento Moderno Brasileiro. A ideia era formar uma organização que lutasse pela valorização da cultura negra dentro do conceito de nação estabelecido, e assim, extrapolasse os estereótipos criados ao longo do processo institucional de formação do *povo brasileiro*, ou seja, nas palavras de Joselina da Silva (2003, p. 232) “[...] mais do que tratar de

inclusão e ascensão social, buscavam a participação dos negros no projeto nação brasileiro. A luta se estruturava, então, contra o Estado, na sua forma racializada.” Com o passar do tempo esse movimento foi ganhando outras dimensões, e passou a praticar também o assistencialismo. A FNB (sigla do movimento), oferecia: assistência à saúde; à educação; cursos de formação política; práticas e cursos de artes e ofícios; e até assistência jurídica (LEITE, 2017). O crescimento da organização foi tamanho que, em 1936, ela se transformou em um partido político. Porém, com a entrada neste sistema, a FNB perdeu sua essência e acabou se fragmentando em duas frentes políticas opostas e conflituosas, que muitas vezes se aproximavam do autoritarismo. Esses problemas dissolveram o movimento, e o assistencialismo, apesar de não ter tido sua força rompida enquanto conceito, se projetou em uma nova dimensão: a luta pela ascensão social.

Dado tal contexto, na década de 1940 surgiram mais duas instituições fortes no Brasil: a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental Negro. A União dos Homens de Cor foi uma organização na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), que não tinha cunho político, entretanto tinha forte relação com os órgãos de poder local e com vários profissionais que prestavam serviços voluntários para a associação (DA ROSA, 2014). Era um grupo extremamente organizado, com hierarquias e redes nacionais de funcionamento. Além disso, esta instituição, entre outras criadas nessa época, apresentava: espaços de lazer e exercício cultural para a construção de críticas sociais através da arte e da literatura; eventos de mutirões de construção de casas e de processos de aquisições de terrenos; e denúncias e pressões em jornais e periódicos (DA ROSA, 2014).

Já o Teatro Experimental Negro, o TEN, surgiu em 1944 fundado por Abdias do Nascimento (Figura 22) (DO NASCIMENTO, 2004). Diferente dos anteriores aqui tratados e da maioria das organizações da época, o TEN tinha como essência a manifestação cultural, a inserção social dos negros, e a crítica a partir da arte e das tradições desse povo. Logo, se deslocou essa dimensão para a principal, não mais como só um dos caminhos da dinâmica do assistencialismo. Dentre os princípios do TEN, Florestan Fernandes (1978) destaca:

a) os valores da cultura africana preconceituosamente marginalizados à mera condição folclórica, pitoresca ou insignificante; b) através de uma pedagogia estruturada no trabalho de arte e cultura, tentar educar a classe dominante “branca”, recuperando-a da perversão etnocentrista de se autoconsiderar superiormente europeia, cristã, branca, latina e ocidental; c) erradicar dos palcos brasileiros o ator branco maquilado de preto, norma tradicional quando o personagem negro exigia qualidade dramática do intérprete; d) tornar possível o costume de usar o ator negro em papéis grotescos ou estereotipados: como moleques levando cascudos ou carregando bandejas, negras lavando roupa ou esfregando o chão, mulatinhas se requebrando, domesticados Pais Joões e lacrimogêneas Mães Pretas; e) desmascarar como inautênticas e absolutamente inúteis a pseudocientífica literatura que focaliza o negro, salvo raríssimas exceções, como um exercício esteticista ou diversionista: eram ensaios

apenas acadêmicos, puramente descritivos, tratando de história, etnografia, antropologia, sociologia, psiquiatria, etc., cujos interesses estavam muito distantes dos problemas dinâmicos, que emergiam do contexto racista da nossa sociedade. (FERNANDES, F. 1978. p. 129).

Por fim, o Teatro Experimental Negro visava resgatar o negro em suas dimensões sociais, humanas e individuais, através de cursos de alfabetização, teatro principalmente, e cultura. Segundo o próprio fundador, Abdias do Nascimento (2004), o teatro proposto era um teatro moderno, que não demandava profissionalização e abrangia performances e ações espontâneas. Entretanto, mesmo com a dimensão inovadora e crítica, o movimento apresentava uma veia conservadora já que não tinha como objetivo a democratização do acesso ao teatro, e sim atingir a elite, núcleo principal de práticas racistas sistêmicas (DO NASCIMENTO, 2004). Fernandes (1978) ainda complementa que, com o intuito de trazer força e segurança à individualidade da mulher e do homem negro - como sujeitos, cidadãos e seres humanos -, o TEN oferecia apoio psicológico constante para que, assim, os negros superassem toda a carga de inferioridade que esse sistema internalizou em sua construção identitária e social.

Figura 22– Teatro Experimental Negro, dirigido por Abdias do Nascimento.



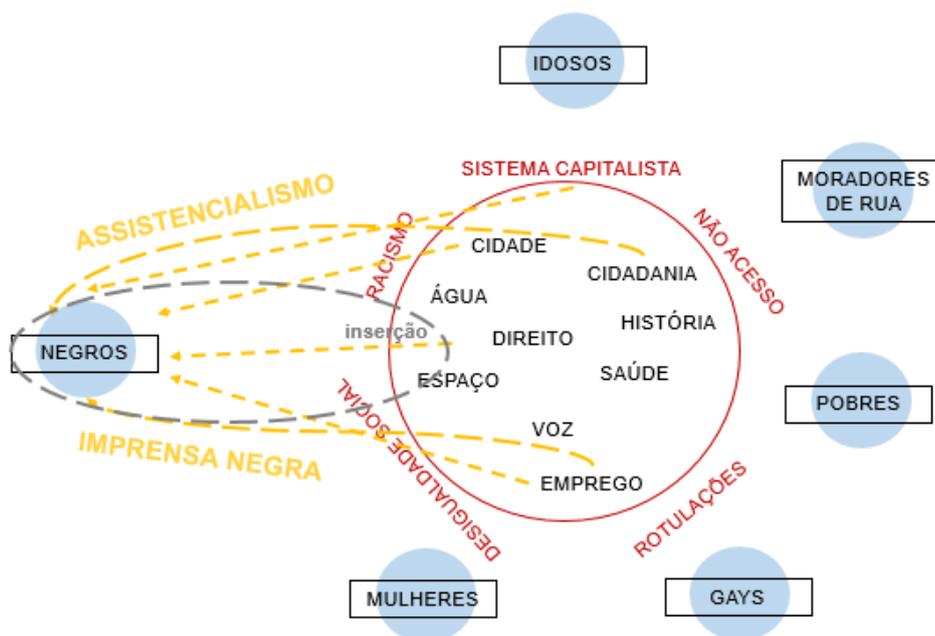
Fonte: BONZATTO, 2019.

Nesse contexto, após estudado e sintetizado as mais importantes organizações do Movimento Negro do início do século XX, percebe-se que, a partir da dimensão assistencialista, o Movimento se institucionalizou como um organismo importante de sobrevivência e resgate da pessoa negra, reconhecido até entre os brancos e classes mais favorecidas. A sobrevivência proposta vem da essência dessa tipologia de movimento, que garantiu acesso ao conhecimento

e a serviços políticos, culturais e econômicos; já a retomada da identidade se configurou como consequência a todo esse acesso projetado pelas organizações. A saúde, a moradia, a lei, a história, o lazer, entre tantos outros setores se tornaram estruturas sociais possíveis e catalizadoras da voz e do lugar de fala para muitos homens e mulheres - antes impedidas de serem experienciadas por este grupo social.

Assim, em meio a exclusão, rotulação e anulação do seu sofrimento histórico e cotidiano, o Movimento Negro encontrou uma maneira de construir seus direitos, a participação, a identidade e a memória: levar a cidade e a cidadania até o negro. Ou seja, assim como mencionei anteriormente, a resistência e a luta de fato ganharam novas dimensões, em que se contorna a exclusão e projeta o cotidiano, as experiências, os bens, e as relações no campo invisível da sociedade para que a cidadania chegue até a margem, e, de certa forma encaixe os negros no sistema que os exclui e os esmaga. Portanto, o assistencialismo e o projeto de comunicação social da imprensa negra foram responsáveis, não só pelo questionamento inerente a esta contraconduta⁶⁹, como também pelo processo de inserção social através do acesso de bens capitalistas (que incluem elementos e práticas espaciais) que desenvolveram construções sociais e individuais em uma perspectiva que não fora antes praticada.

Gráfico 16– Diagrama síntese do processo de exclusão x inclusão social dos negros a partir do assistencialismo e da imprensa negra, principais veículos de força do Movimento Negro institucionalizado do século XX.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

⁶⁹ Rita Velloso (2016) define contraconduta como uma manifestação de recusa do indivíduo ou coletividade que objetiva transformar valores sociais e culturais. Esse tema será melhor trabalhado na seção 4.6 desta dissertação.

Além dessas institucionalizações, o Movimento Negro atuou em outros setores da sociedade brasileira, em destaque nesta dissertação: o outro lado do Movimento Moderno; a permanência dos quilombos e suas dispersões; e os espaços de manifestação cultural pública. Segundo Dayana da Cunha (2018), o Movimento Modernista foi algo extremamente restritivo, em seus autores, intelectuais e artistas. Este movimento projetou estereótipos, rotulações e minimizações do negro e sua cultura; e ainda apagou as históricas práticas racistas desde a escravidão. Entretanto, ele se revelou como porta de abertura para a chegada do negro na arte e na cultura institucionalizada. Isso aconteceu, pois alguns autores e artistas negros, brasileiros, se destacaram ao longo dos anos de Modernismo no Brasil. Logo, este se configurou como uma inserção social e cultural completamente inovadora para negros, uma vez que até então, e em sua maioria, esse grupo era excluído de dinâmicas básicas da sociedade e ainda vivia a sua cultura sobrevivente na ilegalidade e no campo da resistência (DA CUNHA, D. 2018).

Obviamente, os destaques aconteceram de forma seleta e comedida, pois, mesmo com essa abertura, ainda se tratava de um movimento branco e de elite. Entretanto, a ideia de identidade brasileira e democratização do acesso à cultura incluiu alguns, pontuais, homens e mulheres negros (DA CUNHA, D. 2018). Dentre eles, destaco os artistas e suas histórias segundo Da Cunha (2018): Heitor dos Prazeres (1898-1966) e Paulo Pedro Leal (1894-1968). Heitor dos Prazeres foi músico e pintor, e retrava o cotidiano dos negros no Rio de Janeiro, seus espaços, moradias (favelas) e suas manifestações culturais, que incluía desde o samba (reconhecido pelas elites) até o candomblé (Figura 23) (DA CUNHA, D. 2018). Já Paulo Pedro Leal, também pintor, retratava principalmente os conflitos da Primeira Guerra Mundial e manifestações religiosas gerais o que abrangia também as de origem africana, como a umbanda (Figura 24) (DA CUNHA, D. 2018).

Figura 23– Obra de Heitor dos Prazeres, **Roda de Samba** (1965), que retrata o samba em sua origem no Brasil através de personagens negros e humildes.



Fonte: DA CUNHA, D. 2018.

Figura 24– Obra de Pedro Paulo Leal, sem dados, que provavelmente retrata, a partir do reconhecimento das vestimentas e da espacialidade, uma manifestação religiosa de origem africana e personagens negros.



Fonte: DA CUNHA, D. 2018.

Ambos os artistas, entre outros, negros, nos mais diversos campos, assumiram uma importância coletiva inquestionável para o Movimento Negro. Esses personagens não só foram responsáveis por colocar o negro como ponto central de representação e divulgação de seus hábitos, como também driblaram a forma estereotipada de representa-los. Em outras palavras, esses artistas procuraram diferenciar suas representações da forma caricata e restrita a aspectos culturais apropriadas pelas instituições da época e consolidadas no Movimento Moderno

(Figura 25). Como exemplo dessas representações estereotipadas, Da Cunha (2018) cita as obras do pintor Cândido Portinari (1903-1962).

Figura 25– Obra de Cândido Portinari, **Cabeça de Negro** (1934). Este retrato apresenta um negro com traços expressivos e uma estrutura física estereotipada, com físico “avantajado”, boca expressiva, força e proximidade com o campo, possível e comum local de trabalho desse personagem.



Fonte: DA CUNHA, D., 2018.

Juntamente com esse reconhecimento dos negros e suas artes dentro de um movimento completamente institucionalizado e segregador, outras manifestações culturais se enriqueceram e conseguiram permanecer em plena prática e divulgação, muitas vezes com novas roupagens. Segundo Florestan Fernandes (1978), as religiões de origem africanas, por exemplo, conseguiram sobreviver na cultura eurocêntrica brasileira através de duas estratégias principais: de adaptação de suas práticas com a religião católica, como já foi discutido nesta dissertação⁷⁰; e a fragmentação, ou seja, as religiões se condensaram em um elemento ou ritual de fé e prática religiosa. Essa síntese do exercício da fé negra, fez com que as tradições fossem mais bem aceitas e pudessem ser transformadas em festas populares que se adequariam de melhor forma a cultura institucionalizada, como por exemplo, as festas do Congado e Bumba-meu-boi.

Mais do que isso, outras formas de manifestação cultural e religiosa conseguiram se encaixar no cotidiano formal e “oficial” dos brasileiros. Entre elas, o carnaval se destaca. A festa de origem do samba foi selecionada e transformada em uma expressão artística e cultural do *povo brasileiro*, e por isso sua vivência se ampliou para fora dos bairros de maioria negra e chegou aos espaços públicos dos grandes centros urbanos (Figura 26 e 27). Entretanto, mesmo

⁷⁰ Se necessário, retomar a leitura da seção 3.2.

com essa seleção e rotulação, o carnaval e o samba não perderam suas origens e permanecem reconhecidos como uma festa negra. A vivência dessa festa apesar de cada vez mais mercadológica, permanece enaltecendo os traços culturais vindos desde a África.

Figura 26– Praça Onze, Rio de Janeiro



Fonte: LUCENA, 2015

Figura 27– Carnaval na Praça Onze, Rio de Janeiro até 1930.

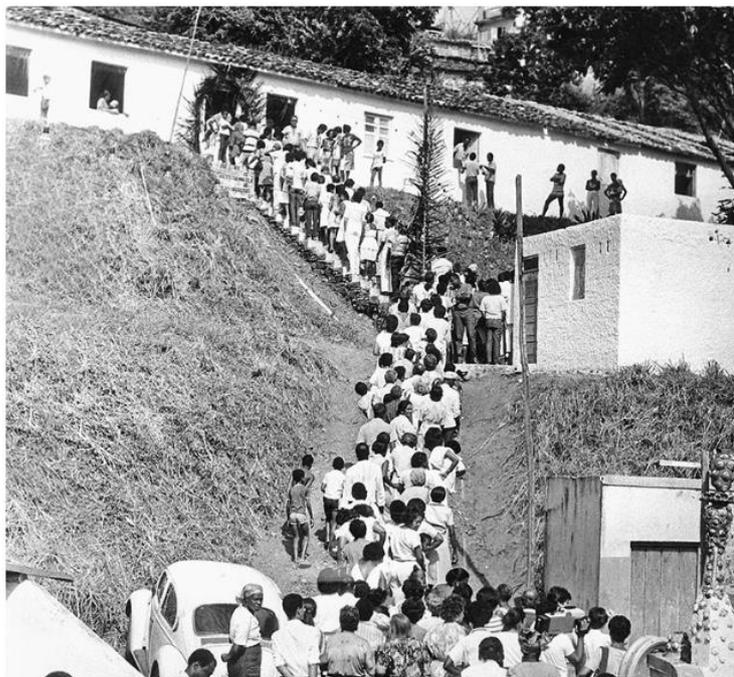


Fonte: LUCENA, 2015

Alguns aspectos estereotipados como ruins e opostos à cultura, oficialmente, brasileira, permaneceram na prática de forma sutil e disfarçada ao longo dessa primeira metade do século XX. A prática religiosa, em sua completude, se resumia muitas vezes a espaços restritos e localizados em pontos marginais na cidade. Porém, cabe ressaltar que com todas essas

conquistas e reformulações do Movimento Negro e do Modernismo, o entendimento e a prática das religiões de origem africanas se ampliou e começou a ganhar destaques em seus espaços, limitados, de propagação (Figura 28).

Figura 28– Casa Branca em Dia de Festa, 1985.



Fonte: RAMOS, 2014.

Por fim, retomo a permanente presença dos quilombos, rurais e urbanos, nas mais diversas regiões do Brasil. Como comentado no início desse subcapítulo, o Movimento Negro caminhou junto com as práticas racistas, se renovando e se mantendo em um mesmo ritmo. Por esse motivo, os quilombos permaneceram como espaços e organizações sociais indispensáveis para a resistência e a sobrevivência ao racismo estrutural vivenciado cotidianamente.

Os quilombos também se atualizaram, e segundo Beatriz Nascimento (1985) e seu leitor e crítico Wagner Vinhas (2018), a partir do início do século XX o conceito, as ações e relações consideradas quilombolas tiveram seu espaço físico expandido. A definição de quilombo se transpôs para as favelas, escolas de samba, casas de culto, comunidades negras rurais, festas e organizações. Portanto, a partir desse momento, o quilombo passa a ser entendido como organizações sociais alternativas que possuem objetivos em comum: de luta por qualidade de vida; recuperação da identidade e memória negra; e novas proposições de nação e povo brasileiro. “Quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade. Passou a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência social.” (NASCIMENTO, 1985. p. 47). Wagner Vinhas (2018) ainda complementa que o quilombo passou a ser algo *virtual*, ou seja, fluído e que acompanha a

sociedade e os passos da cultura negra. Estes se constituíam em espaços flexíveis e que se manifestavam como territórios simbólicos que abrangem manifestações de cunho linguístico, religioso, social, político e a ocupação de espaços físicos e sociais das cidades (NASCIMENTO, 1985).

Conclui-se que em meio a um racismo construído e atualizado de forma silenciosa e internalizada na microescala do cotidiano da população brasileira, o Movimento Negro optou por aumentar sua voz. Dentre suas adaptações às novas práticas racistas que se construíram, o Movimento Negro transformou o embate e a resistência em sobrevivência e construção da identidade coletiva e individual dos negros brasileiros. Para conquistar esses novos objetivos os quilombos se resignificaram, e passaram a se manifestar como qualquer prática cultural, religiosa, e espacialidade de luta negra. Mais ainda, as organizações utilizaram da rotulação sistêmica da cultura negra para ampliar seu alcance e permanecer sendo exercida pelos diversos grupos. Além disso, o Movimento Negro também explorou as brechas do Movimento Modernista para divulgar artistas e inserir o cotidiano dos negros nas representações diversas da população brasileira. Nessa mesma lógica, ampliou-se ainda mais a presença da negritude através da imprensa negra. O jornalismo e as organizações assistencialistas não só disseminaram a luta, e por muitas vezes institucionalizaram essa dinâmica, como também reconstruíram a cultura, as tradições, a história do povo descendente da África e sua identidade social no Brasil. Por isso, mais do que uma questão coletiva, todas essas frentes negras de combate ao racismo promoveram o crescimento do papel social do negro e um processo, ainda que inicial, de construção dos mesmos como sujeitos políticos no Brasil, através da cidadania, da cultura e de serviços básicos humanos trazidos de encontro a essa população.

Finalmente, a partir de todas essas formas de atuação do Movimento Negro e o emaranhado racista consolidado no início do século XX, nota-se que formas de construção e rompimento das práticas racistas perpassaram pela produção do espaço urbano e do acesso a ele. Logo, o espaço permanece como sistema importante na tensão entre o racismo e a resistência negra, a depender de quem o manipula e o influencia em sua produção, ou seja, seus atores de construção.

4.3 O papel do espaço na readaptação das práticas racistas nas primeiras sete décadas pós-abolição (1888-1950)

Durante a primeira metade do século XX foi possível recolher alguns episódios em que o espaço manifestou seu caráter de controle e transmissão ideológica das práticas racistas e da segregação social. Percebe-se que nesses primeiros anos pós-abolição as principais estratégias

do sistema de exclusão racial foram as mudanças das manifestações do racismo e dos valores sociais em relação a construção dessa hierarquia de raças, já que o meio central de propagação dessas práticas, a escravidão, foi encerrado. Para isso, teorias, políticas públicas e formulações estereotipadas da cultura negra foram estabelecidas como uma forma de consolidação de uma identidade brasileira que não abrange os diversos grupos que, de fato, a compõe.

Dessa maneira, nesse primeiro momento de modificações dos valores da população brasileira, e assim, no exercício desses ideais no cotidiano, o espaço se inseriu como um veículo de representação e simbologia desses novos pensamentos, ideias e da mentalidade racista. Logo, para a propagação das teorias, aceitação das políticas públicas e a absorção da ideia de nação – em que os negros ocupam um lugar demarcado e estratégico para a manutenção dos poderes já estabelecidos – a produção do espaço urbano se tornou um veículo importante. Esse destaque do espaço urbano se deu, justamente, devido a *sua dimensão representativa e de comunicação social diária a partir de ações e relações das pessoas para/com os diversos espaços das cidades*.

Mesmo com esse uso, óbvio, do espaço como um propagador de ideias e conceitos, a dimensão da cotidianidade, como já foi discutido anteriormente, também se configurou em um *instrumento espacial essencial para a vivência desses valores sociais*⁷¹. Por isso, o urbano ao longo das primeiras décadas pós-abolição se tornou uma ferramenta muito utilizada e primordial de: separação social; posicionamento dos grupos sociais e controle de suas relações; imposição de estilos de vida⁷² e filtros de interpretação das dinâmicas sociais de forma a beneficiar o racismo; e banalização das práticas racistas no dia-a-dia das pessoas.

Essa instrumentalização da produção do espaço se introduziu desde a primeira metade do século XIX, junto com as grandes revoltas dos negros e uma sequência de alforrias conquistadas ao longo desses anos (GARCIA, 2009). Relembro que nessa mesma época iniciou-se um processo de enfraquecimento do sistema escravista e um avanço do movimento abolicionista⁷³. Isso intensificou os movimentos de fuga e revolta de negros e escravos contra o contexto de exploração em que viviam. Dentre essas grandes revoltas, destaca-se: Revolta dos Alfaiates (1798-1799, na Bahia) e a Revolta dos Malês (1835, em Salvador – BA) (GARCIA, 2009).

Segundo Antônia Garcia (2009), por causa desses movimentos, o Estado criou formas de repressão e punição pública. Chefes e participantes dessas revoltas e dos pequenos levantes,

⁷¹ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 2.1

⁷² THOMPSON, 1998.

⁷³ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 3.4

saques ou fugas se tornaram exemplos, sendo punidos em espaços públicos para que a simbologia da repressão dessa luta se propagasse a todos. Os espaços públicos e coletivos passaram a ser um lugar de sentenciamento para os negros, em que sua simbologia ampliava o tronco das senzalas - ambiente privado de castigo dos escravos. A partir desse momento, o âmbito público e sua espacialidade se tornaram representação da inferioridade e da criminalidade do negro para a sociedade, e de medo e temor para os mesmos.

O espaço público se restringiu para os negros, escravos ou alforriados, de outras formas. Segundo Luciana Brito (2009), com o aumento dos negros libertos, os trabalhos informais e urbanos começaram a crescer como forma de sobrevivência dessa população. Assim, com o objetivo de limitar a circulação, a ascensão social e os cruzamentos de ideais de liberdade, o Estado, majoritariamente branco, em suas diversas escalas de poder, implementou leis para conter o uso dos espaços públicos por esses personagens. A autora cita como exemplo o caso das negras quitandeiras que passaram a ter sua prática comercial proibida em muitos lugares e permitida em espaços definidos pelos governantes (BRITO, 2009). Além disso, estabeleceu-se também critérios de movimentação dos negros utilizando como justificativa a manutenção da segurança dos demais grupos, já que estava mais do que comprovado, biologicamente e socialmente, a tendência criminosa desse grupo (BRITO, 2009). “Isto quer dizer que, por trás de uma aparente ‘liberdade’ de trânsito que gozavam os indivíduos escravizados ao se mobilizarem de um local para o outro, havia um sistema de constante vigilância que os mantinha sob controle.” (BRITO, 2009. p. 26).

As restrições das liberdades conquistadas eram tamanhas que, a partir da metade do século XIX, o Estado começou a cogitar a deportação dos diversos descendentes africanos que viviam no Brasil e já haviam sido alforriados, devido ao medo de organizações sociais e revoltas (BRITO, 2009). Porém, as deportações não conseguiram se consolidar como uma política de fato, pois a necessidade de mão-de-obra, braçal, pesou mais do que o medo social – ou seja, novamente, uma questão econômica foi a única responsável por conseguir vetar alguns avanços de políticas públicas racistas.

Considerando essas políticas de controle da circulação e uso do espaço público, compactuo com a análise de Brito (2009) que afirma que a produção do espaço, em suas diferentes escalas e dimensões, passou a ser utilizada como um mecanismo de enfraquecimento das relações e da coletividade deste grupo social. Além disso, o espaço urbano também se tornou veículo de garantia que os negros não conquistariam o exercício da cidadania e assim, não alcançariam o entendimento de seu potencial como sujeito político na sociedade brasileira.

No âmbito privado, desde a escravidão, o negro já não tinha seu lugar social ou físico. Neste contexto, ele fazia parte da lista de propriedades do senhor, dono de escravos. Depois disso, com as alforrias cada vez mais numerosas, a moradia passou a ser um meio importante para controlar esse grupo social, no intuito de manter a mesma base de hierarquia de poder. Por esse motivo, em 1830, uma nova Lei Federal foi instituída e determinava que os negros, ex-escravos, não poderiam ter bens e nem mesmo alugar imóveis, o que limitava o convívio entre os negros e a inserção política, social e econômica desses indivíduos (BRITO, 2009). Essa lei não vingou por muito tempo, mas em alguns estados brasileiros apresentou um grande impacto nas futuras políticas de acesso à propriedade privada, como na Bahia (BRITO, 2009).

Enquanto o decreto de 14 de dezembro de 1830 se baseava no controle da movimentação de escravizados e africanos libertos, a lei de 1835 levou em consideração os diversos aspectos do cotidiano desses africanos, na sua dimensão cultural, religiosa e social. As informações obtidas por policiais e autoridades legislativas através dos inquéritos policiais deram subsídios para uma análise acurada do modo de vida da comunidade africana na Bahia, de maneira que pudessem identificar e reprimir aquilo que consideravam perigoso. (BRITO, 2009. p. 47).

Na verdade, como já estudado anteriormente, a principal limitação espacial dos negros veio também antes do fim oficial do sistema escravista em 1888, através da Lei de Terras de 1850. Essa lei determinou a continuidade do monopólio das terras rurais nas mãos da elite e dos grandes proprietários de terras, o que excluiu a possibilidade de aquisição das mesmas pelos recém libertos, os negros (GARCIA, 2009). Da mesma forma, devido ao desemprego e o subemprego, o acesso às terras e moradias urbanas também se fez impossível para esse grupo, devido aos jogos do mercado imobiliário com o Estado, que encareciam esses bens (GARCIA, 2009)⁷⁴.

Reafirmo então que a partir do momento em que se começava a vislumbrar a criação de uma lei que libertava os negros escravizados e encerrava o ciclo de exploração do escravismo, elaborou-se uma lei, imposta e de caráter espacial, que os prendia a ilegalidade e os transformava em um grupo “sem lugar”, nem no rural, nem no urbano. Logo, o controle das terras privadas, urbanas ou rurais, não condizia com o real uso delas, e estavam nas mãos do Estado que as manuseava segundo conceitos parciais, sistêmicos e racistas (BRITO, 2009).

Ao contemplar os vinte três (23) artigos que descriminam a Lei nº 601, Lei de Terras de 1850, percebo que assim como o racismo foi reinventado de forma silenciosa para compatibilizar suas práticas com as transformações sociais pós-abolição, a lei também não segregou de forma explícita, pelo contrário, foram instituídas algumas sutilezas nas

⁷⁴ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 3.4.

determinações do não acesso a propriedade pelos negros⁷⁵. Logo no primeiro artigo (BRASIL, 1850): “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.”; percebe-se que a lei diz respeito as terras públicas, até o momento, sem destino e sem uma propriedade de fato (terras devolutas). Além disso, lê-se que elas só seriam reconhecidas como privada a partir da compra, ignorando a posse⁷⁶ e o uso espontâneo das mesmas. É sabido que nessa época o poder monetário era quase nulo para os negros, e quando apresentavam moradias e terras para seu trabalho e cultivo, ou eram posseiros e ocupantes ou faziam parte da mão-de-obra de algum proprietário, o que demonstra que, já de cara, essa lei os excluía como futuros proprietários dessas terras.

O direito de posse ainda foi ignorado mais vezes nas descrições dessa lei, como no Artigo 5º, que demonstra que a posse só seria reconhecida se em ocupação primária, o que na história do Brasil corresponde apenas aos personagens das elites descendentes da Europa:

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada, habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: [...] (BRASIL, 1850).

Mais ainda, do Artigo 11 ao Artigo 14 dessa lei, reforça-se que as terras devolutas que ainda não tiveram sua propriedade registrada (comprada), independente de seu uso, são de controle do Estado que também tem preferência na propriedade das mesmas, além de responsabilidade de divisão e escolha de seus futuros usos ou proprietários.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem elles não poderão hypothecar os mesmos terrenos, nem alienar-os por qualquer modo.

Esses títulos serão passados pelas Repartições provinciaes que o Governo designar, pagando-se 5\$ de direitos de Chancellaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, e outrotanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$ de feito, sem mais emolumentos ou sello.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessarias: 1º, para a colonisação dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguezias o registro das terras possuidas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas

⁷⁵ Mais do que o impedimento do acesso dos negros às terras rurais e urbanas, a Lei ainda se tornou um veículo de atração de imigrantes, aplicando a Política da Imigração que já foi estudada nesta dissertação: “Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.” (BRASIL, 1850).

⁷⁶ Segundo Lisandra Silva (2018) posse está vinculada a ação, uso, e trabalho sobre um bem o que é diferente do conceito de propriedade. Não se pode desvincular os dois sistemas, entretanto, nesta época como a posse era caracterizada como a única forma de acesso aos bens pelos grupos marginalizados, desconsiderá-la passou a ser uma estratégia possível para tornar mais difícil a regularização da propriedade por estes mesmos grupos.

e penas áquelles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexactas.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta á venda, guardadas as regras seguintes: (BRASIL, 1850).

A Lei Terras de 1850 foi o primeiro movimento, legal e relevante, que o Estado brasileiro realizou de maneira mais dura com o objetivo da manutenção da segregação racial através do espaço. Mesmo com objetividade, a lei não representou um rompimento com o silenciamento das práticas racistas, e não citou em nenhum momento a seleção social promovida para a exclusão dos negros a partir do não acesso à propriedade privada. Destaco ainda, em concordância com Lisandra Silva (2018), que o controle das terras pelo Estado, em seu mais essencial princípio capitalista – propriedade privada -, foi responsável pela demarcação direta de quem não teria o acesso e quem não seriam os proprietários. Logo, sendo essa uma das decisões mais determinantes em toda a história do Brasil, resalto que o fato de o Estado possuir aparatos legais e institucionalizados de controle da produção do espaço foi um dos principais divisores de água para a manutenção, interrupta, das práticas racistas no país.

Nessa lógica, o espaço permaneceu como uma materialidade determinante para manter os negros em constante exclusão e presos a uma realidade que os apaga. O não acesso às terras e às moradias - espacialidades inquestionáveis para inserção social em um contexto capitalista (valorização da propriedade privada) - fez com que a construção de uma nova perspectiva de vida para os ex-escravos (alforriados ou libertos pela Lei Áurea) já fosse pré-determinada através da ausência de lugar e de espacialidade. Isso gerou uma grande ausência social, imposta e determinista, uma vez que o lugar físico está diretamente associado ao lugar social, como já foi demonstrado nos primeiros capítulos desta dissertação.

Retomo que a sociabilidade no Sistema Capitalista está ligada a uma colocação espacial, relacionada à propriedade privada. Sem uma moradia ou a terra como sustento, os negros se encontravam em uma situação de eterno vagoio no espaço e na sociedade. Esse contexto realimentava a estrutura social das práticas racistas e do distanciamento para que o sistema de produção capitalista continuasse em vigor.

Esses princípios capitalistas e segregadores foram utilizados, com a mesma estratégia, sobre as terras e as moradias urbanas. O controle delas também estava com o Estado, que realizou determinações importantes em relação ao uso, ocupação e parcelamento do solo. Porém, no caso das cidades, as instituições privadas mostraram também o seu potencial de domínio social, e impossibilitaram, através de jogos de preços e poder de compra, o acesso à moradia e a urbanidade. Silva (2018) afirma que esses personagens tinham o conhecimento que

o controle das terras era ideal para implantar uma cidade ou controlar o crescimento dela de maneira compatível com as relações econômicas e políticas desejadas, e, portanto, essas intervenções foram na verdade estratégias parciais, extremamente pensadas.

Como destaca Guimarães (1992), as ocupações por meio de cafuas, barracos, barracões são realizadas muitas vezes com o conhecimento do poder público em áreas desvalorizadas ou onde fazia-se necessária a presença de mão de obra; e são retiradas pelo poder público quando sua presença não interessa mais a valorização da área. Desse modo, o poder público proprietário intervém no acesso à terra conforme seus interesses conjugados ao das elites e do mercado; controla a provisoriamente das favelas e promove a mudança do local de moradia da mão de obra mal remunerada. (SILVA, 2018. p. 132).

Ao final do século XIX, logo após a abolição da escravidão, uma grande massa de pessoas, principalmente negros, se encontravam sem emprego, espaço social e oportunidades de ocupação das cidades. Essa realidade deu início não só a um retorno para o campo, como também ao início da marginalização desse grupo social⁷⁷. Assim, cortiços e invasões das margens e fronteiras das cidades passaram a ser implementados pelos negros e os demais grupos em situação de ilegalidade. Dentre as medidas estatais cito, novamente, segundo Silva (2018), o controle do título de propriedade que, em algumas cidades como Belo Horizonte em 1909, só foi permitida para os trabalhadores pobres urbanos – o que não incluía muitos negros devido ao desemprego e a maioria estar concentrada no trabalho informal. Além disso, os títulos que poderiam ser reconhecidos eram precários (devido ao baixo poder de compra desse grupo) e ainda poderiam ser concedidos através de cessão gratuita, que quase nunca acontecia.

Por toda essa rede de obstáculos desfavoráveis à apropriação da cidade pelos negros, a solução para eles foi a ocupação precária e ilegal das terras urbanas (Figura 29). Por isso, a implantação dos *cortiços aumentou* (Figura 30) - ocupações ilegais e coletivas nos centros das cidades (Figura 31) – e surgiram as *favelas* - invasões consolidadas nas margens.

A primeira favela brasileira surgiu em 1897 no Morro de Providência no Rio de Janeiro. A mesma foi povoada por ex-combatentes, que sem auxílio político e devido à seleta distribuição de terras tiveram como alternativa única à falta de moradias, a invasão da região (NUNOMURA, 2017). Muito lentamente as favelas foram aparecendo na paisagem urbana dos grandes centros, porém, em 1930 o *boom* de expansão e o surgimento de novos bairros como esses foi incontrolável (GARCIA, 2009).

⁷⁷ Entende-se por marginalização a concretização espacial da exclusão social urbana, pois os grupos segregados socialmente, passam a viver nas margens da cidade e do ambiente formal urbano (GARCIA, 2009).

Figura 29– Cafua que Existiu nas Proximidades da Área Central de Belo Horizonte, no Sopé da Serra do Curral.



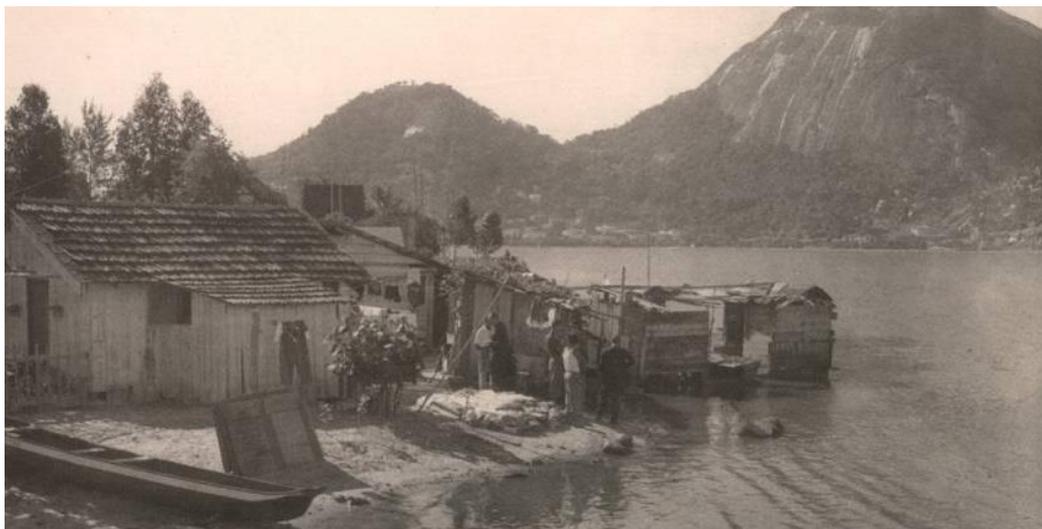
Fonte: Disponibilizada pela Coleção de José Góes do APCBH. Reproduzido por: SITE CURRAL DEL REI, 2020.

Figura 30– Cortiço da Rua do Senado no Rio de Janeiro Visto por Dentro.



Fonte: Fotografia por: Augusto Malta, 1906. Reproduzido por: DE SOUSA, 2013.

Figura 31– Construções Irregulares na Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro na década de 1950.



Fonte: Fotografia por: Aloysio Penna. Reproduzida por: SITE JORNAL O GLOBO, 2020.

Compreende-se que as *favelas nasceram a partir de uma dimensão racial das legislações urbanas e de terras*, e assim são mantidas até hoje. “O conceito e a experiência das favelas têm significados históricos sociais políticos e raciais que variam de acordo com a posição social dos atores políticos que deles se utilizam.” (VARGAS, 2005. p. 93). A maioria das favelas surgiram a partir de invasões e ocupações ilegais de um terreno urbano que se consolidaram, com o passar do tempo, na implantação de residências, serviços e instituições (Figura 32) (GARCIA, 2009).

Como uma forma de entender melhor o aspecto racial estruturante das favelas, esta dissertação propõe um exercício comparativo entre as favelas brasileiras e os Hiperguetos/guetos do Estados Unidos formados entre 1980 e 1990. Essa analogia é necessária para romper com as definições de senso comum de favela, que exclui a dimensão racial de sua construção, sendo que os guetos já a tem reconhecida. Além disso, é uma comparação que considero necessária e pertinente baseada na leitura da dissertação de Lisandra Silva (2018), que evidencia essa semelhança e afirma que os guetos se configuram em um tipologia urbana de confinamento das minorias por imposição econômica e racial – o que entra em consonância com todo o contexto de surgimento das favelas aqui trabalhados.

[...] guetos e favelas são caracteristicamente marcados por ocupação da polícia militarizada, presença de traficantes de drogas, pobreza, mortes prematuras em quantidade, moradias precárias, aluguéis caros e preços altos para produtos alimentícios, desespero generalizado e, acima de tudo, presença massiva de negras/os. (VARGAS, 2005. p. 105).

Figura 32– Favela Morro do Pinto, Rio de Janeiro.



Fonte: Fotografia por Augusto Malta, 1912. Reproduzida por: DE SOUSA, 2013.

Os guetos, objeto de estudo minucioso de Loic Wacquant (2004), se refere a uma configuração espacial de degradação física, social e racial, que segundo o autor (2005 *apud*. XAVIER, 2016. p.2): “[...] é ‘produto de uma transformação da articulação política da raça, classe e espaço urbano tanto no discurso quanto na realidade objetiva.’” Mais do que isso, os guetos se instituem como espaços delimitados, que segregam, não tem acesso a infraestrutura ou mobilidade, e apresentam uma falta de identificação desses com as cidades (XAVIER, 2016).

Os guetos são formações antigas que se iniciaram com uma forte característica étnica por meio da concentração de judeus na Europa Oriental (início do século XX) (WACQUANT, 2004). Com o passar do tempo esse tipo de delimitação espacial se replicou na Europa e no Estados Unidos como uma forma de confinamento dos imigrantes, ou seja, para separá-los do restante da população nacional, excluí-los da infraestrutura e distanciar a pobreza inerente ao contexto da chegada deles (WACQUANT, 2004). Após a Segunda Guerra Mundial os guetos ganharam cor no Estados Unidos e se tornaram, segundo Wacquant (2004, p. 264): “[...] o confinamento forçado de afro-americanos em distritos centrais compactos e dilapidados, tendo em vista que o contraste entre a suave dispersão residencial dos ‘étnicos brancos’ e o persistente isolamento dos descendentes de escravos expunha dramaticamente as diferenças estruturais [...].”

Isso aconteceu, pois a partir de 1960 intensificou, no sul do país, a migração rural para as cidades, o que fez com que esses negros chegassem em centros urbanos já completamente imersos na estrutura das Leis Jim Crow (1876-1965) (HOWELL, 2017). Dessa forma, sem

oportunidades de emprego, em cidades segregadas e completamente tomadas pelas práticas racistas legalizadas, a convivência com a violência (por grupos segregacionistas) e o não acesso (ou permissão) à ocupação urbana pelos negros, fez com que os guetos (também chamados por “*Redlining*” ou “*Chocolate City*”⁷⁸) se tornassem a possível solução (HOWELL, 2017). Dentre os jogos de manipulação do espaço para que essa configuração acontecesse, Aaron Howell (2017) cita as diversas alterações das legislações de compra e venda de propriedades e os programas de habitação social em massa realizados pelos governos.

[...] maximizassem os ganhos econômicos obtidos através de uma categoria étnico-racial subordinada, enquanto minimizava o contato com ela e, conseqüentemente, o risco de contaminação simbólica e desvalorização. Esta combinação de separação e duplicação institucional, complexidade estrutural e enclausuramento vivencial – e não a prevalência, a intensidade ou a persistência da pobreza – é o que distingue a urbanização dos negros do padrão metropolitano de todos os outros grupos na história dos Estados Unidos. (WACQUANT, 2004, p. 267).

Dentro dos guetos, os moradores criaram formas de sobrevivência à completa exclusão e confinamento. Segundo Wacquant (2004), os negros estruturavam suas instituições próprias e novas organizações (como a autoprodução) para gerir aquele território de forma paralela ao sistema estabelecido, o que proporcionou o surgimento de novas lideranças nos bairros e também para o Movimento Negro americano. Entretanto, eles continuavam completamente dependentes de serviços, infraestrutura e relações externas. Por isso, o autor entende que essas organizações espaciais se configuram em uma forma de resistência, devido a seu potencial propositivo e de ruptura das organizações sociais institucionalizadas, mesmo que não liberte os negros da rede de forças estabelecida.

Todo esse contexto se apresentava bem claro à população americana no século XX, porém, existia uma máscara que não permitia a visualização dessa complexidade de práticas raciais e espaciais: a desigualdade de classes. Wacquant (1996) nomeia essa máscara de “*Tropo Forte*”, que significa símbolos que distorcem as concepções e a percepção da realidade. A desigualdade social era o *tropo forte* da segregação racial nos guetos. Segundo o autor, durante muitos anos definiu-se os guetos como um local: de pobreza extrema (avaliando apenas a qualidade das moradias); de formação social considerada desorganizada; e de certa carga de exotismo e rusticidade (WACQUANT, 1996).

Portanto, assim como historicamente aconteceu no Brasil, no caso dos guetos no Estados Unidos também foi utilizada a justificativa da desigualdade de classes para invisibilizar o caráter racial do espaço e das relações sociais impostas (WACQUANT, 2004). Nesse contexto, ignorava-se toda a construção da ilegalidade dos negros no âmbito: da habitação e do emprego;

⁷⁸ Linha de Cor ou Cidade de Chocolate (HOWELL, 2017) (tradução da autora).

da insegurança rotulada; e da falta de infraestrutura institucionalizada através do espaço e, no caso desse país, também através da legislação (XAVIER, 2016).

Mais ainda, encobre-se assim o fato de os negros serem o único grupo que passou pela experiência de 'guetização' na sociedade norte-americana, isto é, uma separação residencial total, permanente e involuntária, fundada na casta como base para o desenvolvimento de uma estrutura social paralela (e inferior). (WACQUANT, 1996).

Entendo, por fim, que os guetos são espaços induzidos ou impostos pelos grupos dominantes que segregaram os negros e institucionalizaram o racismo através de determinismos, privações e aprisionamento social pelo espaço. Além disso, a sua manutenção vem da necessidade de sobrevivência desses grupos que não tem lugar dentro das cidades, e da máscara criada pela justificativa da desigualdade de classes.

Em outras palavras, o gueto é uma formação étnico-racial que reúne umas quatro principais 'formas elementares' de dominação racial – o preconceito, a discriminação, a segregação e a violência excludente (Wacquant, 1995) – e as inscreve na objetividade do espaço e das instituições específicas do grupo. (WACQUANT, 1996).

Considero então, em muitas pesquisas aqui analisadas e a partir da leitura de Loic Wacquant (2004) que as favelas se diferem dos guetos em muitos sentidos, e, em síntese, elas são majoritariamente conceituadas como espaços sociais de degradação física e social que impedem a mobilidade, ou seja, não se cita a dimensão racial em nenhum momento. De fato, comprova-se, no caso brasileiro, toda essa situação de precariedade espacial e física e projeção de uma imobilidade social decorrente dessas ausências materializadas. Além disso, entendo que os contextos históricos de formação dessas espacialidades são determinantes em suas características e resistências, e, assim, por serem países distintos, entendo que favelas e guetos são espaços com diferenças significativas entre eles.

Mesmo assim, discordo com as definições de favelas, brasileiras, que exclui a camada racial significativa que ela possui. Penso que essa elaboração parte do mesmo silenciamento que os guetos sofreram: a máscara da desigualdade de classes. No Brasil, esse disfarce ainda se fortifica pela ausência de leis racistas e pelo histórico de teorias e imagens de uma democracia racial, que sobrevive no senso comum até a atualidade. Por isso, além de afirmar o caráter racista dessa espacialidade em muitas vertentes, considero que as favelas se configuram como um dos principais representantes da dimensão da segregação racial, pois sua formação inclui em todos os sentidos (histórico, cultural, político e econômico) a construção: da inferiorização; do contexto de ilegalidade; e do não acesso a direitos, cidadania, deveres e à cidade pelos negros. Portanto, mais do que sobrevivência, as favelas são condições espaciais direcionadas para os negros, que os confinam, os imobilizam, e os distanciam de forma semelhante aos guetos americanos.

Em complemento, Silva (2018) destaca a dimensão fundiária das favelas. Esta reafirma que a dimensão racial das favelas tem como seu berço a falta da propriedade de terra e do acesso à infraestrutura básica, o que alimenta a ilegalidade, a impermanência e problemas sociais, de saúde e de segurança diversos. Em conclusão, João Vargas (2005) resume que as favelas, apesar de muitos diferentes em sua organização e cultura, a depender de sua localização, origem e dinâmica espacial, *são realidades sociais construídas através de uma determinação espacial segregadora*, nos mais diversos âmbitos: raciais, econômicos e por gênero. Por esse tom separatista e de controle, a favela nasceu de experiências conflituosas e que não se estruturam na cidadania, o que ampliou ainda mais os problemas urbanos e a anulação dos negros na sociedade brasileira, permanecendo até hoje (VARGAS, 2005).

Toda essa situação de construção das favelas, em seus aspectos sociais e espaciais, estava escancarada no cotidiano das cidades nos primeiros anos do século XX, e, portanto, desagradavam a ideia imagética urbana que se desejava construir nessa época. Esse desejo partia das instituições públicas, privadas, e do mercado imobiliário, ou seja, da elite brasileira (brancos), o que fez com que se manipulasse a ideia de higienização e reforma urbana, para a de higienização social (GARCIA, 2009).

O contexto reformista surgiu no Brasil junto com a instauração do regime republicano, em 1889. As atualizações políticas e econômicas trouxeram uma demanda de renovação das cidades brasileiras, para que se criasse cidades tipicamente republicanas e representantes do caráter moderno dessa transformação. As novas cidades tinham como base o *urbanismo haussmanniano* de origem em Paris, na França, que configurava em um urbanismo positivista e racional (SALGUEIRO, 2001). Segundo Heliana Salgueiro (2001), os principais conceitos desse urbanismo⁷⁹ são: a salubridade, que significa higiene e purificação da cidade; a comodidade, que representa o conforto e a eficiência espacial; e o embelezamento, uma preocupação estética (SALGUEIRO, 2001). Logo, deveria ser um desenho urbano que produzisse uma cidade *bela e útil* - imagética e funcional.

Com essa transformação política e conceitual, iniciaram, no Brasil, a implantação de novas cidades, capitais (como por exemplo Belo Horizonte em 1897), e muitas reformas urbanas nos grandes centros já existentes (como aconteceu no Rio de Janeiro, a partir de 1903). Essas reformas e os novos projetos traziam como justificativa a necessidade de desvinculação

⁷⁹ Nessa época, quando há um processo de transmissão e aplicação desse pensamento urbano para outros lugares, esse urbanismo passou a ser nomeado como *Urbano Universal*, uma vez que se cria uma metodologia racional de projeto que pode ser aplicado em diversas cidades do mundo, como aconteceu no século XIX e XX em inúmeras cidades brasileiras (SALGUEIRO, 2001).

com o passado colonial e de modernização e expansão dessas cidades (Figura 33) (GARCIA, 2009). Entretanto, as reformas urbanas do século XX reforçaram uma exclusão social forte nas cidades brasileiras. Lilia Schwarcz (2019) reforça que a maioria dos projetos e planejamentos urbanos de várias cidades nesse momento tinham como responsáveis os sanitaristas e os médicos, o que fez com que a Eugenia e a separação dos “doentes” e dos “sãos” se tornassem um dos critérios da consolidação da ideia de cidade ideal. Lembro também que as doenças - mentais ou relacionadas a insalubridade -, eram associadas diretamente ao grupo dos negros e mestiços, e assim, se justificavam todas as ações prejudiciais a esses grupos como forma de evitar as diversas epidemias (cólera, febre amarela, varíola, entre outros) e problemas sociais (criminalidade e alcoolismo)⁸⁰.

Essa é a época dos grandes projetos de saneamento que invadem dos lares às igrejas, dos portos às escolas. Nenhum detalhe escapa. Prescrevem hábitos alimentares, indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso de lugares públicos, pedem a educação higiênica na mais tenra idade escolar. (SCHWARCZ, 2019. p. 271).

Figura 33– Obra de Alargamento da Rua da Carioca em 1905.



Fonte: Fotografia por Augusto Malta. Reproduzida por: DE SOUSA, 2013

Considerando a leitura de Antônia Garcia (2009), as Reformas Higienistas partiram desses conceitos urbanos, “científicos” e espaciais, e implantaram uma política de limpeza social do diferente e do que foge ao padrão desejado, ou seja, negros e pobres. Foi uma época marcada por uma expulsão em massa dos grupos habitantes de invasões e cortiços urbanos, e

⁸⁰ Se necessário, retomar a leitura da seção 3.5.1 desta dissertação.

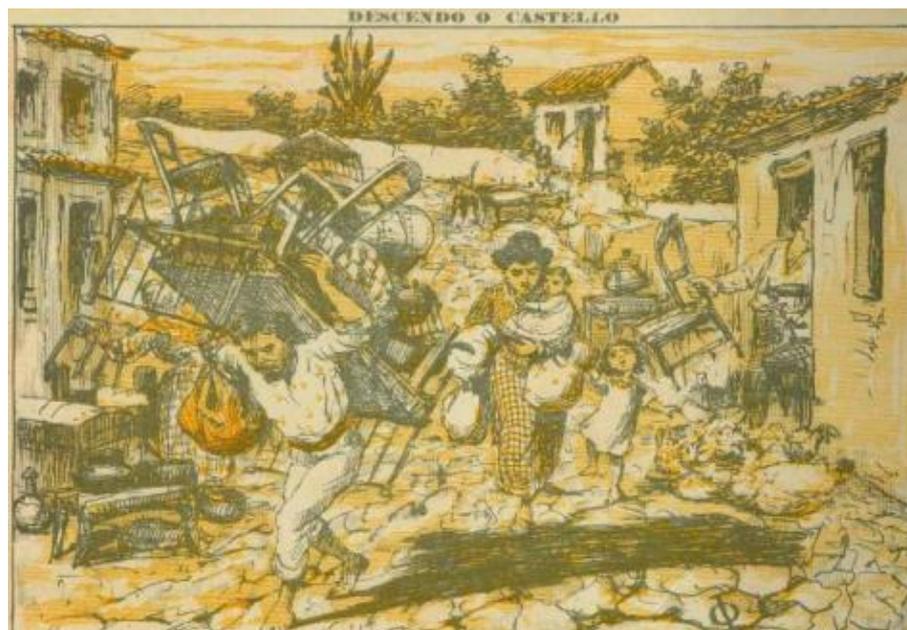
por uma vigilância “sanitarista” que inseriu o controle e uma polícia dos costumes no cotidiano dos mesmos (Figura 34 e 35) (GARCIA, 2009). Portanto, mais do que um processo de desabrigar um grande número de pessoas, de grupos específicos da sociedade, negros e integrantes das classes mais desfavorecidas eram perseguidos e vigiados para além de suas atividades no ambiente público (RAGO, 1997).

Figura 34– Início do Primeiro Desmonte da Favela do Morro do Castelo para a Construção da Avenida Central em 1904 no Rio de Janeiro.



Fonte: Fotografia por Marc Ferrez. Reproduzida por: DE SOUSA, 2013.

Figura 35– Charge – “Descendo o Castello”



Fonte: DE SOUSA, 2013.

A Higiene Urbana do início do século XX implantou: a medicina sanitária; a polícia dos costumes e um projeto regulamentarista, com o intuito de eliminar esses cidadãos deslocados socialmente, domesticar comportamentos e práticas, e reformar a imagem da cidade e dos cidadãos brasileiros, ao tentar acabar com vícios e problemas sociais. Dentre as medidas voltadas a “higienização” das cidades, Margareth Rago (1997) inclui os exemplos: da vacinação compulsória dos cidadãos, que ocasionou a Revolta da Vacina em 1904 no Rio de Janeiro (Figura 36); e a regulamentação de bordéis, que institucionalizou a prostituição de forma silenciosa e retirando a mobilidade social da mulher.

Os alvos são inúmeros: as igrejas, as escolas, os portos, os cemitérios, os locais públicos, as casas de moradia. Os hábitos deveriam ser moralizados, orientando-se os costumes alimentares e higiênicos, controlando-se o desvio e evitando a “degeneração”. Condenam-se casos de “perversão sexual”, assim como disciplinam-se as práticas sexuais. (SCHWARCZ, 2019. p. 297).

Figura 36– Ilha de Presos na Ilha das Cobras Pós-revolta da Vacina.



Fonte: Disponibilizada pelo Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Reproduzida por: SITE CURRAL DEL REI, 2020.

Para moldar esses costumes, o imaginário desses grupos também foi manipulado. Segundo Rago (1997), criou-se uma ideia de modelo de família (família nuclear, moderna, privada e higiênica) e de moradia (privacidade, separação de corpos e espaço de conforto e felicidade) que divergia completamente do modo de vida dos grupos mais pobres em cortiços e favelas. Eles viviam em conjuntos de famílias, em moradias com muitos ambientes comunitários e em situação de baixa ventilação, iluminação e circulação, sem acesso a quase nenhuma infraestrutura urbana (Figura 37). Isso fez com que, mais do que o fim desses espaços, normas de conduta invadissem e transformassem o espaço privado e as formas de relações dessas pessoas (RAGO, 1997).

Figura 37– Estalagem Existente nos Fundos da Rua Senado no Rio de Janeiro.



Fonte: CURADO, 2018.

Toda essa renovação urbana e social se consolidou em cima de uma justificativa meramente material e de benefícios sociais para essas camadas exploradas (RAGO, 1997). Foram construídas imagens de limpeza urbana e a necessidade de um “cuidado” com as “pragas sociais”, os grupos que eram considerados a principal ameaça da higiene e da imagem das cidades republicanas. Assim, as reformas foram realizadas a partir de uma imagem de uma elite bondosa que suas ações trariam melhorias de vida para os marginalizados (Figura 38) (RAGO, 1997). Ou seja, o discurso de acordo com Schwarcz (2019, p.262) era: “Não se trata de pensar no indivíduo, mas na ‘coletividade’, na nação enfraquecida e carente de intervenção.” Mais que isso, essas reformas sociais e espaciais ganharam uma dimensão nacionalista, com o argumento de que essas mudanças trariam também a “cura da nação” e a oportunidade de regeneração social interna e para exterior (SCHWARCZ, 2019).

Figura 38– Anúncio das Reformas Urbanas do Rio de Janeiro.



Fonte: DE SOUSA, 2013.

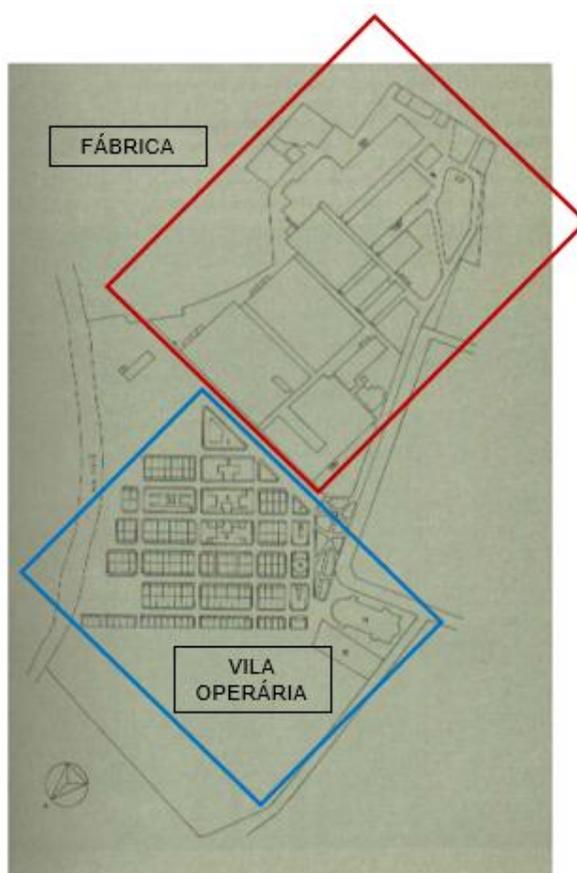
Por meio desse cenário, percebe-se o espaço, novamente, como um veículo de imposição e da atualização da exclusão social dos negros. As Reformas Higienistas retiraram os negros de suas ocupações na cidade e do cotidiano urbano de forma compulsória e sem a preocupação da reintegração desse grupo na cidade (GARCIA, 2009). Portanto, esses que já se encontravam em uma situação de ilegalidade espacial e sem inserção social, às margens da urbanidade (considerando seus direitos e deveres em sua ocupação e uso), tiveram seu afastamento espacial e relacional renovados e potencializados através da desapropriação e do deslocamento compulsório. Além disso, as reformas trouxeram a continuidade do cessamento da liberdade, antes imposta pela escravidão, e nesse momento, instalada no dia-a-dia dessa população. Uma vigilância de práticas, costumes e experiências urbanas trouxe uma invasão à privacidade desse grupo e um controle inquestionável perante suas relações e seu corpo. Logo, através do espaço foi possível: a manutenção da exclusão dos negros dentro das cidades e socialmente; o controle e a manipulação desse grupo; e a permanência de valores sociais que inferiorizam o negro. Mais ainda, se consolidou uma invasão da privacidade (e do espaço privado) a partir da destruição do lar (moradias) dessas pessoas e através do fato de o controle do cotidiano delas estar na mão das instituições.

Simultaneamente, e ligado a essas ações, a economia brasileira estava se modificando e consolidando suas indústrias. Essa transformação reforçou a hierarquia social e trouxe um aumento significativo da população nos grandes centros urbanos, com o deslocamento em massa do campo para as cidades e a atração de imigrantes para o país (principalmente com o incentivo da Política de Imigração) (GARCIA, 2009). Nesse momento, foram criadas as Vilas Operárias, conceituadas por Margareth Rago (1997) como bairros periféricos ou ao redor da fábrica, formados pelas moradias dos trabalhadores, que muitas vezes eram legalmente vinculadas ao patrão.

As Vilas Operárias, modelo urbano encontrado principalmente em São Paulo, tinham como principais objetivos: a imobilização do trabalhador limitando a vida social e o trabalho em um único espaço; controle físico, moral, sanitário, político e econômico; e a imposição de um estilo de vida (RAGO, 1997). Segundo Antônia Garcia (2009), o funcionamento desse sistema acontecia da seguinte forma: a fábrica, seus donos, arrendavam o terreno ao redor do ambiente de trabalho, ou próximo, e não se responsabilizavam pelas construções das moradias (tinham interesse no valor de troca e não de uso), e, ainda ofereciam espaços de lazer, escola e igreja para essa população (Figura 39 e 40). Dessa forma, os trabalhadores iniciavam seu vínculo empregatício com uma determinada fábrica, com as dívidas da construção, do uso desses espaços coletivos e do arrendamento da terra, ou seja, boa parte do seu salário iria para

o pagamento dessas (GARCIA, 2009). Isso configurou em uma prisão do trabalhador nessa espacialidade e uma associação rígida e direta entre moradia, trabalho e vida social. Para controlar os trabalhadores, fez-se uso de um, segundo Rago (1997, p. 178), “[...] mecanismo sutil de dominação que é a própria casa.” Esses instrumentos também produziram binômios sociais que trouxeram conflitos significativos como: capital-trabalho, moradia-terra (GARCIA, 2009).

Figura 39– Exemplo de Vila Operária em São Paulo. Implantação da Vila Operária Maria Zélia da Companhia Nacional de Tecidos de Juta, no bairro operário do Belenzinho, SP. O projeto abrangia 200 residências e inúmeros equipamentos coletivos como: creche, igreja, grupo escolar, farmácia, médico, dentista, armazém, entre outros.



Fonte: VIANNA, 2004; modificado pela autora.

Figura 40– Vista da Vila Operária Maria Zélia, SP.



Fonte: VIANNA, 2004.

Além disso, as Vilas Operárias eram implantadas de duas formas principais: arruada (GARCIA, 2009); ou em disposição panóptica (RAGO, 1997). Ambos são modelos urbanísticos que traziam hierarquias importantes para o dia-a-dia desses trabalhadores, além de alta vigilância. Os dois representavam, através da implantação e métodos construtivos das casas, hierarquias como: que o trabalho se institui como mais importante que as moradias (GARCIA, 2009); e que as moradias deveriam simbolizar também a hierarquia dos trabalhadores dentro da fábrica (RAGO, 1997).

O modelo arruado, como o próprio nome diz, se configura em uma sequência de casas em uma rua única de acesso direto à fábrica, como representado nas figuras anteriores (Figura 38 e 39) (GARCIA, 2009). Já o modelo panóptico, identificado posteriormente através da interpretação das ideias de Michael Foucault (1926-1984) espacializa-se através de uma implantação de casas em forma circular com um ponto de vigilância central, muitas vezes a própria fábrica ou a casa de um superior (RAGO, 1997). Dessa forma, não apenas uma associação do trabalho com a vida privada foi estabelecida, como também se configurou um contexto de constante vigilância e policiamento das práticas desses grupos. “A arquitetura da vigilância reproduz na construção das vilas operárias a estrutura hierárquica e despótica presente no interior da fábrica.” (RAGO, 1997. p. 187). As instituições ali instaladas também configuraram órgãos de controle e moduladores desses trabalhadores, pois eram espaços de propagação dos valores das elites e dos burgueses que os implantaram (GARCIA, 2009). Logo, para Rago (1997, p. 184) seria uma “[...] ‘cidadela’ socialmente segregada, onde a vontade

patronal associada à dominação religiosa procura exercer uma vigilância absoluta sobre a vida cotidiana do trabalhador e sua família.”

Garcia (2009) considera que essa estrutura retomou com o sistema casa grande-senzala vivido na época da escravidão, em que havia: uma hierarquia espacial que refletia a hierarquia social entre os trabalhadores e os patrões; espaços coletivos de controle e imposição de costumes; e uma configuração arquitetônica e urbana estabelecida para vigilância e policiamento dos trabalhadores (GARCIA, 2009). As Vilas Operárias são sintetizadas como espacialidades que, segundo Garcia (2009, p. 356), “[...] caracterizam formas de controle na transição entre senzala e outras formas de moradia que o capitalismo industrial implantou para manter seus empregados sob seu jugo.”

Esse contexto foi mantido por muitos anos devido ao sentimento de gratidão criados nos trabalhadores através desse sistema, pois estruturou-se o pensamento que os patrões estavam os ajudando com a moradia e os espaços de educação, lazer e religião (GARCIA, 2009). Entretanto, esse sistema se configurava em um modelo que intensificava a exploração, a imobilização social e a imposição de conceitos. “A força da casa preexiste à lei. A lei da casa antecede a casa.” (WIGLEY, 1992. p. 333, tradução da autora)⁸¹. Apaga-se a identidade dos trabalhadores e os torna completamente dependentes da terra, da fábrica e dos donos delas. Relembro que nesse momento os trabalhadores das fábricas eram principalmente imigrantes, integrantes das classes mais desfavorecidas, e alguns negros que, ao longo do século XX, adentraram ainda mais nesse campo.

Deslizamento da vigilância olfativa da natureza para o social, do exterior para o interior, que induz uma estratégia disciplinar no qual desinfecção e submissão são assimiladas simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo. (RAGO, 1997. p. 174)

Mesmo com tantos jogos de poder e a reafirmação da disparidade social, essa configuração urbana foi importante para os movimentos sociais negros e dos trabalhadores. Isso aconteceu, pois, mais do que os sindicatos, as organizações dos bairros operários (a solidariedade comunitária) foram muito atuantes e organizadas nessa época. Com o passar do tempo, isso culminou em conquistas importantes para os trabalhadores na década de 1930, mas não desconstruiu essa urbanidade e nem a exploração. “‘A Casa é nossa e eles dizem que o terreno é deles. Então eles tirem o terreno e deixe nossas casas flutuando!’ (fala de um ex-operário em um impasse em uma das assembleias na sede da Ampla).” (GARCIA, 2009. p. 365).

⁸¹ “*The house enforces a preexisting law. The law of the house precedes the house.*” (WIGLEY, 1992. p. 333).

Com essa configuração, esses grupos de brasileiros (trabalhadores, classes baixas e negros), tiveram seu lugar na cidade muito bem estabelecido: ou em Vilas Operárias, ou fora dos centros nas favelas. “Toda periferia denota um desdobramento da incapacidade de uma cidade histórica em abrigar em seu tecido a incompletude e a improvisação, [...]” (VELLOSO, 2016. p.119). Muitos desses lugares hoje apresentam uma formação de bairro e comunidade e são parte essencial do cotidiano das cidades.

Em síntese, entende-se que durante os primeiros 62 anos após a institucionalização da Lei Áurea, a produção do espaço, uma vez que com seu controle estabelecido pelo Estado Brasileiro em suas diversas escalas, foi instrumentalizada para consolidar e potencializar os princípios das instituições públicas e privadas do país, em sua maioria controladas pela elite branca. Dessa forma, o espaço se tornou catalizador da propagação das práticas, não só capitalistas, como também racistas, através de inúmeras estratégias. O Estado, através de legislações e políticas públicas, modificou o uso e a simbologia do espaço público para os negros. Limitou a circulação, limitou as possibilidades de uso e experiências, e ainda o transformou em um espaço de medo, punição e discriminação dele. No âmbito privado legislações espaciais distanciaram ainda mais esse grupo de adquirir uma moradia, por meio de inúmeras limitações financeiras, empregatícias e burocráticas. Nesse contexto, *o espaço passou a ser sinônimo de ilegalidade e do não acesso a dignidade, moradia, infraestrutura e cidadania*. O controle ainda extrapolou a veia do “não acesso” e da “não espacialidade” e chegou à consolidação dos valores racistas através do espaço. O espaço se tornou solução para o estabelecimento da moralidade e dos costumes - através da vigilância (polícia dos costumes) e da rigidez espacial (Vilas Operárias) -, e ainda se tornou instrumento de reforço da anulação espacial e social dos negros, fazendo-os de marionetes das vontades do Estado e de empresas privadas.

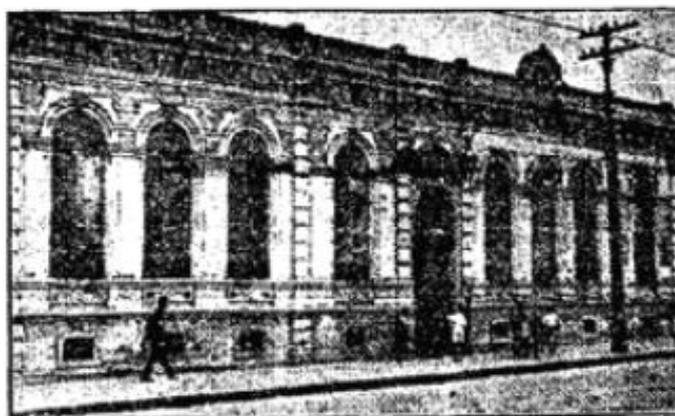
Logo, a produção do espaço urbano, institucionalizada, *foi instrumento de reforço da inferioridade e dos diversos estereótipos criados sobre o negro e a identidade brasileira*. Além disso, também se configurou em uma atualização do não pertencimento, do silenciamento, e do não lugar dos negros na sociedade por meio de políticas públicas, legislações urbanas, do cotidiano e das reformas ligadas ao espaço. Entretanto, não se pode esquecer de dois fatores importantes: primeiro, o Movimento Negro ainda se encontrava atuante e em constante renovação; e, ainda, a produção do espaço, em sua definição, apresenta uma dimensão de

representação e práxis para além do âmbito institucional - o âmbito do uso, do espontâneo e da micropolítica⁸².

Considerando esses aspectos, entendo que o espaço urbano também se demonstrou instrumento essencial para a consolidação do Movimento Negro. Primeiramente, retomo que, no subcapítulo anterior foi identificado que os Movimentos antirracista institucionalizados se fortaleceram em duas vertentes principais: a imprensa negra e as organizações assistencialistas. Portanto, ressalto a importância das espacialidades, sedes, desses organismos (Figura 41). Mais ainda, esses espaços foram responsáveis por trazer a cidade e a urbanidade até os negros. O assistencialismo tinha uma base espacial inquestionável, não só por trazer infraestrutura e serviços essenciais que esse grupo que não tinha acesso nas cidades, como também se manifestava como possibilidade de luta para o acesso dos mesmos à moradia, às propriedades de terras, ao saneamento, à mobilidade pública, entre outros.

Figura 41– Sede da Frente Negra Brasileira em São Paulo publicado no Jornal *Chicago Defender* dos Estados Unidos.

'BLACK FRONT' MEETING PLACE



—A Kette Photo.
The official building of the Frente Negra in San Paulo, Brazil, where that great organization recently held an inter-sectional congress.

Fonte: DOMINGUES, 2013.

Além disso, a produção do espaço pelos negros e marginalizados trouxe uma inversão do uso institucionalizado e restrito do espaço público imposto pelo Estado. Através das brechas culturais do Movimento Modernista e a conquista da visibilidade de muitas práticas culturais negras e africanas já estudadas anteriormente, o espaço público se transformou em *território* de sobrevivência cultural da negritude. Antônia Garcia (2009) define território como

⁸² Se necessário, retomar a leitura o subcapítulo 2.1.

espacialidades de coletividade e identificação em que sua produção, que manifesta constantemente uma ligação direta com as individualidades ali reunidas. O território apresenta uma dimensão de intercruzamento de tempos e de poder, devido a criação do sentimento de pertencimento, unidade e identidade.

‘Este território, suas dimensões, sua configuração, a composição da população que se desloca sobre sua superfície, são fatores naturalmente importantes na vida social; este é o substrato e, tal como no indivíduo, a vida psíquica varia segundo a composição anatômica de cérebro que a sustém, os fenômenos coletivos variam segundo a constituições do substrato social.’ (Durkheim, 1981. p. 42,45 e 92-95). / É, portanto, no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, que a cidade surge com substrato da vida social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população. (GARCIA, 2009. p. 87).

No caso do Movimento Negro, essa *territorialização do espaço urbano*, público principalmente, aconteceu a partir da apropriação temporária das ruas, praças, centralidades em manifestações culturais, como o samba, o carnaval e a capoeira (Figura 42). A exteriorização dessas práticas, fez com que a negritude transbordasse para as cidades transformando-as em *territórios negros de identificação, de pertencimento e de acesso ao espaço urbano*. Por essa fusão cultural, social e espacial, o espaço público e o espaço privado muitas vezes tiveram sua separação dissolvida. Os espaços de lazer e cultural, e as apropriações temporárias e flexíveis tornaram possível, de acordo Patrícia Collins (2015), que o espaço público avançasse no privado, através da coletivização de áreas e a construção de espaços privados polivalentes. Assim, o aspecto “privado” do silenciamento da cultura negra transbordou e provocou uma inversão, em muitos momentos, do espaço público, que antes era vivido como penalidade, e eventualmente, passou a ser vivido como experiências e celebrações negras, africanas e brasileiras.

[...] romper com essa separação entre o público e o privado não significa renunciar aos espaços de privacidade, mas sim estabelecer continuidades entre os espaços domésticos e os outros espaços nos quais os cuidados se realizam. Nesta perspectiva é possível pensar uma desprivatização dos cuidados como estratégia de reapropriação coletiva soa espaços públicos. (COLLINS, 2015. p. 62).

Figura 42– Desfile do Salgueiro na Avenida Presidente Vargas, com o “Tema Xica da Silva”



Fonte: O GLOBO, 2020.

Por fim, destaca-se o espaço como instrumento de abertura para novas organizações sociais e proposições políticas a partir dos costumes e experiências vividas nos quilombos rurais e urbanos do início do século XX. Os quilombos, expandidos em sua espacialidade e manifestação, foram definidos nesta época como: virtual, sendo considerados como toda manifestação negra no país; e real (tradicional), sendo visto como espacialidades específicas de aglomeração social desse grupo e que apresentam configurações sociais, culturais, políticas e econômicas inspiradas em vivências na África e na época da escravidão (VINHAS, 2018).

Os quilombos apresentavam características diferentes a depender da sua localidade, dos grupos de moradores, da cultura de origem e das formas de organização. É, justamente, esse último aspecto que demonstra a instrumentalização do espaço como forma de *proposição de novas organizações sociais*, políticas e econômicas diferente do Sistema Capitalista.

Qual então é o estatuto político do espaço? Ele se politiza, o que chama sua despolitização. O espaço politizado destrói suas condições políticas, pois sua gestão e sua apropriação negam o Estado com os partidos políticos. Elas chamam outras formas de gestão (que chamaremos: ‘autogestão’ das unidades territoriais, cidades, comunidades urbanas, distritos, regiões, etc.). O espaço então agrava o conflito inerente ao político, e ao Estado como tal. Ele introduz mais fortemente o anti-político no político, quer dizer a crítica política que tende em direção ao fim do político, à sua auto-destruição. (LEFEBVRE, 2006. p. 646).

Assim como estudado nos diversos subcapítulos anteriores, os quilombos, em sua maioria, apresentavam uma *administração coletiva* das terras e dos espaços comuns (Figura 43). Os espaços de manifestação cultural eram de responsabilidade de todos os moradores dos quilombos, e as terras eram administradas em reuniões gerais. Assim, como não conviviam com a propriedade privada, a economia - a produção agrícola e artesanal – também se dava em terras

coletivas e através da concepção de trabalho também coletivo, em que o produto e o processo são de responsabilidade e “propriedade” de todos.

A ocupação e gestão coletiva de espaços culturais, a recuperação de construções históricas, os saraus da periferia onde as pessoas se descobrem poetas e artistas; todas essas são formas de enfrentamento cotidiano à mercantilização da cultura e da vida. (COLLINS, 2015. p. 71).

Patrícia Collins (2015) e Ângela Davis (2016) demonstraram várias formas de sociedade alternativas às sociedades capitalistas do século XX. Muitos quilombos se apresentavam em gestões sociais e espaciais democráticas – com ideologias de gestão horizontal; justiça social e urbana; e valorização do espaço público. Enquanto outros já traziam o rompimento completo com o Sistema Capitalista, através de organizações em que a propriedade e os meios de produção são coletivos. Logo, não havia centralidade na circulação de capital e as políticas se configuravam autogestionárias⁸³. Nestes quilombos os moradores inovavam em seus sistemas de distribuição de terras, e produtos, e na gestão do espaço através de concepções políticas que estavam ainda sendo absorvidas socialmente no Brasil.

A mobilização política negra esteve intimamente ligada aos esforços de promoção da democracia de modo mais geral; e os ativistas negros tenderam a justificar tal mobilização em termos de promoção de maior participação na vida política e econômica nacional da quase maioria dos grupos raciais que tinham disso historicamente excluídos. (ANDREWS, 2015. p. 23).

Figura 43- Quilombo do Leblon no Início do Século XX.



Fonte: CAVASSONI, 2014.

⁸³ DE SOUZA, M. 2001; COLLINS, 2015; DAVIS, 2016.

Concluo, que o espaço urbano, apesar de ter sua produção histórica e sistêmica racista e segregadora, quando manipulado, justamente, pelos marginalizados por este sistema se transforma *em instrumento de luta, sobrevivência e proposição social*. Através das brechas das construções racistas no cotidiano e nos ideais sociais, as práticas negras transpuseram as barreiras do silêncio e do esquecimento. Para isso, a produção do espaço urbano no cotidiano e na representação vivida pelos negros brasileiros se tornou instrumento de diversas estratégias, como: divulgação e valorização cultural; apropriação do espaço público e, assim, garantia de cidadania e do seu papel político; intermediação da cidade inacessível (direitos, deveres, serviços, circulação, uso, etc.) com a “não cidade” dos negros; e proposição de novas formas de organização social através de gestões espaciais coletivas e críticas.

Frente à violência do capital, racista e machista, é preciso construir uma cidade segura que facilite o compartilhamento, a convivência e o equilíbrio entre produção e reprodução. Espaços públicos que sejam públicos de fato, que fomentem os cuidados como práticas comuns e coletivas, a produção de afetos que subvertam o tratamento dos corpos e das pessoas como descartáveis. (COLLINS, 2015. p. 72).

O espaço como brecha, reivindicação e renovação foi responsável pelo fortalecimento cada vez maior do Movimento Negro. Por essas e outras diversas estratégias que foram contempladas nesta dissertação, o racismo no Brasil se desestabilizou em muitos momentos. Apesar da força das práticas racistas, todo o movimento contrário conseguiu quebrar algumas engrenagens desse sistema, o que automaticamente o obrigou a se renovar e se esconder ainda mais no cotidiano. O Movimento Negro e a produção do espaço urbano romperam com a invisibilidade, com a homogeneidade e com a ausência do negro nas cidades, o que fez com que novos sistemas racistas se transformassem em veículos de propagação dessas ideias de segregação, e o uso institucional do espaço se reformasse para se encaixar na atualidade e na manutenção da rede de forças privilegiada para poucos.

4.4 A constituição e a eficácia dos novos sistemas na transição entre o século XX e XXI: a revisão da teoria

Depois de todas essas análises e estudos de sistemas, teorias e políticas sociais que alimentaram o racismo brasileiro até a primeira metade do século XX, é possível perceber que o sistema racista do Brasil possui características e mecanismos de manutenção muito particulares ao longo da sua história, o que construiu práticas racistas especificamente brasileiras e que se mantém até os dias de hoje.

O racismo brasileiro se constituiu de forma silenciosa, e esse silêncio foi e ainda é o principal mecanismo de sua permanência na estrutura social do país. Como já foi discutido

anteriormente, o poder e a manutenção de uma rede de forças dependem que sua estrutura não seja exposta, e assim esse processo foi aplicado no Brasil. Tal mecanismo foi tão bem executado que o disfarce alcançou o mundo, através do equivocado Projeto UNESCO⁸⁴.

Mesmo depois desse desacerto ter sido detectado, a manobra permaneceu dentro da cultura brasileira e transformou o conceito de racismo no Brasil, o que já foi retratado neste texto. Portanto, o sistema racista brasileiro difere de outros sistemas pelo mundo não só por sua estruturação através desse silenciamento, mas pela essência e definição do que é o racismo. “E racismo continua sendo, até hoje, forjar uma explicação natural para diferenças sociais e étnicas, supondo uma hierarquia herdada das classificações raciais deterministas gestadas nos últimos séculos.” (SEYFERTH, 2002, p. 38 e 39).

Na África do Sul e nos Estados Unidos, que passaram por sistemas racistas institucionalizados, se concretizou um racismo baseado e definido como um preconceito de origem, no qual a discriminação envolve a origem biológica e cultural (ou seja, sua ascendência e seu país de origem) (SCHWARCZ, 2012). Já no Brasil, o racismo foi construído de forma (teoricamente) deslocada da esfera institucional e pública e mascarado em sua prática na microescala, o que estabeleceu um racismo, a partir do século XX, chamado por Oracy Nogueira (1917-1996), em 1954⁸⁵, de *Preconceito de Marca* (SCHWARCZ, 2012). Diferentemente então de um racismo de origem, no Brasil, o racismo se estruturava de *forma comparativa* na qual a cor e todas as características que envolvem o negro não remetiam a uma associação histórica, e sim, a uma associação no presente ligada a uma situação social, estética e cultural do negro (SCHWARCZ, 2012). Isso quer dizer que o preconceito se dava pela cor e o que ela simbolizava como definição social, política e econômica daquele indivíduo. Sua negritude, ou *branquitude*, seriam definidas por sua posição social associadamente a sua cor e fenótipos. Mais ainda, a autora afirma que a partir de 1950, o racismo brasileiro ganha dimensões regionais, onde os estados com mais negros se associavam a situações de atraso social e econômico. Portanto, o racismo no Brasil apresentava sim uma questão de origem, porém dentro do próprio território, onde negros em regiões mais pobres e menos desenvolvidas do país seriam ainda mais discriminados, como no caso dos nordestinos.

Sobrevivia como legado histórico um sistema enraizado de hierarquização social que introduzia gradações de prestígio com base em critérios como classe social, educação formal, localização regional, gênero e origem familiar e em todo um Carrefour de cores e tons. (SCHWARCZ, 2012. p. 72).

⁸⁴ Se necessário, retomar a leitura da seção 4.1.1.

⁸⁵ NOGUEIRA, Oracy. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**: Relações Raciais no Município de Itapetininga. Anhembi, XIV (41), abr.

A partir de 1960, Florestan Fernandes (1920-1995), um sociólogo brasileiro, sintetizou a estrutura construtiva do racismo no país a partir da *Teoria do Racismo Retroativo* (SCHWARCZ, 2012). Esse sociólogo definiu que as práticas racistas se edificaram a partir da negação destas, um “preconceito de ter preconceito”, no qual o exercício do racismo e da discriminação estaria sempre deslocado para o outro e teria a participação do próprio indivíduo retirada desse sistema (SCHWARCZ, 2012). Compreende-se então, que a partir desse momento, não se nega mais a existência do racismo, mas, mesmo assim, o indivíduo se abstém de seu papel dentro desse ciclo, o que no fim, configura a mesma fuga de assumir as práticas racistas na microescala e o mascaramento da essência e de toda a força desse sistema social. “Conclusão imediata: todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercada de racismo por todos os lados.” (SCHWARCZ, 2012. p.99).

Nesse contexto, o que se detectou foi que o racismo se deslocou para a esfera privada, já que sua prática pública não era aceitável e reconhecida. Isso foi institucionalizado através de legislações pontuais. Em 1951, foi implementado no Brasil a “**Lei Afonso Arinos**”⁸⁶, na qual se reconhecia o racismo como crime apenas se o mesmo acontecesse em flagrante e com testemunhas, ou seja, um ato de racismo só seria infração se acontecesse em uma dimensão pública (OLIVEIRA & BARRETO, 2013). Proibiu-se o racismo na esfera pública e fantasiou que as instituições são contra essa prática. Somente a partir de 1989 que se estabeleceu uma lei no Brasil, a “**Lei Caó**”⁸⁷, que pela primeira vez considerava o racismo e a injúria racial como crime sem mais considerações de circunstâncias de sua prática - na teoria (MAIO, 1999).

Criminalizar o racismo de maneira institucionalizada e oficial proporcionou inúmeros avanços sociais na caminhada contra ele, mas também trouxe a consolidação da negação de sua existência enraizada na cultura brasileira. Logo, afirmo que todas essas leis e institucionalizações foram veículos importantes para a luta negra, porém as mesmas também calaram a real prática e permanência desse sistema na cultura brasileira.

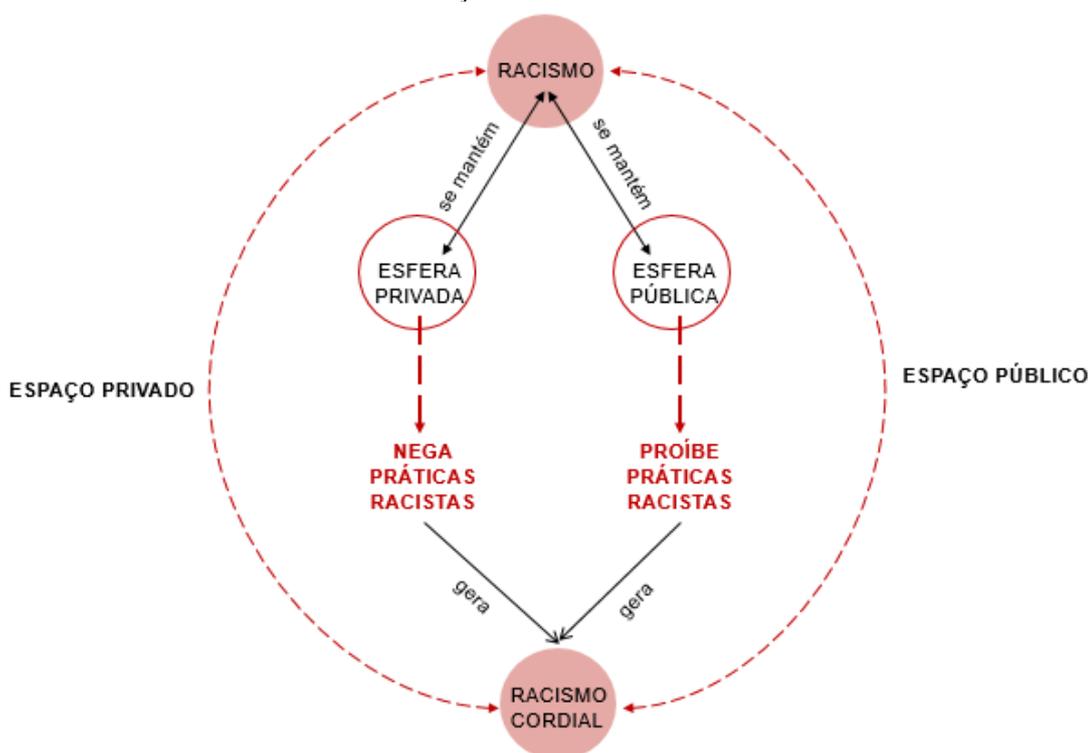
A partir do entendimento dessa teoria identificada por Florestan Fernandes e vivida pelos brasileiros na atualidade, percebe-se um estereótipo muito bem absorvido socialmente de um *Racismo Cordial* ou *Racismo Indizível* (OLIVEIRA & BARRETO, 2013). Essas classificações estabelecem que o exercício do racismo se dá de forma que, na verdade, ele “não é permitido” (não é moralmente aceito e nem legal), o que torna o racismo explícito e exposto socialmente dependente da situação e intensidade no âmbito privado. Portanto, se configura em um racismo que não se identifica e é considerado socialmente mais brando, pois não é possível

⁸⁶ Lei 1390/51, de 3 de julho de 1951.

⁸⁷ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

detecta-lo em sua dimensão pública, e nem na escala privada, onde o indivíduo nega sua participação no sistema. Mais do que negar, o indivíduo em sua privacidade o exerce em diversas formas de expressões que não se reconhecem como racismo justamente por essa relativização, distanciamento entre o público e o privado, e a cordialidade social de um respeito disfarçado (OLIVEIRA & BARRETO, 2013).

Gráfico 17- Síntese da Construção do Racismo na Atualidade – Novas Práticas.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Tudo isso demonstra uma não preocupação com a vítima desse racismo, e uma proteção de quem o pratica, pois: retira sua exposição; abranda sua prática; anula sua responsabilidade; e, principalmente, nega a existência de suas ações racistas. Há então uma inversão de papéis na proposta dessas leis, políticas públicas e diferentes exercícios cotidianos estruturais, e, provavelmente, essa inversão faz parte dessa renovação do racismo dentro da contemporaneidade de forma estratégica.

Esse racismo mascarado, gerou um novo conceito de *Negro*. Segundo Henrique Souza (2017) ser negro a partir do século XX, se define em três dimensões principais: *corpo; raça e ancestralidade*, sendo todas essas esferas simbólicas, ou seja, características que se complementam e representam (no caso, rotulam) esse grupo. Ser negro se resume, então, em se encontrar em um encarceramento simbólico que o define e o coloca dependente do espaço social, político e econômico que ele ocupa – e pode ocupar (SOUZA, H. 2017). Na definição

de negro, o corpo negro também se torna objeto de fixação de características que o diferencia e o isola socialmente. O estereótipo do corpo negro se divide em: pele (cor); marcas corporais (como fenótipo ou marcas de trabalho braçal e exploração); e músculos e genitais (um processo de sexualização do negro) (SOUZA, H. 2017).

Todas essas características físicas e históricas que definem o negro, a partir do século XX no Brasil, são relacionadas diretamente a características e práticas sociais pré-estabelecidas que se fixam e impossibilitam qualquer mobilidade ou reconhecimento social desse grupo. Dessa maneira, as práticas racistas se constituíram tendo como base um estereótipo fixo e bem definido, que não se reconhecem como tais, pois é algo “natural” e cultural.

Após a análise de toda essa história escavada desde a escravidão do século XVI até os dias atuais, concluo que, no Brasil, as práticas racistas sempre tiveram como seu principal combustível o seu *maskamento*. Dentre suas diversas formas de apagamento, a primeira que se instituiu foi o deslocamento do sistema racista de seus aspectos sociais com justificativas construídas e pautadas no viés científico e econômico. Isso retirou e retira qualquer responsabilidade social ou de associação do racismo com o caráter humano e as ações direcionadas a um grupo alvo, o que o coloca como um sistema objetivo, necessário e “natural” ao Sistema Capitalista.

O segundo mecanismo foi a criação de leis e políticas que proíbem certos atos racistas, porém não o racismo em sua raiz, como por exemplo a própria abolição da escravidão. Ações como essa, cessaram com ramificações ou com formas de expressão do racismo, mas não atingiram sua estrutura e seu sistema já consolidado. O terceiro mecanismo se deu com um trabalho ideológico (que também é de base científica e biológica) que refletiu em políticas públicas de transformação social, como por exemplo as teorias apresentadas anteriormente: Teoria do Branqueamento, Teoria de Classes e a Teoria do Nacionalismo *Racializado* (o Mito da Democracia Racial).

Por fim, da última metade do século XX até hoje, apesar de muitas dessas teorias e práticas estarem sendo questionadas, as ações de discriminação racial permaneceram com a negação do próprio sistema. Muito além de mascarar ou esconder, atualmente, as práticas racistas continuam a se sustentar nas leis proibitivas que as criminalizam, que as negam na esfera pública e institucional, e que as legitimam silenciosamente na esfera privada. Destaco nessa síntese, a importância do transbordamento da base teórica para sua imersão social através das políticas públicas - como o incentivo à imigração europeia e o movimento cultural modernista na década de 1920.

As políticas públicas foram veículos responsáveis por trazerem uma materialidade desses princípios sociais através do estabelecimento de novas configurações econômicas, culturais, espaciais e políticas. Essas estruturas transformaram as relações sociais e são absorvidas pela imersão cotidiana dessas práticas, além de não envolverem o peso de uma lei. Por isso, pode-se afirmar que as políticas públicas tiveram um papel instrumental e essencial na transmissão e absorção da ideia e da vivência racista, pois de forma sutil - e sempre vestida de uma ideia de positividade e desenvolvimento - trouxeram novas práticas sociais, que na verdade reproduziram um fluxo de ideias, já antigo, em meio ao cotidiano de cada época. Além disso, as políticas públicas são elementos que saem da obviedade e da dureza das leis, e se consolidam em ações práticas das instituições e da sociedade. Mesmo assim, essas políticas se concretizam e atingem o modo de vida das pessoas através de outros sistemas de práticas e manipulação social, o que inclui a produção e reformulação espacial ao longo dos anos.

Os conceitos e as teorias se transformaram em políticas públicas, e essas políticas públicas precisam alcançar uma dimensão prática e de propagação que dependem ainda de sistemas adicionais de comunicação, propaganda e de controle das relações sociais. Assim, instrumentos de influência em massa da população são importantes meios para que a ideologia e a prática proposta se transformem em cotidiano e se insira no estilo de vida das pessoas até os dias atuais, enraizando o racismo e mantendo-o como algo natural na experiência dos brasileiros. Como questiona Collins (2015), a pergunta seria: “Como se estruturam e se mantêm as relações de dominação e subordinação na economia política brasileira?”

Dentre os instrumentos base dessa transmissão e absorção ideológica e prática existem quatro que se destacam dentro do contexto brasileiro atual: a mídia; o turismo; o sistema político brasileiro; e a relação entre o público e o privado, em suas dimensões sociais e espaciais.

Gráfico 18- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

4.4.1 *O “jeitinho” brasileiro como propaganda racista*

Os meios de comunicação em massa se apresentam como um importante veículo de transmissão e reprodução de ideologias na sociedade. Dado o contexto estudado, a mídia se configura em um produto capitalista de comunicação que exerce a ampliação do alcance dos mitos, ideologias, criações e teorias nos valores sociais e nos hábitos da população. Neste texto adota-se por meios de comunicação, a definição de Solange de Lima (1996-1997, p. 58) que: “Entendo por comunicação social a mídia de massa (imprensa, rádio, televisão, propaganda), como também a literatura em suas diferentes formas de expressão (ficcional, científica, popular, didática) e as artes (cinema, teatro, música).” Logo, os meios de comunicação seriam instrumentos e veículos facilitadores de absorção e exercício social de conceitos e ideias (DE LIMA, 1996-1997).

No caso das práticas racistas no Brasil, estruturado no seu silenciamento, há a necessidade de uma propagação de ideias de forma sutil, estratégica e constante. Isso faz com que a mídia se comporte como um veículo de extrema necessidade, porque ela se estabelece como um meio capaz de produzir uma associação do racismo com cotidiano - o que fortalece a interdependência e a intercausalidade entre eles, onde um se projeta e se estrutura no outro – e de gerar sutileza na transmissão de ideias por detrás de seus principais produtos (GUIMARÃES, A. 2012). A mídia se define, considerando esse contexto, como instrumento de divulgação e propagação de ideias, estereótipos e formas de controle sociais, e por isso se torna tão forte na reprodução da rede de relações e forças sociais já estabelecidas.

Nesse formato, a mídia, e as ideologias que ela carrega, entram nas práticas sociais através do contato cotidiano e da associação delas com estilo de vida das pessoas. Segundo Henri Lefebvre (2006), cotidiano compreende por um elemento multidisciplinar que apresenta inúmeras camadas e vivências no dia-a-dia. Por isso, a transformação e repetição desses envolve a produção de estilos de vida, que de acordo com Edward Thompson (1998) seria conceituado por um conjunto de hábitos, costumes e identidades experienciado no cotidiano.

As constantes repetições, contatos e relações, e as contínuas associações de ideias com os hábitos das pessoas, fazem com que diversos conceitos se insiram no cotidiano de forma sutil e acrítica, e sejam internalizados e enraizados no ideal e na prática coletiva e individual. Por isso a mídia explorou o cotidiano, usando dessa mesma estratégia para a propagação das práticas racistas no Brasil, principalmente nos dias de hoje. Associações e propagandas racistas introduziram pensamentos e práticas na vida dos brasileiros e os enraizou na cultura do país:

nega-se a mobilidade social; incorpora-se o preconceito e o mercadoriza; e censura questionamentos (DE LIMA, 1996-1997).

Com seus diversos produtos de informação, entretenimento e propaganda, sutilmente, e muitas vezes parcialmente, a mídia associa produtos, programas e notícias com práticas cotidianas, tradições culturais e estilos de vida, o que faz com que as pessoas consumam não só um produto ou programa, como também ideias, e absorvam todo o conteúdo que a mesma carrega. A repetição dentro desse veículo também ajuda na absorção imperceptível de determinadas ações e conceitos. Esses recursos tornam possíveis a influência ou até mesmo a manipulação da sociedade de acordo com determinados conceitos que se deseja inserir dentro das relações sociais. Assim, com o objetivo de manter e disfarçar o racismo, a mídia utilizou de recursos estratégicos que foram imprescindíveis para a consolidação desse sistema nos ideais sociais do brasileiro.

Sabemos que a formação da identidade é um processo de construção no qual, em sociedades complexas, atuam múltiplos agentes e entre eles a comunicação tem uma presença importante. A existência de uma identidade negra deformada e estereotipada presente em diversos produtos da comunicação social é responsável pela construção de novas identidades que refletem aquela. (DE LIMA, 1996-1997. p. 65).

Isso acontece, obviamente, porque a mídia foi e ainda é controlada pela elite e instituições, em sua maioria masculina e branca. Dessa forma, desde o século XX, jornais e revistas apresentaram como objetivo não só passar informação e *marketing*, como também manter as redes sociais de forças exatamente como já estavam consolidadas (FRANCISCO, 2014). Assim, a mídia justifica que ela apenas seria um veículo que retrata a realidade brasileira, e, mais ainda, tem o entretenimento como forma de fuga da realidade, o que em nada inclui os negros (DE LIMA, 1996-1997). Logo, os instrumentos midiáticos são engrenagens para o sistema continuar girando da mesma maneira.

No Brasil a mídia atuou e atua em três vertentes na estruturação, propagação e manutenção do racismo: através das propagandas; dos anúncios de trabalho; e da censura. Segundo Ângela Davis (2016), empresas, instituições e o Estado criaram, ao longo da história, propagandas racistas de forma generalizada, que determinavam e reforçavam estereótipos, posições sociais e conceitos importantes, o mesmo aconteceu no Brasil (Figura 44 e 45). “A propaganda foi e ainda é a grande divulgadora, em diferentes versões, da negra gorda, associada a produtos como forno, fogão, geladeira, produtos de limpeza, etc.” (DE LIMA, 1996-1997. p. 61).

Figura 44– Propaganda Krespinha (Esponja de Aço) – 1952.

KRESPINHA

-a queridinha
do Rio está agora
em São Paulo!

No Rio, todos me conhecem.
Sou KRESPINHA – a melhor
esponja para a limpeza da cozinha.
As paulistas também vão me
querer bem. Vocês me encontram
às suas ordens na "SABARCO",
rua Florêncio de Abreu, 407.

S. A. BARROS LOUREIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO "Sabarco"
Rua Florêncio de Abreu, 407

Fonte: SITE PROPAGANDAS HISTÓRICAS, 2019

Figura 45– Propaganda de Pó Tonalizante da Colgate.

"Morena
JAMBO"

Inspirada na
côr de praia das garotas cariocas

Essa côr queimada, fôstada pelo sol,
que é a inveja de tôdas as mulheres
do mundo, inspirou a nova e mara-
vilhosa tonalidade do Pó Para Rosto
COLGATE – "Morena Jambo". Nos
Estados Unidos, "Morena Jambo"
(Sun-Tan) está causando verdadeira
sensação, pois dá à cutis a sedutora
côr tropical tão apreciada pelos ho-
mens. Hoje mesmo, peça "Morena
Jambo" – a sensacional nova côr do

ROUGE COLGATE
Importado
Concentrado –
complemento
do Pó Colgate

PÓ PARA ROSTO
COLGATE

Fonte: SITE PROPAGANDAS HISTÓRICAS, 2019.

Essas propagandas criavam associações diversas dos negros com: produtos de má qualidade; produtos que representavam um *status* social inalcançável por esse grupo; e, principalmente, cada propaganda reforçava estereótipos sexualizados, aterrorizantes ou até mercadológicos, o que os objetificava e rotulava (DAVIS, 2016). A Literatura e os programas de rádio e Tv representavam o ideal de sociedade, onde cada raça, gênero e classe social tinha sua posição muito bem determinada. Isso fez com que essa “representação” da realidade, na ficção, também se tornasse responsável pela propagação de posições sociais e comportamentos já estabelecidos e que seriam mantidos por meio da propagação de ideias através desse veículo. Solange de Lima (1996-1997) exemplifica, lembrando as tantas novelas brasileiras em que negras e mulatas quase nunca ocupavam o papel de protagonista, e na verdade exerciam papéis secundários e de subalternos, o que ainda acontece em muitas novelas.

Para além das propagandas racistas inseridas em produtos cotidianos e de maneira bem sutil, as propagandas nos “jornais brancos” mobilizavam também a construção de conceitos de estilo de vida para os negros e a ideia de um branqueamento social através da divulgação de alguns comportamentos considerados “brancos”, e, por isso mesmo, moralmente aceitos (FRANCISCO, 2014).

Segundo Flávio Francisco (2014), nesse contexto adicionou-se uma nova forma de manipulação dos estilos de vida de negros e brancos. A partir de estudos dos jornais no Estados Unidos, percebeu-se um padrão, também repetido pela mídia brasileira, que se constrói através da venda de ideais de vida e formas de inserção no mercado de trabalho. Detectou-se que os jornais passaram a anunciar e divulgar algumas cidades como locais em que se alcançava o ideal de vida para os negros, com o objetivo de atrair a mão-de-obra deles para determinadas localizações (FRANCISCO, 2014). Esse ideal de vida era baseado em uma maior proximidade da “vida dos brancos”, carregada de privilégios, infraestrutura, modernidade e dignidade. Obviamente a experiência dos negros em relação a todas essas vantagens era extremamente limitada, entretanto, se vendia um ideal e manipulava seus costumes ao fantasiar a possibilidade de acesso e ascensão social através de uma vida “quase branca” (FRANCISCO, 2014).

A mídia também trabalhava com a imagem social do negro para a manutenção da sua exploração como trabalhador, tanto na atração de mão-de-obra quanto na ideia de moldar seus comportamentos (Figura 46). Anúncios de trabalho vinham com pré-requisitos de mudanças de hábitos (em sua dimensão cotidiana e de tradição cultural) que deveriam se aproximar cada vez mais do modo de vida dos brancos (FRANCISCO, 2014). Estabelecia-se condições para a inserção no mercado de trabalho em que os negros não deveriam ser “tão negros” em seu estilo

de vida, ou seja, exigiam que esse grupo social se portasse de forma mais próxima possível do grupo social valorizado moralmente, culturalmente e socialmente, os brancos.

Figura 46- Charge do Personagem Jeca Tatu – negro, roceiro e preguiçoso - de 1930.



Fonte: SITE VESTIPROVAS, 2020.

A partir da leitura de Bell Hooks (2014), além da propaganda racista e da mídia vinculada a um certo branqueamento dos negros (um controle e uma modulação das experiências desse grupo social), um terceiro aspecto explorado pela mídia brasileira seria manutenção da segregação, em todas as suas dimensões – desde a separação e o distanciamento social até a segregação espacial em suas diferentes escalas. Isso acontece, pois a mídia, além de se portar como um meio de censura e crítica a qualquer manifestação e avanço contra o racismo, também pôde ser usada como incentivadora da renovação desse sistema (HOOKS, 2014)⁸⁸.

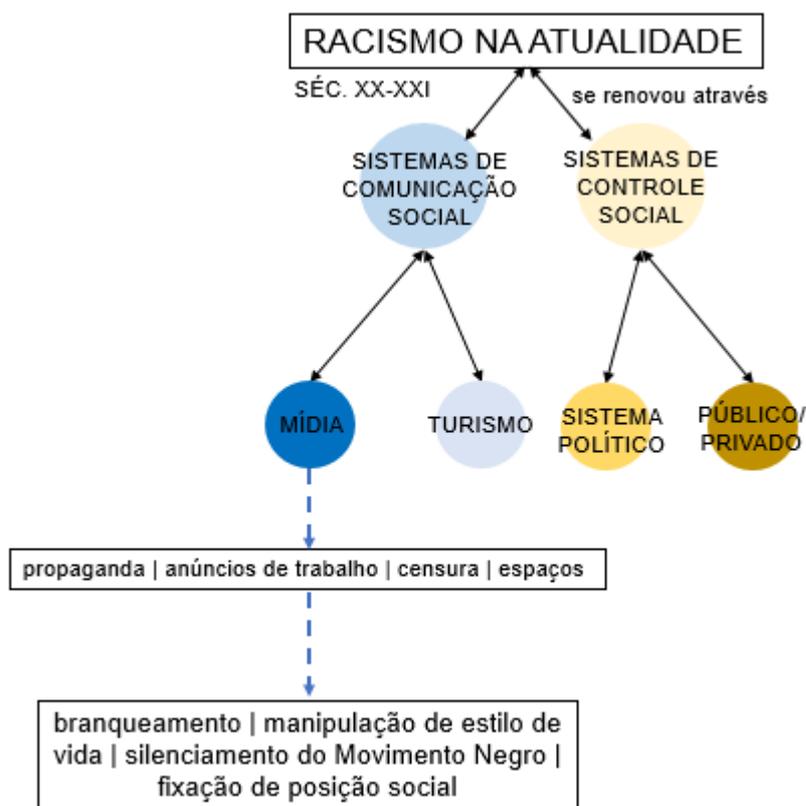
Conclui-se que a mídia se institui um instrumento de peso para a propagação das teorias, políticas públicas e valores racistas que estruturam as relações sociais no Brasil. Além disso, essa comunicação de massa consegue atuar nas duas esferas sociais, micro e macro, uma vez que manipula com sutileza as práticas cotidianas e molda estilos de vida, ao mesmo tempo em que controla o acesso da população geral a conceitos, manifestações e teorias de base do racismo. Percebe-se também que a mídia reconhece a existência das práticas racistas, e não as mascara ou nega. Na verdade, esses veículos de comunicação amenizam o racismo e o tornam

⁸⁸ Por esse motivo, a partir de 1940, Jornais Negros intensificaram sua circulação como forma de divulgar e inserir o Movimento Negro em comunicação com o restante da sociedade, e assim ganharam força depois dessa consolidação da imprensa oficial. (DA SILVA, J. 2003).

natural, inerente ao cotidiano e a cultura brasileira, o que faz com que ele se consolide imutável e fixado nas relações sociais (LORDE, 1981).

Curiosamente, todos esses veículos e estratégias de comunicação social também podem ser reconhecidos na produção do espaço. O espaço, assim como foi citado várias vezes, foi utilizado como produto destes meios de comunicação, entretanto, o mesmo pode ser também um instrumento de transmissão e absorção de ideias. Isso acontece, justamente devido à dimensão espacial do cotidiano citada por Henri Lefebvre (2006). Uma vez que o cotidiano e as práticas sociais se realizam em um espaço e um tempo, o espaço se torna um elemento importante de influência, formação e transformação de ações e relações dentro da sociedade (LEFEBVRE, 2006)⁸⁹. Assim, a produção dos espaços e das cidades, de forma estratégica e que replica a separação de raças, classes e gêneros, se faz primordial para a contínua transmissão das práticas racistas e seus princípios. Esse caráter de “publicidade” já pôde ser percebido, e define a produção do espaço urbano no Brasil também como um *instrumento importante de influência, manipulação e transmissão das ideias racistas*.

Gráfico 19- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil - Mídia.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

⁸⁹ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 2.1.

4.4.2 *O turismo e os negros como objeto de consumo*

O Turismo se estabelece como uma ramificação das mídias sociais, pois também divulga e transmite estereótipos e imagens pré-estabelecidas por ideologias e conceitos bases do sistema racista. Entretanto, ele apresenta um papel diferente, já que acrescenta o processo de mercadorização desses símbolos e coloca à venda experiências e relações entre grupos sociais e suas características.

O Turismo e a Indústria Cultural⁹⁰ são subsistemas do Sistema Capitalista que compreendem em processos lucrativos de geração de renda por meio de compra e venda de imagens e experiências ligadas ao que se institucionalizou como cultura e identidade de um determinado local e sociedade (ARANTES, 2012). Logo, são espaços, objetos e práticas sociais que têm seu valor simbólico associado ao valor de troca pelo giro econômico. Considerando esta conceituação, já se percebe que a prática do turismo se encaixa no processo de objetificação, mercadorização e, mais ainda, de venda de ideais e práticas selecionadas como representativas do Brasil, ou de qualquer outro lugar. Por isso, é possível entender que há uma ligação direta entre o turismo e as práticas racistas do país, já que essa indústria se configura em um elemento reprodutor da venda da imposta “cultura negra” brasileira.

Na história do país, a relação entre o turismo e o racismo começou a se estreitar no início do século XX, quando a “valorização” e um olhar “positivo” para alguns setores da cultura negra foi concebido com o Movimento Moderno, em 1922, e com a ideia de construção do sentimento nacionalista brasileiro (que foi um projeto que se fortaleceu na década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas)⁹¹. Esse processo fez com que fossem resgatadas características específicas da tradição e das práticas dos negros e indígenas, e que as mesmas fossem apropriadas (e apresentadas) como brasileiras.

Como estudado anteriormente, essa inclusão não foi plena, e características e práticas foram estrategicamente selecionadas para serem valorizadas ou não dentro desse Projeto de Nação, aspectos esses que tinham certa estética, *marketing* e aceitação social tanto dentro do país quanto fora. Essa seleção, realizada por grandes intelectuais, referências culturais e instituições públicas e privadas, caracterizava uma determinação de brancos e membros da elite perante a cultura de grupos na qual eles não pertenciam.

⁹⁰ O Turismo faz parte da Indústria Cultural que é definida como o processo de transformação da cultura em mercadoria. Essa industrialização está condicionada a venda de imagens e experiências através de símbolos, espacialidades, eventos e, até relações com grupos sociais específicos (ARANTES, 2012).

⁹¹ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 4.1 desta dissertação.

Assim, os negros foram incluídos socialmente dentro de aspectos culturais e de expressão. Segundo Lilia Schwarcz (2012) esse processo se resume a um exercício de controle de inclusão e exclusão dos grupos realizado pelo grupo hegemônico, com a intenção óbvia de manutenção de poderes e privilégios sociais daqueles que já os tinham. Então, essa flexibilização social para os negros, na verdade, reforçou a desigualdade de oportunidades, os estereótipos, o silêncio desse grupo e a exclusão histórica presentes até hoje (SCHWARCZ, 2012).

Obviamente essa valorização de pontos específicos da cultura negra não tinha uma intenção social apenas, mas também apresentava objetivos econômicos e políticos da Indústria Cultural. Segundo Antônia Garcia (2009) a música, a arte e o esporte foram apropriados pela indústria do turismo no Brasil, como uma forma de divulgação da ideia da Democracia Racial e da venda de um Brasil diverso e rico culturalmente para o mundo e para a própria população. Políticas públicas foram implantadas para a inserção cada vez maior desses setores culturais negros no dia-a-dia do brasileiro, e dessa forma, o samba e a capoeira, por exemplo, foram se tornando mais brasileiros do que negros, e um cartão de visitas do país (GARCIA, 2009).

Schwarcz (2012) exemplifica esse contexto turístico de racismo relembrando inúmeros personagens brasileiros criados e divulgados para o exterior. A autora retoma o Zé Carioca (a figura do malandro brasileiro, Figura 47) que demonstra o brasileiro como um ser simpático, de ritmo, cachaça e sinônimo de vagabundagem, tudo isso retirado do estereótipo criado do mulato (SCHWARCZ, 2012). Existiu também a cantora e atriz, Carmen Miranda (1909-1955), que levou o samba para os Estados Unidos e tornou-se um dos símbolos da cultura e música brasileira (SCHWARCZ, 2012).

Figura 47- Pôster do Filme “**Alô Amigos**” em 1942. Zé Carioca Apresenta Cachaça para o Pato Donald.



O turismo foi responsável ainda mais por outras formas de mercadorização da cultura negra, como: a objetificação do próprio negro (Figura 48); e a inversão de leitura da segregação social e espacial como algo exótico e positivo culturalmente (GARCIA, 2009).

Este lugar, pelas mãos do Estado, retorna às mãos do Estado, retorna às mãos das elites, sobretudo comerciantes, que mercantilizam a cultura negra, e seus produtos simbólicos são consumidos pelos que têm poder aquisitivo. O lugar do negro aí é muito mais como instrumento de atração para a indústria cultural. (GARCIA, 2009. p. 392).

Figura 48– Propaganda de Sambas e Eventos de Samba Brasileiros



Fonte: RÁDIO CULTURA BRASIL, 2015.

O corpo do negro (que já nessa época apresentava características muito bem definidas) teve seu estereótipo muito bem estruturado e propagado socialmente⁹². Assim, esse modelo foi apropriado pelo turismo e sexualizado. As mulheres negras, a partir da década de 1920 passaram a ter sua cor como símbolo de beleza e sexualidade exalante, tornando-as o principal objeto de desejo sexual de brasileiros e estrangeiros. Essa construção concretizou uma imagem já consolidada, desde a época da escravidão, em que as mulheres negras deveriam servir sexualmente seus senhores/superiores (DAVIS, 2016). O discurso e a imagem também se fortaleceram na sua absorção pela Indústria Cultural e pelo turismo, que tornou o corpo negro mais do que objeto, uma mercadoria, além de reforçar a vulgarização e a legitimação da exploração sexual feminina, negra, e agora brasileira.

O mesmo aconteceu com o corpo masculino negro. Além do mito do temor do homem negro construído pós-abolição, o corpo do negro também foi sexualizado. O homem negro se tornou símbolo de virilidade física e rotulado por possuir atributos sexuais que ultrapassam o “padrão” dos homens brancos (SOUZA, H. 2017). Esse mito construiu também a objetificação e a animalização do negro, o que contribuiu para um turismo cultural e sexual, juntamente com o contexto vendido da mulher negra.

⁹² Se necessário retomar subcapítulo 4.4.

Todas essas concepções turísticas do homem e da mulher negra, vem sendo construídas desde a década de 1920. Entretanto, com o passar do tempo, assim como o racismo tem que se renovar em seu encaixe nas transformações sociais, seus instrumentos também. Dessa forma, novos focos da Indústria Cultural vieram para trazer uma nova linguagem de propagação das práticas racistas, como por exemplo o turismo nas favelas.

Segundo Juliana Borghi (2015), com o crescimento de estudos sobre a desigualdade social, cresceu também o questionamento da segregação espacial dentro das cidades brasileiras. Isso fez com que as favelas se tornassem objetos de questionamento para o poder público e as grandes empresas do mercado imobiliário sobre as condições dessas populações deixadas de fora da sociedade e dos centros urbanos – além da restrição de direitos que isso acarreta. Dessa forma, o turismo (e a mídia que ele envolve) trouxe uma inversão na leitura das favelas como produto de uma hierarquia social e espacial estrutural, para enxergá-la como símbolo alegórico de diversidade cultural e exotismo (Figura 49 e 50). Investiu-se em *marketing cultural* dentro desses espaços, em que os movimentos de sobrevivência vital e cultural desses grupos (como grafite, rap, funk, campeonatos esportivos) se transformaram em atrações em meio a passeios turísticos pelas favelas e comunidades (BORGHI, 2015). Esses espaços também tiveram seus esqueletos completamente reformados para a divulgação de um ambiente limpo, colorido e harmônico (BORGHI, 2015).

Figura 49– Propaganda Santa Maria Tour, Rio de Janeiro. 2015.



Fonte: BORGHI, 2015.

Figura 50– Propaganda de Favelas como Turismo e Negócios, Rio de Janeiro. 2015.

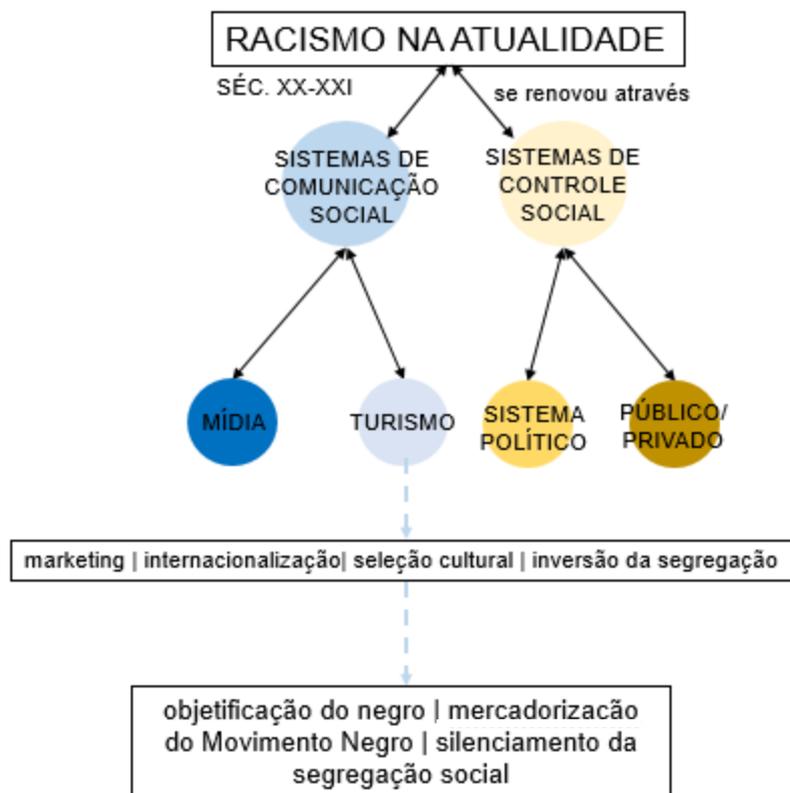


Fonte: BORGHI, 2015.

Percebe-se que além da mercadorização da cultura negra e do próprio negro, o turismo também foi e ainda é usado como um veículo responsável por distorcer percepções e conceitos racistas que já estão escancarados ou estão começando a ser questionados. Esse instrumento também tem a função de mascarar e deslocar as engrenagens do racismo para um lugar de não visibilidade, pois na medida em que a sociedade começa a retirar sua venda, o turismo se renova e traz novas leituras distorcidas para o racismo brasileiro. Isso deturpa toda a percepção da realidade e retoma mais uma vez o não reconhecimento da desigualdade disfarçada de diversidade harmônica.

Novamente, o espaço urbano se apresenta como instrumento de manutenção das ações e relações racistas. O espaço, nesse caso, se mostra como veículo a partir de duas estratégias de permanência do racismo dentro do espectro da Indústria Cultural: como instrumento de distorção de leituras da segregação racial; e como meio de objetificação e venda de aspectos da cultura negra. A produção do espaço urbano se configura como mecanismo de manipulação e de silenciamento do racismo, pois espacialidades e as experiências sobre eles – que incluem isolamento e exclusão - são transformadas em expressões positivas e de força cultural, ou até são disfarçadas de outras formas de segregação, como a segregação econômica. Além disso, esses espaços se renovam em sua dimensão simbólica e representativa (LEFEBVRE, 2006). Essa dimensão o torna passível de ser explorado como objeto simbólico tanto da cultura dominante quanto dos excluídos socialmente, como os negros, o que enfatiza sua manipulação para certa valorização ou inferiorização no âmbito do turismo, e conseqüentemente, nas práticas sociais.

Gráfico 20- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Turismo.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

4.4.3 O Sistema político como um dos elementos estruturadores do racismo institucional

Nas próximas seções a dissertação estudará outros tipos de instrumentos: os sistemas de controle social. Enquanto a ideia dos primeiros mecanismos apresentados se institui na propagação de princípios e práticas, os sistemas de controle têm como objetivo limitar, regular e vigiar as ações sociais para que as redes de forças não sofram nenhum tipo de questionamento ou alteração. O primeiro sistema consiste no próprio sistema político brasileiro e todas as suas estratégias e formas de contato social.

Segundo Carlos Hasenbalg (2005), o sistema político brasileiro, desde sua formação republicana e independente de Portugal em 1889, tem em sua natureza: uma limitação da cidadania; pouca tolerância com coalizões e minorias; controle e adiamento das mobilizações políticas; e se vale da política do “museu vivo” (definida e estudada por Charles W. Anderson), ou seja, uma política em que só os tradicionais participam – políticos de longa data, homens brancos, elite rural e urbana (HASENBALG, 2005). Todas essas características estruturantes demonstram um sistema político (sendo ele qualquer regime) que se baseia em uma participação social controlada, elitizada e tradicional. Além disso, ele pode ser entendido como um sistema

que controla questionamentos e movimentos que diferem da ideologia do sistema implantado e os silencia de todas as formas possíveis. Em uma perspectiva ainda mais surpreendente, o sistema político brasileiro não só corta qualquer oposição, como limita o acesso e o conhecimento dos direitos, deveres e o entendimento do seu papel pelo próprio cidadão, ou seja, existe um projeto não-participativo inerente à política brasileira (HASENBALG, 2005).

Essas camadas e seus desdobramentos fazem com que a política se configure como um sistema que não amplia e busca a participação do povo, pelo contrário, reduz a política a uma prática de poucos e seletos, e generaliza a repressão e o controle de diversos grupos sociais que sofrem com maior ou menor intensidade essa exclusão política. Isso se reflete em todos os âmbitos da vida em sociedade. Portanto, desde de regimes como a Ditadura até a Democracia, a base política brasileira sempre foi de restrição e de controle constante.

Obviamente, sabe-se que em momentos pontuais da história algumas medidas políticas trouxeram mudanças a esse cenário (intensificações ou minimização desse controle). Porém, nenhuma delas conseguiu romper com esse silenciamento das massas em relação a participação política. Como exemplos disso, destaca-se o governo populista de Getúlio Vargas (1930-1945) e o período de redemocratização do Brasil (nos anos de 1980).

Em 1930 inaugurou um processo de abertura política, mas sempre travado nessa rigidez participativa (HASENBALG, 2005). Inicialmente houve uma extensão da cidadania ao proletariado, cidadania essa que garantiu direitos trabalhistas e sociais importantes, porém com uma manutenção da restrição política. Posteriormente ao período da Ditadura, em que toda a rigidez e o conservadorismo foram aplicados de forma literal, o processo de redemocratização na década de 1980 também trouxe um olhar mais desenvolvimentista para os setores populares e uma aceitação maior de alianças com os opositores (HASENBALG, 2005). Entretanto, como se conhece, essas alianças ainda são comandadas pelo mesmo grupo social e político, e o desenvolvimento de grupos e movimento sociais excluídos se dá dentro do limite do interesse político e econômico desses dominantes.

A partir do entendimento desse sistema político por detrás de qualquer regime ou governo exemplificados, é possível associar algumas questões importantes em relação a sua participação no sistema racista. Ressalto, principalmente, um caráter inalcançável do sistema político em relação a muitos grupos sociais, historicamente marginalizados, e nele se inclui os negros, ou seja, os negros não possuíam e nem possuem voz de decisão e nem mesmo de participação em discussões importantes para a sociedade brasileira. Sem voz decisiva, obviamente, sem muitos direitos conquistados. Mais que isso, o sistema político apresenta características de um sistema regulador de direitos e deveres que não se apresentam de forma

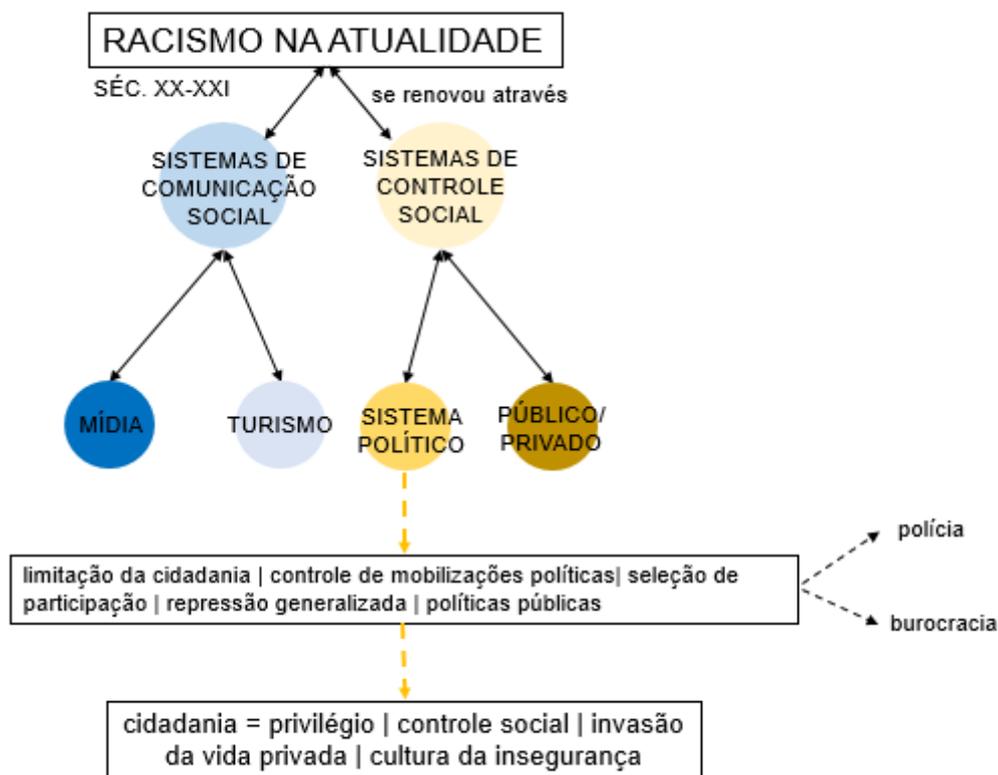
igualitária na sociedade. Através de um filtro político e administrativo (pautado pelo conhecimento ou a desorientação) a cidadania apresenta níveis de apropriação, o que limita qualquer reconhecimento de grupos já socialmente esquecidos como os próprios negros (HASENBALG, 2005).

Segundo Lisandra Silva (2018), a cidadania plena – que são os direitos e os deveres que contribuem para uma sociedade justa e equilibrada – é garantida constitucionalmente no Brasil, entretanto, pelo que foi possível entender a cima, isso não assegura sua prática de fato. Por isso, uma vez que privilégio, a cidadania é utilizada no Brasil como instrumento e ideologia de manutenção da desigualdade social, e conseqüentemente do racismo, do sexismo e da desigualdade de classes (SILVA, 2018).

Desse modo, como afirma Santos (1997), a luta pela cidadania da população negra tende a permanecer em plano subsequente à luta pelo reconhecimento da humanidade. E enquanto vigora a ideologia da não humanidade da população negra, permanece o não respeito a questões da ordem de diversidade cultural, que tendem a ser cada vez mais massacradas pelo sistema econômico neoliberal por meio da mercantilização das relações. (SILVA, 2018. p. 64).

Por todos esses motivos, compreende-se que o sistema político brasileiro se constitui de forma segregadora e opressiva no âmbito ideológico e muitas vezes no âmbito prático através de políticas públicas e leis que concretizam essa estruturação e repressão. Além disso, o exercício político é capaz de institucionalizar e legitimar qualquer forma de opressão que o sistema propõe e possibilita dentro da constituição (repressão essa branda e camuflada ou extremamente agressiva e exposta). Isso faz com que grupos e movimentos sociais que não participam ou são considerados inferiores, naturalmente, se tornem inimigos do Estado e demandem controle e vigilância total.

Gráfico 21- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Sistema Político Brasileiro.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Diferentemente dos outros mecanismos e instituições já analisados, o Estado tem a seu favor o uso das leis que possibilitam ações de repressões mascaradas e sustentadas pela própria constituição. Penso que, um exemplo direto da atuação da repressão prática em complemento a manutenção do sistema racista está na base da violência urbana brasileira, que inclui: a Guerra às Drogas; a militarização das favelas e a política do encarceramento em massa (COLLINS, 2015). Todos esses exemplos tem base e foram criados a partir de leis e políticas públicas que tem como objetivo, na teoria, reduzir a violência nos grandes centros urbanos no Brasil. Porém, muitos fatores recorrentes levam essas soluções para outros desdobramentos.

Segundo Patrícia Collins (2015), a Guerra às Drogas se configura em uma política pública complexa que tem como objetivo minimizar o uso (vício) e o tráfico de drogas responsáveis por problemas de saúde pública, violência urbana e de exclusão social. Essa política tem como base leis diversas que criminalizam ou não determinadas drogas e determinados comportamentos dentro desse contexto, e seria nessa seleção que acontece a percepção de decisões imparciais (Figura 51).

A ilegalidade ou não de uma droga ou comportamento permite um direcionamento da punição ou não para determinados grupos (COLLINS, 2015). Das diversas drogas tornadas ilegais e de maiores penas por porte, venda e uso, a maioria delas se encontram em circulação no cotidiano de classes sociais desfavorecidas, em comunidades e favelas – espaços e grupos sociais em que há maioria negra. Enquanto as penas mais brandas ou até a liberação de uso incluem drogas de mais fácil acesso e de maior circulação pelas diversas classes e grupos sociais, não acarretando grandes problemas às elites e aos brancos.

Além dessa seleção específica sobre contra quem essa guerra está sendo travada, a Guerra às Drogas legitima a militarização da vida pública e privada de muitos cidadãos, sendo eles, obviamente, os considerados alvos dessa guerra: os marginalizados (Figura 52). Dessa forma, essa política se apoia no medo e no suporte de toda a população para assumir o controle de determinados territórios através da polícia (COLLINS, 2015).

A militarização das favelas está longe de solucionar o problema da violência urbana e do uso e tráfico de drogas, e mais do que isso, acaba somando outros problemas sociais. Dentre eles, a presença da polícia em alguns bairros e comunidades complementa o controle social através da ameaça e da violência, o que retira o controle daquela população sobre sua própria experiência diária (COLLINS, 2015). Além disso, essa política acaba por restringir a liberdade e a experiência dentro dos espaços públicos, ou seja, limita completamente a vivência cotidiana e espacial dessas pessoas (COLLINS, 2015). Mais ainda, sabe-se que no Brasil há um despreparo da polícia, fruto de uma desorganização, desvalorização institucional e um não investimento social (NKOSI, 2014). Todas essas questões transformam a polícia em um meio de monopólio da violência e poder, e não em uma garantia da segurança pública (NKOSI, 2014).

Figura 51– Charge sobre a Manipulação Institucional e Privada na Dinâmica de Guerra às Drogas.



Fonte: DA SILVA, João. 2017.

Figura 52– Charge sobre os Agentes Potencializadores da Violência Urbana no Brasil.



Fonte: ANSELMO, 2019.

A Guerra às Drogas e a militarização se tornaram uma guerra direcionada à um grupo social específico: negros, pobres e homens, o que ocasiona a morte e a prisão em massa desse grupo. Esse direcionamento resulta em: um processo de cessamento da liberdade dessas mesmas pessoas no espaço público de convivência, controlando suas relações sociais (esfera

pública); um domínio da violência e do espaço pelo Estado; uma vigilância constante pelo medo e pela não liberdade; e o encarceramento em massa de determinados indivíduos (Figura 53).

Percebe-se que o sistema político e seus braços de contato com a população (que foram estabelecidos com esse objetivo), como por exemplo a polícia e a burocracia, se tornaram instrumentos de silenciamento, distanciamento social e de controle rígido e constante dos negros (Figura 54). Isso impossibilita qualquer brecha de mobilidade social, liberdade espacial e relacional, e uma fixação de mais estereótipos negativos e temerosos dos negros para toda a população brasileira. Esquece-se que da forma que está implantado o sistema político em suas ações: se institucionaliza a violência através do Estado e da polícia, e direciona essa agressão à uma camada social bem específica (COLLINS, 2015).

Figura 53– Charge sobre a Presença dos Policiais no dia-a-dia das Populações de Favelas e Comunidades.



Fonte: CATRACA LIVRE, 2013.

O espaço novamente se encontra como categoria e sistema importante para o controle social pelas vias institucionais. O espaço, inserido no jogo político, se transforma em um acesso rápido a população, desencadeado pelos braços de poder. Além disso, percebo que a exclusão e inferiorização de grupos sociais, como os negros, se constrói também pelo controle e a delimitação de suas expressões sociais e práticas, e por isso, o espaço se torna uma peça determinante para esse objetivo. Por fim, conclui-se que o controle e a repressão no espaço público e no espaço privado, constroem, inquestionavelmente, a opressão dos negros e suas experiências sociais, dando continuidade ao racismo estrutural no Brasil.

Figura 54– Vista de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) implantada no Rio de Janeiro desde 2008, com o objetivo de instalar polícias comunitárias no dia-a-dia da população como tentativa de garantir a segurança. Infelizmente, esse projeto trouxe outros problemas, como: controle excessivo, privação cultural, e constantes conflitos entre policiais, traficantes e milicianos.



Fonte: FERNANDES, R. 2019.

4.4.4 *Nas entrelinhas do jogo entre o público e o privado*

Os povos de origem colonial como o nosso possuem duas constituições políticas: uma escrita que não se pratica... que está em nossas leis e códigos políticos; outra não escrita, porém viva que é a que o povo pratica, adaptada a seu espírito, à sua mentalidade e estrutura. (Oliveira Vianna, 1918 *apud* SCHWARCZ, 2019. p. 322).

Início esta discussão apresentando inúmeras pesquisas feitas no Brasil, em relação ao preconceito racial, que Lilia Schwarcz (2012) expõe em seu livro “**Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**”. Uma série de estudos estatísticos foram produzidos em forma de entrevistas, questionando a presença do racismo e a responsabilidade individual de cada brasileiro perante essa discriminação nos anos 1988, 1995 e 2011. Surpreendentemente, as pesquisas, desses anos tão distintos, demonstraram resultados semelhantes. Na pesquisa de 1988, realizada apenas em São Paulo, 97% das pessoas entrevistadas declararam que não tem preconceito racial, porém 98% desse mesmo grupo de pessoas afirmaram que conhecem pessoas preconceituosas (SCHWARCZ, 2012). Em 1995, em uma pesquisa realizada em todo o país, 89% das pessoas entrevistadas afirmaram que existe racismo no Brasil, mas somente 10% assumiu exercer tal discriminação. Entretanto, após algumas frases racistas terem sido apresentadas a esse público, 87% dos entrevistados concordaram com algumas delas, sem julgar serem racistas ou não (SCHWARCZ, 2012). Em 2011 os resultados foram idênticos. Os entrevistados reafirmaram existir o preconceito racial, porém sem aceita-lo na intimidade e no seu próprio cotidiano (SCHWARCZ, 2012).

Todos esses dados demonstram o resultado de um racismo silencioso que foi construído e constantemente alimentado e renovado desde o fim da escravidão em 1888. Segundo a mesma

autora, projetou-se no país o chamado “*Racismo a la brasileira*”, que ela define como práticas racistas que foram assimiladas na cultura, no cotidiano e nos conflitos sociais do Brasil a partir das teorias e pensamentos científicos como base. Dessa forma, as ações e relações racistas se depositaram na esfera privada do cotidiano, escondido por todos aqueles mecanismos já estudados nesta dissertação (SCHWARCZ, 2012).

O racismo aparece, dessa maneira - mais uma vez – como uma expressão de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar, quase um estilo de vida. É como se os brasileiros repetissem o passado no presente, traduzindo-o na esfera privada. (SCHWARCZ, 2012. p. 70).

Assim, entende-se que a relação entre o campo público e privado da cotidianidade dos brasileiros, se torna essencial para a compreensão das práticas racistas remanescentes na sociedade. A relação entre o público e o privado vem sendo definida em diversos âmbitos das relações e ações sociais no Brasil– campo político, econômico, social e espacial. De acordo com a concepção do sistema político brasileiro e sua inserção no Sistema Capitalista, a noção de Estado constitui-se no mediador entre essas esferas, em que ele as controla de forma mais ou menos evidente⁹³. Por isso, destaco, novamente, o Estado como peça chave para o entendimento da propagação do racismo de forma velada, via instituição e cotidiano.

Na dimensão pública, o controle do Estado seria visto de maneira mais aceitável, uma vez que este se afirma essencialmente responsável pelo estabelecimento e a fiscalização do exercício das leis, dos direitos e dos deveres (GUIMARÃES, A. 2012). Entretanto, como demonstrado nas análises anteriores, o Estado muitas vezes ultrapassa o limite de controle e passa a manipular e limitar o cotidiano e as formas expressão de determinados grupos. Nessa invasão diária, o controle público cerca e limita também a esfera privada, pois de nenhuma forma essa dimensão tem liberdade de fluidez e expansão, pois há vigilância logo no primeiro contato com o outro (GUIMARÃES, A. 2012).

Mesmo com esse sufocamento da esfera privada devido ao forte controle do público, dentro do cenário brasileiro atual, essa dimensão consegue transpassar os limites e fazer com que o privado também invada o público (GUIMARÃES, A. 2012). As relações de poder e hierarquia social legitimadas historicamente na esfera privada, se associam a desigualdade econômica estrutural, e pública, o que ocasiona problemas sociais e políticos substanciais no país como: a corrupção; o patrimonialismo; o patriarcado estrutural; o racismo e o sexismo disfarçados na esfera pública; e problemas até práticos, como os conflitos fundiários (GUIMARÃES, A. 2012).

⁹³ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 2.1.

Todo esse controle e definição tão rígidos das esferas pública e privada trazem formas específicas de vivência delas pelos brasileiros. Segundo Guimarães (2012), no âmbito público se estabelece a construção da ideia de coletividade através do incentivo ao nacionalismo. Ou seja, nessa instância se produz uma ideia de uma grande massa homogênea de brasileiros – e de igualdade -, onde se esconde qualquer diferença social e cultural. Dentro dessa imagem as únicas diferenças que são visíveis são as econômicas e as naturais, o que já faz com que a igualdade perante o Estado comece se tornar instável (GUIMARÃES, A. 2012). Além disso, reitero que são essas diferenças que são responsáveis por mascarar as demais disparidades, o que torna óbvia a intenção de deixar somente esse aspecto visível.

Considerando apenas as diferenças econômicas na dimensão pública, Guimarães (2012) ainda complementa a objetividade no plano dessa esfera social. Ele a define como um âmbito de manifestação de valores impessoais, direitos e deveres, e sua potencialidade de controle das experiências públicas de grupos bastante específicos, como os negros - o que faz questionar sua imparcialidade (GUIMARÃES, A. 2012).

Mesmo assim, o campo do público vai muito além da atuação do Estado e suas institucionalizações, pois dimensões sociais acontecem e são determinadas nessa instância. Por isso, a esfera pública pode ser diretamente relacionada com o espaço público, onde o comum é experienciado, representado e até induzido. Logo, seguindo essa epistemologia, a definição de espaço público também transcende a conceituação de patrimônio/de domínio público.

O espaço público se traduz no espaço do encontro, da diversidade e da produção social, o que comunga com a ideia de esfera pública e suas propriedades a serem garantidas pelo Estado – e muitas vezes até controladas (ARROYO, 2007). É uma espacialidade que produz e é produzida por inúmeros agentes que se inter cruzam em distintas territorialidades e temporalidades na dimensão cotidiana e simbólica. Portanto, segundo Júlio Arroyo (2007), o fenômeno público se dá nessa congruência de agentes, tempos, espacialidades produzidas e transformações.

Considerando essa definição, já se percebe que os espaços institucionalizados, mesmo que públicos, quando controlados e invadidos em suas diversidades, seguem determinações que os desviam dessa pluralidade inerente. No contexto brasileiro percebo que os espaços públicos em sua essência, na verdade, se configuram como agentes produtores e produtos de relações que visam a homogeneização e a eliminação do diferente, o que o torna um elemento de padronização e exclusão. Além disso, o espaço público ao trazer uma ideia de impessoalidade elimina as diversas formas de apropriação, identificação e criação de territórios no âmbito

público e coletivo. Logo, o espaço reproduz o que o sistema público (e o Estado) se propõe: excluir, homogeneizar e apagar determinados grupos sociais.

Na esfera privada essas relações e práticas mudam. Guimarães (2012) afirma que o ambiente privado reconhece as diferenças culturais e sociais dentro das diversas escalas de relações possíveis (GUIMARÃES, A. 2012). Essa dimensão abrange a diversidade e a particularidade de cada indivíduo, família ou grupo. Porém, destaco que toda a construção histórica do racismo fez com que, na esfera privada, haja certa legitimação da exclusão e da discriminação silenciosa. Então apesar de ser um espaço da diversidade (lembrando que também pode ser limitada, muitas vezes, pelo sufocamento do controle público), essa variedade se transforma em hierarquia e opressão, escondidas e potencializadas nesse âmbito.

[...] numa sociedade marcada historicamente pela desigualdade e separada pela distância de padrões confortáveis à consolidação da democracia, sobretudo no nível mundo, da vida e da sociedade civil, a cor se estabelece no cotidiano e o racismo se afirma basicamente de forma privada. (SCHWARCZ, 2012. p. 66).

Analisando essas questões, apesar de certa contradição, detecta-se uma coerência dessa concepção com a definição de espaço privado capitalista. Isso acontece, pois entende-se que para além de uma definição de propriedade privada, este sistema fez com que o campo privado se constituísse em um âmbito condizente com a escala do individualismo, da privacidade, e do exclusivismo. Por esses motivos, a esfera privada compactua com o entendimento de propriedade/espaço privado do Sistema Capitalista, ou seja, o espaço do corpo e da casa, em uma dimensão menor de relação e interação social (SOBARZO, 2006). Ele se reproduz na proporção do indivíduo, do acesso restrito, da noção do invisível, e da privacidade social (SOBARZO, 2006). Portanto, as concepções da instância privada e de espaço privado, complementam a manutenção de relações rígidas e pré-determinadas, como o racismo.

O sufocamento do âmbito público também reprime a privacidade e a invisibiliza. Esse processo, torna o espaço privado um elemento também de controle social e de segregação, que limita as diversidades e impede seu reconhecimento. A invisibilidade também atinge o âmbito da impunidade, relativizando as práticas racistas no campo privado, com a justificativa da garantia da privacidade de cada indivíduo e sua liberdade.

Com o estudo dessas definições percebe-se que, no Brasil, a concepção de público e privado vai além de decisões burocráticas ou de cunho econômico-capitalista, mas sim essas duas esferas se estruturam em complexidades de análise e de correlação espacial e social. Esse jogo entre o público e o privado se encaixa como um importante instrumento de manutenção do racismo, uma vez que faz com que essa ideologia e prática: transite entre essas duas esferas

de relação; inverta a concepção de diversidade de relações; e se camufle em jogos de responsabilidade, controle e desconhecimento também através do espaço.

Na dimensão pública, as relações sociais e raciais são extremamente mascaradas e baseadas em manipulação social através da ideia do nacionalismo e de unidade, em que a hierarquia só existe no contexto econômico. Porém, o que se revela de fato é a formação de uma massa desconectada com a diversidade social e a desigualdade em sua essência, uma coletividade vazia. Isso reforça uma percepção geral de que as práticas racistas não existem, e as fortalece como um sistema e uma rede social muito eficiente (GARCIA, 2009).

No âmbito privado, essa formação constrói uma outra dimensão das expressões racistas, ou seja, as experiências quando individualizadas são percebidas de outra forma: reconhece-se as diferenças sociais e seu desdobramento discriminatório e racista, porém esses indivíduos conseguem fugir da responsabilidade. Além disso, apesar do controle e da vigilância estarem de fato na esfera pública, há um sufocamento da esfera privada, em que a invasão desse setor impede que a diversidade alcance a visibilidade e não permite que ações racistas de exclusão transbordem para a dimensão do questionamento (GARCIA, 2009).

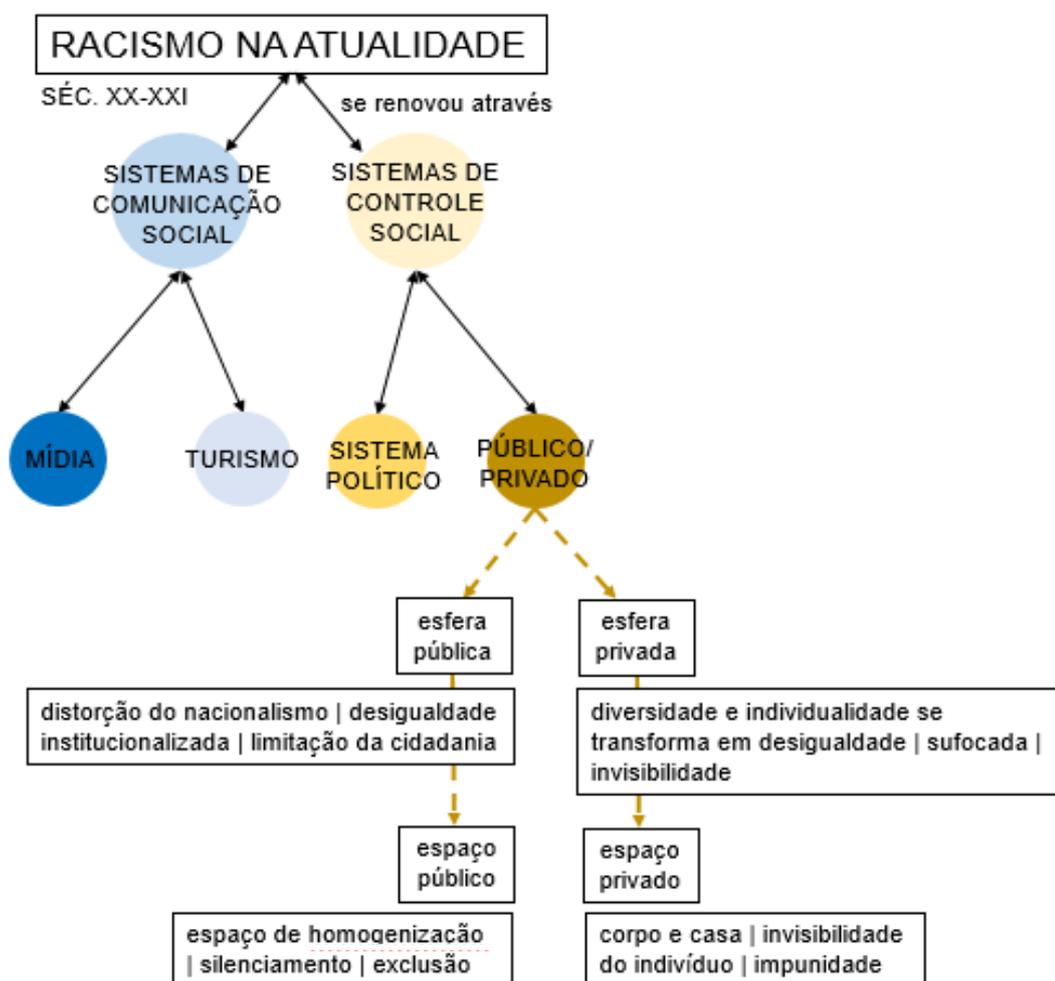
[...] a existência no Brasil de uma sociedade dual, em que conviveriam duas formas de conceber o mundo. Um mundo de “indivíduos” sujeitos à lei e outro de “pessoas”, para as quais os códigos seriam apenas formulações distantes e destituídos de sentido. Ora, raça no Brasil sempre foi um tema discutido “entre pessoas” e fora do estatuto da lei: uma questão privada, mas que interfere, amplamente, na ordem pública. (SCHWARCZ, 2012. p. 115).

Concluo esta seção ressaltando que, depois de tantas leis de criminalização das práticas racistas, ao final do século XX, em 1989, o racismo finalmente se tornou um crime inafiançável⁹⁴, o que não impediu que sua experiência permanecesse no cotidiano e gerassem números impressionantes como os apresentados no início desta seção. Reafirmo então que as leis que criminalizam as diversas formas de discriminação racial representam sim um avanço na luta contra essa desigualdade, mas também se projetam como instrumentos da esfera pública de mascaramento da real dimensão dessas práticas, no cotidiano e na esfera privada. Mais do que isso, se debruçarmos sobre cada determinação dessas legislações, é possível entender, segundo Schwarcz (2012), que elas reforçam ainda mais que a proibição dessas práticas tem relação total com a esfera pública e o acesso aos espaços públicos, o que só intensificou o racismo na esfera da intimidade. “A lei é, em primeiro lugar, pródiga em três verbos: *impedir*, *recusar* e *negar*. Racismo é, portanto, de acordo com o texto da lei, proibir alguém de fazer alguma coisa por conta da sua cor de pele.” (SCHWARCZ, 2012. p. 34).

⁹⁴ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Por fim, mais um dado alarmante: logo em seguida dessa lei proibitiva, a Delegacia de Crimes Raciais em São Paulo só registrou, em 1995, 53 ocorrências de racismo, um número extremamente pequeno próximo a todos os outros que retratam as suas práticas. Isso reforça, então, o silêncio em que as discriminações sociais ainda se propagam no Brasil (SCHWARCZ, 2012).

Gráfico 22- Diagrama Síntese dos Sistemas de Reestruturação das Práticas Racistas no Brasil – Esfera Pública e Privada.



Fonte: Desenvolvido pela autora

4.5 Os mecanismos de reprodução do racismo na atualidade no Brasil

A grande questão da democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão. (NABUCO, Joaquim, séc. XIX *apud* GOMES, 2019. p. 33).

A partir de cada estudo apresentado nesta dissertação, reafirmo que as práticas racistas continuam até hoje compondo a estrutura da sociedade brasileira. Os dados também não mentem. Segundo Laurentino Gomes (2019), atualmente, 54% da população brasileira são

negros (o segundo maior país negro do mundo), sendo que nos 10% mais pobres do país, 78% deles são negros, e já nos 1% mais ricos somente 17,8% são desse grupo social. Os *homens negros tem oito vezes mais chances de serem assassinados do que um homem branco* e eles representam a maioria dos presos no sistema carcerário e a maioria dos habitantes de bairros com as piores infraestruturas do país. Na política, entre os 1626 deputados distritais, estaduais, federais e senadores somente 4% são negros. Não existe *nenhum* Governador ou Ministro do Supremo Tribunal Federal negro no Brasil (GOMES, 2019). Além disso, na área da cultura, apenas 10% dos livros publicados entre 1965-2014 são de autores negros, e apenas 2% de diretores de filmes nacionais, entre 2002-2012, também pertencem a esse grupo social (GOMES, 2019).

O racismo, suas ações e relações, foram construídas e alimentadas por inúmeras teorias sociais, pensamentos científicos, políticas públicas e sistemas de controle e de comunicação social que, ao longo do tempo, renovaram o racismo brasileiro e o transformaram em uma *prática cultural, cotidiana e silenciosa*. A produção do espaço urbano, se manifestou em inúmeros momentos como parte instrumental das políticas públicas e de ações institucionais de manutenção e reforço dessa segregação social. Logo, o espaço e outros mecanismos se transformaram em dinâmicas racistas de manifestação de interesses públicos e econômicos na manutenção dessa rede social de poder dentro da sociedade brasileira (PARAISO, 1998).

Essa divisão desigual é, por sua vez, um dos elementos que explicam a difícil mobilidade ascendente dos não brancos, obstaculizada pela sua concentração nos locais geográficos menos dinâmicos: nas áreas rurais em oposição às cidades e, dentro das cidades, em bairros mais periféricos. (SCHWARCZ, 2012. p. 88).

Por todos esses motivos as práticas racistas se tornaram experiências sociais e culturais que não mais estão ligadas a cor/origem, em sua definição, mas a posição social do negro em toda a complexidade que isso dispõe. Nessa nova manifestação, criou-se então, segundo a leitura de Marcos Maio (1998), uma outra máscara para o racismo: o *fundamentalismo cultural*, em que se acredita que não existe compatibilidade cultural entre as diferentes culturas que compõe o país. Logo, transformou-se a ideia do que seria cultura e do que seria raça - limitando-as a manifestações tradicionais ligadas a história de uma etnia ou povo-, e as diluiu nos princípios biológicos e fenotípicos estereotipados. Assim, novamente se reforça a distância social entre brancos e negros, ao considerar sua diferença histórica, cultural e, não assumidamente, racial.

Embora uma política de mobilidade social não exista, há uma constante reafirmação simbólica da importância da população afro-brasileira na história e na cultura do país. A ação do Estado revela mais concessão de uma política cultural do que a democratização nas relações entre o Estado e a população afro-brasileira. O que denota que esta população é concebida pelo Estado brasileiro como de natureza

exclusivamente cultural. Raça negra, portanto, é cultura. (DOS SANTOS, J. 1998. p. 58).

Na história do Brasil, cada vez mais se criou a ideia do que é da cultura negra; do que é da cultura branca; e do que é da cultura brasileira – com alguns elementos tradicionais que foram selecionados, ou manipulados, de cada uma delas. Porém, as novas manifestações culturais de sobrevivência e resistência dos negros, que surgiram com o passar dos anos, se tornaram um novo alvo da repressão, das proibições e do racismo velado. Sobre esse assunto, Gil Alessi (2019) cita o professor do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Lourenço Cardoso (em entrevista ao Jornal *El País*) que diz: “Se no passado o sambista foi classificado como vagabundo, nos dias atuais a pessoa que se diverte no baile ou o artista do funk podem ser classificados como marginais, ou pior, traficantes”.

A dimensão cultural que as práticas racistas adquiriram, após inúmeras reformulações e sistemas alimentadores, tornam possível afirmar que as experiências racistas são partes estruturantes da sociedade e da cultura brasileira em suas mais diversas vertentes. As práticas racistas se configuram em engrenagens essenciais de manutenção de uma rede de relações, que foi construída a séculos atrás, e que, atualmente, se encontra consolidada no âmbito cultural em sua escala macro – ideológico, conceitual, institucional – e micro – no cotidiano e nas experiências individuais e coletivas.

(i) corporalidade, liga a dados objetivos, relacionados à localização, à mobilidade, à como uma pessoa é vista por seu corpo; (ii) individualidade, associada a dados subjetivos relacionados à consciência do eu, do nós, do outro e dos outros no mundo; e (iii) cidadania, que envolve dados políticos e propósitos jurídicos, relacionados ao exercício e ao conhecimento dos direitos, assim como a capacidade de reivindicar seu exercício pleno. (SILVA, 2018. p. 58)

Mais que isso, reitero que por mais que a roupagem e a estratégia de propagação seja outra – pois, acompanha as demandas do tempo, do espaço e da sociedade -, o racismo, em sua conceituação apresentada no início desta dissertação, permanece intacto e com o mesmo princípio central: a concepção de uma distância social que projeta hierarquização e subordinação entre grupos e que apresenta como base a raça e toda a complexidade que esse conceito trouxe através do tempo. Acrescento também que, no Brasil, as práticas racistas se construíram e ainda se mantêm, por toda a história, devido a duas estruturas principais: o *silêncio*, o mascaramento que todos os mecanismos de manutenção construíram para a não

percepção da absorção e prática desse sistema; e a *tríade opressiva*, ou seja, a relação interseccional entre racismo, sexismo e desigualdade de classes⁹⁵.

Entende-se, portanto, que é funcional a divisão de classes que racismo e desigualdade social permaneçam velados, o que é possível por meio de ideais liberais de igualdade, livre disputa, o mito de meritocracia e o entendimento da desigualdade de classes dissociada do racismo. (SILVA, 2018. p. 55).

Logo, concluo que uma vez que se comprova a permanente existência do racismo nas estruturas sociais brasileiras, sabe-se que o sexismo e a desigualdade econômica também continuam nas bases das relações e ações sociais, e vice-versa. Portanto, já que ao longo dos anos, percebeu-se que as práticas racistas mudaram suas formas de expressão e dominação, mas não cessaram em sua raiz, as práticas sexistas e discriminatórias também continuaram sendo alimentadas pela mesma fonte, sendo estas causa e consequência das eternas experiências racistas.

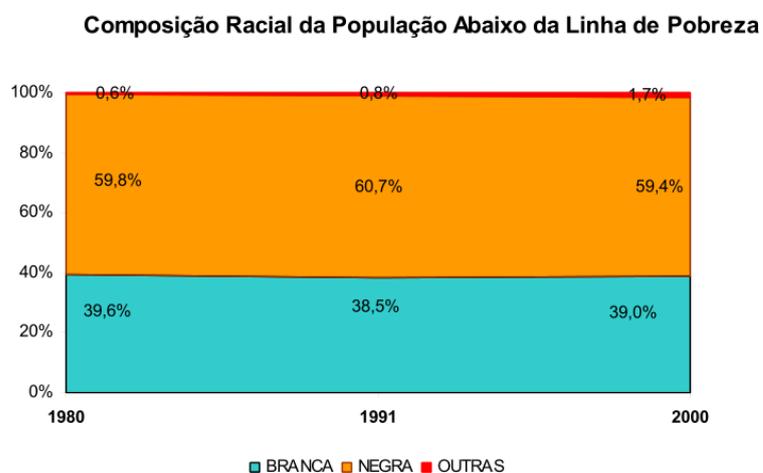
4.5.1 *Os números da dimensão racial das classes sociais*

Assim como tratado anteriormente, a interseccionalidade – entre racismo, sexismo e desigualdade de classes - permanece viva e estruturando as relações políticas, culturais, sociais e econômicas no Brasil atual. Novamente, os números tornam visíveis o que esses três sistemas sempre procuraram silenciar uns nos outros. Esses números, dados, e estatísticas são de extrema importância nesse momento da dissertação para entender o contexto presente, pois, uma vez que estamos vivendo esse tempo, os dados se tornam primordiais para a compreensão da complexidade das experiências como o todo.

Isto posto, segundo pesquisas de Antônia Garcia (2009), na atualidade, os negros, majoritariamente, permanecem ocupando empregos de maior precariedade e menor cargo. Se encontram principalmente em comércios, serviços, indústrias, áreas militares, e quando em maior cargo chegam apenas até a ocupação de gerente. Exercem profissões principalmente de nível técnico e são a maioria em profissões mal definidas e na ilegalidade. Enquanto os brancos são a maioria em empregos relacionados a ciências e arte, e cargos administrativos de alta responsabilidade. Além disso, estes são também maioria em cargos que exigem ensino superior (GARCIA, 2009).

⁹⁵ Se necessário, retomar a seção 2.2.1.

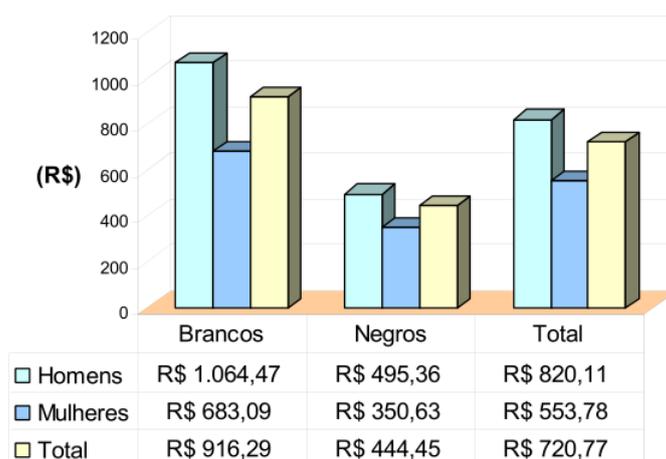
Gráfico 23– Gráfico da Composição Racial da População Abaixo da Linha de Pobreza entre os anos de 1980 a 2000.



Fonte: PAIXÃO, s/d.

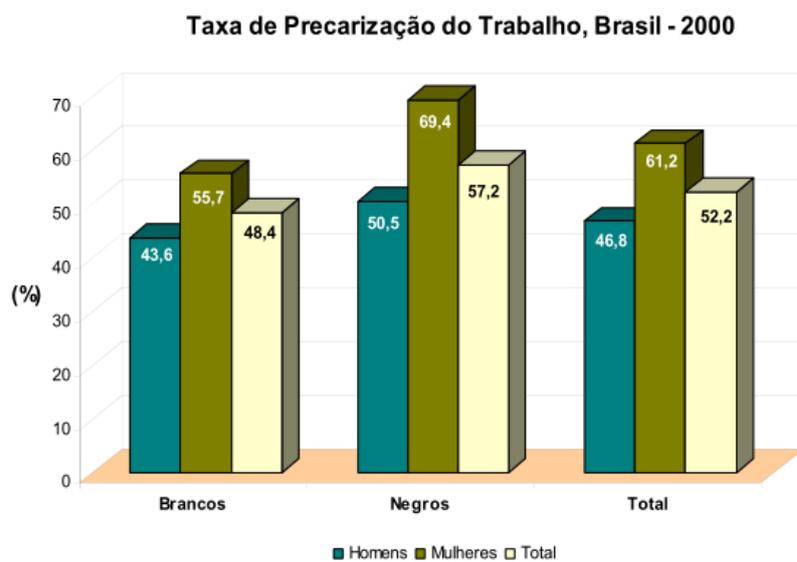
Gráfico 24– Gráfico de Rendimento Médio do Trabalho Principal nos anos 2000.

Rendimento Médio do Trabalho Principal , Brasil - 2000



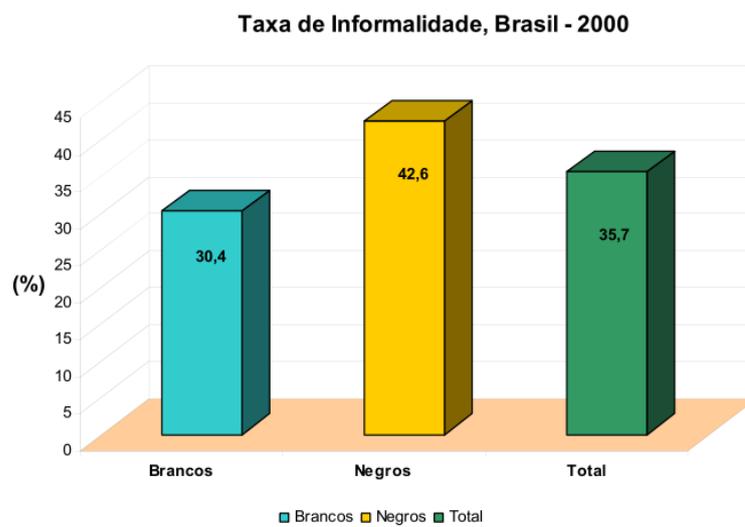
Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 25– Gráfico da Taxa de Precarização do Trabalho dos anos 2000.



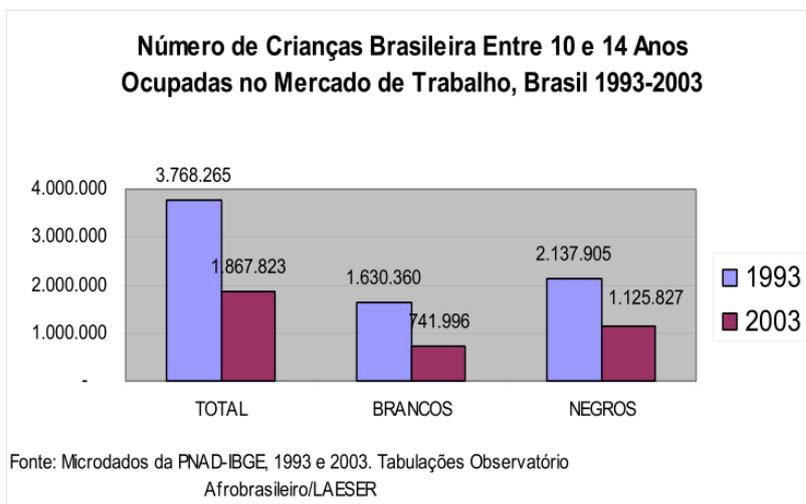
Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 26– Gráfico da Taxa de Informalidade nos anos 2000.



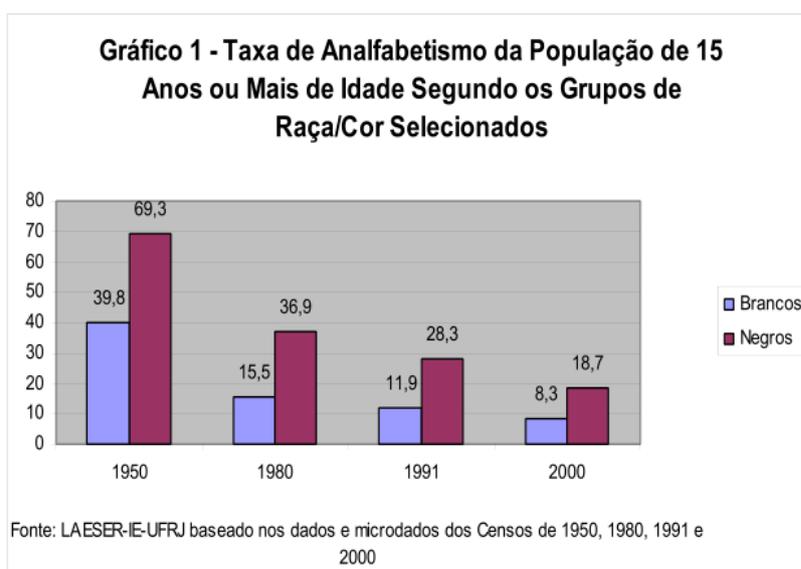
Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 27– Gráfico do Número de Crianças entre 10 e 14 anos que Ocupam o Mercado de Trabalho entre 1993 e 2000.



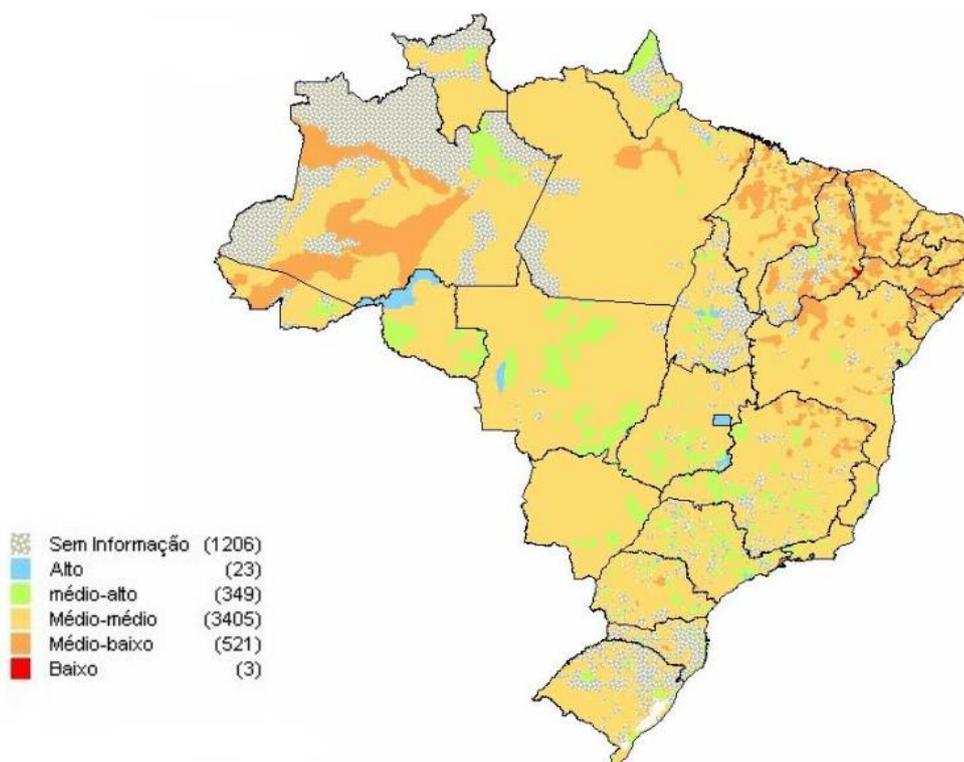
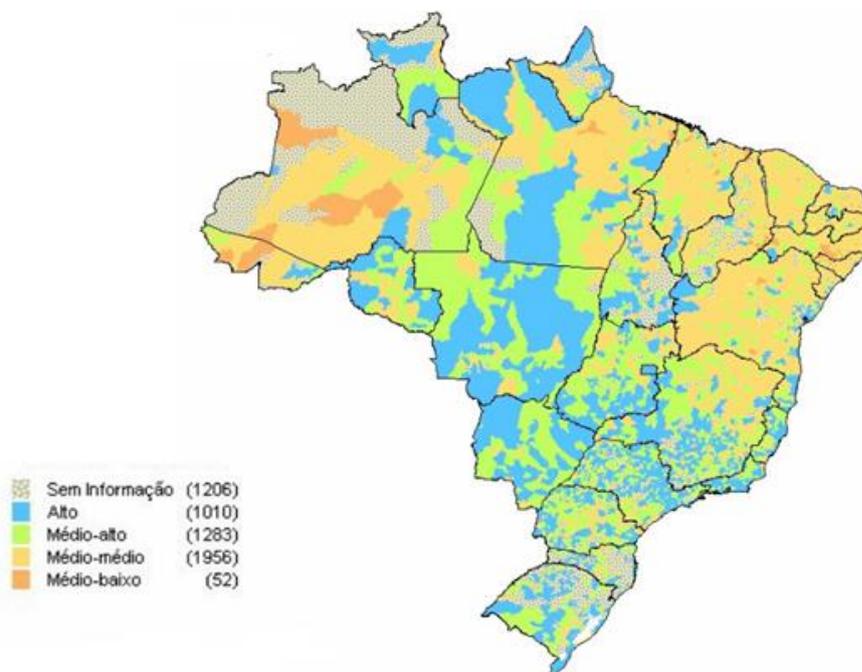
Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 28– Gráfico da Taxa de Analfabetismo entre os anos de 1950 a 2000 da População de 15 anos ou mais.



Fonte: PAIXÃO, s/d.

Figura 55– Gráfico de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos anos 2000. (mapa 1) para Brancos (mapa 2) para Negros.



Fonte: PAIXÃO, s/d.

Todos esses gráficos foram dados coletados em uma pesquisa coordenada pelo Professor Dr. Marcelo Paixão no Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações

Raciais (LAESER) do Instituto de Economia da UFRJ. Cada uma dessas informações comprova, assim como as pesquisas anteriores, que de fato as classes sociais tem cor, raça e etnia muito bem encaixadas, e que isso, até hoje, não se alterou. Além de todas aquelas constatações de Garcia (2009), lê-se que até o início do século XXI os negros são a maioria abaixo da linha de pobreza e são os que recebem o menor salário quando em empregos registrados. Mais do que isso, eles são os que mais ocupam cargos em situação de precariedade e são a maioria em trabalhos informais e no trabalho infantil. Também pode-se interpretar que o desenvolvimento e o analfabetismo acompanham essa disparidade racial: os brancos apresentam os maiores IDH; enquanto os negros os menores e as maiores taxas de analfabetismo⁹⁶.

Assim, a fixação dos negros na ilegalidade, na precariedade e no não desenvolvimento, faz com que a desigualdade socioeconômica se torne mais um instrumento do não reconhecimento e da não mobilidade desse grupo social. As amarras dos estereótipos e da discriminação se mantêm dentro de uma conjuntura econômica também fixa. Mais do que isso, toda essa “vida” pré-estabelecida para esse grupo acarreta outras questões importantes, e, penso que a principal delas seria o “*não acesso*” permanente. O não acesso à: moradia; infraestrutura; sistemas de saúde, educação e cultura, mobilidade, trabalho e lazer, ou seja, uma *restrição extrema de qualidade de vida e do direito à cidade*. Essas limitações vêm de construções simbólicas e econômicas (raciais e de classes) que impossibilitam a inserção desse grupo no funcionamento da sociedade, o que o coloca na margem de todas as dimensões possíveis desde o século XVI.

Há um circuito vicioso: nas áreas mais ricas há um maior número de carros, mais serviços de saúde, de educação, de cultura e de lazer e elas são as mais bem servidas de transportes coletivos. [...]. Este modelo de organização espacial tem aumentado a segregação urbana e racial como mostram os dados empíricos aqui apresentados. (GARCIA, 2009. p. 214).

Por isso, esse binário de opressão, de classe e raça, se reproduz nos espaços urbanos. A cidade se torna estratégia e produto de relações sociais de exclusão e exploração que separam negros e brancos, pobres e ricos. Essa exclusão espacial interseccional se dá através *do não cumprimento do direito à cidade* em sua integridade e igualdade. Segundo Henri Lefebvre (2001), a cidade se configura em um tecido urbano, complexo e pautado pelo valor de uso e de

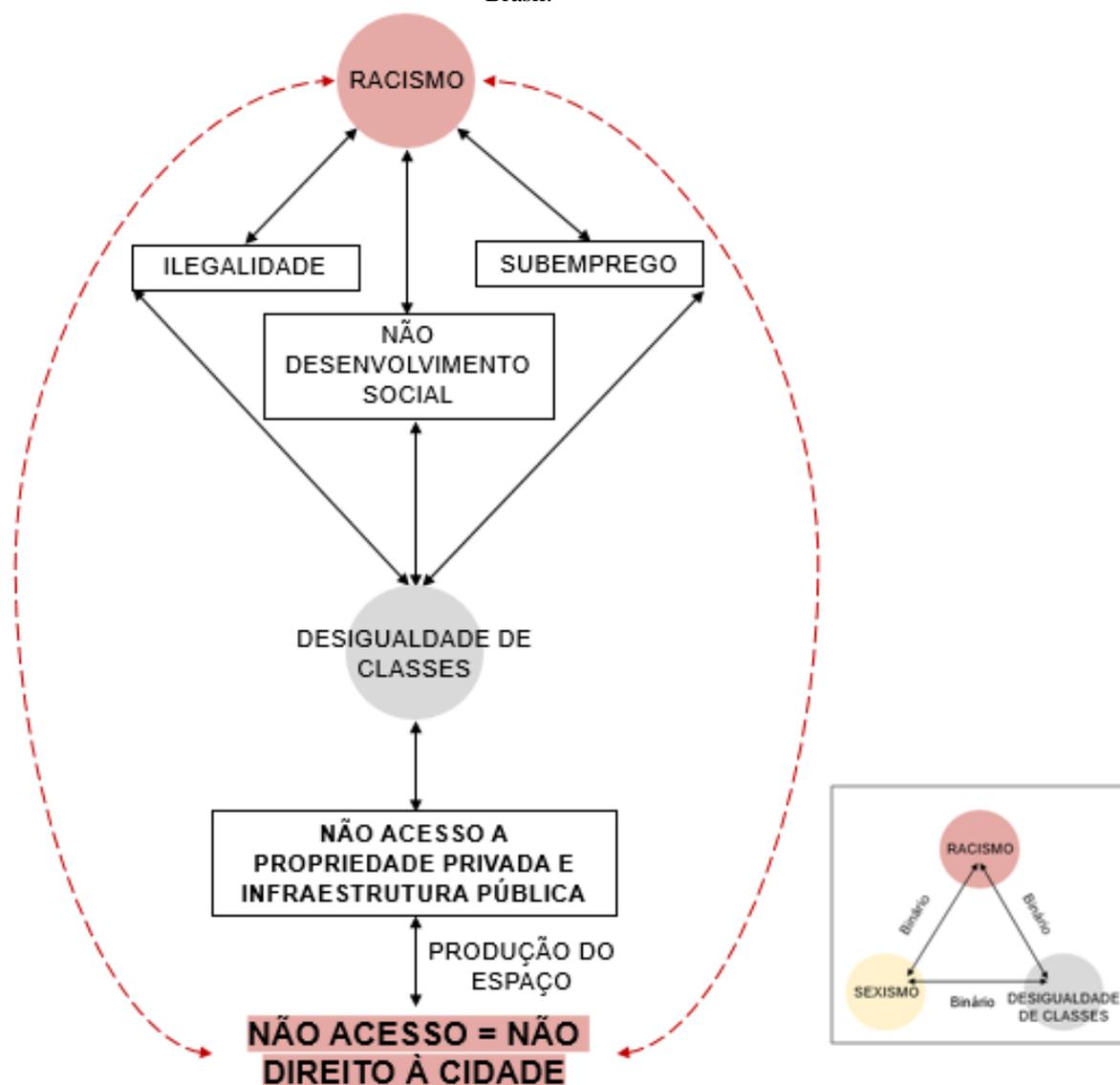
⁹⁶ Esses gráficos também já projetam outros dois binários de análise: a relação entre classes sociais e gênero e entre gênero e raça. Percebe-se que no âmbito econômico há um histórico de mulheres como maioria em trabalhos considerados mais precários e ainda com uma renda média menor do que a dos homens. Isso obviamente se agrava na situação dos negros, como por exemplo, mulheres negras são as que se encontram mais em trabalhos precários e irregulares e ganham menos que os demais. Ao comparar entre os homens, claramente os negros também são os mais prejudicados.

troca – regentes do Sistema Capitalista de produção -, que não se limita a morfologia apenas, mas transcende a sua forma para a produção de modos de viver. Dessa maneira, os campos e conformações que a integram são produtos e produtores de sociedades, com seus sistemas de valores, relações, costumes, entre outros. Considerando esse conceito, o direito à cidade, está pautado em uma dimensão democrática e humanizada de acesso a essa morfologia, e, portanto, acesso a vida urbana e a vida em sociedade (LEFEBVRE, 2001).

Lefebvre (2001) também afirma que o direito à vida urbana se refere a um direito que vai além do direito de propriedade e do acesso público pré-determinado do Capitalismo, e, na verdade, traz noções de: liberdade; singularidade e igualdade social; habitar; e participar na construção da cidade e de seus produtos. Porém, o acesso a essa vida urbana capitalista perpassa pelo alcance da propriedade privada e pública, ou seja, moradia, serviços e infraestruturas (LEFEBVRE, 2001). Desse modo, entende-se que a desigualdade social, em sua dimensão de classes e racial, baseada em uma disparidade de oportunidades de emprego e de acesso a terra urbana ou rural, projeta uma desigualdade de acesso ao espaço. A segregação espacial construída também reproduz essas separações e opressões, ao posicionar, limitar e imobilizar espacialmente, o que exclui e separa grupos na urbanidade.

Conclui-se que a dialética entre a *desigualdade de classes e a desigualdade racial*, mais do que complementares, se configuram, hoje, *em um sistema cíclico de opressão que tem como combustível e produto o espaço urbano*. A partir do reflexo dessas segregações no espaço, o espaço produz e fortalece essas mesmas segregações, renovando relações e forças sociais. Sem o acesso ao urbano, ou com um acesso controlado a ele, os negros têm sua vida social impraticável e/ou limitada, o que demonstra, mais uma vez, que o espaço se configura em um instrumento essencial para a manutenção das práticas racistas na atualidade no Brasil.

Gráfico 29– Síntese da Construção da Relação Complementar entre Racismo e Desigualdade de Classes no Brasil.

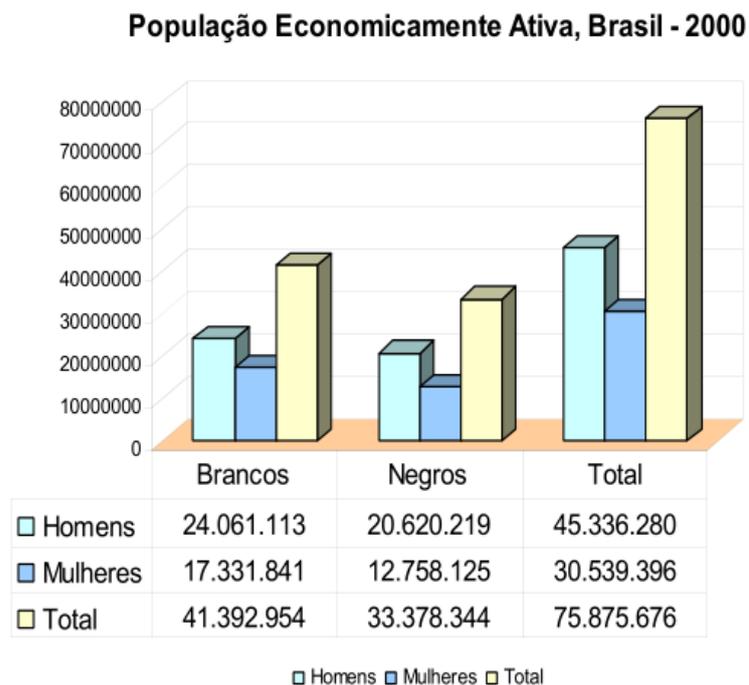


Fonte: Desenvolvido pela autora.

4.5.2 Os números da dimensão racial da sexualidade

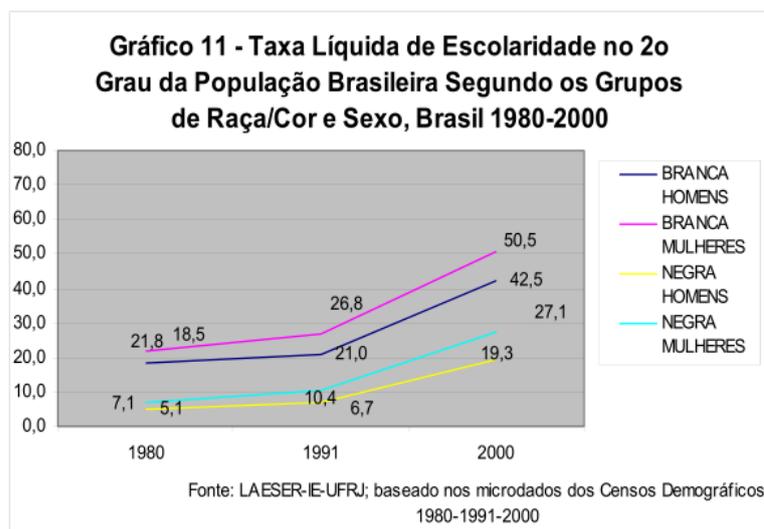
A complementariedade entre o sexismo e o racismo também continuou durante todos esses anos. Esta relação se escancara, estatisticamente, na continuidade da pesquisa coordenada pelo Professor Dr. Marcelo Paixão no LAESER do Instituto de Economia da UFRJ.

Gráfico 30– Gráfico da População Economicamente Ativa do Brasil em 2000.



Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 31– Gráfico de Taxa Líquida de Escolaridade no 2º Grau da População Brasileira Segundo Grupos de Raça/Cor e Sexo no Brasil de 1980 a 2000.



Fonte: PAIXÃO, s/d.

Gráfico 32– Tabela de Razão de Mortalidade a cada 100 mil Habitantes no Brasil dos anos 2000 a 2002.

| CAUSAS DE MORTALIDADE | HOMENS | | | MULHERES | | |
|--|--------|--------|-------|----------|--------|-------|
| | NEGRA | BRANCA | TOTAL | NEGRA | BRANCA | TOTAL |
| TUBERCULOSE | 4,8 | 3,6 | 4,7 | 1,8 | 1,1 | 1,7 |
| HIV/AIDS | 6,7 | 9,4 | 9,0 | 3,4 | 3,6 | 3,9 |
| NEOPLASIAS (TUMORES) | 41,7 | 100,4 | 80,8 | 37,9 | 77,8 | 66,8 |
| DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO | 104,4 | 184,6 | 166,1 | 90,7 | 156,8 | 144,8 |
| HIPERTENSÃO | 11,2 | 12,9 | 13,7 | 12,5 | 14,2 | 15,2 |
| DOENÇAS DO CORAÇÃO | 53,5 | 105,7 | 90,8 | 40,7 | 83,8 | 72,8 |
| CEREBRO-VASCULARES | 39,1 | 65,0 | 60,8 | 36,7 | 57,2 | 55,4 |
| DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO | 33,4 | 70,6 | 60,2 | 26,2 | 53,8 | 47,3 |
| DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO | 23,6 | 36,5 | 34,8 | 11,0 | 19,0 | 17,7 |
| ALGUMAS AFECÇÕES ORIGINADAS NO PERIODO PERINATAL | 14,8 | 17,9 | 23,5 | 11,2 | 12,6 | 17,0 |
| CAUSAS SEM IDENTIFICAÇÃO SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA | 47,1 | 28,4 | 49,7 | 37,2 | 22,1 | 39,2 |
| CAUSAS EXTERNAS DE MORBIDADE E MORTALIDADE | 122,0 | 105,7 | 123,0 | 17,8 | 21,8 | 22,1 |
| HOMICÍDIO | 60,0 | 38,0 | 51,6 | 4,5 | 3,6 | 4,4 |
| HOMICÍDIO COM ARMA DE FOGO | 43,8 | 26,5 | 36,9 | 2,5 | 2,0 | 2,4 |
| ACIDENTE DE TRANSPORTE | 25,0 | 30,7 | 30,5 | 5,1 | 7,1 | 6,8 |
| ACIDENTE DE TRABALHO | 2,2 | 3,4 | 3,0 | 0,1 | 0,2 | 0,1 |
| SUICÍDIO | 4,8 | 7,8 | 6,9 | 1,3 | 1,9 | 1,8 |

Fonte: PAIXÃO, s/d.

Analisa-se com esses tantos números, e entre outros que essa pesquisa envolve, que de fato gênero e raça ultrapassam simbologias e categorizações, e, na verdade se tornam roteiros da vida cotidiana, que pré-definem espaços, posições e relações dentro da sociedade contemporânea. As determinações de gênero e raça se somam e ao mesmo tempo que controlam a história e a autoafirmação de um indivíduo; determinam o presente da experiência de cada um; e direcionam futuros com chances mínimas de mudança.

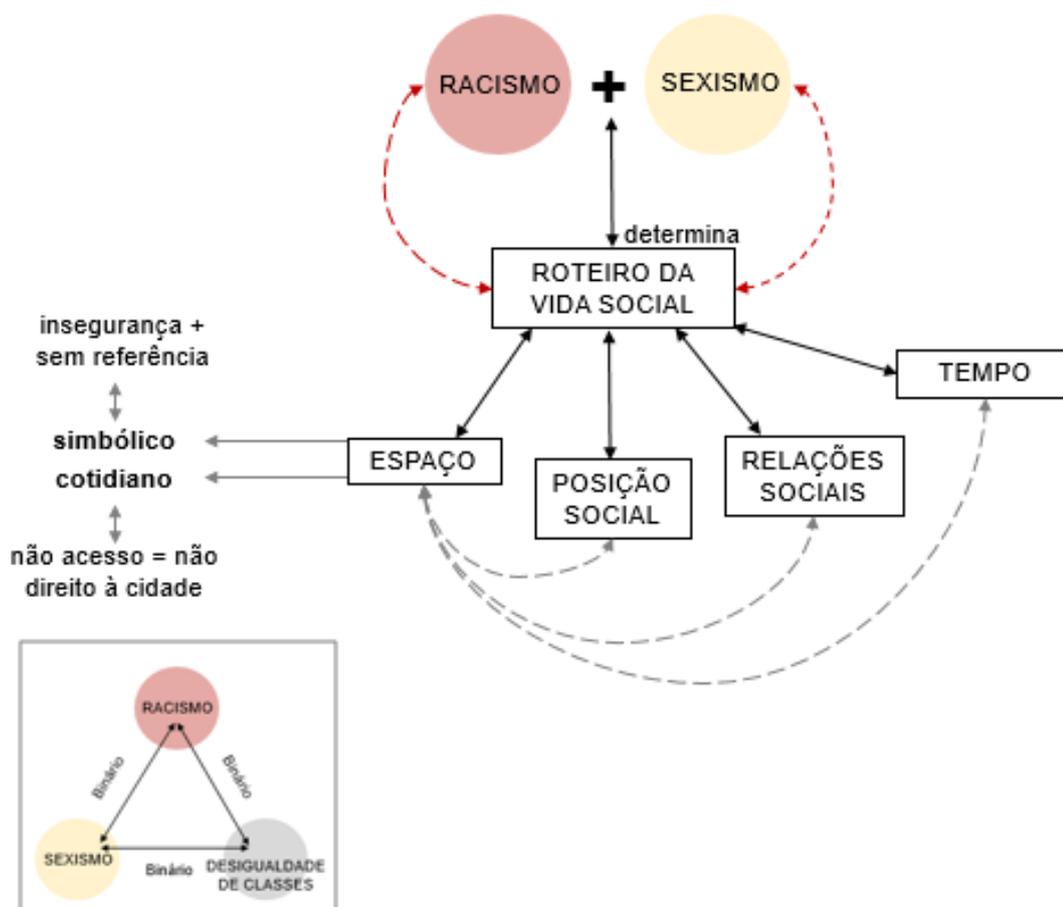
Novamente, interpreto o espaço como instrumento que fomenta a complementariedade da opressão, nesse caso, entre racismo e sexismo. Isso acontece, pois o espaço se estrutura como elemento definidor dessas posições sociais. Da mesma forma que o binário anterior, o espaço também se torna agente produtor e produto do não acesso à cidade (e a vida urbana e social) por determinados gêneros, raças e suas combinações, justamente pela desigualdade histórica, e presente, nas oportunidades e no acesso à direitos.

No contexto da combinação entre gênero e raça, o espaço transcende a noção de acesso e direito à cidade, e acrescenta a dimensão da não representação e do simbólico nas determinações sociais através do espaço (CORTÉS, 2008). Segundo José Cortés (2008), o espaço seria instrumento de representação e simbolismo de relações sociais desejadas pelo sistema produtivo e pelo grupo dominante, o que ocasiona a exclusão prática e simbólica dos grupos considerados inferiores, mulheres e negros. Isso resulta na não identificação e na anulação do espaço social desses personagens. Mais ainda, o espaço projeta limitações e controle desses grupos através de características como insegurança, medo, vigilância, representação exaustiva de padrões sociais que não os insere, entre outros (CORTÉS, 2008). A

morfologia e a vida urbana se tornam inalcançáveis para essas pessoas e determinam, rigidamente, suas posições sociais e espaciais.

"[...] a segregação espacial entre negros e brancos foi o fator estatisticamente mais explicativo da taxa de homicídios de todas as variáveis analisadas, muito mais importante que pobreza, escolaridade ou idade.(BORJA & CASTELLS, s/d. p. 6, tradução da autora)⁹⁷.

Gráfico 33– Construção Gráfica da Relação Complementar entre Racismo e Sexismo no Brasil.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Cada um dos números desta pesquisa citada demonstra determinações e identidades muito bem selecionadas e moldadas com o interesse da manutenção constante do controle social e espacial. Dentre as categorias e suas determinações, analiso neste texto: mulher; mulheres negras; homens; e homens negros.

⁹⁷ “[...] la segregación espacial entre blancos y negros era el factor estadísticamente más explicativo de la tasa de homicidios de todas las variables analizadas, mucho más importante que la pobreza, la educación o la edad.” (BORJA & CASTELLS, s/d. p.6).

SER MULHER: “MÁQUINA INCONSCIENTE”

Assim como estudado anteriormente neste texto, o sexismo se constrói baseado: na distorção do conceito e o controle da sexualidade; do casamento, e suas projeções. Por isso, o gênero feminino, desde o início do Sistema Capitalista, se configurou de suma importância para a composição e manutenção do casamento e da família e, dessa forma, a permanência do poder masculino e sua hegemonia (DAVIS, 2016)⁹⁸. Portanto, a construção da mulher foi estabelecida ao reduzir todas as suas diversidades possíveis e molda-la em uma posição de subordinação e obediência.

Margareth Rago (1997) definiu, na dimensão social, a concepção de feminilidade. Feminilidade seria uma representação simbólica, construída pelo imaginário dominante, em que se reduz o feminino a: *fragilidade*, característica importante para justificar o patrulhamento e as proibições sociais e de trabalho; o *doméstico*, espaço escolhido de destinação e função da mulher; a *vigilância*, estado de controle e aprisionamento da mulher em seu espaço material e abstrato para a permanência das configurações sociais impostas; a *reprodução*, em seu sentido literal, envolvendo seleções sociais e a reprodução das redes de relações pré-determinadas; e como *objeto assexuado*, característica que enquadra a mulher em uma figura pura e frágil em que o sexo se resume a reprodução, ao prazer do homem, e a esfera privada (RAGO, 1997).

Todos esses componentes da feminilidade giram entorno do espaço físico e da esfera social que a mulher ocupa (ou foi posicionada): o privado. A partir da leitura de Ângela Davis (2016), constata-se que desde a Revolução Industrial (entre século XVIII e XIX), um dos grandes ápices da cultura capitalista mundial, inicia-se uma depreciação do trabalho doméstico, que era um trabalho majoritariamente feminino em muitas culturas. Para valorizar e atrair trabalhadores para as fábricas, os trabalhos domésticos passaram a ser subavaliados, e conseqüentemente (ou a causa disso) a figura feminina também passou a ser subjugada na sociedade (DAVIS, 2016). Isso trouxe duas conseqüências sociais fortes para as mulheres: *associação direta e rígida com o doméstico e a construção de uma identidade subordinada*.

Considerando também a leitura de Ann Bergren (1996), a partir dessa mudança de mentalidade, a mulher se tornou presa a casa, ao espaço privado. Ou seja, uma ideia de interrelação entre a sexualidade e o gênero feminino com o espaço privado foi construída, o que limita qualquer ação social da mulher (“por fora”) (BERGREN, 1996). Essa relação, corpo da mulher e casa, se tornou, com o passar do tempo, um estereótipo de inferioridade, e um marco

⁹⁸ Se necessário, retomar leitura da seção 2.2.3 desta dissertação.

de uma segregação social baseada no gênero, que continua até hoje muito forte no Brasil (BERGREN, 1996).

Além disso, a ideia de subordinação da mulher foi consolidada, o que gerou um controle das relações sociais que permaneceu ao longo da história. Em complemento a esse pensamento, fixou-se que a ideia do doméstico se resumia a servir a alguém, seja ele o homem/marido ou seu patrão/patroa (principalmente quando se trata de mulheres negras) (DAVIS, 2016). A mulher que a exerce essa ocupação se torna completamente dominada e devedora de obediência a essa pessoa, o que cessa qualquer espaço de pertencimento e liberdade dentro de casa, e obviamente fora dela – onde nem ao menos ela participa (DAVIS, 2016). Portanto, mais do que subordinação, o doméstico configura em um processo de *descolamento social*, no qual a figura feminina não é reconhecida e nem se reconhece socialmente, politicamente e economicamente.

O âmbito público, além de ser um lugar vazio socialmente para a mulher, também se configura em um espaço de exploração, insegurança e dominação do feminino. Um exemplo disso, são os ambientes de trabalho, que mais do que a exploração que qualquer trabalhador sofria dentro de fábricas e com rotinas desgastantes, a mulher ainda tinha como acréscimo a exploração sexual, que se mantém desde a escravidão até hoje como uma forma de controle e silenciamento desse gênero (PACHECO, 2013).

Dessa forma, o doméstico se transforma em uma categoria espacial e social elementar para o controle das relações na atualidade (HERMANUZ, 1996). Uma arma que une definições sociais e econômicas e, assim, determina e manipula relações sociais de acordo com as categorias e os poderes pré-determinados.

Com todas essas estratégias e elementos construtivos determinantes, entendo o conceito de mulher dentro da sociedade capitalista como um feminino que apresenta: um espaço físico privado e intransponível (que nem neste ela possui lugar); um espaço social limitado a figura masculina e silenciado de muitas maneiras; e um desconhecimento – um não acesso – a política, cultura, economia e relações sociais, o que a faz depender e se prender a esse sistema. Essa construção de mulher foi muito bem definida pela autora Margareth Rago no livro **“Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil, 1890-1930”** (1997) como: *“Máquinas inconscientes”*, ou seja, seres inanimados e não-sociais, controladas pelo homem, sem voz e conhecimento.

Todo e qualquer corpo que se desviou dessas características no decorrer da história foi constantemente execrado da sociedade. Dentre tantos desviantes incluem-se: as prostitutas, as divorciadas, as que não casam virgens, as que não querem ou podem ser mães, as mulheres que trabalham e são chefes, as feministas, as lésbicas, as *trans.*, as mulheres negras, entre tantas

outras que de alguma forma (social, cultural, sexual, econômica ou política) não se encaixam dentro desse modelo tão rigidamente estruturado (RAGO, 1997).

Somente a partir de 1970, o movimento feminista – movimento que luta pela igualdade de direitos e contra a opressão feminina – começa a ganhar força pelo mundo. Uma das primeiras conquistas foi nos Estados Unidos, no mesmo ano, onde teve o início do processo de legalização do aborto (DAVIS, 2016). Esse passo foi de extrema importância para a quebra dos inúmeros estereótipos analisados nesta dissertação e a realização da independência sexual e social feminina. Mais do que isso, essa conquista também minimizou qualquer ação de controle racial ou econômico devido a interrelação que essas opressões carregam (DAVIS, 2016).

O movimento feminista se propagou pelo mundo e tem um lugar significativo hoje no Brasil, entretanto, as lutas estão apenas começando. No país, o aborto ainda está em processo de discussão da sua liberação ou não, porém legislações de proteção à mulher evoluem cada dia mais. Avanços e retrocessos fazem parte dessa luta para quebrar um imaginário extremamente rígido e que ainda acompanha todas as dimensões sociais existentes. Porém, para que a ruptura aconteça seria necessário que a luta transcendesse o questionamento de uma limitação única que o estereótipo impõe, e reconheça a diversidade que o mundo feminino abrange. Dentre as várias particularidades, ser mulher e ser negra implica posições sociais muito distintas e um aprisionamento intensificado que deve ser reconhecido na história.

SER MULHER NEGRA: A CHEFE PRESA

Em muitas culturas do mundo as mulheres já possuíam uma função social associada ao espaço privado e ao domínio do patriarcado, antes mesmo da intensificação pelo Capitalismo. Entretanto, muitas outras sociedades, como por exemplo em alguns países da África, o matriarcado funcionava como base da organização social⁹⁹.

Como já foi analisado, durante a escravidão e a colonização, a ideia de imposição cultural, que apaga todos os resquícios de memória de identidade do povo negro, foi base desse sistema de exploração. Esses mecanismos e o racismo tiveram um papel determinante no apagamento das mulheres negras como sujeitos sociais, e, até mesmo, como humanas.

O silenciamento e o enquadramento da mulher, quando negra, vai muito além da mulher branca e burguesa, pois ela foi e é alvo de um *apagamento identitário e de um reposicionamento social que a desqualifica* como mulher devido a sua inferiorização por sua raça, que se soma a todo o resto. Elas são consideradas “pior” do que mulheres, pois são negras, e isso acarreta, na

⁹⁹ Se necessário, retomar a leitura da seção 3.2 desta dissertação.

cultura racista e sexista brasileira, que essas mulheres devem servir socialmente a todas as outras categorias sociais e em qualquer âmbito.

Mesmo com esse esmagamento, registros da potencialidade feminina, e principalmente negra, permaneceram. Durante a escravidão, apesar da destruição e separação das famílias, a mulher negra foi a responsável pela manutenção da ideia de coletividade do povo negro e de grupos sociais formados nessa época (DAVIS, 2016). *As escravas tiveram papéis inquestionáveis na resistência*, sendo elas as figuras: de transmissão cultural (oral); de mediação social (devido sua função dentro do espaço privado das grandes propriedades); organizadoras de fugas, rebeliões e processo de emancipações; e as primeiras a ocuparem trabalhos urbanos pós-abolição (se apropriarem de espaços públicos e masculinos) (DAVIS, 2016). “A função das mulheres no interior das senzalas podia representar a reconstrução e a recriação permanente de aspectos culturais originais e, portanto, a edificação de sólidas comunidades.” (PAIXÃO, 2008. p. 951).

A partir de 1830 teve início os movimentos abolicionistas e feministas pelo mundo, e as mulheres negras continuaram se sobressaindo (mesmo quando silenciadas). Esses movimentos foram organizações que surgiram em espaços de encontro cotidianos e que se complementavam muitas vezes em sua luta (DAVIS, 2016). Porém, em muitos momentos, se tornaram incompatíveis, principalmente em discussões que envolviam o direito político e, assim a relativização de algumas hierarquias sociais já impostas (DAVIS, 2016). Até hoje, o Movimento Negro e o movimento feminista se complementam, mas muitas vezes entram em conflitos de ideias. Entretanto, deve-se lembrar que mulheres e negros são alvos de opressões semelhantes e que foram construídas juntas e com objetivos em comum.

Mais que isso, as mulheres negras, mesmo sendo o alvo mais frágil desse contexto, são a maior potencialidade de reversão desse sistema opressivo e do que ele se alimenta. Segundo Audre Lorde (1981) *as mulheres negras respondem ao racismo com raiva, e a raiva seria um veículo de progresso e de mudança que contém informação e energia*. Portanto, excluí-las do movimento feminista ou do movimento negro, só faz perder a força e a totalidade do propósito de ruptura de fato das opressões. O feminismo negro importa, e é chave para transformações!

SER HOMEM: VIOLÊNCIA COMO DEFINIÇÃO

Engana-se quem pensa que ser homem em uma sociedade capitalista seria o mesmo que ter uma vida só de privilégios e liberdade. De fato, a exploração e o aprisionamento não compõem sua identidade, pois ser homem é ser, sim, dominante nesse mundo. Entretanto, os

homens também são construídos e enquadrados em conceitos, imagens, estereótipos e padrões sociais bem rígidos (SOUZA, R. 2009).

Segundo Rolf Souza (2009), o gênero masculino seria definido como uma categoria relacional concebida através das relações de homens e mulheres. Essa categoria apresenta um tom genérico que reduz a diversidade e variedade masculina a um molde fixo do que é ser homem (SOUZA, R. 2009). Assim, da mesma forma que o feminino é construído, o masculino se edifica através da eliminação da diversidade, excluindo suas variações, como por exemplo o grupo dos homossexuais (SOUZA, R. 2009).

A masculinidade se constitui a partir dos princípios de *honra, machismo, violência, sexualidade e a ideia de provedor* (SOUZA, R. 2009). A honra e a imagem de provedor têm relação com imposições práticas que o homem deve exercer dentro das dimensões sociais. O homem teria o dever de: sustentar a família; exercer a administração e gestão social e familiar; e ser o herói diário que sustenta todo o domínio masculino (SOUZA, R. 2009). O machismo, a violência e a sexualidade instintiva são também características tipicamente masculinas. O homem tem legitimidade, aprovação e obrigação de exercer uma agressividade e uma dureza em suas relações sociais. Faz parte da opressão: a macheza, o menosprezo a mulher, e o desejo sexual exalante e insaciável (SOUZA, R. 2009).

Toda essa construção tem como base e engrenagem uma materialidade espacial: o espaço público (SOUZA, R. 2009). O homem se torna soberano nos espaços de sociabilidade, pois é “essencialmente” (na cultura em que vive) um ser social e que possui voz política, econômica e cultural. Analisa-se que a liberdade desse gênero se concretiza de fato no espaço, onde ele tem o domínio e a possibilidade de se relacionar e conectar às diversas pessoas e dimensões sociais. Além disso, o homem também tem o domínio do espaço privado, uma vez que controla e exerce seu poder perante a mulher, a “responsável” pelo doméstico.

Retomo que o domínio e a liberdade são condições do masculino, porém os homens tem que provar sua masculinidade todos os dias para merecer e manter esse posto. Essa masculinidade depende de uma série de requisitos sexuais, funcionais e comportamentais. Obviamente, existem grupos de homens que são considerados desvios desse padrão, e não conseguem preencher todas essas características que fazem deles homens e dominantes. Um exemplo desse grupo são os negros, que, em mais um âmbito social, têm a sua cor e raça como elemento de desqualificação e vulnerabilidade.

SER HOMEM NEGRO: VIOLÊNCIA COMO PUNIÇÃO

Souza (2009) afirma que mais do que desvios, o homem negro é classificado como um grupo masculino que tem sua *masculinidade questionada* e um estereótipo claramente estabelecido e específico. Nesse contexto, a ciência também foi distorcida como elemento importante para a concepção desse estereótipo, pois associou questões culturais com aspectos físicos – considerados biológicos e imutáveis (SOUZA, R. 2009). A partir dessas associações foi criado um mito sobre os homens negros que os aproximavam de comportamentos de animais selvagens, e, portanto, *os tornavam seres de desconfiança e temor na visão do homem branco*. Esse mito se estruturou em uma questão social e científica: a hiperssexualização do homem negro (SOUZA, R. 2009).

Levando em conta a série de “comprovações” científicas na história, os homens negros são considerados, em sua natureza, hiperssexualizados, pois possuem atribuições físicas muito além do padrão, e um porte físico muito mais atlético e sexual (atrativo) (SOUZA, R. 2009). Essas “vantagens” físicas foram prontamente conectadas à uma desvantagem intelectual, ou seja, homens negros são considerados menos capazes em desenvolver relações sociais, intelectuais e de trabalho, que os homens brancos (SOUZA, R. 2009).

Todo esse imaginário do homem negro e o forte suporte por detrás dessa construção fez com que a masculinidade negra *perdesse o mérito racional e o artifício de domínio do feminino*, o que os tornou ameaça a esse controle social. Assim, culpa-os pela desqualificação masculina e pela violência com as mulheres, e os transforma em uma ameaça ao homem branco e à segurança da mulher (SOUZA, R. 2009).

Essa identidade (“natureza”) do homem negro muitas vezes foi e é considerada como justificativa para problemas sociais, causados por todas as construções opressivas trabalhadas nesta dissertação. Além disso, essa concepção masculina também se reforça dentro desses problemas. Dentre as formas da contínua desvalorização do negro socialmente considera-se uma forte construção a recorrente “falha” do mesmo na ação de prover e sustentar a família, uma instituição importante de controle capitalista.

O homem negro, com sua trajetória histórica de opressão racial e econômica, não tem a oportunidade de garantir esse sustento ou qualidade de vida, na maioria dos casos (SOUZA, H. 2017). Por esse motivo (alimentado por vários sistemas de opressão e estratégias), o homem negro se torna subordinado e completamente dependente do homem branco, o que o faz perder boa parte da liberdade que o masculino tinha como experiência em seu espaço social (SOUZA, H. 2017).

Essa cobrança de masculinidade financeira, estrategicamente, inalcançável para os negros, se tornou combustível para inúmeros problemas sociais e novos mitos sobre os homens negros, como por exemplo o mito do “Pai Ausente”. Segundo Ana Cláudia Pacheco (2013), essa incapacidade de sustentar uma família (baseada em um estereótipo masculino e sabotagens da disparidade social imposta), na verdade, se configura em uma saída do papel masculino da família, resultado de experiências frustradas de acessos, qualidade de vida, e mobilidade social desses homens. Entretanto, mascara-se essa realidade ao justificar que essa vivência se dá por uma *desqualificação e uma tendência a criminalidade dos negros* (PACHECO, 2013). Isso gera, para os homens e as mulheres, negros, um grande grau de decadência social, e, assim, surgem problemas sociais e de criminalização como: prostituição, alcoolismo, drogas, entre outros (PACHECO, 2013).

Destaca-se também que esse contexto traz o *crime como identidade da masculinidade negra*, ou seja, mais do que um ser violento em sua “macheza”, o homem negro seria violento em sua natureza, a ponto de ameaçar a integridade de indivíduos e a paz social. Segundo Sérgio Adorno (2012), violência é definida como uma perturbação da paz e da ordem, que tem como objetivo romper valores como: município (território espacial); corpo e privacidade. Esse conceito, muitas vezes faz com que ela seja considerada um desvio natural do ser humano (mais especificamente do homem negro) e não um fruto cultural ou social de relações problemáticas e desiguais. (ADORNO, 2012). Ao considerar o homem negro violento e temido à ordem social, se legitima a violência estatal sobre esse grupo, como já foi discutido anteriormente¹⁰⁰. Dessa forma, percebo que se pratica uma dupla violência social com os homens negros: uma violência simbólica, o preconceito que rompe com o respeito e a dignidade deles; e uma violência prática de militarização e limitação de suas experiências e liberdade. Esse contexto culmina em uma política de encarceramento e homicídios em massa que envolve principalmente homens negros, mas que transborda para a insegurança alimentada em todos os cidadãos. “Nessas sociedades, a violência passou a ser uma espécie de linguagem da vida cotidiana.” (ADORNO, 2012. p.73).

Segundo o documentário “13th” (2016)¹⁰¹, o encarceramento em massa vem mantendo a escravidão no Estados Unidos, e penso que no Brasil não é diferente. Através da legislação e de políticas mal planejadas voltadas para a solução de violência urbana (como à Guerra às Drogas) e um preconceito equivocado sobre os homens negros, se desperta uma guerra declarada às comunidades, onde a maioria da população é negra, e, assim, o encarceramento

¹⁰⁰ Se necessário, retomar a leitura da seção 4.4.3.

¹⁰¹ A 13ª Emenda (tradução da fonte).

torna-se uma consequência óbvia¹⁰². Segundo Lilia Schwarcz (2012), Sergio Adorno, sociólogo brasileiro, apresenta em 1996 uma pesquisa que comprova que os *negros são os mais perseguidos pela vigilância policial e tendem a ter um regime penal mais rigoroso do que os brancos*. Além disso, os negros tem *80% mais chance de serem incriminados* pelos mesmos delitos que os brancos também cometeram (SCHWARCZ, 2012).

Privar homens, negros, de oportunidades e da liberdade dentro e fora da prisão fazem com que comunidades negras inteiras sejam ameaçadas, culturalmente perdidas e dizimadas, literalmente. No Brasil, o *maior número de homicídios tem como vítimas os homens negros*, o que os torna a principal vítima da violência estatal e urbana na atualidade (SOUZA, R. 2009). Mais que isso, eles são a camada social que *menos recebe investimento governamental e privado*, e ainda se submetem a justificativas de que seu grupo não tem futuro nem em tempo, nem socialmente e nem como homens (SOUZA, R. 2009).

Percebe-se que diferente dos homens brancos que estão presos em estereótipos, os homens negros transcendem essa prisão e são vítimas da própria condição masculina que o sistema criou. O homem negro é preso fisicamente, moralmente, socialmente, e perde grande parte de seus privilégios e liberdade uma vez que sua negritude o minimiza a uma proximidade com o animal e menos com o homem. O negro não só foi classificado como a razão da violência como também morre pela violência no mundo capitalista, sexista e racista. Os enxergam como vilão, e se esquecem sua dimensão de vítima.

Cresce a circulação da riqueza e da renda. O crime segue a rota da riqueza e não da pobreza, como muitas vezes acreditou. Mudam as relações entre as classes sociais, que se diversificam e se tornam menos polarizadas, assim como relações intergeracionais, entre os gêneros, entre etnias, tornando mais complexas as hierarquias sociais. (ADORNO, 2012. p.77).

Para vencer cada uma dessas amarras sociais e práticas do homem e do homem negro, o feminismo também se torna essencial para a desconstrução desses conceitos na sociedade atual (PINHO, 2004). Essa associação entre as lutas feminina, masculina e negra se torna primordial para: trazer as discussões para a esfera pública; questionar os gêneros e seus enquadramentos; e cessar com a violência física e simbólica contra mulheres e homens (principalmente negros) (PINHO, 2004). É preciso construir um movimento que una as libertações e rupturas, assim como as opressões são unidas e rigidamente conectadas. O Movimento Negro do final do século XX até hoje, começou a perceber essa interseccionalidade e trouxe novas formas de luta e conexões contra esse racismo estrutural.

¹⁰² Se necessário, retomar a leitura da seção 4.4.3.

4.6 O Reconhecimento do Movimento Negro

Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Rap da Felicidade – Cidinho & Doca (1995)

A partir de 1950, na passagem do século XX para o século XXI, o racismo se transformou e se renovou mais uma vez. Sistemas sociais de comunicação e controle foram acionados como forma de impedir o questionamento e garantir a permanência das práticas racistas no Brasil. A infraestrutura e a urbanização também foram manipuladas para, através do espaço, reforçar uma posição social dos negros como marginalizados e inferiores, e não permitir com que os mesmos reconstruam sua identidade cultural, social, econômica e política.

Com todas essas estratégias, parte do racismo permaneceu intocável. A situação dos negros permanece, até a atualidade, cercada por estereótipos, obstáculos e exclusão, devido à constante atualização das engrenagens que estruturam esse sistema e a desigualdade social em sua tríade de opressões. Mas, seria um equívoco não exaltar todas as conquistas do Movimento Negro ao longo da história, que fizeram com que as brechas da opressão se abrissem ainda mais e se dissolvessem para a liberdade, inserção social e o empoderamento desses personagens. Esquecer seria alimentar ainda mais o racismo, e ignorar suas fraquezas e a força que o Movimento Negro alcançou, a ponto de que avanços sejam percebidos no cotidiano atual brasileiro.

Por isso, primeiramente, exalto todos os processos legislativos de criminalização do racismo que teve início nessa época no país. Apesar de, muitas vezes, as leis serem manipuladas como máscara cultural das práticas racistas, elas não deixam de ser essenciais para o enfraquecimento cada vez maior desse sistema. Relembro que em 1951 e em 1989 foram institucionalizadas as leis **Afonso Arinos** e **Caó**, respectivamente, responsáveis por criminalizar e intensificar as penas sob o crime de racismo. Evidencio ainda que um processo de elaboração e aprovação de uma lei no Brasil é extremamente burocrático e trabalhoso, e, em algumas situações, as inúmeras legislações retratam demandas sociais e transformações da mentalidade da população. Por isso, afirmo que a luta foi de fato grandiosa. Era difícil pensar que na metade do século XX uma lei antirracismo pudesse ser aprovada em meio ao Projeto UNESCO e o auge do imaginário da Democracia Racial; e mais ainda, outra lei mais rígida surgisse em 1989, logo após o fim da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil em meio a turbulências políticas. E isso aconteceu.

Todos esses contextos são indicadores de que o Movimento Negro e a realidade dessas pessoas - suas culturas e histórias – têm quebrado barreiras, a ponto de institucionalizar que a sua exclusão, discriminação, e separação são crimes e que não apresentam mais embasamento científico, social e nem moral - mesmo que na prática as experiências racistas ainda se fazem presentes na estrutura cotidiana dos brasileiros.

As conquistas dos Movimentos foram amplas. Em todos os cantos do mundo, cada vez mais, os negros iam abrindo portas para sua voz, para o direito ao voto, para o direito à cidade, para o acesso à educação e saúde pública e para possibilidades no mercado de trabalho. Essa última metade do século XX foi de efervescência total de muitos movimentos sociais como o feminismo, movimentos políticos e o movimento negro. No Brasil, o movimento que mais influenciou foi o Movimento Negro do Estados Unidos. Segundo Ângela Davis (2016), o Movimento Negro norte-americano teve seu auge em 1960 quando as questões culturais ultrapassaram as barreiras e chegaram as ruas. Manifestações, enfrentamentos e revoltas se consolidaram como a principal estratégia de voz dos negros no final do século XX.

Essa ânsia e necessidade de luta inspirou o Movimento Negro no Brasil. Em 1970 o Movimento ganhou força nas ruas brasileiras através de protestos e manifestações. Os espaços públicos, neste momento, não mais foram limitados como espaços de expressão cultural dos negros, como também se tornaram espaços de inversão, crítica e gritos sociais. Mas, diferente dos vizinhos de continente, o Brasil, desde a época da escravidão já apresentava essa veia do embate direto, em outras palavras, neste momento o que mudou foram os mecanismos de reivindicação. Por esse motivo, na década de 1970 essa instância de luta se fortaleceu. Para além de todos os movimentos icônicos aqui apresentados e suas revoltas, Gil Alessi (2019) reforça, de acordo com Paulo Duarte (1899-1984), jornalista, que comícios, manifestações, e protestos aconteciam frequentemente nas ruas e praças do Brasil desde a década de 1940.

Apesar de ser a mesma veia de reação e confronto, como foi escrito anteriormente, essas manifestações apresentaram outras estratégias de organização e conduta nessa época. Lisandra Silva (2018) e Rita Velloso (2016) definem esses conflitos como uma dinâmica de contraconduta. Segundo as mesmas, esse movimento seria uma manifestação de recusa através da performance do corpo com a intenção de projetar mudanças nas redes de forças, sem uma reforma drástica no sistema de produção e político como um todo. Mesmo assim, essa configuração de luta apresenta uma formação ideológica como base, não só com objetivos focados em conquistas específicas. Penso que esse seria o caso do Movimento Negro organizado, pois se constitui como um movimento que almeja o fim das práticas racistas, em toda a sua complexidade: sem exigências, conscientes, de uma transformação drástica do

sistema político e econômico (em sua maioria). Além disso, as dinâmicas a partir dessa fase passaram a se organizar levando em consideração o potencial de apropriação do espaço da cidade, que historicamente não os pertencia (VELLOSO, 2016). Ou seja, as manifestações neste momento demonstraram o espaço como um instrumento, estratégico, para a potencialização de suas reivindicações, que guiaram a lógica de apropriações espaciais para esse fim.

Mais do que isso, essa nova estratégia de enfrentamento direto despertou uma unidade das organizações sociais, para abrigar, em uma única coletividade, mais números, mais vozes, e mais demandas dos diferentes grupos negros. Dado esse contexto, surgiu, no Brasil, o Movimento Negro Unificado (Figura 56) (GELÉDES, 2018). Esse Movimento, como o próprio nome demonstra, se tornou o principal foco do Movimento Negro brasileiro, unificando diversas lutas com o objetivo máximo em comum de combate ao racismo.

Figura 56- Lançamento do Movimento Negro Unificado na Escadaria do Theatro Municipal de São Paulo.



Fonte: DESIDÉRIO, 2016.

O Movimento Negro Unificado vive até hoje, e é uma das principais organizações de luta negra. Mais do que ir as ruas, câmaras, espaços públicos e institucionais gritar por reconhecimento e igualdade (Figura 57 e 58), o MNU também trabalha com a retomada histórica e a construção da identidade a partir do espaço (GELEDES, 2018). Segundo organizadores, o veículo de estruturação do movimento se institui no processo de “*reterritorialização*”, ou seja, ocupação do espaço urbano para projetar suas vozes por poder político, cultural e por reconhecimento da cidadania desse grupo (GELÉDES, 2018).

Figura 57- Imagem do Ato de Lançamento do MNU em 1978.



Fonte: PEREIRA, N.M. 2019.

Figura 58- Movimento Negro Unificado nos anos da Ditadura Militar em Manifestação na Praça Ramos de Azevedo.



Fonte: Fotografia por: Jesus Carlos. Reproduzida por: GELEDÉS, 2018.

Essas dinâmicas de manifestações, organizações e apropriações ganharam cada vez mais voz, a ponto de chegarem ao âmbito político - âmbito nunca aberto para esse grupo social. Além das leis que criminalizaram o racismo, formou-se no fim da década de 1980, o **Conselho de Participação da Comunidade Negra**, que do âmbito federativo se fragmentou, na atualidade, em diversas secretarias dos estados brasileiros, para que a demanda desse grupo fosse devidamente verificada e atendida. Os conselhos têm como objetivo: a pesquisa da realidade vivida em cada estado brasileiro pelas comunidades negras; e a criação de proposições de intervenção a favor desses grupos.

Na década de 1990, a proporção das conquistas do Movimento Negro foi tão grande que os políticos não puderam fechar os olhos mais. Segundo George Andrews (2015), por uma

decisão de interesse e estratégia político-eleitoral, os diversos partidos brasileiros perceberam na causa negra uma abertura para a conquista ainda maior das bancadas nas diversas instâncias de poder. Apesar de todo um aparato político e jogos que envolveram essa valorização, pela primeira vez os negros se tornaram peça importante, e reconhecida, para a política brasileira. Valorizou-os como sujeitos, como coletividade e como luta disseminada nacionalmente.

A propagação chegou até o centro máximo de poder, e a partir daí a negritude passou de um objeto eleitoral para se tornar objeto de mudança social. Nos principais governos presidenciais da fase democrática do Brasil (1989 – até os dias atuais), políticas públicas importantes marcaram história a favor do empoderamento e do acesso a cidadania pelos negros. No governo de Fernando Henrique Cardoso (mandato de 1995-2003), segundo Lilia Schwarcz (2012), inúmeras medidas foram tomadas em relação a pesquisa, discussões e garantias do direito dos negros. Destaco que a maioria dos projetos foram resultados da pressão popular, mais uma vez vindas das ruas: a Marcha Zumbi (Figura 59).

A Marcha Zumbi, foi uma manifestação realizada em novembro de 1995, com o intuito de homenagear um dos maiores símbolos do movimento antiescravista, o chefe quilombola Zumbi dos Palmares, morto a exatamente 300 anos na época (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2020). A ocupação orgânica das ruas de aproximadamente 30 mil pessoas em Brasília foi responsável por ampliar o alcance da luta negra e projetar a força de suas demandas na cidade (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2020). Dessa forma, o governo ficou sem saída. O movimento ainda entregou um documento com a discriminação de diversas demandas da luta negra, encurralando a política de forma única (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2020).

Assim, a partir desse dia, foi criado o **Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra** e, um ano depois, foi realizado o **Seminário Multiculturalismo e Racismo: O papel da “ação afirmativa” nos Estados Democráticos contemporâneos** (SCHWARCZ, 2012). Criou-se também, nesse mesmo governo, o **Programa Nacional de Direitos Humanos**, que juntamente com os demais projetos levou o Brasil a participar, em 2001 na África do Sul, da **Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância** (SCHWARCZ, 2012).

Figura 59– Marcha Zumbi na capital do país, Brasília, em 1995.



Fonte: Fotografia por: Fernando Cruz, disponibilizada pelo Acervo da CSBH/FPA. Reproduzida por: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2019.

Depois dessa explosão, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (mandato de 2003-2011), mais conhecido como Lula, manteve essas medidas e as intensificou ainda mais. Lula colocou em prática um dos projetos mais importantes de inclusão social do país, estabelecido no governo anterior (2001), e institucionalizado somente em 2006: a **Lei de Cotas**. A Lei nº 12.711, entrou em pleno funcionamento em 2012, devido a sua implantação gradual. A mesma determina um percentual de vagas no ensino superior federal, público, para os grupos historicamente marginalizados no Brasil, o que inclui: negros, indígenas e pobres. Isso garante a oportunidade de acesso à educação, e, segundo Schwarcz (2012), certa correção da exclusão e dos incontáveis “não acessos” passados.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

Gráfico 34— Resultados da Política de Cotas do Brasil. O acesso de pretos e pardos às unidades de ensino superior aumentou cerca de 500% e 350%, respectivamente, até 2014.

| TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS POR RAÇA/COR - BRASIL - 2001 - 2014 | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Branços | 14,5 | 15,8 | 17,2 | 16,5 | 17,5 | 19,7 | 20,2 | 20,8 | 21,6 | 21,3 | 22,4 | 23,6 | 25,3 |
| Pretos | 2,2 | 3,2 | 4,3 | 4,8 | 6,3 | 6,5 | 6,4 | 7,5 | 7,5 | 7,9 | 8,2 | 10,2 | 11,4 |
| Pardos | 3,6 | 4,0 | 4,7 | 5,2 | 5,7 | 6,5 | 7,2 | 7,9 | 8,8 | 9,7 | 10,3 | 11,2 | 12,1 |

| TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULAS POR LOCALIDADE - BRASIL - 2001 - 2014 | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
| Urbana | 10,6 | 11,5 | 12,7 | 12,6 | 13,3 | 14,9 | 15,3 | 15,9 | 16,6 | 16,6 | 17,4 | 18,3 | 19,6 |
| Rural | 1,3 | 1,7 | 1,6 | 1,7 | 2,2 | 2,4 | 3,1 | 3,4 | 4,3 | 4,1 | 4,4 | 6,1 | 5,9 |

Taxa líquida de matrículas por raça/cor no país, de 2001 a 2014, e taxa líquida de matrículas por localidade no país, no mesmo período. Fonte: IBGE/PNAD

Fonte: HERINGER, 2018

O presidente Lula não parou as intervenções: acrescentou à disciplina de História, o estudo da história da África e dos indígenas; estabeleceu a **Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial**, em 2003; e montou e divulgou a cartilha do **Politicamente Correto & Direitos Humanos** (2004) (Figura 60), que condena cerca 96 expressões consideradas pejorativas a esses grupos marginalizados (SCHWARCZ, 2012).

Figura 60– Algumas páginas da **Cartilha do Politicamente Correto & Direitos Humanos**, publicada em 2004.

Politicamente Correto & Direitos Humanos

Presidente da República
Lutz Inácio Lula da Silva

Secretário Especial dos Direitos Humanos
Nilmarino Miranda

Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Perty Cipriano

Presidente da Fundação Universitária de Brasília
Edeijavá Rodrigues Lira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Politicamente Correto & Direitos Humanos

Antônio Carlos Queiroz
Brasília, 2004

Presidência da República
Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º andar
70064-900 – Brasília, DF.
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br
Internet: www.presidencia.gov.br/sedh

© Copyright: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

M

Macumbeiro – Expressão que discrimina o praticante da macumba, culto religioso sincrético de elementos do candomblé, de religiões indígenas e do catolicismo. Por extensão, refere-se aos feticês das religiões de origem afro-brasileira, como a quimbanda e a umbanda, preconceituosamente chamados de feticheiros ou bruxos.

Malandro – Antigamente, referia-se ao indivíduo esperto, que não gostava de trabalhar e vivia de expedientes e pequenos golpes. Foi um tipo folclórico que marcou a cena urbana do Rio de Janeiro, cuja extinção foi cantada por Chico Buarque no samba “Homenagem ao malandro”: “Mas o malandro pra valer./ não espalha/ aposentou a navalha./ tem mulher e filho e tralha e tal”./ Dizem as más línguas que ele até trabalha/ Mora lá longe e chacoalha/ Num trem da Central”. O fato é que a crise econômica crônica do País, com o desemprego beirando os 20% da população economicamente ativa, enfraqueceu a conotação pejorativa do termo no sentido de vagabundo.

Maluco – Ver os verbetes “Doído” e “Louco”.

Maneta – Palavra depreciativa de pessoa a quem falta um braço ou uma mão. Deve ser evitada, para não ofender. O mesmo se aplica a perna (ver).

Marginal – Originalmente, marginal era o indivíduo que vivia à margem do meio social em que deveria estar inserido, desconsiderando os valores, costumes e normas de seu entorno. Na situação de exclusão social estrutural da sociedade brasileira, o termo perdeu o antigo sentido, pois milhões de pessoas, desempregadas nas grandes cidades ou sem terra para cultivar, no campo, encontram-se à beira da marginalidade econômica e social. “Marginal”, como “vagabundo”, acabou se tornando palavra de forte carga ideológica, usada para discriminar os membros das camadas mais pobres da população.

Maria vai com as outras – Expressão preconceituosa contra as mulheres, consideradas de caráter fraco ou sem personalidade.

Melhor idade – Formula ainda mais eufemística do que “terceira idade” para referir-se às pessoas idosas. Não contribui para ampliar sua auto-estima nem sua dignidade.

Percebe-se então que nos anos 2000, o Movimento Negro ganha uma dimensão institucional, política e legal, o que estabeleceu uma interrelação entre o Movimento e as políticas públicas antirracistas – não somente leis – em que um fortalece o outro. Por conta disso, o Movimento Negro consolidou ainda mais o direito à ocupação e a apropriação das ruas e dos espaços públicos, o que fez com que, na entrada do novo século, o Movimento revelasse uma *dimensão de imersão cotidiana institucionalizada*.

Um exemplo disso seria o movimento *Black Lives Matter*¹⁰³ (2013-2014). Segundo o Instituto da Mulher Negra, *Geledés* (2015), esse movimento contemporâneo iniciou no Estados Unidos, e se propagou para o mundo. Este promove manifestações importantes contra a violência e o racismo institucional sobre os negros. Mais que isso, promove também a valorização dos costumes e características desse grupo (GELEDÉS, 2015). Esse movimento chegou no Brasil, e trabalha no país, principalmente, na defesa da real aplicação dos direitos humanos para esse grupo social, e ainda a propagação de objetos, hábitos e tradições negras e africanas históricas.

Entre os inúmeros exemplos da inclusão constante da negritude no cotidiano brasileiro, podemos citar: a valorização do cabelo crespo (Figura 61); a moda do turbante (Figura 62); o incentivo de pequenos empreendedores, mulheres e negros; a propagação dos ritmos das favelas, o Rap e o Funk; a propagação da arte da periferia, antes ilegal, como o picho e o grafite, entre tantas outras questões.

Figura 61– Movimento de valorização e incentivo para que as mulheres assumam os cabelos cacheados, característica física associada às pessoas negras.



Fonte: Ana Catarina, 2016.

¹⁰³ “ Vidas Negras Importam” (tradução da autora).

Figura 62– Movimento “**Meu Turbante é Minha Coroa**”. Movimento que incentiva e valoriza o uso do turbante no dia-a-dia, acessório símbolo da cultura negra na luta pelos direitos civis. A ideia é propagar o símbolo como algo além de um acessório étnico, para um acessório *fashion* e cotidiano.



Fonte: DE OLIVEIRA, 2017.

Essa inclusão e dispersão da cultura negra, anteriormente esquecida, não é de responsabilidade somente desse movimento ou do Movimento Negro Unificado. As favelas, os quilombos, os movimentos culturais, e os artistas são igualmente responsáveis por essas conquistas. Destaco, então, três principais frentes de inclusão social do Movimento Negro na atualidade, século XXI: *a sobrevivência e efervescência cultural; manifestação e protestos nas ruas; e a permanência e a legalização dos quilombos urbanos e rurais.*

Primeiramente, segundo Ilse Scherer-Warren (2014), socióloga e ativista brasileira, as manifestações sociais contemporâneas se apresentam em uma série de variedades a depender de sua organização, apropriação espacial, institucionalização, objetivos e seus membros. Segundo a mesma, manifestações sociais podem ser parte de um movimento social – organização permanente e com estratégias e objetivos de construção a longo prazo -, ou serem independentes (SCHERER-WARREN, 2014). Ao meu ver, o Movimento Negro em toda sua complexidade, faz jus ao seu nome e de fato se configura em um movimento social por razões óbvias já discutidas. Além disso, o Movimento Negro, ao longo de toda a história, apresentou uma rede de possibilidades de ativismo e manifestações, assim como atualmente com essas três frentes de atividades e suas ramificações.

As manifestações sociais atuais têm um caráter efêmero e são construídas a partir de uma ânsia reativa, impulsionada pela oposição imediata à alguma decisão institucional ou privada, e/ou pelo objetivo de criar visibilidades às demandas dos movimentos (SCHERER-

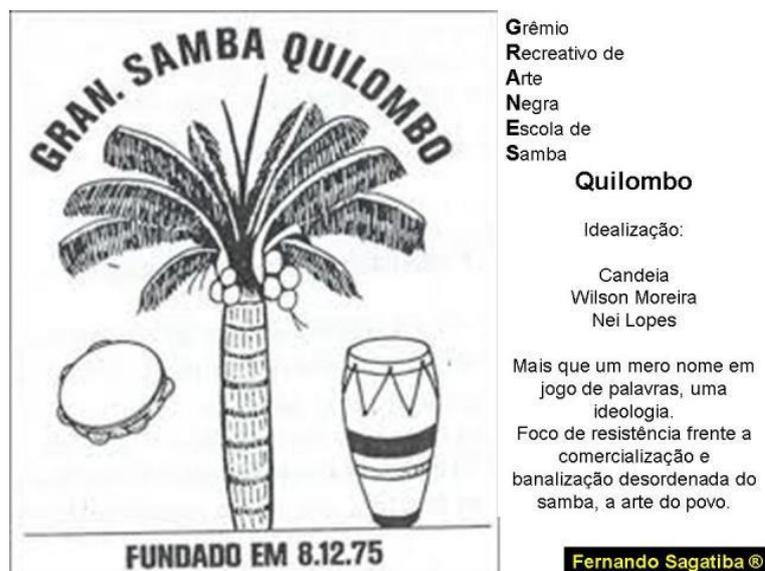
WARREN, 2014). Por esse motivo, entende-se as manifestações como eventos políticos que usam da ocupação e da apropriação do espaço - muitas vezes a partir da inversão de seu uso original - para levantar a voz para indignações e demandas, e iluminar causas históricas de luta. Logo, as manifestações do Movimento Negro, na atualidade, se fragmentam em tipologias diversas, em demandas numerosas e em objetivos específicos que se unem em uma base única: a negritude.

Assim, a fragmentação substituiu a unificação do Movimento, em um processo que as ramificações das ações se transformaram em pluralizações de centros de atendimento das numerosas lutas negras, e de lutas, muitas vezes esquecidas como tal. Florestan Fernandes (1978) e Lisandra Silva (2018) citam alguns poucos exemplos dos incontáveis centros de luta dos objetivos negros. A partir da década de 1970, centros foram estabelecidos no país, como: **Núcleo Cultural Afro-brasileiro; Casa Cultura Afro-brasileira; Centro de Estudos Brasil-África (CEBA)**, e a **Escola de Samba Quilombos** (Figura 63) (FERNANDES, F. 1978). No caso de Belo Horizonte, como exemplo, é possível identificar também: **Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), União Nacional por Moradia Popular (UNMP)**, etc.¹⁰⁴

Na questão da terra: Que os movimentos negros apurem onde existem terras ocupadas por comunidades negras, e providenciem por meios legais, a aplicação da usucapião evitando problemas de usurpação das terras. Luta pela defesa dos posseiros, na sua maioria negros e mestiços, com aplicação das leis, desprezadas pelo próprio Estado. (NASCIMENTO, 1985).

¹⁰⁴ Como é possível notar, muitos nomes não incluem a luta antirracista. Entretanto, lembro que as demandas por acesso e reconhecimento dos diversos instrumentos que excluem os negros é sim uma luta de cor. Como exemplo, ilustro: já que os negros, historicamente, não têm acesso a moradia, a luta pela democratização do acesso a esse bem, deve ser considerada também uma luta negra, antirracista, cotidiana e institucional.

Figura 63- Anúncio da Escola de Samba Quilombo: A Árvore que Não Esqueceu a Raiz.



GRAN. SAMBA QUILOMBO

Grêmio Recreativo de Arte Negra Escola de Samba Quilombo

Idealização:
Candeia
Wilson Moreira
Nei Lopes

Mais que um mero nome em jogo de palavras, uma ideologia. Foco de resistência frente a comercialização e banalização desordenada do samba, a arte do povo.

Fernando Sagatiba ®

FUNDADO EM 8.12.75

Fonte: SITE RAIZ DO SAMBA, 2012.

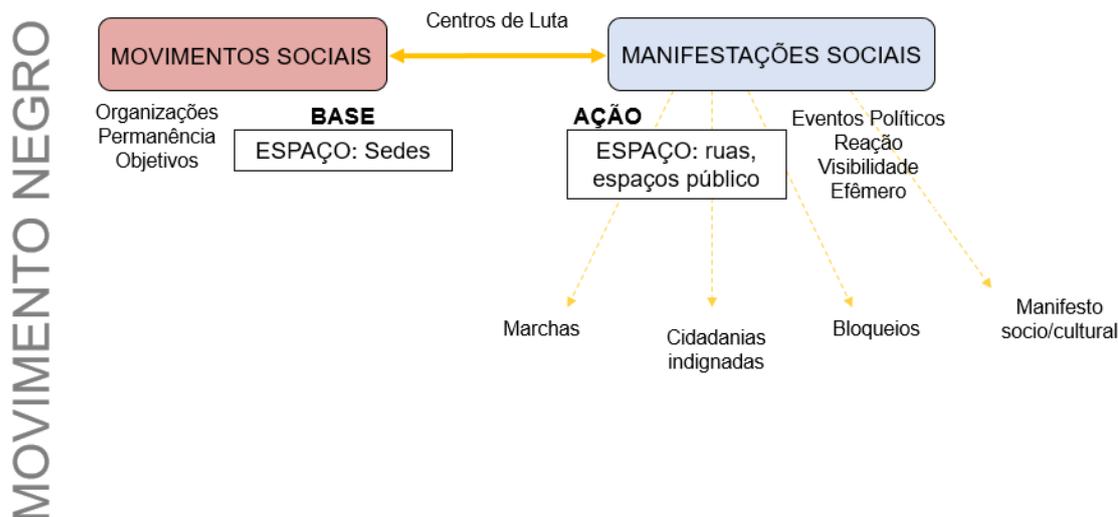
Assim, em uma correlação constante, as manifestações permanecem e se especificam cada vez mais. As mais diversas demandas ganham as ruas e ecoam as urgências do Movimento Negro (Figura 64).

Figura 64- Mobilização pelo Direito à Moradia e à Cidade.



Fonte: SITE TERRA DE DIREITOS, 2015.

Gráfico 35– Diagrama Movimento e Manifestações Sociais contemporâneas, segundo a leitura de Ilse Scherer-Warren (2014).



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Dentre as manifestações sociais, o manifesto cultural está incluído como uma das formas de externar e praticar protestos espontâneos ou atrelados a movimentos sociais. O mesmo acontece com o Movimento Negro. Desde a época da escravidão, a sobrevivência e o conflito desse grupo social tinham como uma de suas engrenagens a transmissão contínua de seus valores culturais, históricos e coletivos. Durante todos esses anos as manifestações culturais se estruturaram em roupagens diversas, e, na atualidade, ela se transformou novamente para que a linguagem da negritude penetre no cotidiano e nos valores culturais brasileiros.

Essa visão de mundo que se caracteriza por um forte vínculo com valores, tradições, crenças, costumes, linguagem, identifica-se com raízes culturais africanas, perpassa o cotidiano de grande maioria das pessoas que se define de origem africana, estabelecendo uma relação profundamente enraizada no seu imaginário. (SCHWARCZ, 2012. p. 74).

Muitos avanços na luta do desenraizamento das práticas racistas foram conquistados através das inserções culturais que expandiram as trocas e a flexibilização da cultura branca¹⁰⁵ e racista. Na atualidade, a expansão e o fortalecimento da cultura negra se configuram em suas principais estratégias. Primeiramente, já foi estudado que os negros, a partir da segunda metade do século XX, começaram a ter acesso ampliado à educação básica e superior. A partir desse momento, então, o resgate histórico e a bagagem de luta aumentam, o que dá ainda mais combustível para a questão cultural. Sabe-se que, segundo Frederick Douglas (*apud* DAVIS, 2016. p.108): “O conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão.” Por isso, o

¹⁰⁵ Segundo Raquel Rolnik (2019), essa dimensão cultural e política branca, seria nomeada como *branquitude*. A branquitude se define como parâmetros sociais hegemônicos e históricos. Ela tem um tom definidor e impositivo de práticas e de imaginário social (ROLNIK, 2019).

acesso à educação, ao ensino superior e a sua própria história como referência de conhecimento provocam: a diminuição da desorientação; o enriquecimento do lazer e da cultura para esse grupo; um maior acesso a oportunidades; o fortalecimento identitário; e a não dependência social.

Mais do que a educação, existem também os chamados mediadores culturais. Segundo Waldemir Rosa (2006), os mediadores culturais são expressões artísticas que se propagam dos espaços e práticas, historicamente, negros (como as favelas e quilombos) para as áreas, historicamente, brancas, e por isso são considerados como *intermediários entre conflitos*, já que se colocam em uma relação conectora entre mundos diferentes através da cultura. Os mediadores são como culturas fluídas, que se movimentam entre as diferentes experiências, mas não esquecem dos objetivos: de tornar visível a cultura negra; trazer valorização e autoestima para esses personagens; e denunciar a segregação, a violência, a desigualdade e o racismo (ROSA, 2006).

Florestan Fernandes (1978) cita o movimento *Black Mad* ou *Soul* (Figura 65) que se propagou em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1970 – apesar de muito reprimido durante a Ditadura Militar, de acordo com Raquel Rolnik (2019). O movimento também foi herança do Estados Unidos, mas ganhou as noites paulistas e cariocas disseminando um novo estilo de vida baseada na vida negra: vestimentas, lazer, música, cabelos, etc.

Figura 65– *Baile Soul* dos anos de 1970



Fonte: BRYAN, 2016.

Rosa (2006) cita o RAP, Hip-Hop e o Funk no Brasil, herança do movimento *Black Mad* e de outras culturas musicais americanas como mediadores também (Figura 66). Todos esses ritmos são responsáveis, não só por trazer questionamento ou ritmos negros para as práticas

diárias (tanto do branco como do negro) como também envolve vestimentas, comportamento, linguagem, e uso do espaço que se misturam e incluem cada vez mais esse grupo social antes anulado. Mesmo com essa transmissão inquestionável através da cultura, reforço que ainda hoje, quando os espaços e os protagonistas desses ritmos são negros, a discriminação, e até a violência, muitas vezes permanece. Muito se vê ainda da ideia de estabelecer padrões de circulação dessas culturas, como o controle dos bailes funks, da expressão dos grafites, entre outros diversos. Logo, junto com a conquista e com abertura desse âmbito, também se constata a permanência do controle e da repressão.

Figura 66– Duelo de MCs no Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte.



Fonte: SITE SOUBH, 2017.

Outro exemplo seria a cultura religiosa. Muitas religiões e espaços de fé de origem negra permanecem na escuridão dos becos das inúmeras favelas do Brasil. Porém, em muitas cidades as mesmas já chegaram às ruas e aos costumes dos brasileiros (Figura 67) (ROLNIK, 2019). Rolnik (2019) também reforça em seu artigo que a religião é um dos principais veículos de sobrevivência, liberdade e pertencimento, o que se pode confirmar na continuidade dessas crenças e práticas por tantos anos, mesmo com perseguições, ilegalidade e discriminação. Nesse momento, mais do que permanência, as religiões negras, ganham proporção, voz e papel social, mesmo com um grande caminho ainda pela frente.

Figura 67- Festa Popular de Iemanjá.

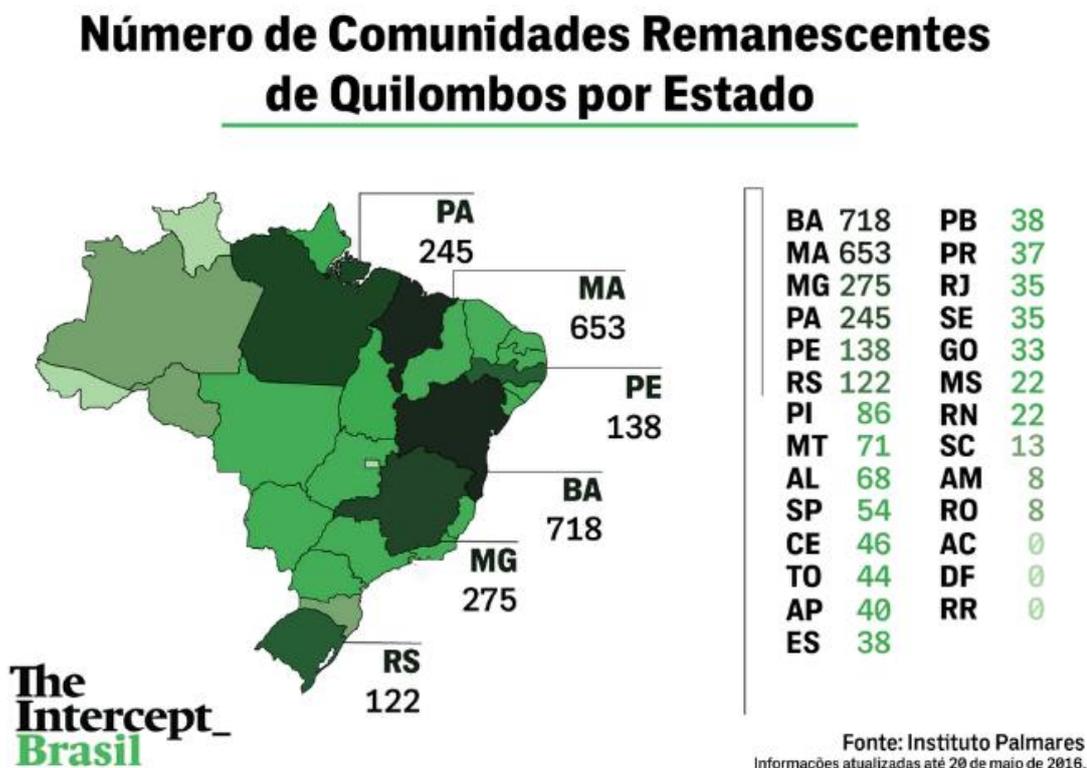


Fonte: Fotografia por: Lázaro Roberto. Reproduzida por: GELEDÉS, 2019.

Os quilombos também são espacialidades e tradições que conquistaram avanços em sua compreensão nas cidades, nos campos e no cotidiano urbano do Brasil. De acordo com a leitura de Wagner Vinhas (2018), a partir de 1990, as comunidades quilombolas também foram inseridas nas pautas de discussão da política institucionalizada, principalmente porque, ao longo dos anos, esse agrupamento transformou seu caráter de enfrentamento para se tornar uma resistência pacífica. Neles se prioriza manter experiências e vivências cotidianas de suas origens a promover transformações sistêmicas e adotar o conflito direto.

Uma década depois, em 2004, o **Programa Brasil Quilombola** foi instituído pelo governo do presidente Lula. Esse anunciou o reconhecimento e o processo de regularização dessas comunidades (SILVA, 2018). O programa é responsável não só pelo registro dos inúmeros quilombos do país, como também garante: o acesso às terras, o reconhecimento do uso e da posse; infraestrutura urbana de serviços, saúde e educação; inclusão econômica; e direitos e cidadania (BRASIL, 2007). Segundo o Jornal *The Intercept* Brasil (2017), atualmente o Brasil apresenta cerca de *3 mil comunidades quilombolas registradas* em todo o país (Figura 68).

Figura 68– Infográfico dos números de comunidades quilombolas nos estados brasileiros.



Fonte: GONÇALVES & DEZAN, 2017.

Mesmo com esse reconhecimento, institucional, e a chegada de um novo olhar para as demandas dessas comunidades, relembro que o constante processo de regularização, demarcação de terras, e de instalação de infraestrutura depende dos interesses de cada governo, já que a lei faz parte de uma política pública. Isso vincula a execução do projeto às prioridades ou não das cadeiras políticas em atividade (SILVA, 2018).

Contudo, experiências recentes demonstram que a manutenção da titularidade do domínio em nome da União, ou do poder público de modo geral, significa estar suscetível às regras e orientações ideológicas de determinado governo, o que atualmente corresponde a eminente risco de não garantia do direito às comunidades indígenas [e quilombolas]. (SILVA, 2018. p. 146)

Porém, após os tantos estudos nesta dissertação não hesito em afirmar que a sobrevivência desses quilombos não está vinculada somente ao processo de institucionalização dos mesmos, pois a permanência desses agrupamentos se concretizou mesmo em meio a perseguições, violência, silenciamento e ilegalidade. Logo, a resistência deles vem da força da cotidianidade, das organizações espaciais, das práticas culturais, coletivas e históricas, e das constantes adaptações coerentes com as mudanças da sociedade brasileira.

Desde o início do século XX, os quilombos se expandiram, em sua espacialidade e vivências, e se tornaram sinônimo de ações e de ideologia da negritude. Por esse motivo, Vinhas (2018) define o quilombo contemporâneo como a continuidade desta perspectiva fluída de experiências. Segundo o autor, existem duas tipologias de comunidades quilombolas. Alguns quilombos se encontram em espacialidades específicas e lugares de refúgio dessas práticas, com todas as características originais discriminadas ao longo deste texto (Figura 69 e 70) (VINHAS, 2018). Porém, também existem os quilombos que se definem como ações de autoafirmação, memória e sobrevivência - os quilombos em forma de manifestação (*virtuais*) (VINHAS, 2018).

Figura 69– Quilombo Mangueiras em BH.



Fonte: Fotografia por: Rafa Aguiar. Reproduzida por: CÂMARA MUNICIPAL DE BH, 2018.

Figura 70– Reunião de Moradores no Quilombo Mangueiras



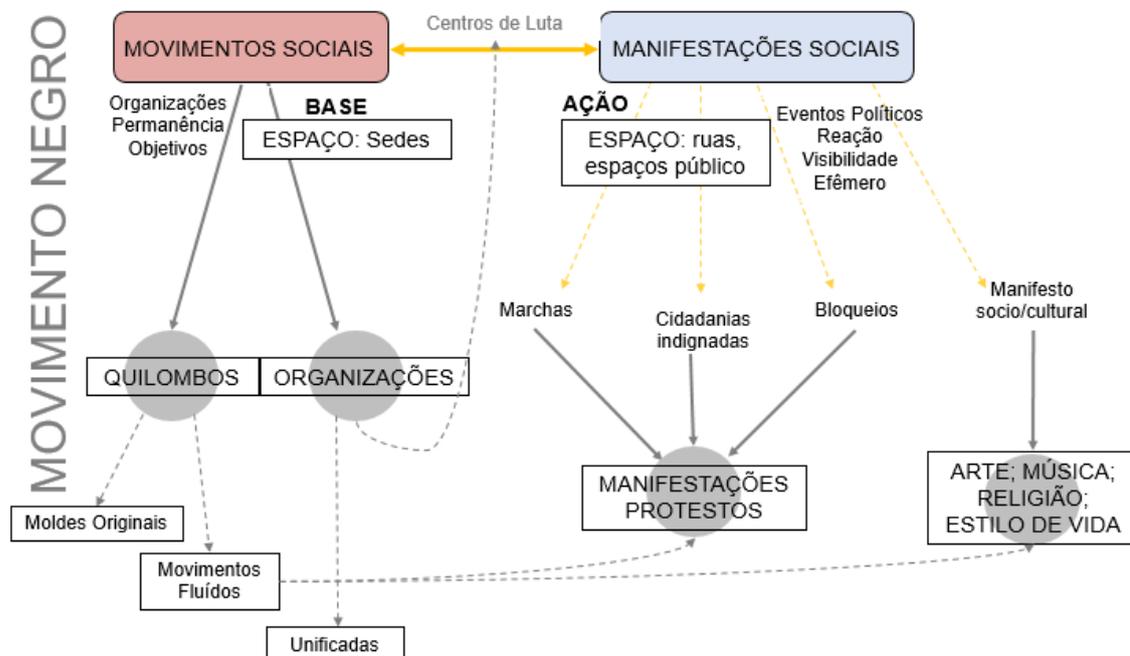
Fonte: SITE BLOG DA REGIONAL NORTE, 2015.

Por todas essas questões concordo com a definição de Wagner Vinhas (2018) que o Quilombo pode ser entendido como um objeto em constante construção que reproduz veementemente a reprodução de sua origem social e da sua identidade.

Em síntese, entende-se que as manifestações e os diversos Movimentos Negros intensificaram sua relação e sua influência um sobre o outro. Ao longo da história o enfrentamento, a cultura e as sociedades alternativas foram responsáveis por movimentar e abrir espaços para conquistas importantes no estabelecimento das práticas contrárias ao racismo no cotidiano. Conclui-se, então, que o Movimento Negro se estruturou nessas três estratégias demonstradas para o enfrentamento diário de suas lutas. No âmbito do *embate*, os conflitos ganharam proporção e as cidades, ora de forma unificada e ideológica; ora de forma ramificada em objetivos específicos. No campo da cultura, estaria o momento de sua consolidação do cotidiano brasileiro. Várias manifestações artísticas, musicais e criativas se tornaram instrumentos de inserção social na inflexível *branquitude* – e muitas vezes até apropriada por ela. Por fim, os quilombos passam a contribuir para a luta da legalização de diversos aspectos infraestruturais para esse grupo, além de serem responsáveis pela permanência e proposição de transformações de forma constante na sociedade.

Termino esse subcapítulo evidenciando que o Movimento Negro permanece em constante relação com a produção do espaço urbano na atualidade. O espaço foi descoberto como um caminho da liberdade, do enfrentamento, e da voz em muitos momentos, e assim, também se tornou instrumento na luta contemporânea. Através dele, e por todas essas dinâmicas sociais, leis e políticas públicas se inseriram na institucionalidade da vida dos brasileiros, o que ocasionou uma quebra de algumas práticas racistas e da produção do espaço em prol da segregação que ainda se encontra estampada nas cidades do país.

Gráfico 36– Diagrama Movimento e Manifestações Sociais contemporâneas, segundo a leitura de Ilse Scherer-Warren (2014) e a análise do Movimento Negro na atualidade.



Fonte: Desenvolvido pela autora

4.7 O Papel do Espaço nas Engrenagens das Práticas Racistas nos Últimos 70 Anos (1950-2020).

O racismo é um urbanista que planeja e define espaços de morte e vida nas grandes cidades. (CARTA CAPITAL, 2019).

Considerando as discussões desta dissertação, torna possível declarar que o espaço é sim um instrumento que precisa ser destacado tanto no processo de produção da prática racista, quanto na produção de suspiros para a negritude. No caso do espaço como produto e condição de produção do racismo, ao longo da história, foi comprovado que em todas as políticas públicas que tiveram a intenção (disfarçada) de manutenção das mesmas redes sociais de forças - de inclusão x exclusão -, a produção do espaço urbano esteve presente, em suas mais diversas dimensões. Complemento ainda que, assim como as práticas racistas se renovam em teorias, políticas e conceitos, o espaço também têm suas estratégias de manipulação constantemente atualizadas.

Desde depois da abolição da escravidão, o espaço foi instrumento: de institucionalização da ilegalidade social e da afirmação do não pertencimento dos negros; de controle de comportamentos, costumes e práticas; de símbolo e rótulo de inferioridade para os negros; de aprisionamento dessa camada social através de dívidas e de trabalho; de distanciamento físico

e social; do não acesso ao centro urbano, a infraestrutura e a dinâmica da cidade; e de dependência em relação as grandes instituições do mercado imobiliário. Por todos esses cenários, concluo que a manutenção e a atualização das ações e relações racistas ocorreram a partir da *potencialidade o espaço urbano ser manipulado como objeto de controle, dominação, materialização e experiência da segregação*. Logo, o espaço, com o passar dos anos, foi instrumento: *institucional* - de controle, vigilância e invasão do espaço privado dos negros; *simbólico* - de representação do afastamento social, de hierarquias, e de comportamentos; e *cotidiano*, já que transmite, em todas essas configurações, ideias e valores racistas a serem absorvidos e vividos¹⁰⁶.

Compreende-se também que a produção do espaço estabelecida no Brasil - em sua dimensão institucional, hegemônica e sistêmica - se configurou como um mecanismo: concreto e simbólico; de fácil manuseio pelas grandes instituições; que se encaixa na cadeia produtiva capitalista; e que reproduz todas as características de expressão, transmissão, vigilância, manipulação e silenciamento inerentes as práticas e aos conceitos racistas. Isso fez com que a segregação espacial no Brasil se estruturasse diretamente, e comprovadamente, ligada à segregação social e racial (GARCIA, 2009).

Essa construção social e espacial, fez com que essas estruturas permanecessem com a mesma base até os dias atuais. Nos dias de hoje, mesmo após todas as discussões sobre o crescimento do Movimento Negro, permanece nítido, em cada cidade brasileira, que os espaços urbanos ainda são essencialmente segregadores e racistas. Mais que isso, sabe-se que, de acordo com Jordi Borja e Manuel Castells (s/d., p.7. tradução da autora)¹⁰⁷ que "[...] a cidade segregada é a cidade do colapso da solidariedade social e, eventualmente, do império da violência urbana.", quadro típico das zonas urbanas do país.

As cidades do Brasil, na contemporaneidade, se encontram em um contexto de imensa complexidade em que as favelas, os conjuntos habitacionais, as centralidades, edifícios e condomínios horizontais de luxo, configuram em algumas das suas diversas frações. Mais ainda a desigualdade social se revela em todas escalas sociais - de espaços públicos até moradias; de instituições até ruas; de bairros até cidades; etc. (BORJA & CASTELLS, s/d).

A desigualdade de renda e as práticas discriminatórias no mercado imobiliário levam a uma concentração desproporcional de minorias étnicas em certas áreas urbanas nas áreas metropolitanas. Por outro lado, a reação defensiva e a especificidade cultural reforçam o padrão de segregação espacial, na medida em que cada grupo étnico tende

¹⁰⁶ Esses conteúdos serão mais bem trabalhados no subcapítulo 5.1 desta dissertação.

¹⁰⁷ “[...] la ciudad segregada es la ciudad de la ruptura de la solidaridad social y, eventualmente, del imperio de la violencia urbana.” (BORJA & CASTELLS, s/d. p.7).

a usar sua concentração nos bairros como forma de proteção, ajuda mútua e afirmação de sua especificidade. (BORJA & CASTELLS, s/d. p.5, tradução da autora).¹⁰⁸

Segundo Antônia Garcia (2009) a segregação na paisagem urbana se configurou e continua se estruturando na distribuição de moradias, ou seja, de acordo com a lógica do Sistema Capitalista em que a produção do espaço urbano se dá pelo acesso à propriedade privada (reprodução direta do homem). Em meio a essa distribuição, se encontram os espaços públicos, e seus “níveis” de acesso, responsáveis por conectar esses espaços privados.

A autora também afirma que existiu e existe no Brasil a chamada “*Discriminação Imobiliária*”, ou seja, uma “*Hierarquia Residencial*” (GARCIA, 2009). Esse processo define-se como uma conjuntura cíclica e viciosa, com diversos agentes manipuladores (Estado, mercado imobiliário, elite, etc.) que mantém, através do controle do acesso e do não acesso à moradia, a discriminação racial. A moradia então se consolida como uma peça chave de controle espacial das relações sociais, já que o não acesso a ela determina um não acesso a voz política, social, cultural, econômica, e realimenta novamente essa exclusão.

Para ele, isso significa que existe, por um lado, ‘a interação entre as determinações econômicas, políticas, ideológicas, na composição do espaço residencial, e por outro, um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores da ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência.’ (Castells, 1983. p. 210-211 *apud* GARCIA, 2009. p. 101).

Lisandra Silva (2018) define moradia como um espaço urbano habitado, associado à terra e a urbanidade, que determina relações sociais e espaciais. Em se tratando da sua dimensão simbólica, a autora (2018, p. 159) destaca “[...] moradia pode ser interpretada como condição do abrigo, do morar, do lugar no mundo, da identidade, da ancestralidade, assim como também pode estar relacionada ao reconhecimento, ao documento, ao patrimônio e ao poder.” Porém, morar não está limitado a residência, pois se amplia no acesso a infraestrutura, lazer, e mobilidade, ou seja, no direito à cidade. Logo, o direito à moradia e a cidade, apesar de serem lógicas urbanas distintas, se complementam e são dependentes. Portanto, nesse conceito de moradia, e no conceito determinado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a moradia se configura em uma propriedade simbólica, identitária e de direito coletivo (SILVA, 2018), o que na prática, no Brasil, é completamente desfigurado.

Segundo o Comitê das Nações Unidas, o direito à moradia adequada inclui, mas não se limita à: (1) Liberdades: proteção contra a remoção forçada, a destruição arbitrária e a demolição da própria casa; o direito de ser livre de interferências na sua casa, à privacidade e à família; o direito a escolher a própria residência, de determinar onde

¹⁰⁸ “*La desigualdad em el ingreso y las prácticas discriminatorias em el mercado de vivienda conducen a la concentración desproporcionada de minorías étnicas em determinadas zonas urbanas al interior de las áreas metropolitanas. Por otro lado, la reacción defensiva y la especificidad cultural refuerzan el patrón de segregación espacial, em la medida em que cada grupo étnico tiende a utilizar su concentración em barrios como forma de protección, ayuda mutua y afirmación de su especificidad.*” (BORJA & CASTELLS, s/d. p.5).

vive e de ter liberdade de movimento. (2) Garantias: segurança da posse; restituição da moradia, da terra e da propriedade; acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada; participação, em níveis internacional e comunitário, na tomada de decisões referentes à moradia. (3) Proteções: proteção contra a remoção forçada é um elemento-chave do direito à habitação adequada e está intimamente ligada a segurança da posse. (BRASIL, 2013 *apud* SILVA, 2018. p. 124).

A disposição das moradias, de acordo com a história da segregação espacial e social já analisada, sempre foi controlada pelas camadas sociais dominantes, que se traduzem nesse contexto em: Estado, instituições privadas e mercado imobiliário. Por isso, as tomadas de decisões, políticas públicas e legislações urbanas se tornaram o retrato de uma hierarquização social em que essas camadas permaneceriam com seus poderes imutáveis. Nas palavras de Luiz Cezar Ribeiro (2015, p. 37 *apud* SILVA, 2018. p. 125): “[...] o mercado de terras é o principal mecanismo gerador dos problemas urbanos: dispersão/hiperconcentração, déficit habitacional, crescimento periférico, alto custos dos equipamentos urbanos, etc.” Mais do que isso, outros vetores sociais foram essenciais para a manipulação do espaço em função dessa segregação estabelecida, como por exemplo: as oportunidades de emprego, situações de ilegalidade, inferiorização dos grupos sociais marginalizados, entre outras tantas já estudadas. Percebo ainda que através das moradias a manutenção da hierarquia e da distância social encontrou no espaço a sua materialização e controle. Seleciona-se estrategicamente o posicionamento das moradias e seus grupos, e as formas de conexão via espaço público (GARCIA, 2009).

O não reconhecimento da moradia como direito, faz com que ela dependa exclusivamente de uma ideia de mérito individual e do acesso a oportunidades de ganhos financeiros, que por sua vez se relaciona a uma inserção e aceitação social diferenciada e a um sistema socioeconômico baseado em privilégios. (SILVA, 2018. p. 60).

Esse ciclo de exclusão está em todas essas estratégias apresentadas, porém, mais do que isso, se revela, antes de mais nada, na deturpação dos conceitos de posse e propriedade. Assim como trabalhado anteriormente neste texto, o conceito de propriedade no Sistema Capitalista apresenta um tom de exclusividade, o que a transforma em um privilégio, não em um direito exercido (SILVA, 2018)¹⁰⁹. “[...] entende-se a propriedade como um instrumento fundamental à expansão do capital e à constituição do excedente de mão de obra necessário à sua reprodução capitalista fundamentada na diferenciação da distribuição de riqueza.” (SILVA, 2018. p. 47). Além disso, na história do Capitalismo no Brasil, foi notável que a única forma de acesso democratizado do espaço seria através do direito à posse, o que foi completamente desvinculado da ideia de propriedade, e assim, rompido em sua acessibilidade ampla (SILVA, 2018). Novamente, a distribuição de terras urbanas exclui uns, privilegia alguns e ignora a função

¹⁰⁹ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 2.1.

social da propriedade e da produção do espaço, determinada na Constituição Brasileira de 1988 (SILVA, 2018).

Por esse motivo, antes de qualquer jogo, estratégia ou mecanismo socioespacial, o conceito de moradia já nasce como privilégio devido as incoerências na base estrutural do sistema de produção implantado, independente disso não ser constitucional. Portanto, Silva (2018. p. 206) conclui que “[...] compreende-se que a condição da não propriedade jurídica dos moradores de favelas, negros em sua maioria, coloca-os em um espaço social determinado como ilegal: a ilegalidade compulsória como condição da raça.”

A propriedade privada (e moradia), em sua mais crua manifestação capitalista através de conceitos e legislações que se contradizem, e jogos de poder, interesse, uso, e burocracia, se institui hoje como um dos principais problemas urbanos e sociais no Brasil. A moradia como privilégio ou a sua posse instável e constantemente ameaçada, distancia os grupos sociais e os posiciona socialmente, segundo o próprio sistema: em uma hierarquia de moradias.

[...] percebe-se que a condição de inclusão ao sistema de privilégios é estruturada pela condição de cidadania privilegiada assim como a condição de cidadania privilegiada é estruturada pela condição de acesso ao sistema de privilégios típicos do habitus de uma classe específica, que tende a não incluir pessoas negras porque cor é um marcador social da diferença. (SILVA, 2018. p. 215).

Para além dos espaços privados, as cidades são formadas pelos espaços que conectam as diversas privacidades. Essas conexões também reproduzem a segregação racial e social, pois os espaços públicos – que inclui ruas, calçadas, parques, praças, algumas instituições, entre outros – também historicamente excluem os grupos marginalizados no âmbito social e espacial (FRANCISCO, 2014). Isso acontece, pois, os espaços coletivos ao longo da história dos negros, pobres e mulheres foi um espaço de punição e inferiorização de seus grupos. Essas punições com o passar do tempo se transformaram em uma institucionalização da insegurança e da violência, relacionando todos esses problemas das cidades com esses grupos (FRANCISCO, 2014).

Além disso, relembro que a infraestrutura urbana também faz parte da dimensão de espaço público. Dessa forma, o acesso a serviços como saneamento, energia elétrica, distribuição de água, segurança pública, também são determinantes espaciais que tem seu acesso (ou não) como instrumento de manutenção da segregação. Por isso, em concordância com Garcia (2009), considero que o transporte público pode ser o principal exemplo deles.

O direito à moradia adequada compreende mais do que um lugar para morar, e engloba a segurança de posse, as condições de habitabilidade (espaços adequados e protegidos do frio, da chuva, e ameaças à saúde), a disponibilidade de serviços e infraestrutura como saneamento básico, água potável, coleta de lixo e energia, a localização considerando o acesso ao emprego e a equipamentos públicos de educação e saúde. (Brasil, 2013:13). (COLLINS, 2015. p. 60).

A mobilidade, uma camada do espaço público de maior capacidade de conexão entre moradia, trabalho e lazer, se estabelece como principal meio de controle cotidiano e de relações entre grupos sociais e raças, já que é um agente conector em sua essência. “A mobilidade espacial nas cidades é um fator importante de igualdade de acesso a vários bens e serviços urbanos. [...] a desigualdade no uso desses meios de locomoção era uma das marcas no processo de urbanização e segregação urbana.” (GARCIA, 2009. p. 209). Logo, o não acesso aos transportes, política públicas direcionadas, oneração dos mesmos e a valorização do transporte individual, acaba por reforçar a exclusão dos mesmos grupos e impossibilitar o acesso às diversas dimensões do cotidiano de uma cidade (GARCIA, 2009). “Portanto, a posse de automóvel é variável, altamente discriminante em termos sociais e em termos raciais.” (GARCIA, 2009. p.210). Isso acontece, devido à mobilidade controlar o ritmo das cidades, das relações e a união ou o distanciamento de suas zonas (COLLINS, 2015). Esse setor urbano configura então, como um índice de desigualdade urbana, e, assim, pode ser pensado também como índice de desigualdade racial (GARCIA, 2009).

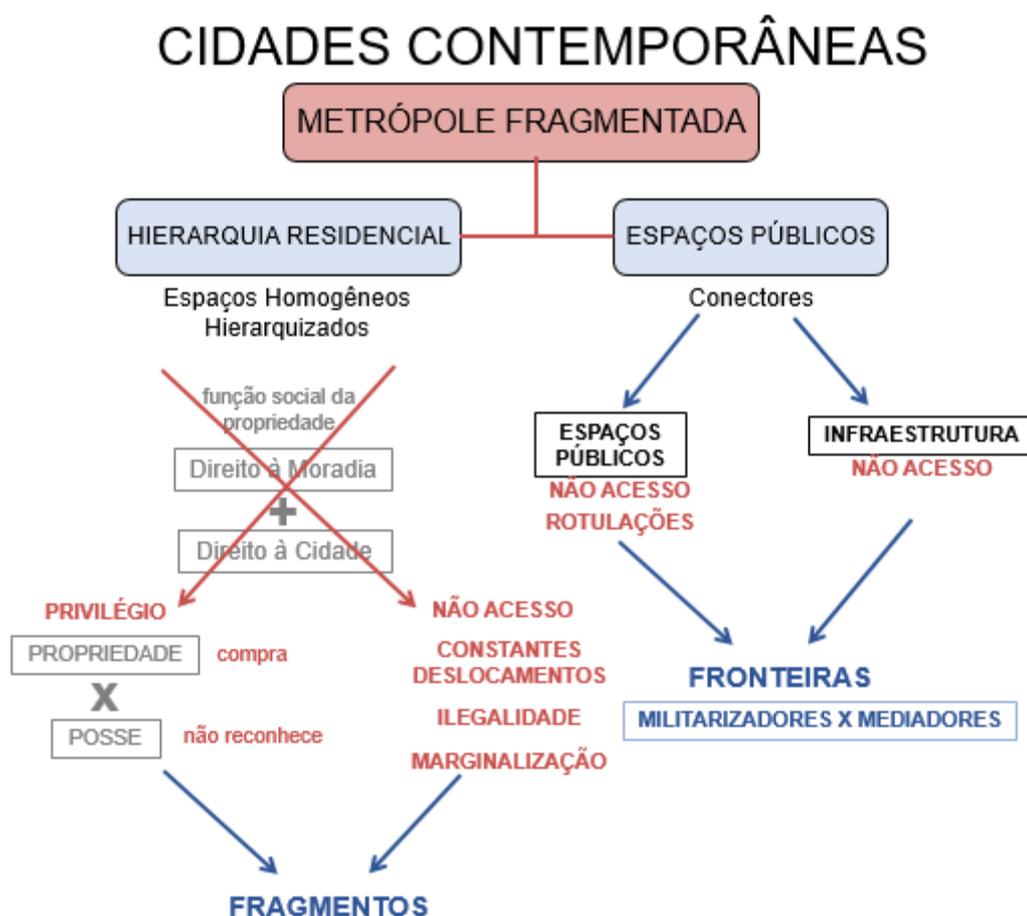
Esse jogo espacial trouxe a formação de espacialidades homogêneas que representam a posição social de quem ocupa e suas conexões urbanas muito bem determinadas. Surge então, por Milton Santos (1926-2001), geógrafo brasileiro, o conceito de “*Metrópole Fragmentada*”, pois segundo Antônia Garcia (2009) que o apresenta, as metrópoles contemporâneas, são, na verdade, fragmentos homogêneos em seu interior e heterogêneos, hierárquicos e discriminatórios em seu exterior e em suas conexões. Nas palavras de Silva (2018, p. 96) “[...] a localização conforma uma espécie de ‘geografia de oportunidades’ que se relaciona às possibilidades associadas ao lugar e conseqüentemente à qualidade e facilidades de acesso a serviços básicos e ao mercado de trabalho.” Isabel Fleck (2017) ainda enfatiza: “Onde você mora influencia 100% na sua possibilidade de acesso.”

[...] como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, e estas disparidades são compreendidas não só em termos de diferença, mas também de hierarquia. (GARCIA, 2009. p. 101).

Nessa visão, o espaço urbano se consolida, na contemporaneidade, em uma rede de fragmentações e segregações sociais que possuem conexões ou não. Essas conexões entre fragmentos, chamadas de fronteiras por Waldemir Rosa (2006), são os espaços que não só distanciam ou aproximam grupos sociais, como também podem se conformar em espaços de militarização ou de mediação entre eles. Ou seja, o autor reforça que os espaços públicos também são determinantes como conectores ou segregadores sociais.

A militarização e a vigilância são aspectos de controle, repressão e moldes das práticas sociais, enquanto, de acordo com Rosa (2006, p.55): “A mediação é sempre desestabilizadora das posições assumidas pelos atores sociais na interação social.” Compreendo, após todos os estudos desta dissertação, que atualmente os espaços de mediações são raros e muitas vezes não são produzidos dentro da cadeia de produção social e espacial institucionalizada, já que são tipos de espaços que potencialmente mudam as configurações de forças – ao contrário dos espaços de militarização que as congelam (ROSA, 2006). Em complemento, Silva (2018, p. 96) afirma que “[...] a reunião em espaço homogêneo de grupos despossuídos contribui para seu isolamento físico e social, limitando as possibilidades de interação e sociabilidades.”

Gráfico 37– Diagrama da Metrôpole Fragmentada e seus diversos vetores.

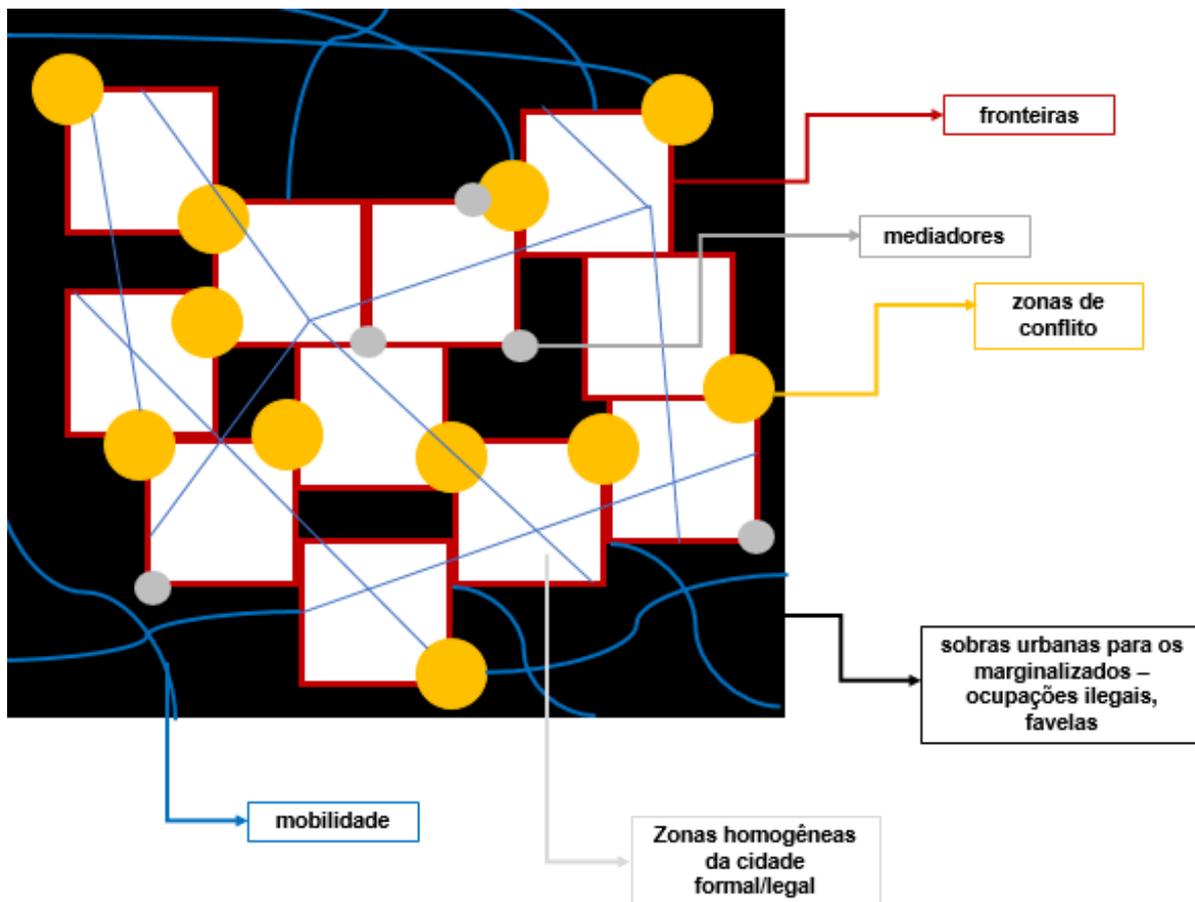


Fonte: Desenvolvido pela autora.

Conclui-se que as cidades brasileiras contemporâneas são organizadas de modo estratégico e separatista, em relação aos grupos sociais e suas conexões, legalmente, institucionalmente e historicamente. Portanto, os espaços urbanos do país foram construídos e permanecem, constantemente, produzidos e reproduzidos como espaços racistas, sexistas e discriminatórios. Ou seja, a produção do espaço, na história do Brasil e nos dias atuais se baseia

e é combustível da desigualdade social. Ressalto que, incoerentemente – ou coerentemente para a permanência do silenciamento do racismo -, a questão racial do urbanismo não é considerada como central nem nos dias de hoje, sendo que se comprovou em toda esta dissertação, que ela de fato o é.

Gráfico 38– Diagrama das cidades contemporâneas brasileiras.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Essa configuração urbana da segregação racial, que a reproduz e a mantém, foi considerada por Christian Dunker (2015) como uma forma de manutenção da escravidão nos dias atuais. Segundo o autor, a escravidão não mais se estrutura em uma servidão ao outro, mas em uma submissão às leis e protocolos, o que no caso brasileiro tem como destaque as leis de uso, ocupação, e parcelamento do espaço urbano. Logo, o autoritarismo se constrói no processo de exclusão e do não acesso – um não alcance social e espacial (DUNKER, 2015).

Retomo que o Brasil não possuiu e nem possui legislações que incentivem as práticas racistas, pelo contrário, existem inúmeras leis que as criminalizam. Entretanto, todos os sistemas de comunicação, a política, as políticas públicas e as teorias reproduzem o oposto, sendo o espaço e seu planejamento algumas das principais formas de materialização e

direcionamento das ações e relações humanas racistas. Ficou claro que o espaço foi e permanece sendo um combustível inquestionável do racismo na sociedade brasileira, pois conforma, estrutura, zoneia, distancia, segrega e aproxima grupos sociais - negros e brancos - de acordo com a lógica do sistema de produção capitalista e suas redes de forças. Entende-se então que esse contexto configura, segundo Loic Wacquant (2004, p. 267) em um: “[...] enquadramento institucional compulsório baseado no confinamento espacial [...]”

Isto posto, destaco a manutenção da segregação urbana, dos mesmos grupos sociais, através das inúmeras leis urbanísticas sequenciais, que em nenhum momento confrontaram nem desfizeram a exclusão consolidada pela Lei de Terras de 1850. Para esta dissertação estudei mais duas leis principais, federais: a **Lei de Distribuição de Terras** de 1976 (Lei nº 6.383), que não substituiu/anulou a Lei de Terras (Lei nº 601); e a **Lei de Parcelamento do Solo Urbano** de 1979 (Lei nº 6.766) que guiou as legislações urbanísticas dos estados e municípios.

Na nova **Lei de Distribuição de Terras**, de 1976, reafirmo que a segregação projetada na Lei de Terras de 1850 não foi questionada, e sim, reforçada apesar de algumas melhorias. Primeiramente, essa nova lei reconheceu a ocupação, ou seja, entendeu a posse do terreno como algo a ser estudado e averiguado para associa-la a uma futura concessão de propriedade (BRASIL, 1976). Entretanto, essa compreensão do ocupante se apresenta em termos burocráticos e subjetivos (em que se avalia a “boa fé” e a “produtividade” da ocupação), o que historicamente não favorece os marginalizados – que são a maioria dos posseiros (BRASIL, 1976). Além disso, o processo de demarcação do terreno foi determinado como de controle do Estado, sem que o ocupante possa alterar qualquer elemento ou divisa. Esse processo, e o processo jurídico, deverá contar com o investimento do proprietário ou do posseiro e, mais ainda, o posseiro terá prioridade de *compra*, o que reforça a questão histórica de divisão entre os aptos a compradores e os não aptos, como no caso dos negros.

A Lei de 1976 avançou na criação da **Licença de Ocupação**, ou seja, no reconhecimento do uso e posse das terras devolutas do Estado. Entretanto, essa Licença permanece atrelada aos desejos e demandas dos governos, o que mantém a instabilidade de ocupação e de permanência nessas terras.

Art. 31 - A União poderá, por necessidade ou utilidade pública, em qualquer tempo que necessitar do imóvel, cancelar a Licença de Ocupação e imitir-se na posse do mesmo, promovendo, sumariamente, a sua desocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias (BRASIL, 1976).

Já quando se trata das terras urbanas, a aprovação de uma lei de parcelamento do solo, em 1979, se configurou em um avanço e um reconhecimento imensurável de que uma organização seria necessária. Esta foi uma legislação que apresentou conceitos e práticas

importantes para a urbanização do país, mas que não deixaram de ser segregadoras e muitas vezes inacessíveis (BRASIL, 1979). Dentre algumas questões preocupantes, destaca-se o artigo abaixo que afirma que a regularização e o parcelamento legal das terras urbanas não devem incluir as terras em zonas consideradas de risco, e ainda criminaliza os loteamentos espontâneos sem autorização. Dessa forma, essa lei não considera a inclusão legal das ocupações e invasões que normalmente eram localizadas nesses terrenos que a cidade formal não ocupava (BRASIL, 1979).

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção. (BRASIL, 1979).

O título de propriedade das terras urbanas também estava atrelado ao pagamento dos impostos federais, estaduais, municipais e os valores diversos associados às terras, o que reforça a exclusão dos mesmos grupos, de novo, pelo pouco poder de compra (BRASIL, 1979). Além disso, os terrenos, de ocupações ilegais - que não podem ser loteados, nem regularizados segundo os artigos anteriores -, podem ser desapropriados a qualquer momento, sem direito a indenização. Isso, além de manter esses ocupantes em constante instabilidade, reforça seu não pertencimento na cidade e o não reconhecimento dos seus modos de viver (BRASIL, 1979).

Art. 42. Nas desapropriações não serão considerados como loteados ou loteáveis, para fins de indenização, os terrenos ainda não vendidos ou compromissados, objeto de loteamento ou desmembramento não registrado.

[...]

Art. 44. O Município, o Distrito Federal e o Estado poderão expropriar áreas urbanas ou de expansão urbana para reloteamento, demolição, reconstrução e incorporação, ressalvada a preferência dos expropriados para a aquisição de novas unidades. (BRASIL, 1979).

Essa configuração institucional, complexa e segregada, da urbanização contemporânea brasileira tem como foco de estudos, nesta dissertação, dois fragmentos opostos e essenciais para o entendimento das práticas racistas espacializadas: as favelas e os condomínios horizontais.

Se, de um lado, o fenômeno das favelas tem sido elemento fundamental na história das cidades, e em particular de parte dos mais subalternos, que têm este como o único meio de conquistar um lugar na cidade, de outro, as classes dominantes e o Estado trabalham, em conjunto e separadamente, para removê-las ou erradicá-las, sem

oferecer soluções dignas que representam a real integração à cidade, como foi demonstrado com as políticas de remoção. (GARCIA, 2009. p. 159).

As favelas, por muito tempo agradaram os dominantes da cidade formal, uma vez que não estavam mais presentes no centro da cidade e não ocupavam áreas imediatas de crescimento dela, após tantas desapropriações no início do século XX¹¹⁰. A distância entre os grupos (negros-brancos; trabalhadores-patrões; pobres-ricos) estava sendo mantida. Entretanto, as consolidações e as expansões das favelas aconteceram muito rápido, e em 30 anos essas comunidades já se inseriram novamente na paisagem urbana e a sua população também voltou a transbordar no cotidiano dos centros na década de 1960 (GARCIA, 2009).

Esse crescimento fez com que a Ditadura Militar (1964-1984) revivesse os tempos de higienização com um novo projeto do governo de remoção das favelas. Os inúmeros programas criados, envolviam: projetos de Habitação de Interesse Social, remoção e urbanização das favelas, investimento em mobilidade urbana, e privatização das terras públicas – que resultou nas legislações de terras e urbanas apresentadas (Lei nº 6.383 e Lei nº 6.766) (GARCIA, 2009).

Segundo João Vargas (2005), a ideia do governo partia do objetivo de remover os moradores das favelas (negros e grupos de baixa renda em sua maioria) através de uma política pública compulsória de: organização impositiva das favelas; desapropriação - já que eram terras invadidas, portanto de ocupação ilegal -, e de convencimento de que haveria uma melhoria social se esses adquirissem uma casa própria. Para isso, criou-se o BNH (Banco Nacional de Habitação) e vários planos (como os Planos Doxiadis e o Plano de Habitação Popular) que se vestiram de publicidade vendendo a ideia da facilidade de compra e da melhoria da qualidade de vida para esses grupos se eles “mudassem” para conjuntos habitacionais do governo (Figura 71) (BRUM, 2013).

¹¹⁰ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 4.3 desta dissertação.

Figura 71– Divulgação do BNH, seus objetivos, propostas e ideais.

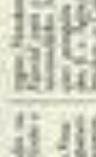
Banco Nacional da Habitação. Social do

Banco Nacional da Habitação.



Os programas dirigidos para as que precisam

Para melhorar as condições de vida das famílias que vivem em condições precárias, o BNH criou programas dirigidos para as que precisam de moradia, como o Programa de Subsídios de Subsídios, que auxilia as famílias a adquirir imóveis, e o Programa de Arrendamento, que oferece opções de aluguel para quem não pode comprar.



Os benefícios para as famílias de baixa renda

Para quem precisa de uma casa, o BNH oferece programas de financiamento com juros reduzidos e prazos longos. Além disso, há programas de construção de casas populares e de aluguel social para quem não pode comprar.



Os programas dirigidos para as que precisam

Para melhorar as condições de vida das famílias que vivem em condições precárias, o BNH criou programas dirigidos para as que precisam de moradia, como o Programa de Subsídios de Subsídios, que auxilia as famílias a adquirir imóveis, e o Programa de Arrendamento, que oferece opções de aluguel para quem não pode comprar.



Os programas dirigidos para as que precisam

Para melhorar as condições de vida das famílias que vivem em condições precárias, o BNH criou programas dirigidos para as que precisam de moradia, como o Programa de Subsídios de Subsídios, que auxilia as famílias a adquirir imóveis, e o Programa de Arrendamento, que oferece opções de aluguel para quem não pode comprar.



BNH
Banco Nacional da Habitação

Fonte: Luiz Paulo Júnior, 2015.

Silva (2018) complementa o estudo desse tema conceituando a ideia do “sonho da casa própria”. De acordo com a autora esse ideal seria um ideal social construído a partir dos princípios capitalistas que financeirizaram o direito à moradia e o alimentava a partir desses projetos, como uma forma de solucionar o “não acesso” histórico dessa população (SILVA, 2018). Por isso o BNH surgiu como uma solução para a melhora da qualidade de vida dos grupos “favelados”, e projetou a verticalização e uma expansão da periferização espacial, para o deslocamento ainda maior dessas pessoas (Figura 72) (SILVA, 2018).

Figura 72– Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães, Guarulhos (região metropolitana de São Paulo). Esse conjunto foi um dos exemplos das construções financiadas pelo BNH, em 1967.



Fonte: RUBIN & BOLFE, 2014.

Todo esse processo tinha como pontos finais: a saída desses grupos indesejados para locais ainda mais distantes e a margem dos centros (regiões estratégicas de construção dessas habitações sociais), e a possibilidade de investimento nas terras desocupadas para as empresas privadas (BRUM, 2013). Percebe-se um claro interesse econômico do Estado e do mercado imobiliário, e mais ainda um interesse político-social de atualizar e reforçar a exclusão dos mesmos grupos. Logo, o espaço urbano foi instrumentalizado pelas instituições como forma de: aumento do distanciamento social, controle e posicionamento dos grupos marginalizados, imposição de diversas relações, e obviamente, investimentos lucrativos.

Para entender a dimensão desse novo processo de higienização social, Vargas (2005) informa que de 1968 a 1975 mais de *100 mil pessoas foram removidas* das favelas e ocupações ilegais e *reassentadas*. Aproximadamente, *60 favelas foram incendiadas* sem que os bombeiros pudessem atender chamadas de emergência (Figura 73).

Figura 73– Desmonte dos Barracos durante o Processo de Remoção dos Moradores da Favela da Catacumba em 1970.



Fonte: SITE JORNAL O GLOBO, 2020.

Isso demonstra que durante anos, os grupos marginalizados passaram por diferentes tipos de segregação e muitas desapropriações e realocações. Dado essa longa história de manipulação das espacialidades urbanas, entendo que a produção do espaço se configurou em um instrumento forte de deslocamento, (re)posicionamento e controle dos grupos sociais indesejados pelo Estado, pelas instituições e socialmente. Esses grupos tinham em sua composição principalmente os negros (que tiveram sua segregação reforçada desde o fim da escravidão) e integrantes das classes sociais mais baixas como trabalhadores, imigrantes, operários, entre outros. Atualmente, esse ciclo não mudou. Os mecanismos continuam com uma outra roupagem e novas segregações estão sendo consolidadas.

Após a Ditadura Militar no país, iniciou-se vários processos e estudos de questionamento a essas políticas de eliminação das favelas, o que fez com que aspectos compulsórios desse projeto fossem minimizados. Entretanto, se continua a investir, até hoje, em: conjuntos habitacionais (isolados das centralidades urbanas), urbanização das favelas, e políticas de militarização e turismo nessas comunidades. Ainda existem constantemente atos de desapropriação desses mesmos grupos em função da realização de alguma obra de reforma nas cidades (Figura 74), ou por motivos ainda mais compulsórios – e, infelizmente, muitas vezes legais.

Figura 74– Títulos de Reportagens, seguido de alguns trechos de artigos jornalísticos, atuais, que noticiam desapropriações principalmente de ocupações vulneráveis para a execução de obras nas respectivas cidades.

GAÚCHAZH
PORTO ALEGRE

OBRA DA COPA

Prefeitura de Porto Alegre precisa desapropriar mais 10 terrenos para concluir duplicação da Avenida Tronco

Obra foi retomada em junho e só deverá ser concluída em 2020

13/09/2018 - 10h50min
Atualizada em 13/09/2018 - 23h37min

Além de concluir o reassentamento de **195 famílias** que moram em áreas invadidas, a prefeitura de **Porto Alegre** ainda precisa realizar a desapropriação de mais 10 propriedades para garantir a conclusão das obras de duplicação dos 5,5 quilômetros da **Avenida Tronco**.

JORNAL OPÇÃO
44 Anos

Utilidade Pública

Decreto de uma folha coloca seis bairros em rota de desapropriações

sábado 02 dezembro 2017 11:38 ✎ Por Augusto Diniz ✎ Edição 2212

Na justificativa de levar a Marginal Botafogo até a 2ª Radial, na Vila Redenção, prefeitura cria perímetro que inclui imóveis em área muito além do projeto

Pelos dados do já defasado último censo populacional do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o mestiço karajá e outras 763 pessoas que moram nas duas margens do Botafogo aguardam o dia em que serão reconhecidos como donos do pedaço de terra que habitam há muito tempo.

Fonte: (1) JORNAL GAÚCHAZH, 2018. (2) JORNAL OPÇÃO, 2017.

A história urbana dos negros permanece, hoje, também marcada pela migração constante. Atualmente, apesar do reconhecimento e da regularização de muitas favelas em planos municipais na década de 1980 (mapas de zoneamento, critérios e parâmetros), a

ilegalidade e a instabilidade não cessaram. Na atualidade, foi instaurado mais um projeto do governo federal de habitações sociais: o **Minha Casa Minha Vida** (2009). Este se institui em um programa de financiamento habitacional para o público de menor poder aquisitivo, o que inclui a maioria da população negra, e que, novamente mudou o foco de reconhecimento das favelas para um novo reassentamento (Figura 75) (PEQUENO & ROSA, 2015). Mais do que a retomada do “sonho da casa própria”, o programa: deslocou novamente os grupos marginalizados; tornou-os presos financeiramente ao governo; colocou objetivos econômicos privados como guias dos projetos; criou unidades residenciais, sem qualquer espaço público coletivo e de lazer; e homogenizou hábitos e famílias em tipologias arquitetônicas fixas, ou seja, repetiu toda a segregação já imposta historicamente (PEQUENO & ROSA, 2015).

Figura 75- Unidades habitacionais do Parque Jardim São Paulo, entregues pelo programa Minha Casa Minha Vida, em Luziânia, Goiás.



Fonte: Fotografia por: Bruno Peres/Min. Cidades/Fotos Públicas. Reproduzida por: ESTADÃO CONTEÚDO, 2018.

No sentido de transfiguração do direito em mercadoria, entende-se que o direito à moradia tende a ser problematizado pelo Estado apenas como um objeto de mercado, destinado à propriedade privada realizável em função da disponibilidade de recursos econômicos, a exemplo do Programa Minha Casa Minha Vida empreendido no Brasil pelo governo federal desde 2009. Neste contexto, acredita-se que reivindicações da população tendem a ser mais pela mercadoria e menos pelo direito, mas por uma inclusão ao sistema e menos pela qualidade de vida ou pela dignidade humana. (SILVA, 2018. p. 65).

No entanto, as favelas nunca foram erradicadas da paisagem urbana brasileira e tiveram sua segregação espacial somada aos conjuntos habitacionais criados também as margens das centralidades das cidades. A cada dia mais consolidadas, densas e em expansão, as favelas se concretizaram como espacialidade e identidade (Figura 76); e os conjuntos habitacionais permanecem até hoje na mentalidade das instituições como a solução para a precariedade, falta de infraestrutura e insegurança dessas comunidades. Atualmente, segundo o censo de 2010 do

IBGE, são aproximadamente *11 milhões de brasileiros moradores de favela*, e *6.330 favelas* em todo o país (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, 2010).

Figura 76– Vista da Favela da Praia Padre Pinto no Leblon, Rio de Janeiro em 1969.



Fonte: SITE JORNAL O GLOBO, 2020.

Segundo dados de Antônia Garcia (2009), a maior parte dos negros no Brasil mora em casas, enquanto os apartamentos são predominantemente habitados por brancos, em seus condomínios (horizontais e verticais) e em áreas privilegiadas. A maioria das vezes que um negro tem como moradia um apartamento, ele está em conjuntos habitacionais ou áreas urbanas menos valorizadas no mercado imobiliário e próxima aos seus trabalhos (continuidade da noção de vila operária¹¹¹) – já que o transporte representa uma despesa alta no país e muitos não conseguem arcar devido a uma exclusão histórica. Além disso, 50% das casas dos negros são frutos de autoconstrução¹¹² em terrenos ilegais ou arrendados, pois se consolidou como uma das poucas formas de obtenção de uma casa própria e um lugar nas cidades (GARCIA, 2009).

¹¹¹ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 4.3.

¹¹² Autoconstrução, de acordo com Denise Nascimento (2011, p. 2), se entende por: “[...] provisão de moradia onde a família, de posse de um lote urbano, obtido no mercado formal ou informal, decide e constrói por conta própria a sua casa, utilizando seus próprios recursos e, em vários casos, mão-de-obra familiar, de amigos ou ainda contratada.”

Os negros são os que mais tem dificuldade de conseguir um financiamento habitacional (VARGAS, 2005). O número de negros que possuem casa própria é maior do que de brancos, pois, soma-se esses números ao de autoconstrução e o fato de que o aluguel é praticamente inviável para eles, devido a não (ou à baixa) participação no mercado de trabalho formal e imobiliário. Para os brancos o aluguel torna-se uma solução possível aos altos preços de uma moradia (GARCIA, 2009). Além disso, um grande número de favelas e ocupações ilegais não possuem saneamento, infraestrutura (Figura 77), higiene e, muito menos conforto (FERNANDES, F. 1978)¹¹³.

Figura 77– Caminhão Pipa do Departamento de Bairros Populares Fornecendo Água para as Comunidades.



Fonte: Disponibilizada por: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, APCBH. Reproduzido por: SITE CURRAL DEL REI, 2020.

Devido essa permanência, as favelas continuam como um lugar visado para o controle. As favelas do Brasil ainda são marcadas pelo controle e vigilância policial, que fazem dos estereótipos negros uma justificativa para considera-los suspeitos, não humanos e que precisam ser eliminados para o bem da segurança das cidades (CARTA CAPITAL, 2019). Mas, não se deve esquecer que a insegurança está no conflito, justamente nessa invasão de espaço. Por isso, as favelas atualmente revelam grave violência policial. Só no Rio de Janeiro em 2003 a polícia

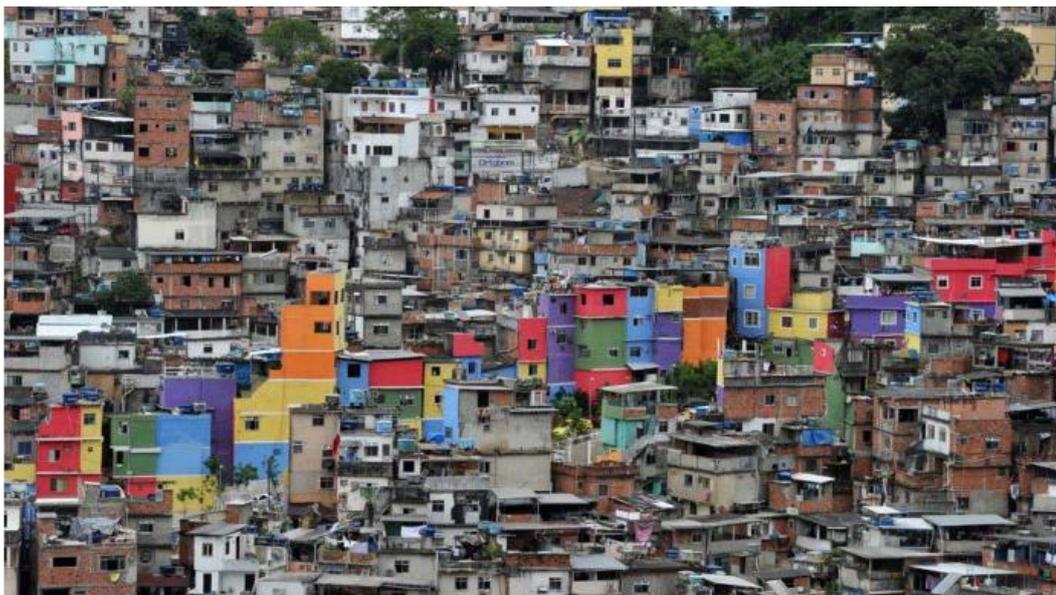
¹¹³ Destaco ainda os moradores de rua. Segundo Lisandra Silva (2018), apesar de serem poucos proporcionalmente à população absoluta, a maioria deles é negra e apontam como principal fator de estarem nessa situação o não acesso ao trabalho e à moradia. Só em Belo Horizonte, 79,5% dos moradores de rua são negros e 94% indicam esses problemas como causadores de sua vacância social (SILVA, 2018).

matou 900 pessoas, nas quais 70% delas foram nas favelas, e no período de um mês a polícia matou 2,5 vezes mais que a polícia de Nova York – EUA – em um ano (VARGAS, 2005).

Favelas têm sido pensadas como áreas necessariamente permeáveis e sujeitas às regras da lei a todo e qualquer momento; como lugares onde medidas preventivas violentas sancionadas pelo Estado e pela sociedade destinam-se a conter perigos que possuem – antes que tais perigos possam infiltrar-se no espaço político mais amplo. (VARGAS, 2005. p. 79).

Dado esse contexto, reforço que as cidades brasileiras, fragmentadas e em permanente conflitos em suas fronteiras, se tornou dependente tanto da polícia quanto dos muros, que segundo João Vargas (2005) isto indica que há uma conexão real entre favela, criminalidade, raça e exclusão socioespacial (Figura 78). Em comparação com os guetos dos Estado Unidos, o jornal Carta Capital (2019) ressalta que a “Redline” brasileira, na verdade, é demarcada por um muro de vidro que divide áreas pretas e áreas brancas, em que a primeira não tem lei, na perspectiva de quem a invade para matar, violentar e instalar ações compulsórias.

Figura 78– Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, a maior favela do Brasil com cerca de 100 mil habitantes.



Fonte: Fotografia por: Christophe Simon. Reproduzido por: ALVES, A. 2020.

Em contraste com essas comunidades, outro fragmento da cidade contemporânea brasileira, importante para esta pesquisa, são os condomínios horizontais de luxo. Segundo Christian Dunker (2015), na condição de bairros artificiais, os condomínios se apresentam como espaços reservados e controlados baseado no uso e no planejamento racional do espaço. Normalmente ocupam terras urbanas de especulação imobiliária mais intensa e longe das centralidades das cidades, ou seja, a separação dos brancos e dos ricos são estimulados pelo jogo especulativo (SILVA, 2018). Os espaços conformam uma seleção de seus moradores, em relação ao poder aquisitivo e até perfil e normas de conduta estabelecidas, e têm restrição de

circulação e de acesso (DUNKER, 2015). Em sua maioria apresentam serviços e espaços coletivos próprios dentro da área estabelecida o que dispensa a utilização da cidade para outras ações diferentes do trabalho, ocasionando, gradualmente, segundo Maria Encarnação Sposito (2001), a *morte da cidade*.

A oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é substituída pela oposição entre condomínio e segregação. Em vez das tensões clássicas entre a casa e a rua, o campo e a cidade, o espaço privado e o espaço público, a família ou a política, surge um novo universo amórfico composto por prisões, lixões, edifícios e instituições totais. Se de um lado temos os ‘muros’, do outro surgem os filmes sobre viagens, errâncias, passeios e evasões domiciliares. (DUNKER, 2015. p. 85-86).

A ideia dos condomínios horizontais seria criar um ambiente de práticas sociais sem conflitos a partir da formação de uma hegemonia espacial (DUNKER, 2015). Com o estabelecimento de normas de uso e ocupação desses espaços seleciona-se um grupo específico de moradores e frequentadores desses locais, além de isolar completamente o cotidiano de dentro, do cotidiano de fora deles. Esse isolamento gera uma homogeneização dos indivíduos que vivem nesses condomínios, o que “elimina” a diversidade e os conflitos, transformando-os em espaços de interesse dessa camada social (SPOSITO, 2001). A base de atração desse grupo de moradores vem de uma promessa de recuperação e retomada de um modo de vida, da elite, que foi “perdido” em meio a insegurança e conflitos nas diversidades dos grandes centros (DUNKER, 2015).

Através da propaganda e da exploração do medo urbano, construiu-se esses blocos isolados de grupos hegemônicos, que incluem classes altas e brancos em sua maioria (Figura 79). Isso aconteceu devido à seleção estabelecida pelo valor de acesso à terra e muitas normas que excluem qualquer hábito cultural que tenha referência negra – a não ser que esses trabalhem nessas moradias. “As diferenças de classe e da raça não foram tocadas, mas ‘resolvidas’ por meio de um sutil código de circulação e de convivência apartada entre os serviçais e os moradores.” (DUNKER, 2015. p. 50).

Esse fragmento urbano configura em uma ressignificação do que seria a periferia urbana. Segundo Mariana de Souza (2017), até o século XX as periferias das cidades se conformavam em espacialidades fora dos centros urbanos, ou seja, nas franjas das cidades, associada a falta de infraestrutura e a ocupação por grupos marginalizados. Entretanto, com as propostas dos condomínios horizontais, que surgiram devido ao acelerado crescimento e aumento da densidade das cidades, o conceito de periferia urbana se expandiu para uma definição de distanciamento social: seja por razões de segregação e falta de inclusão urbana; ou por desejo de experimentar uma “cidade privatizada e elitizada” (DE SOUZA, M.B. 2017). A autora ainda relembra que ambas as periferias são resultados de interesses e investimentos

sociais que buscam fomentar a segregação social, e, ao seguir as mudanças sociais e urbanas procurou explorar seus investimentos e criou um novo produto imobiliário: os condomínios.

Essas espacialidades que isolam em “bolhas” as classes dominantes e reforçam o desejo de distanciamento delas da heterogeneidade e de problemas sociais, se assemelham a três sistemas autoritários de segregação, de acordo com Dunker (2015): modelos militares; hospitais psiquiátricos; e campos de concentração. Os modelos militares influenciaram a implantação de muros nas áreas de condomínio. Os muros são estruturas de desarticulação e determinação de território, ou seja, são responsáveis pela separação de espaços e relações. “O muro faz lugar por meio da fronteira.” (DUNKER, 2015. p. 65). Os condomínios se assemelham ao hospital psiquiátrico justamente por essa promessa de recuperação, enquanto no caso dos campos de concentração a semelhança se encontra nos princípios organizadores e discursivos que baseia a organização dos condomínios.

Figura 79– Foto do Condomínio de Luxo, Alphaville, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, aproximadamente R\$ 500,00/m² do lote, e R\$ 6000,00/m² de área construída.



Fonte: SITE ALPHAREAL IMÓVEIS, 2020.

Percebe-se que essa espacialidade se institui em uma conjuntura espacial de moradias e espaços coletivos (privados) construídos para abrigar um determinado grupo social isolado dos demais. “Por isso, os que vivem fora estão sem lugar, sem-terra, sem teto, sem destino. E os que vivem dentro estão demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição.” (DUNKER, 2015. p. 53). Isso faz com que este seja um ambiente completamente homogeneizado e segregado da cidade e dos demais moradores, o que faz com que esses se

alienem e se tornem ainda mais obedientes a um sistema de relações conflitivas, racistas e de exclusão¹¹⁴.

A utopia é uma ilusão que se sabe ilusão. Justamente por isso ela exerce função reguladora própria do ideal. Quando a função de ideal é substituída pela função de um determinado, está estabelecida a condição para os três tempos da fantasia do condomínio: fascínio totalitário, redução identitária e servidão voluntária. (DUNKER, 2015, p. 59).

De Souza (2017) ainda relembra que os condomínios horizontais não só reforçam a segregação social e urbana, como também trazem outros problemas para as cidades de cunho ambiental, de infraestrutura e legal. Os condomínios apresentam uma definição na lei extremamente delicada em relação a sua estrutura de propriedade, o que faz com que estes estejam em um limiar tênue entre a ilegalidade e a legalidade de sua existência (DE SOUZA, M.B. 2017). Essa condição gera dificuldades de aplicação das leis e normas de condutas urbanas, o que inclui a gerência de ações e relações sociais. Isso projeta uma cidade extremamente privatizada, elitista e, possivelmente, paralela à cidade em que este está inserido, levando os conflitos sociais a novos patamares de estudos.

Conclui-se que nas cidades contemporâneas brasileiras o espaço ainda se configura como um forte instrumento de reprodução e manutenção das práticas racistas. Esse caráter racista do espaço foi edificado em todas as camadas espaciais que estruturam as cidades brasileiras e culminaram na segregação espacial - nas *cidades fragmentadas* (GARCIA, 2009). Essas são formadas por espacialidades homogêneas que se distanciam e se aproximam através dos espaços públicos e privados. O acesso a esses espaços é o que define essas distâncias, ou seja, o acesso à cidade – direitos, deveres, cidadania, cotidiano, infraestrutura, serviços, entre outros. Dentre os fragmentos de mais destaque do racismo materializado tem-se as favelas e os condomínios verticais e horizontais, em oposição (Figura 80) (GARCIA, 2009).

¹¹⁴ SPOSITO, 2001; DUNKER, 2015.

Figura 80- Casas da Favela de Paraisópolis e edifício de luxo no Morumbi, em São Paulo, separados por um muro.



Fonte: Fotografia por: Tuca Vieira. Reproduzida por: GUIMARÃES, L. 2019.

Toda essa configuração urbana segregada constitui, então, em uma maior depreciação dos marginalizados socialmente e da sua situação de marginalidade urbana. Como foi explicado anteriormente, a marginalização foi um processo social e urbano que envolveu uma construção histórica pautada em diversos fatores. Nos dias atuais, a marginalidade tem a sua inferiorização e certa depreciação reforçada, o que cria uma distorção dos marginalizados com a própria imagem (GARCIA, 2009). A associação da negritude, com a pobreza e a decadência urbana se torna tão inerente que esses grupos transformaram sua imagem e autoimagem em uma conexão com a desordem, destruição e violência (GARCIA, 2009).

Percebe-se também que esse contexto urbano atual contribui para a construção e manutenção da desigualdade social e racial e se estrutura em uma nova triangulação importante: cor-classe-local de moradia (WACQUANT, 1996). Logo, devido a uma questão espacial, de determinação de moradias e suas distâncias e conexões, o estado de pobreza ganha nova conotação e reforça sua cor negra. Segundo Patrick Brock (2006) a pobreza histórica fruto de uma negligência do passado, nesse momento se concretiza em insegurança, informalidade, corrosão salarial e perda de utilidade social. Destaco que os grupos já excluídos e às margens da sociedade, através de uma marginalização e segregação urbana fragmentada, se afundam ainda mais em distanciamento social e imobilidade. “Ou seja, a segregação surge do fracasso em articular a diferença e a divisão.” (DUNKER, 2015. p. 55)

Dunker (2015) complementa esses conceitos com a ideia de “*Pobreza Incluída*” criada também por Milton Santos. A partir da leitura dos mesmos, se entende que a concepção de pobreza não significa mais reconhecer economicamente e socialmente atrasos sociais, mas controlar e posicionar esse grupo. Para o autor (2015, p. 68): “Não se trata mais de fazer desenvolver os atrasados, mas de localizar e conter o resíduo como pobreza estrutural globalizada.”

Nesse contexto, os grupos marginalizados, sendo o principal deles, para esta dissertação, os negros, se encontram em uma situação de imobilidade e inferioridade alimentada pelo espaço. Isso causa um sofrimento social imensurável para esse grupo (DUNKER, 2015). Esse sofrimento significa a expressão social de patologias mentais e sociais causada por um excesso de determinismo, militarização e um não reconhecimento social, ou seja, o autor (2015, p. 10) entende que “[...] o sofrimento é indissociável de uma experiência narrativa que mobiliza sistemas sociais de valores, narrativas e expectativas fracassadas de reconhecimento.” Dentre essas patologias é possível citar: o uso de drogas, a criminalidade, a corrupção, o desequilíbrio familiar, entre outros.

Comprovo, com este estudo apresentado, que a segregação espacial também é segregação racial. A construção da exclusão social dos negros se estruturou na exclusão espacial dos mesmos, baseada em políticas públicas, legislações urbanas, reformas, e projetos de cidade que não os inclui. Durante toda esta dissertação e suas vertentes de estudo foi possível identificar dimensões espaciais que se tornaram os principais meios de reprodução das práticas racistas cotidianas. Desde a escravidão até os dias atuais, foi possível destacar o espaço dentro de todas as iniciativas construtivas do racismo. Os principais aspectos espaciais construtores e combustíveis dessa associação, espaço-racismo, que foram identificados nesse trabalho, são: a ilegalidade; o controle e a vigilância; determinismo espacial; o não acesso e a imobilidade; e a “desrepresentação”¹¹⁵.

Mesmo com todo esse sistema espacial, extremamente sólido e consolidado, o espaço racista pode ser invertido no cotidiano, na apropriação e na experiência da negritude. Isso acontece, pois o espaço potencialmente se institui também em um produto e uma condição que pode ir contra o próprio sistema produtivo, pois apesar de ser produto e produtor do Sistema Capitalista, ele não é algo acabado, e sua constante produção acontece no cotidiano, pelas pessoas. Logo, potencialmente, ele pode ser instrumento de quebras do sistema racista se invertida a sua lógica institucional pela prática no espaço¹¹⁶.

¹¹⁵ Dimensões a serem trabalhadas no Capítulo 5.

¹¹⁶ Se necessário, retomar a leitura do subcapítulo 2.1 desta dissertação.

O organismo vivo só tem sentido e existência considerado com seus prolongamentos: o espaço que ele alcança, que ele produz (seu 'meio', termo corrente que reduz a atividade à inserção passiva numa materialidade natural). Todo organismo vivo se reflete, se refrata, nas modificações que ele produz em seu 'meio', seu 'ambiente': seu espaço. (LEFEBVRE, 2006. p. 313).

Em toda a história do Movimento Negro o espaço também foi utilizado como um instrumento, mas nessa perspectiva, como um meio de construir brechas do sistema racista. Reconheço a sua utilização na inversão de seu uso: *como protesto e novas apropriações; espaço de coletividade; sobrevivência cultural e resgate da identidade; conquista do direito à cidade; e quebra da dinâmica entre o espaço público e o privado*. Mas, como esses aspectos foram construídos no espaço?

Como foi apresentado na seção anterior, o Movimento Negro retoma, nos dias atuais, a força da sua dimensão de enfrentamento e manifestação, que sempre foi presente em suas lutas desde a época da escravidão. Com algumas mudanças, o Movimento apresenta o conflito e a manifestação como estratégia para a conquista de direitos, acesso à cidade que o excluí, e visibilidade para suas demandas e história. Para essa construção acontecer de forma coerente ao combate de todos os sistemas de permanência e silenciamento do racismo, os embates se transformaram de fugas, saques, roubos e destruição, para manifestações sociais, dos mais diversos tipos, que ganham potência na apropriação do espaço público.

Afirma-se então, que neste momento o uso e a ocupação do espaço como conflito se configuram em manifestação e protesto. Segundo Rita Velloso (2016), a apropriação do espaço, quando intensa e de caráter subversivo – que inverte o uso proposto ao mesmo -, projeta manifestações sociais que se constroem pela/com a produção do espaço urbano. Essas manifestações foram divididas pela autora em três categorias: resistência; contraconduta; e insurreição. A resistência seria um formato de enfrentamento dentro do sistema que se combate, ou seja, é a existência oposta e permanente de sistemas sociais que naturalmente questionam o padrão de funcionamento, mas é um conflito silencioso e previsto (VELLOSO, 2016). Na atualidade, exemplos de resistência seriam os quilombos urbanos, moradores de ruas (Figura 81) e as favelas, que são espacialidades e agrupamentos sociais previstos e, até construídos, pelo sistema racista (e Capitalista), em que ambos convivem, ou melhor, sobrevivem.

Diante da homogeneidade afirmada e imposta pelo Estado ao longo da história, a maioria das sociedades civis foi constituída historicamente a partir de uma multiplicidade de grupos étnicos e culturas que geralmente resistem às pressões burocráticas em direção à normalização e limpeza cultural. (BORJA & CASTELLS, s/d. p.1, tradução da autora)¹¹⁷.

¹¹⁷ “Frente a la homogeneidad afirmada e impuesta por el Estado a lo largo de la historia, la mayoría de las sociedades civiles se han constituido históricamente a partir de una multiplicidad de etnias y culturas que han

Figura 81– Moradores de Rua na Praça da Sé, em São Paulo.



Fonte: Fotografia por: Léo Martins. Reproduzida por: FARIAS, 2017.

No caso da contraconduta, esse movimento seria o uso do espaço como enfrentamento a fim de mudar a dinâmica de forças (VELLOSO, 2016). Logo, configura em um movimento que associa o corpo (neste estudo, negro) com o espaço que desestabiliza, questiona e provoca transformações momentâneas, para futuramente serem permanentes nas hierarquias e redes verticais de relação (VELLOSO, 2016). Dentre alguns exemplos cito algumas manifestações (Figura 82) e as ocupações/invasões (Figura 83), que se apropriam de espaços privados e ignoram o valor da propriedade, para promover reivindicações e iluminar a ausência do direito, democrático, à cidade.

Figura 82– Manifestação da Parada LGBTI no Rio de Janeiro. Ocupação das diversas avenidas que compõe a orla da cidade.



Fonte: Fotografia por: Tomaz Silva. Reproduzida por: AGÊNCIA BRASIL, 2019.

resistido generalmente las presiones burocráticas hacia la normalización cultural y la limpieza étnica.” (BORJA & CASTELLS, s/d. p.1).

Figura 83– Ocupação Tina Martins em Belo Horizonte. Ocupação de uma residência em região nobre da cidade com o intuito de lutar pelos direitos das mulheres e fornecer abrigo.



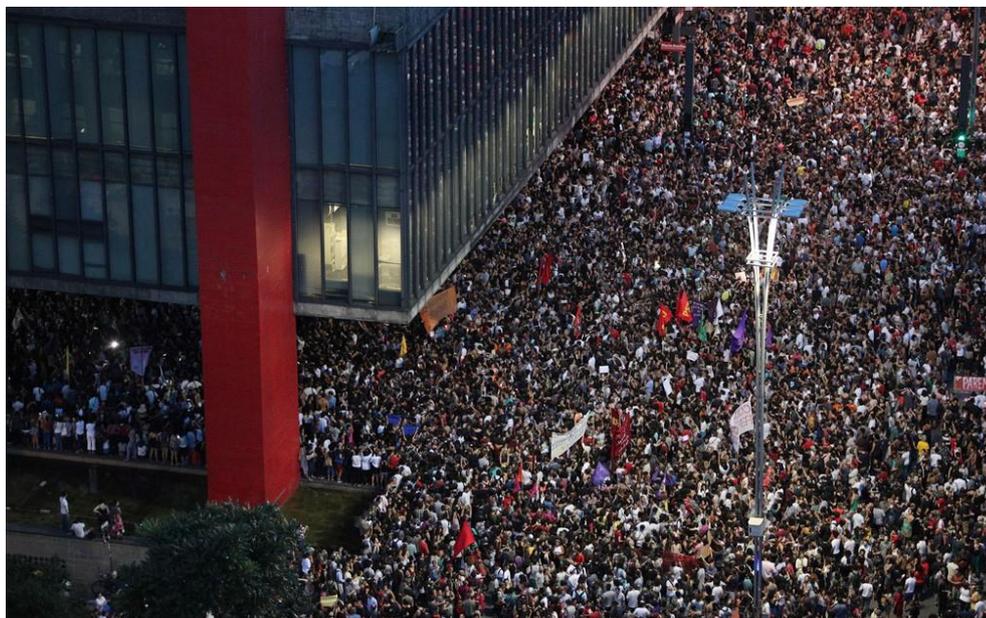
Fonte: PÁGINA DO FACEBOOK DO CASA DA REFERÊNCIA DA MULHER – TINA MARTINS, 2020.

Já a insurreição se institui em manifestações que entram em conflito com o poder, a governabilidade e o sistema que controla as relações e ações sociais e produtivas (VELLOSO, 2016). O objetivo então seria romper com as amarras que um sistema rege para reprimir determinados grupos e ações (VELLOSO, 2016).

Apesar das diferenças de objetivos e construções dessas manifestações, as mesmas são complementares entre si, e muitas vezes se projetam em um mesmo movimento. Além disso, as três estruturas de manifesto e ação se tornam reais a partir do uso do espaço como veículo de encontro, consciência, voz e visibilidade (VELLOSO, 2016). Por isso, comprova-se que os espaços, que excluem e não são passíveis de acesso dos grupos marginalizados em um cotidiano padrão e imposto, a partir de sua apropriação conflituosa tem sua função invertida. Essa apropriação grita a existência desses grupos e sua constante inferiorização, o que projeta transformações na sociedade (Figura 84). Dentre as mudanças, relembro as políticas públicas, a justiça, e as legislações que foram conquistadas a partir das ocupações dos espaços que tornaram visíveis as demandas do Movimento Negro. Além disso, acrescento a transformação

do conceito de exclusão nas cidades, pois uma vez que não se consegue conter ocupações e inversões espaciais, isso acaba expondo as existências de grupos silenciados pelo urbanismo, e demonstrando que mesmo assim o espaço também pertence a eles.

Figura 84— Manifestação motivada pela indignação do assassinato da vereadora, negra, Marielle Franco (PSOL). Ocupação de uma das principais avenidas e espaços públicos, nobres, da cidade de São Paulo.



Fonte: Fotografia por: Daniel Teixeira. Reproduzida por: PORTAL G1, 2018.

Para além do espaço como conflito e potente transformador pelo enfrentamento, o urbano também se configura em mudanças lentas, tranquilas e que invertem o “não acesso” e o controle da experiência. Essa dimensão é o cotidiano que extrapola o limite e o institucionalizado, e se apresenta nas relações e usos espontâneos. “O cotidiano mostra que o que faz uma cidade não é o capital. São as pessoas, sua criatividade cultural, encontros e realizações.” (COLLINS, 2015. p. 71).

Figura 85– Projeto da cidade de Belo Horizonte, de levar a arte do grafite para os diversos edifícios verticais do centro. Grafite: Híbrida Astral – Guardiã Brasileira, de autoria da artista mineira, Criola, que retrata a mulher negra, a origem do povo brasileiro e a espiritualidade desses povos.



Fonte: Fotografia por: Leo Fontes. Reproduzida por: JORNAL O TEMPO, 2018.

É no dia-a-dia e nas brechas que a segregação acaba deixando escapar que o urbano pode se transformar em instrumento dos esquecidos (Figura 85). Lembro que, segundo Henri Lefebvre (2006), a produção do espaço apresenta uma dimensão sistêmica e institucional, mas também se estrutura como *desvio*, uma vez que as constantes ações, relações e produções sobre ele permitem a reapropriação, a contra-ação e a desconstrução espontânea da práxis (Figura 86). De acordo com o autor (2006, p. 655), “Hoje, tais definições limitadas não são mais suficientes. Uma transformação da sociedade supõe a posse e a gestão coletiva do espaço, pela intervenção perpétua dos ‘interessados’, com seus múltiplos interesses, diversos e mesmo contraditórios.”

Portanto, está na essência da produção do espaço ir contra ao seu próprio ciclo, e consequentemente contra os sistemas que o envolve. Dessa forma, o mesmo é instrumento evidente de: inserção social dos negros; quebra das forças e discriminações cotidianas; ressignificação das posições sociais; e transformações na esfera macro – ideologia, valores sociais, e grandes sistemas.

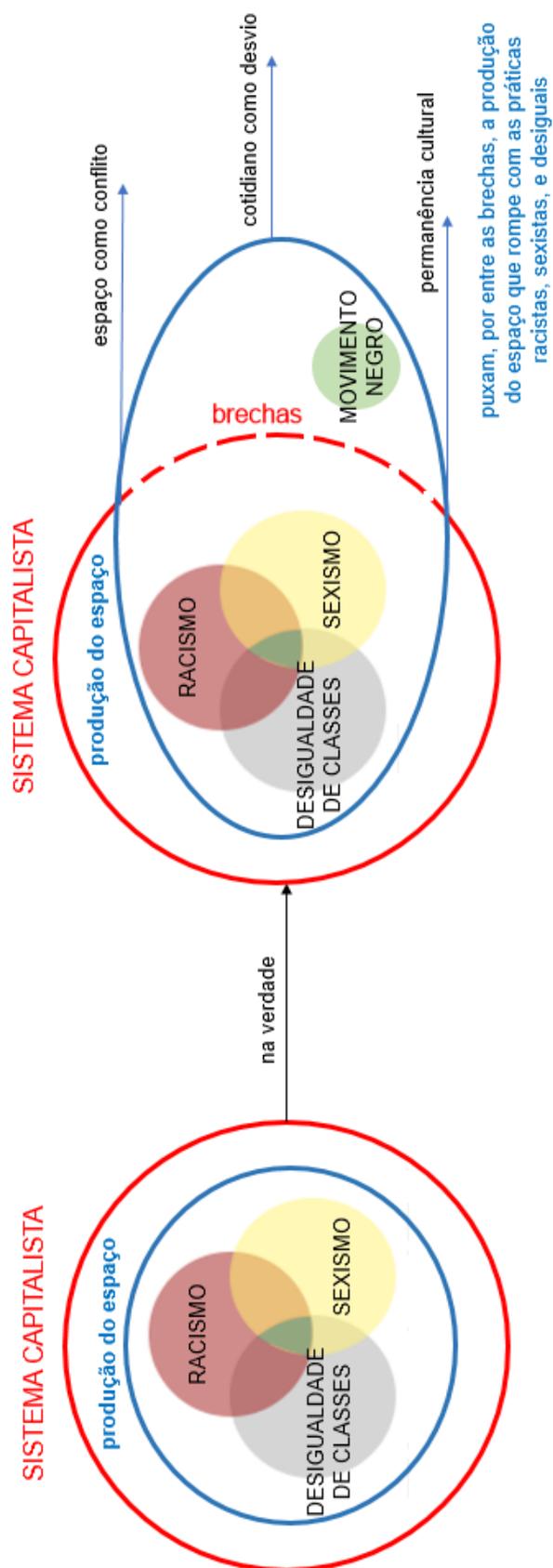
A esfera pública do cotidiano é o que mobiliza a produção de significados reais na possibilidade de extrair novos significados do nosso mundo cultural, descobrir novos modos de expressão social. Toda comunicação no cotidiano é produtiva se é a soma de expressões nascidas da resistência, ou se, nas reivindicações, se articula um movimento vital, como argumenta Toni Negri (2005). (VELLOSO, 2016. p. 116).

Figura 86– Ocupação das calçadas do centro da cidade por camelôs, ambulantes e artesãos em Belo Horizonte.



Fonte: CDL BH, 2019.

Gráfico 39– Diagrama síntese da produção do espaço e os diversos usos e sistemas que se relacionam.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

[...] o conceito de movimentos negros não abarca a diversidade de iniciativas, lutas e resistências de cunho político, econômico, cultural e informacional empreendidas pelas pessoas negras no Brasil. Neste sentido, acredita-se que o conceito de **negritude**, defendido por Sartre como uma ferramenta de enfrentamento à dominação colonial (MUNANGA, 1986), melhor ilustraria uma multiplicidade de fenômenos, mais antigos ou mais recentes, [...] de modo a ilustrar a diversidade e a existência de um fluxo de informações globais nas manifestações locais que compõem a produção do espaço urbano segregado racialmente. (SILVA, 2018. p. 71).

Dentre os diversos exemplos, evidencio os diferentes hábitos, costumes e representações culturais dos negros e de grupos marginalizados, que ao longo do tempo “empurraram” a segregação do espaço através de micro inserções cotidianas. Esse processo gera políticas públicas de valorização de suas produções, de validação de suas apropriações nas cidades, de reconhecimento de uma violência histórica, e de criação projetos para sua proteção (Figura 87). Isso demonstra que pequenas transformações cotidianas podem se somar e mudar os valores sociais, o que permite melhorias na micro e na macroescala para os grupos que historicamente sentiam e viviam que a cidade não era seu lugar.

A esfera pública do cotidiano é que mobiliza a produção de significados reais na possibilidade de extrair novos significados do nosso mundo cultural, descobrir novos modos de expressão. Toda comunicação no cotidiano é produtiva se á a soma de expressões nascidas da resistência; ou, se nas reivindicações se articula um movimento vital, [...]. (VELLOSO, 2014. p. 12).

Figura 87– A tradicional “disputa nervosa” do grupo “**Lá da Favelinha**” como uma das atrações da edição do “Viva a Rua” de Minas Gerais. Festival organizado para eventos culturais na ocupação de ruas importantes nas cidades.



Fonte: Fotografia de Divulgação, Reproduzida por: PENAFORTE, 2019.

Entre os desvios cotidianos e os conflitos e protestos estão as manifestações culturais, que se apresentam como inserções espontâneas e cotidianas, e muitas vezes trazem em sua ação críticas e enfrentamento.

Sobretudo, exprimindo uma cultura e valores comuns; inserindo-nos em uma história, fornecendo-nos identidade, fundação (ainda que móvel, provisória e mítica) e destino comum; tornando-nos melhores do que somos, seja enquanto indivíduos, seja enquanto sociedade. Pode-se dizer que tudo é expressão da cultura de nossos tempos, e então, deveria tudo ser levado para os pósteros. (BRANDÃO, 2007. p.62).

Através das pesquisas anteriores aqui apresentadas, percebe-se que a sobrevivência cultural da negritude, que se consolidou no confinamento e no silêncio ao longo da história, hoje se transformou em prática expansiva e constante entre brancos e negros. *Elementos da cultura e da memória negra foram divulgadas, apropriadas, e reveladas em eventos (mercadológicos ou espontâneos) diversos nos espaços públicos das cidades* (Figura 88). Assim, a ocupação esporádica de espacialidades sai da zona do conflito e se manifesta no campo do lazer, da festa e das novas tradições. Dessa forma, essas dimensões despertam a crítica já na inversão espacial e na proporção que os costumes antes marginalizados ganham as espacialidades. Nas palavras de Lisandra Silva (2018, p. 75) as manifestações culturais: “[...] vai além da reivindicação da liberdade de expressão por também demonstrar a insatisfação com a privatização do espaço público e o não cumprimento dos direitos dos cidadãos ao efetivar a ocupação de espaços, promover a participação popular e a interação entre pessoas.”

Figura 88– Carnaval da Rua de Belo Horizonte. Ocupação da Praça Sete, principal cruzamento no centro da cidade.



Fonte: Fotografia por: Élcio Paraíso. Reproduzida por: PBH, 2020.

Dentre os vários exemplos aqui demonstrados, resgato os bailes funks (Figura 89). Mais do que uma apropriação cultural do espaço, que ganhou proporções enormes, é uma experiência também de valorização da negritude através da luta pelo direito à cidade (ROLNIK, 2019). Os bailes funks nas milhares de favelas do Brasil, representam, segundo Raquel Rolnik (2019): uma quebra das fronteiras entre o espaço do branco e o espaço do negro; um questionamento à

criminalização cultural e habitual dos negros; e um processo de *reterritorialização* no âmbito do espaço público e na escala da cidade.

Figura 89- Baile da Gaiola no Rio de Janeiro, um dos principais Bailes Funks do Brasil.



Fonte: Fotografia: Reprodução do Twitter. Reproduzida por: MALDONADO, 2019.

Nesse contexto de sobrevivência cultural e resistência, relembro também a continuidade dos quilombos, urbanos e rurais, na paisagem brasileira. Atualmente, os quilombos se apresentam na configuração real, histórica e de abrigo da negritude, e *virtual*, sendo as diversas ações culturais e espacialidades negras, como as favelas, o carnaval, entre outros (VINHAS, 2018).

Creio que a recuperação da história e da memória do quilombo é fundamental para pensar a formação social e a identidade cultural brasileira. O quilombo foi e continua a ser uma representação persistente da marginalização histórica, geográfica, política, social, cultural de parcelas expressivas da população no Brasil, incluindo indígenas e alguns brancos. (VINHAS, 2018. p. 290).

Por isso, na contemporaneidade o quilombo ganha potencial através da sua espacialidade, permanente ou eventual. O espaço, negro, se configura em território de poder, identidade, coletividade e luta que não permitiu sua mercadorização no sistema capitalista (SILVA, 2018). Esse poder vem justamente da relação com a terra e a espacialidade, ou seja, na sua regularização, na relação coletiva de produção, e na espontaneidade e reinterpretação dos espaços através da práxis, das manifestações culturais e dos protestos.

Pelo contrário, seriam sobretudo grupos com práticas cotidianas e modos de vida característicos com vistas a consolidar um território próprio. Em outras palavras, as práticas sociais marcam uma singularidade na medida em que instituem uma territorialidade pelo uso comum da terra: a ocupação territorial toma como base os

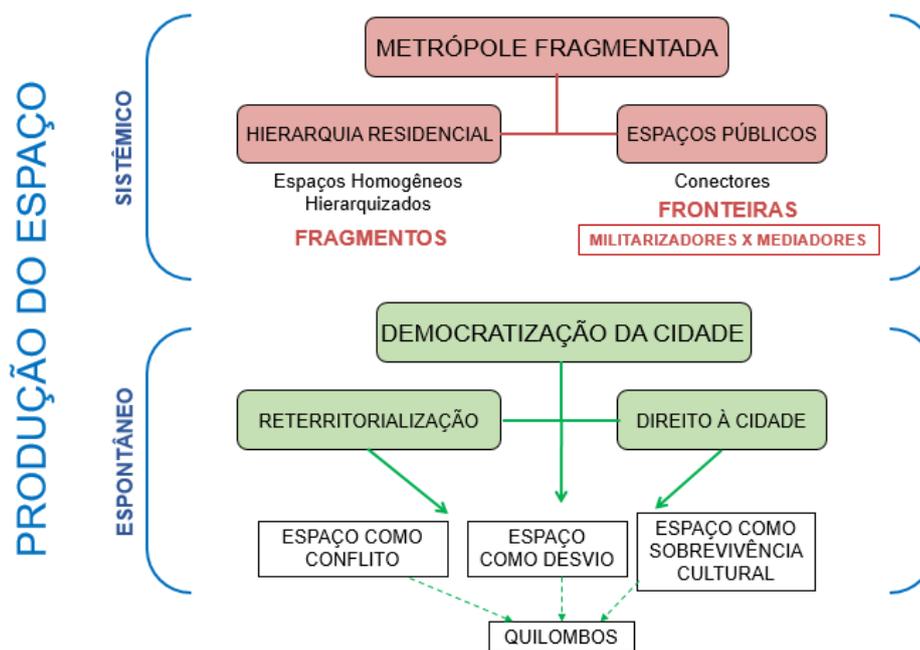
laços de parentesco e de vizinhança, em torno da organização de relações de solidariedade e reciprocidade. (VINHAS, 2018, p. 289-290).

Conclui-se que mesmo com uma produção do espaço urbano, estruturada e estruturante das práticas racistas, a essência fluída e processual dela gera brechas e oportunidades de quebras desse sistema. Portanto, nas cidades brasileiras, fragmentadas e com diversas zonas de conflitos e fronteiras, existem respiros espaciais que se produzem em desvios da reprodução do racismo. Esses desvios não são projetados somente pelo Movimento Negro institucionalizado, como também de forma espontânea no cotidiano e na história dos marginalizados, no caso, os negros.

Dessa forma, percebo que a produção do *espaço quando em ações e relações experienciadas pelos excluídos desse ciclo padrão de reprodução, consegue inverter, momentaneamente ou permanentemente, a micro e a macroescala implantada*. Essa ruptura se projeta principalmente através da apropriação de espacialidades com ocupações diferentes e inesperadas das quais estas foram construídas – no âmbito prático e simbólico. Logo, esse processo gera uma reformulação dos territórios, e, conseqüentemente, reenquadra-se os jogos de poder, as hierarquias e as discriminações. Ou seja, finalmente, se concretiza o direito à cidade e se rompe com a segregação naquele determinado espaço. Em resumo às práticas que se revelaram nestes estudos, ressalto que a produção do espaço urbano em prol da negritude se instrumentalizou através: *do espaço como conflito*, os diversos protestos e expressões de reivindicações; *do espaço como práxis e constante reterritorialização*; e *do espaço como lugar de sobrevivência cultural*¹¹⁸.

¹¹⁸ Dimensões a serem trabalhadas no próximo capítulo.

Gráfico 40– Diagrama síntese da produção do espaço e suas dimensões atuais no Brasil.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

5 A MATERIALIDADE DA SEGREGAÇÃO E DA LUTA RACIAL NO BRASIL

5.1 Os agentes mantenedores da opressão: Instituição, Indivíduo e Símbolo

Se se aceitar, seguindo Althusser, que as ideologias têm uma existência material, visto que são efetivadas nas instituições e nas suas práticas e rituais, então a discriminação racial, como fonte imediata de benefícios para a maioria de brancos nas sociedades multirraciais, torna-se a efetivação da ideologia racista que permeia a maioria das instituições da sociedade (HUDSON, s/d. p. 123).

A partir de todas as análises apresentadas nesta dissertação, algumas conclusões sobre o racismo e o seu complexo sistema de opressão devem ser apresentadas e aprofundadas. Primeiramente, o racismo pode ser considerado um sistema de opressão e de dominação prática e simbólica que desempenha uma função social, política e econômica de sustentação da desigualdade social, uma das principais engrenagens do Sistema Capitalista e sua produção. Ele se constitui também como uma discriminação que envolve exclusão, eliminação e subordinação social de grupos sociais considerados inferiores, a partir de critérios sociais e “biológicos” resumidos na categoria simbólica de raça. No caso brasileiro analisado, o racismo se expressa e se exerce em diferentes formas e em todas dimensões sociais e culturais do cotidiano.

Para que essa segregação social fosse construída e alimentada durante anos na sociedade brasileira, as práticas racistas tiveram que acompanhar as transformações que a história humana experienciou, pois uma vez que sua existência se concretiza na prática social, a inserção e a coerência nessa dimensão deveriam ser solidificadas. A incorporação social das expressões racistas se estrutura em diversas estratégias de transmissão, absorção, exercício e manipulação social, que se atualiza de tempos em tempos. No Brasil, dentre os diversos mecanismos estruturantes do racismo foram analisados sistemas e ideologias importantes de manutenção nesta pesquisa.

Primeiramente, estudou-se a fundo a sustentação científica e biológica da inferioridade dos negros em relação aos brancos, o que agregou distorções de teorias e interpretações da genética humana associados a julgamentos de valor e sociais (SEYFERTH, 2002). Uma das formas de trazer esse conhecimento científico para a dimensão cotidiana foram as diversas teorias sociais e políticas públicas disseminadas e colocadas em prática na sociedade brasileira. Essas teorias e políticas foram responsáveis por transformar o racismo em uma prática natural na sociedade, e sustentavam o sistema através da: invisibilização do negro; apagamento cultural e da memória; desqualificação do negro; mascaramento do racismo pela desigualdade de classes; e a criação de estereótipos para esse grupo.

Todos esses mecanismos se concretizaram no cotidiano através de sistemas intermediadores, veículos que carregavam toda essa carga conceitual, ideológica e prática. Dentre eles foram analisados os sistemas de influência e manipulação da massa populacional: a mídia e o turismo, importantes na absorção de conceitos, mitos e estereótipos abstratos; e os sistemas de controle e vigilância social que abrange o sistema político do Brasil e a relação entre o público e o privado.

Ao final desses estudos, a análise da estrutura histórica do racismo reafirmou a interseccionalidade opressiva, que perdura até hoje, como estrutura principal da desigualdade social no Brasil, na qual o racismo confirma sua construção, a priori, pela relação de interdependência com outras duas formas de opressão social: o sexismo e a desigualdade econômica. Esses três sistemas são rigidamente conectados e unidos em prol de um único sistema, em maior escala e complexidade: o Sistema Capitalista (HOOKS, 2014). Um mecanismo alimenta o outro e sustenta disparidades sociais e históricas com o objetivo de manter a desigualdade de forças e de poder que levam ao acúmulo do capital. Atualmente, todos esses três sistemas vêm sendo questionados, mas as mudanças que aconteceram não alteraram a configuração estrutural de forças pré-estabelecida, pois o acesso ao poder político e social ainda é privilégio dos grupos dominantes (BARAUNA, 2014). Dessa forma, a relação dessas três opressões se atualizou e se sustenta com o passar dos anos.

Em todos esses sistemas, teorias, e na construção dessa interseccionalidade opressiva analisados, percebeu-se a presença do espaço como instrumento de estruturação e reprodução de cada um deles. Aspectos espaciais, em suas diversas dimensões – material, simbólica e prática – são veículos de intervenção direta nas relações sociais e em suas formas de expressão. Nesse contexto, o espaço urbano foi constatado como um possível, e essencial, instrumento de propagação e alimentação de práticas racistas durante toda história até os dias de hoje, tendo também influência direta nas práticas sexistas e de desigualdade de classes no Brasil.

Compreende-se por fim que a raça, a classe e o gênero são categorias sociais conectadas que estruturam a dominação e a subordinação, e são construídas e atualizadas através diversos mecanismos, o que inclui a instrumentalização do espaço urbano. As práticas racistas, sendo parte integrante desse “tripé opressivo”, apresenta complexas maneiras de se reproduzir e renovar nas ações e relações sociais. Patrícia Collins (2015) sintetiza perfeitamente todas essas estratégias e afirma que essas formas de expressão e práticas da distância social se estruturam em três macro vetores: a *Instituição*; o *Indivíduo* e o *Símbolo* (COLLINS, 2015).

As *instituições* brasileiras, que incluem Estado e instituições privadas, são responsáveis por legitimar e impor graus diferentes de punições, privilégios e poder (COLLINS, 2015).

Portanto, a institucionalidade se configura em uma instância que reproduz a desigualdade social em forma de controle, vigilância e estabelecendo ideologias e como pratica-las (COLLINS, 2015). Assim, o Estado e as instituições privadas regem e ministram as práticas e os valores da sociedade. Eles atuam em todos aqueles sistemas analisados anteriormente: através do controle da mídia e do turismo, e da concepção de um sistema político social que se encaixa perfeitamente nessa função.

O *espaço urbano* também se configura em um *instrumento institucional*. Sua produção sistêmica é de responsabilidade do Estado, e é controlado diretamente por instituições públicas e privadas, o que gera o domínio dessas mesmas entidades no controle da vida urbana e das relações sociais (CORRÊA, 2004). O espaço, portanto, reproduz ações, categorizações e conceitos em que a institucionalidade defende e manifesta seu poder através das legislações, regras espaciais, padrões construtivos, controle de preços, entre outros artifícios espaciais de determinações sociais.

Já a dimensão do *indivíduo* traz a escala prática de sustentação da desigualdade social. Devido a diversidade de sujeitos, as experiências humanas são divergentes em muitos momentos. Dessa forma, a experiência individual se torna um *ato político* (COLLINS, 2015). Isso faz com que a dimensão individual, da escala micro do *cotidiano*, seja importante para a sustentação dos sistemas de opressão, pois se configura em um campo de propagação diária de ideologias e práticas, e de um exercício natural e sutil de dominação (COLLINS, 2015). Mais do que isso, o indivíduo manifesta-se como um agente que *necessita controle e muitas vezes silenciamento*, pois os atos políticos têm potencialidade de quebrar esse ciclo como um todo (COLLINS, 2015). Dessa forma, o indivíduo se torna um importante objeto de controle, sendo necessário que a expressão de sua individualidade se limite a escala do privado e do cotidiano, enquanto, na escala do coletivo, a massificação de conceitos e estereótipos será concretizada em seu nível máximo.

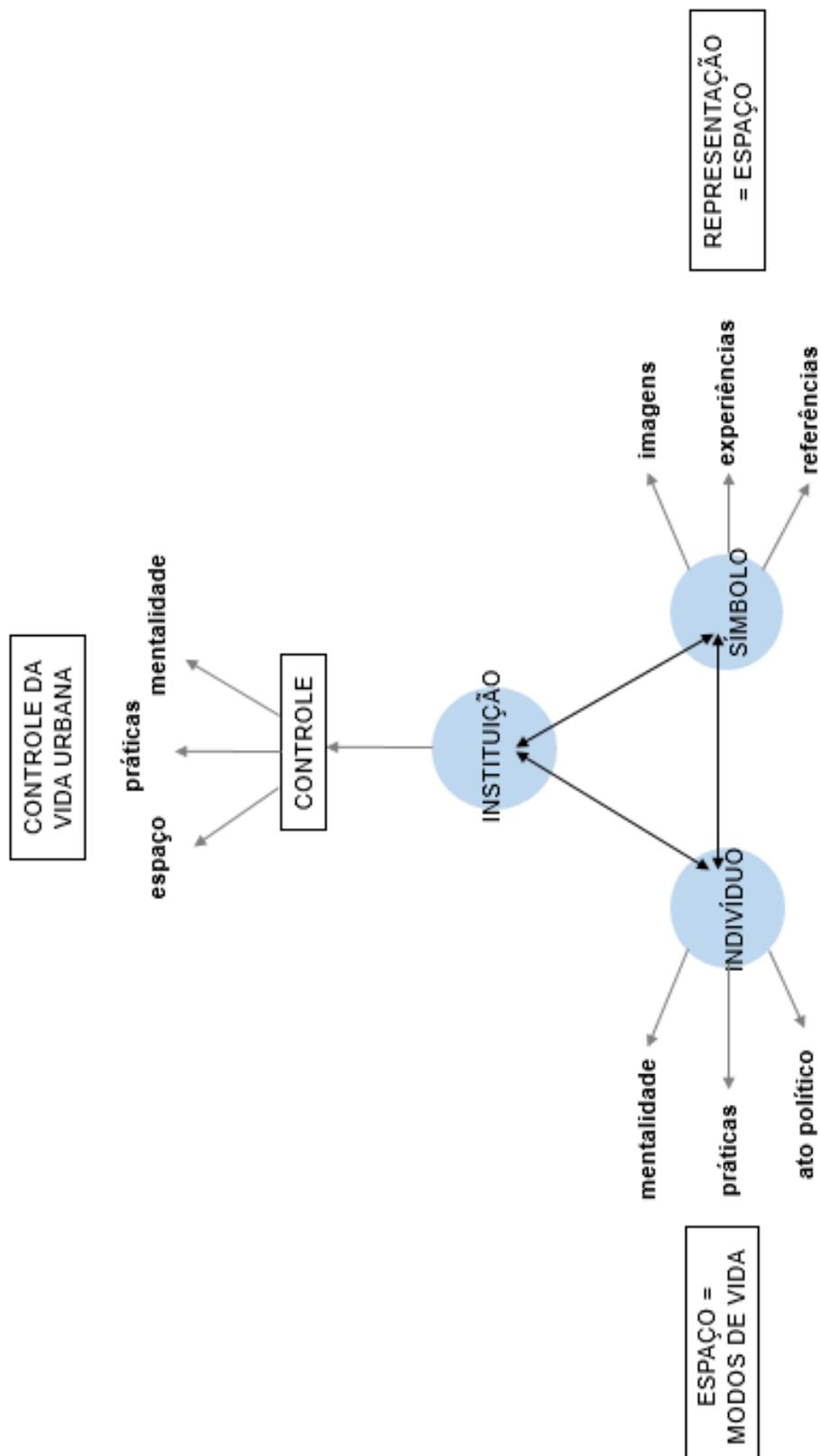
O espaço também participa na (des)construção e no silenciamento do indivíduo e da coletividade. *Os espaços urbanos são materialidades de contato direto com as práticas diárias da sociedade*, além de comprovadamente apresentarem uma relação imediata com as relações, atividades e experiências urbanas que concebem os modos de vida (LEFEBVRE, 2001). Logo, o espaço torna-se também meio de acesso e influência das práticas individuais e coletivas, o que pode ocasionar no controle e na reprodução estrutural do racismo.

Por fim, a estrutura do *símbolo* se responsabiliza pela *criação do imaginário*, de imagens e experiências no campo das ideias dos indivíduos. A instância do simbólico configura em um campo estratégico do estabelecimento da desigualdade social e todas as suas ramificações, pois

ele se revela um agente criador e destruidor das imagens, estereótipos e conceitos vividos (COLLINS, 2015). Nesta dimensão se concretiza todas as ideologias e os exercícios que envolvem a subordinação de determinados valores sociais e suas banalizações.

O espaço também pode ser apropriado como instrumento desta dimensão, para além de influências práticas e determinações institucionais. *Os espaços representam e materializam conceitos e imagens que o contato diário introduz na identidade e na prática social.* Além disso, essas representações espaciais configuram em uma forma de posicionar socialmente os diversos personagens da sociedade, e assim controlar vínculos, hierarquias e relações.

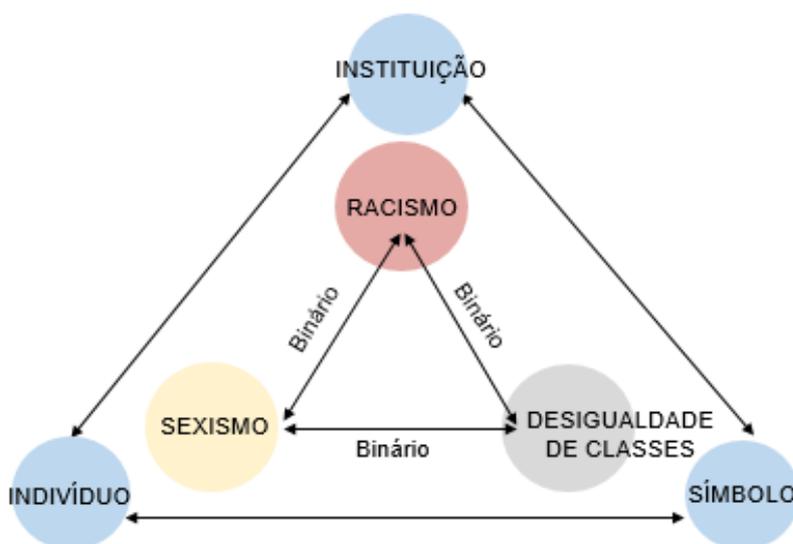
Gráfico 41 – Representação da Tríade de Construção da Desigualdade Social do Brasil



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Conclui-se que o racismo no Brasil se construiu e se constitui por meio de *duas tríades*: uma *tríade opressiva* e uma *tríade de agentes estruturais*. Em outras palavras: para estabelecer essa tríade de sistemas de desigualdade – racismo, sexismo e desigualdade de classes –, existem três instâncias sociais que os constroem e os mantêm: a institucionalidade; a individualidade e o simbólico. Cada um desses mecanismos é responsável (apresentam agentes) por uma atuação e um controle social em diferentes campos da sociedade, o que faz com que as práticas da desigualdade sejam transformadas em partes integrantes e indissociáveis das relações sociais brasileiras.

Gráfico 42 – Representação das Tríades e Relações de Construção da Desigualdade Social do Brasil.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

Esses três agentes se materializam e se incorporam na sociedade de diversas maneiras, como já foi analisado ao longo desta dissertação. Assim, dentre os tantos instrumentos e estratégias de construção, inserção e manutenção do racismo por esses vetores, destaco o espaço e o cotidiano como dimensões, reais e abstratas, essenciais em todos esses processos.

5.2 Os mecanismos espaciais de reprodução das práticas racistas e de segregação¹¹⁹

Como tal, o espaço é produzido por relações sociais e as reproduz. Uma vez que as relações sociais são determinadas por diferenças de poder, ao mesmo tempo em que as relações sociais incidem sobre as formas e manifestações de poder, o espaço urbano está profundamente implicado (e é conformado) no processo em que hierarquias sociais se concretizam em um dado momento histórico. (VARGAS, 2005. p. 92)

A partir da leitura de Carlos Hasenbalg (2005) e da análise dos temas aprofundados nesta dissertação, entende-se que a desigualdade contemporânea se baseia em uma distribuição

¹¹⁹ Todas essas relações e estudos sobre o papel da produção do espaço na reprodução das práticas racistas estão graficamente representados no **APÊNDICE I** - “Gráfico Síntese das análises desta dissertação – Papel da produção do espaço na construção e permanência das práticas racistas” p. 316-317

espacial de cores, gêneros e de níveis de desenvolvimento (econômico, político, cultural). Essa lógica também está presente ao longo de toda história do Brasil. Portanto, *o espaço demonstra ser um sistema, inquestionavelmente, determinante para a construção, manutenção e renovação das práticas racistas e da desigualdade social capitalista.*

Após os inúmeros estudos deste texto - teorias, fatos, epistemologias e análises – se faz possível entender que há uma forte ligação entre a produção o espaço urbano, formal e institucional, e a construção constante das práticas racistas no Brasil. Tal relação se inicia, principalmente, pela essência de ambas estruturas, como produtos e condições de produção do Sistema Capitalista e seus princípios (como a propriedade privada e a desigualdade social) (LEFEBVRE, 2006). Em outras palavras, o sistema produtivo que envolve todas as dimensões sociais – economia, política, cultural, social, etc. – tem como algumas de suas engrenagens de funcionamento: a produção do espaço; que mais do que um sistema produtivo em si, também se configura como produto e sistema de reprodução dos princípios capitalistas (LEFEBVRE, 2006); e a desigualdade social, que mais do que uma consequência inerente ao sistema, se comporta também como um conjunto de relações importantes para a construção de hierarquias e poderes que mantém o sistema girando (SILVA, 2018).

Lembro também que, de acordo com Ângela Davis (2016) e inúmeros autores aqui trabalhados, a desigualdade social se constrói a partir de uma tríade interseccional em que cada uma das formas de hierarquização e discriminação social se estrutura de maneira diferente, porém complementar e igualmente importante, o que garante a permanência cotidiana da desigualdade (DAVIS, 2016). Logo, com essa sequência de interrelações, fica claro que as práticas racistas se estruturam como meios de construção do Sistema Capitalista e, como resultado, de todos os intercruzamentos de ideias, projetos, e sistemas que essa produção envolve.

No caso da produção do espaço, Henri Lefebvre (2006) demonstrou, assertivamente, que uma vez que esta se institui como um sistema de produção material e abstrato, torna impossível desassocia-la de qualquer sistema de produção social em que ela esteja inserida ou relacionada. Portanto, no Brasil, o espaço, e suas dimensões de construção – prática espacial (as diferentes linguagens do espaço); representação do espaço (o aspecto simbólico e de representação); e espaço de representação (o cotidiano e a práxis) – se configuram como engrenagens construtoras do Capitalismo e geradas por ele.

Compreende-se então que a produção do espaço se constrói, principalmente, internalizada nos princípios capitalistas, e pelos seus agentes dominantes (Estado, instituições privadas e os grupos opressores das desigualdades - homens, brancos e ricos). Neste caso, o

espaço se potencializa como instrumento de materialização, representação e experiência das práticas capitalistas, da desigualdade social, e, simultaneamente, das práticas racistas. Logo, respondendo às perguntas e hipóteses apresentadas na **Introdução** deste trabalho, a produção do espaço apresenta ligação direta, em seu processo e em seus produtos com o racismo, suas ações, relações e vivências. *O espaço - institucional, formal e sistêmico - se produz e se demonstra como mecanismo de segregação, opressão e imobilidade social.*

O espaço tem cor, gênero e separação econômica, e por essa constituição, torna-se combustível e também produto das práticas racistas no Brasil. E, segundo João Vargas (2005, p. 81) “[...] não somente padrões de ocupação urbana estão inexoravelmente ligados à raça, mas também conceituações sobre a raça derivam das várias formas como o espaço urbano é compreendido.” Dessa forma, o espaço brasileiro, e sua produção, é construído como *fragmentado e pautado no distanciamento social*, ou seja, se apresenta como um espaço: segregado, separado, hierarquizado, opressor, silenciador, hegemônico e controlado.

Para estruturar a produção espacial associada a constante renovação do racismo, retomo a síntese de Patrícia Collins (2015) em três importantes grupos de agentes construtores: a Instituição, o Indivíduo e o Símbolo. O campo institucional, seria composto por instrumentos de controle, disciplina, regularização, e a construção macro dos valores sociais, sendo responsável diretamente pela produção das cidades e da imposição (evidente ou disfarçada) dos usos, relações e valores sociais que a compõe (COLLINS, 2015). O campo do simbólico se traduz no processo de exteriorização desses pensamentos e conceitos, o que faz com que ele seja essencial para a absorção e projeção de ideias, e para a construção de rótulos e histórias a serem vividos na escala micro do cotidiano (COLLINS, 2015). Por fim, o campo da individualidade se define como as vivências cotidianas em que ações e relações na escala do sujeito são determinantes para a absorção, prática e consolidação dos conceitos e imaginários projetados pelas outras dimensões (COLLINS, 2015). Portanto, novamente, esses campos e agentes se configuram em uma tríade, complementar e estruturante da instrumentalização da produção do espaço como reprodutora das práticas racistas.

Dentre os instrumentos espaciais de construção e manutenção dessas práticas ao longo da história do Brasil, destacaram-se, em minha análise, *cinco mecanismos* que foram operados e manipulados de maneira constante, intencional, impositiva e efetiva. São eles: o espaço como instrumento de *desrepresentação social*, ou seja, o espaço como meio de desconexão coletiva, perda de identidade e memória; *a ilegalidade espacial*, sendo a ilegalidade um meio de silenciar grupos e retirar participações sociais; *o determinismo espacial*, em que o espaço seria manipulado como processo de aprisionamento de práticas e isolamento; *o não acesso ao espaço*

e suas ramificações como forma de cessamento da liberdade, reafirmação da desigualdade e exclusão; e o espaço como instrumento de *controle e vigilância*, ou seja, como meio de silenciar, impor e manipular grupos sociais. Todos estes são macrocategorias de análise que foram colocadas em prática desde o século XVI até os dias atuais, e, na verdade, sintetizam as inúmeras estratégias espaciais que apresentaram e apresentam o intuito de manter a segregação racial. Além disso, cada um desses mecanismos trouxe importantes redes de edificação do racismo no Brasil que, muitas vezes, passam despercebidos e são ignorados pelos agentes e críticos do espaço, como os arquitetos urbanistas.

O “NÃO ACESSO” E A ILEGALIDADE ESPACIAL

A fragmentação do espaço e sua essência racista se constroem, principalmente, na base desses cinco pilares. Primeiramente, segundo as autoras Antônia Garcia (2009), Lilia Schwarcz (2012), e Lisandra Silva (2018) os conceitos de propriedade privada, esfera pública e esfera privada, no caso de um Sistema Capitalista, já determinam, epistemologicamente, que os bens capitalistas urbanos não podem ser apropriados de forma horizontal e democrática, pelo contrário, estes se estabelecem na urbanidade como privilégios e com seu acesso hierarquizado. Isso ocasiona uma elaboração de quem tem acesso a esses bens e quem não tem, e níveis de apropriações controlados por leis, políticas públicas, burocracia, e barreiras espaciais (meios institucionais). Relembro que os principais bens, capitalistas, urbanos, que compõe o direito à cidade e a construção da urbanidade, de acordo com Henri Lefebvre (2001), são: a moradia e a terra (propriedade privada), trabalho, mobilidade, infraestrutura e lazer.

Esse privilegiado acesso à esfera pública e privada e suas materializações nos espaços urbanos, obviamente beneficia os grupos historicamente dominantes, ou seja, o “*não acesso*” marca a vivência urbana dos grupos oprimidos (como os negros) e constrói diariamente sua opressão.

As estratégias ideológicas e seus desdobramentos espaciais de exclusão dos negros iniciou logo na condição de escravos, em que os mesmos eram propriedade e tinham a cidade e o campo como prisões, lugar de medo e obediência (GOMES, 2019). Os mesmos não eram considerados humanos, o que fez com que eles não possuíssem o direito a terra, moradia e a participação na cidade. Assim, os negros escravizados tinham a noção do espaço como seu local restritamente de trabalho e sinônimo de opressão e precariedade de vida.

A ideia de o negro não ter direito à cidade e à moradia permaneceu no decorrer dos anos, mesmo após o fim da escravidão. Legalmente, o país concretizou esse processo a partir da primeira Lei de Terras, em 1850, e obviamente continuou através das subsequentes leis urbanas

que, como foi demonstrado, em nenhum momento contestaram os parâmetros segregacionistas pré-estabelecidos (SILVA, 2018). Além disso, práticas diversas e políticas públicas foram implantadas (como a Política de Imigração), o que projetou uma exclusão econômica dos negros no mercado de trabalho e minimizou ainda mais o poder de compra deles para moradias e terras, consolidando o “*não acesso*” a esses bens (SEYFERTH, 2002).

Nesse momento destaco duas questões importantes que foram construídas e permanecem na sociedade brasileira: a expansão do “*não acesso*”; e a sua simbologia. Primeiramente, entende-se que o não poder de compra e o desemprego influenciaram não somente o acesso a moradia e a terra, como também no não acesso a outros tantos bens que compõe a cidade e a vida social urbana – lazer, infraestrutura e mobilidade. Em outras palavras, através de políticas públicas, leis urbanísticas e da dinâmica do mercado imobiliário, reforçou-se a impossibilidade e o distanciamento desse grupo e de tantos outros de acessarem os serviços urbanos e construírem um lugar dentro da cidade e da sociedade, e dessa forma se mantém até hoje.

O não acesso às diversas espacialidades públicas urbanas isolaram ainda mais os territórios desses grupos e sua participação no cotidiano, o que mais do que *retirar a cidadania*, promove o cessamento da liberdade de circulação, de apropriação e de uso. A explicação para esse isolamento e a “inacessibilidade” foi construída a partir da insegurança e do medo associado aos negros (ADORNO, 2012). Esse mito foi alimentado desde a escravidão por teorias e pela ciência, e na contemporaneidade, se abastece através dos dados estatísticos de criminalidade e violência associadas a esse grupo (ADORNO, 2012).

Além desse aspecto que amplia o não acesso aos bens públicos e privados, torna-se importante ressaltar a carga simbólica que o “*não acesso espacial*” transmite. A não participação espacial dos negros carrega uma representatividade de ilegalidade social, inferioridade e um vazio do sentimento de pertencimento espacial e social. Mais ainda o “*não acesso*” a esses setores também traz dificuldades e ausência cotidiana desses personagens na urbanidade e, assim, uma exclusão simbólica experienciada a partir do espaço. A ausência de um lugar no espaço urbano, gerou e gera uma ausência social, e o lugar do negro na cidade se concretiza como o “*não lugar*”.

Todo esse contexto, construído durante e logo após a escravidão, continuou marcando o urbanismo brasileiro, através de novas leis urbanas e da consolidação de realidades precárias para os oprimidos (falta de infraestrutura e a permanência do não acesso a moradia). Essa negação histórica de um lugar na cidade para os negros, especificamente, gerou experiências urbanas contínuas que os silenciam, retiram sua cidadania, e, em muitos momentos, despertam

uma sensação de não humanidade, devido ao “*não acesso espacial*” dar abertura para uma vida sem dignidade na cidade contemporânea. O vagoio espacial se transformou em um vagoio de relações e oportunidades, o que, conseqüentemente, aflorou problemas sociais, mentais e urbanos que até hoje fazem parte do cotidiano brasileiro.

Historicamente sem emprego, sem terras e sem casa; a invasão, o aluguel, a autoconstrução ou a condição de dependência com o local de trabalho se tornaram solução para a sobrevivência desse grupo, desde o final do século XIX até o ano atual. Isso edificou um contexto de instabilidade espacial e a transformação dos negros em marionetes do Estado e do mercado imobiliário, que podiam (e ainda o fazem) posiciona-los onde quiserem dentro da cidade.

A partir da abolição da escravidão (1888) inúmeras reformas urbanas e sociais marcaram negros e grupos marginalizados. Deslocamentos, constantes ameaças de despejos e financiamentos habitacionais trouxeram a *ilegalidade espacial* como condição dos negros (SILVA, 2018). Essa configuração urbana, de *ilegalidade*, gerou, novamente, a impossibilidade de criar o sentimento de pertencimento, pois sempre se encontravam as margens das estruturas sociais e das cidades e não conseguiam criar raízes e referências em lugar nenhum no meio urbano, já que a dinâmica que se consolidou foi de deslocar esse grupo constantemente. O contexto de ilegalidade e as instituições não permitiram que os negros ocupassem as cidades e construíssem uma ligação, nem com suas origens africanas, nem brasileiras. Permaneceram com a coletividade abalada, sem memória, em uma situação de inconstância e sem cidadania. Isso reforçou o sentimento de inferioridade nos próprios negros, um silenciamento perante as injustiças sociais, e um destrutivo vagoio social, o que desmembra esse grupo e causa uma sensação de um “*não lugar*” social. Todas essas questões culminam no sofrimento social imenso dos negros, reforçando problemas urbanos.

A complexa configuração espacial de *ilegalidade* e do “*não lugar*” fez com que se criasse também um estereótipo de criminalidade do negro (SILVA, 2018). Esse rótulo se deu, não só por questões biológicas, mas também por duas situações espaciais históricas: a primeira seria a concretização dos diversos controles e parâmetros urbanos que não incluem (reconhecem) as formas de vivências culturais e as alternativas de experiências espaciais dos negros; e, conseqüentemente, a ilegalidade real no espaço os colocam constantemente em situação de criminalidade, o que legitima a associação direta com certa personalidade

criminosa¹²⁰. Estigmas de criminalidade se consolidaram e ainda se constroem na ideia de que comunidades e espacialidades, majoritariamente, negras, são objetos de foco policial, que demandam vigilância, controle e limites (SILVA, 2018).

A *ilegalidade* transbordou para um não pertencimento também nos espaços públicos. Os espaços coletivos, instituições e a circulação se transformaram em uma outra estratégia espacial de manutenção da segregação dos negros associada, obviamente ao “*não acesso*”. Em outras palavras, essa inconstância do ambiente privado e a situação ilegal dos negros, espacial e socialmente, fizeram com que essa configuração se renovasse através do controle e de instrumentos dificultadores do acesso a infraestrutura da cidade, lazer e mobilidade.

Compreendo então que a ideia do “*não acesso*” e a *ilegalidade espacial* são mecanismos complementares, utilizados desde a escravidão até a contemporaneidade, como instrumentos inquestionáveis de: manipulação social ocasionada pela instabilidade espacial; insegurança e a ideia de não pertencimento através do espaço; construção de rótulos de inferioridade e criminalização dos negros; e a execução espacial e social da perda da memória e da identidade desses personagens nas cidades brasileiras. Todos esses aspectos de desconstruções dos negros como sujeitos sociais e urbanos foram e são reforçados por outros dois mecanismos espaciais: o *determinismo* e a *desrepresentação* espacial.

O DETERMINISMO E A DESREPRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO ESPAÇO

Sabe-se que o espaço, em suas dimensões simbólicas e práticas, cria, a partir das relações sociais sobre ele, um processo de construção do sentimento de pertencimento, coletividade e identidade. Os monumentos, espaços coletivos, públicos, e a moradia carregam simbologia e memória que com o contato cotidiano com as pessoas produz diversas construções sociais. Dessa forma, quando se rompe o contato dos sujeitos com esses símbolos, locais e rotina, quebra-se as relações nas escalas de povo e coletividade, e na escala do indivíduo já que se desconstrói o valor individual e sua respectiva identidade social. É nessa quebra que se estrutura o processo de *desrepresentação através do espaço*.

O rompimento espacial muitas vezes foi projetado pela situação de *ilegalidade* e do “*não acesso*”, já que ambas proporcionaram inúmeros deslocamentos, e a não possibilidade de criar referências espaciais e dos negros se enxergarem como sujeitos na cidade. Porém, outras formas também foram construídas ao longo dos anos. A primeira delas, e de extremo impacto,

¹²⁰ Análises construídas a partir da leitura das inúmeras leis urbanas e de terras do Brasil, apresentadas nesta dissertação, como: **Lei nº 601 de 1850; Lei nº 3.365 de 1941; Lei nº 4.132 de 1962; Lei nº 6.383 de 1976; Lei nº 6.766 de 1979; e Lei nº 10.257. de 2001.**

foi durante o regime da escravidão no Brasil (século XVI ao XIX), em que a principal estratégia de domínio utilizada foi o rompimento dos negros africanos escravizados com seu espaço de origem (GOMES, 2019). Neste caso, como foi demonstrado no início desta dissertação, o deslocamento deles para as colônias, não estava só no roteiro econômico, como também era uma das melhores formas de quebrar com os vínculos sociais e de memória que o espaço, o território, fomentavam.

Por isso, a separação dos negros do seu país de origem, fez com que enfraquecesse a noção de unidade, povo, e a relação com a sua história. Essa fraqueza coletiva diminuía a chance de revoltas, movimentos e questionamentos perante o sistema instaurado, além de proporcionar a perda da individualidade, o que fez com que as constatações de inferioridade e os rótulos fossem absorvidos pelos próprios negros, desorientando-os, muitas vezes, em relação realidade em que viviam.

No século XX e XXI, novas dinâmicas espaciais não permitiram que os negros recuperassem seu passado, e nem que conseguissem construir novas identidades sólidas. A *desrepresentação* no espaço vem sendo manipulada, desde então, através da representação da hegemonia (branca, masculina e elitista), muitas vezes explícita, o que potencializa a discriminação, a inferiorização e dominação real e geral da cultura negra (SCHWARCZ, 2012). Essa simbologia está estampada na hierarquização do espaço e seus privilegiados acessos e conexões (construídos também pelos outros mecanismos) o que faz transmitir, constantemente, a desigualdade social sistêmica. Ou seja, a “*não representação*” *espacial dos negros*, nos monumentos, espaços públicos, nos bairros residenciais e no cotidiano das cidades brasileiras se configura como um instrumento silenciador e de apagamento dos negros, suas origens, identidades e memória nos dias de hoje. Essa construção tem como objetivo (que se efetiva muitas vezes) enfraquecer o Movimento Negro como coletividade, retirar a ligação do passado, ou seja, as raízes deles como povo (descendente da África e brasileiro), impedir questionamentos das diversas formas de exploração que eles ainda sofrem, e promover certa distorção da mentalidade desse grupo como indivíduos na sociedade brasileira. Portanto, o espaço se transforma em um meio que retira a individualidade e a coletividade dos negros, continuamente, com o intuito de desconectar e garantir a opressão explícita ou implícita.

Cada um desses mecanismos criou uma situação em que o “*não lugar*” e a inferioridade estampada na hierarquia espacial, na verdade, se configurasse no institucional “lugar” dos negros. Em outras palavras, a ilegalidade, a instabilidade, e o espaço do excluído se tornou o espaço que, formalmente, poderia e deveria ser ocupado por esse grupo social: a margem. Nesse sentido, o *determinismo espacial*, ou seja, a determinação de qual é o lugar dos negros no espaço

da cidade e da sociedade, passou a ser uma outra estratégia de enquadramento e imobilidade desse grupo.

Com o objetivo de isolar, distanciar, e congelar a cidadania dos negros, a determinação do acesso, do uso, da mobilidade e, obviamente, da liberdade seria necessária para evitar questionamentos e tentativas de inserção. Durante a escravidão os limites espaciais eram claros. Os tipos diversos de espaços públicos e privados tinham seus usos e permanências limitados para os negros, como forma de reforçar: sua condição de mercadoria; o processo de aculturação e apagamento da memória; e sua eterna condição de trabalho em servir ao seu superior (GOMES, 2019). Com o passar do tempo o distanciamento se tornou a principal estratégia tanto de controle de acessibilidade e relações, quanto de isolamento.

No século XX em diante, determinações legais, ideológicas, e o contexto espacial historicamente construído consolidou que o espaço do negro seriam os diversos “não lugares” das cidades brasileiras: as favelas, as invasões, os cortiços, as ocupações, as Vilas Operárias e os distantes conjuntos habitacionais – lugares esses controlados pelas instituições dominantes, que podem ser deslocados a qualquer momento. Essas espacialidades selecionadas para a ocupação de grupos sociais marginalizados, pela sobre espacial dominante, na verdade, tinham como objetivo o isolamento e o controle das práticas sociais dos negros e de tantos outros. Por esse motivo, esses espaços, apesar de toda impermanência inerente deles, apresentam fronteiras e fixações indiscutíveis, que isolam e determinam até onde pode ir a liberdade desses grupos.

Considerando essas questões, o *determinismo espacial* se construiu e se constrói através de duas projeções de espacialidades: as espacialidades impositivas e extremamente controladas; e as espacialidades que apresentam uma diversidade e uma cotidianidade latente que deve ser limitada a sua localização e fronteiras. O primeiro exemplo, seriam os espaços urbanos que são construídos com pouca flexibilidade espacial, ou seja, com funções, usos, limites e acessos determinados, que não permitem adaptações às diversidades de hábitos, costumes e relações ali inseridos. Por isso, a rigidez espacial se configura sim em um instrumento modulador das práticas cotidianas, já que o espaço possibilita enquadrar a diversidade em uma espacialidade homogênea, não permitindo suas variações. As Vilas Operárias e os conjuntos habitacionais, são exemplos desses espaços, pois não só carregam o isolamento e uma dependência financeira dos moradores com as instituições, como também são espaços moduladores e controladores de ações e relações, o que minimiza a liberdade de expressão social dos negros, e os reduz a rótulos e projeções que essas mesmas instituições construíram¹²¹.

¹²¹ RAGO (1997); GARCIA (2009).

Os outros espaços na cidade, os “não lugares” dos negros, são considerados também *determinismos espaciais*, pois fazem parte de um urbanismo fragmentado, com espacialidades homogêneas (favelas, ocupações, invasões e cortiços x bairros formais e condomínios) que são heterogêneas e hierarquizadas entre si (GARCIA, 2009). A homogeneidade se constrói por esse *determinismo*, já que apesar de serem espaços de construção orgânica e cotidiana (no caso dos “não lugares”) se configuram em espaços que sobram da cidade formal (bairros e condomínios). Ou seja, um “*não espaço*” determinado para os “*não cidadãos*”. Neste contexto, a hierarquização dos agrupamentos espaciais homogêneos se estrutura no estabelecimento dos lugares e dos não lugares, e, através do controle das fronteiras determina-se também a conexão entre esses “blocos homogêneos”.

O CONTROLE SOCIAL ATRAVÉS DO ESPAÇO

Dado todos esses mecanismos, fica evidente que *o controle e a vigilância* são estratégias espaciais necessárias para consolidar todos os processos de posicionamento espacial e social dos negros. Em outras palavras, o monitoramento (literal ou cotidiano/natural) dos espaços urbanos são indispensáveis para a manutenção do isolamento e do distanciamento social.

Através de regras e parâmetros urbanísticos, se construiu no Brasil um sistema de vigilância em que os próprios cidadãos trazem o Estado e seus braços (polícia e agentes econômicos) para dentro do cotidiano. Essa vigilância, como próprio nome diz, é o ato de vigiar através de determinações espaciais que conduzem a um constante alerta da população sobre seus atos e os dos demais (COLLINS, 2015). O Estado então se projeta nos hábitos das pessoas no espaço, e muitas vezes sua intervenção direta se torna desnecessária. O julgamento e a exclusão se constroem pela influência do espaço no cotidiano do sujeito, não somente pelo isolamento em si. O espaço transcende então a segregação espacial para uma influência direta na segregação social.

É assim que o poder estatista-político se faz onipresente: ele está em todo lugar, mas mais ou menos: aqui difuso, ali concentrado. [...]. O espaço permite integrar o econômico ao político. [...]. O poder político não é, enquanto poder político produtor de espaço: mas ele o reproduz, enquanto lugar e meio da reprodução das relações sociais (que a ele são confiadas). No espaço do poder, o poder não aparece como tal; ele se dissimula sob ‘organização do espaço’. (LEFEBVRE, 2006. p. 505).

Nessa perspectiva, o espaço também se configura em um instrumento de controle, repressão e proibição: da vida privada, da vida pública, das relações e das ações, em toda a história. Na época da escravidão o controle era explícito, em que o policiamento e o

monitoramento dos escravos eram incansáveis para impossibilitar as fugas e as rebeliões (VINHAS, 2018). Com o fim desse regime, a vigilância teve que se infiltrar nas práticas cotidianas e em sua sutileza para continuar sua reprodutibilidade.

O *controle*, então, foi inserido *através do espaço* nas ações e relações da própria população que mantém ativa a separação, as possibilidades de acesso, os preconceitos e as hierarquias. Dentre as justificativas utilizadas para consolidar esse pensamento, retoma-se a ideia de criminalidade espacial e social dos negros construída por toda a sequência de relações apresentadas neste texto. Esses conceitos trouxeram uma insegurança da população em geral com esse grupo e “suas” espacialidades, o que projeta a necessidade de uma vida em alerta e baseada em pré-conceitos de segurança, que no caso são próprias das práticas racistas. Logo, o cotidiano e os espaços se tornaram desdobramentos do policiamento constante e uma prisão social para os já oprimidos.

Vale lembrar que o *controle* e a *vigilância* muitas vezes extrapolam a sutileza e se manifestam como espaços de polícia, invasão do cotidiano e ameaças constantes, como é o caso da militarização das favelas e da instalação policial nessas mesmas comunidades que marcam as relações espaciais atuais (COLLINS, 2015). Além disso, o *determinismo espacial* também pode ser entendido como uma forma de controle, pois impõe culturas, hábitos e posições sociais, através da locação e situação espacial que os negros ocupam. Esse *controle locacional e de vigilância* gera então uma ampliação da homogeneização e do disciplinamento social, e um controle cotidiano do corpo e das ações desse grupo. Isso faz com que nem a cidade, e nem sua própria liberdade de fato pertença aos negros, mesmo quando a escravidão já foi abolida há muito tempo.

SÍNTESE: O DIREITO Á CIDADE COMO PRIVILÉGIO

Considerando todas essas construções, o espaço, em suas dimensões de linguagem, representação e práxis, pode ser instrumentalizado como combustível das práticas racistas através de recursos espaciais estratégicos. Cada um dos *cinco pilares* aqui apresentados são mecanismos materiais que transbordam sua condição formal e concretizam aspectos de segregação social, econômica, política e cultural dos mais diversos grupos, sendo o foco desta dissertação, os negros. *Essa potencialidade do espaço* e sua fácil transição entre construções sociais macro – ideologia, conceitos, sistemas – e micro – cotidiano, micropolítica e representações de individualidades e coletividades -, *faz com que ele se configure em um dos principais meios de construção, atualização e consolidação do racismo estrutural do Brasil.*

Em síntese, a produção do espaço, em suas dimensões construtoras e a partir de macroinstâncias estruturantes - institucionalidade, individualidade e simbólico -, edifica e renova as opressões sociais do racismo, sexismo e da desigualdade de classes. Todo esse processo produtivo do espaço e das práticas racistas se baseiam na construção e experiência dos *cinco mecanismos* principais aqui apresentados.

O espaço alimenta o racismo, quando utilizado como instrumento de *desrepresentação no espaço* e de *desconstrução* do negro como indivíduo e coletividade. O desmembramento de um povo, a ausência de memória, a baixa autoestima construída e o não pertencimento promovem o reforço da *inferiorização* e do *silêncio* desse grupo dentro de todos os meios de exploração social. O “*não acesso*” às dimensões públicas e privadas urbanas, que provocam *ilegalidade espacial e social*, reforçam o isolamento, a segregação e a criminalização desse grupo. A precariedade de vida e a *inconstância espacial* quebram qualquer possibilidade de encaixe do negro na sociedade, o discriminando e alimentando o racismo ainda mais. Mais do que isso, o espaço não foi usado apenas para isolar ou silenciar, como também foi e é instrumento de *controle e enquadramento social*. Através do *determinismo espacial* e do policiamento deste, determinou-se práticas e hábitos, discriminou outros e até puniu. Além disso, a *determinação espacial* inseriu na população a prática de *vigilância constante* e do isolamento de certos tipos de comportamento. *Em resumo, no cotidiano brasileiro, o racismo foi construído rigidamente nos hábitos e nas experiências no espaço urbano.*

Concluo que essas *cinco estratégias espaciais* de reprodução das práticas racistas são responsáveis por uma materialização sistêmica de ações e relações de opressão dos negros. No âmbito do simbólico o espaço materializa e reverbera: a manipulação das identidades coletivas e individuais desse grupo; eternização de rótulos e estereótipos de inferioridade, medo e silêncio; a exploração da mentalidade negros e também dos brancos em sua “superioridade” através de alienação e mascaramento espacial das diversas formas de exploração; e a manutenção de referências e estampas espaciais que constantemente marcam hierarquias e subordinações. Já no âmbito da práxis, a produção do espaço concretiza: a influência do espaço nas ações e relações que conectam a ideologia macro do racismo com as práticas da escala micro do dia-a-dia das pessoas; o individualismo e a constante ideia de exclusão social e privatização de direitos e práticas sociais; a anulação da heterogeneidade e a transformação da mentalidade e das experiências espaciais (em que a diversidade se vive na desigualdade); e a constante renovação das práticas sociais de exclusão e de racismo.

Todas essas impossibilidades sociais e espaciais dos negros - que os isolaram, os apagaram e os reprimiram - fizeram com que as práticas racistas se construíssem na cultura

brasileira através de inúmeras estratégias que tem como objetivo *principal a não concretização, plena, do direito, democrático, à cidade, o que ocasiona a morte social de diversos grupos, em foco, os negros*. Toda esta segregação não está nas leis ou em imposições. Na verdade, o racismo das cidades brasileiras está no dia-a-dia: na ação de morar; na ação de passar; na ação de circular; na ação de trabalhar; na ação de classificar; na ação de permitir; na ação de julgar; entre tantas outras construídas ao longo de tantos anos e sistemas. O espaço se tornou, a meu ver, um dos maiores subsistemas do racismo, pois ele pode ser um meio de controlar, direcionar, e potencializar todas essas ações em seus mais diversos recursos e dimensões.

5.3 Espaço como desvio: estratégias espaciais de fissura do sistema de segregação social e racial¹²²

Contraditoriamente, as mesmas dimensões construtivas que tornam a produção do espaço um instrumento (produto e produtor) das práticas racistas, são também responsáveis por fazer do espaço um caminho de rompimento do racismo e de construção da negritude no Brasil. Isso acontece, pois, assim como estudado durante todo este trabalho, o espaço, apesar de inserido no sistema de produção capitalista, *também apresenta aspectos de produção independente que despertam e potencializam a projeção de ações e relações que se opõem, questionam e propõe novas formas de viver em sociedade* (LEFEBVRE, 2006).

Por essa essência contraditória, a *produção do espaço também materializa e concretiza as demandas e conquistas do Movimento Negro*, através de: agentes institucionais – em lutas por leis, direitos, e políticas públicas -; agentes individuais – na luta cotidiana de pertencerem a cidade e a si mesmos -, e agentes simbólicos – na luta da sobrevivência, permanência cultural e história dos mesmos. Assim, o fortalecimento da negritude acontece, no Brasil, também através do processo de projeção e materialização de espacialidades conectadas às dimensões de representação do espaço e do espaço de representação, porém, nesta perspectiva, seu *principal agente operador são os negros*.

Dessa forma, no âmbito da representação do espaço, o mesmo: cria e resgata referências históricas e presentes dos negros, o que os fortalece e traz o sentimento de reconhecimento e identidade; formaliza escapes e respiros em meio a simbolismos que oprimem e inferiorizam esse grupo; reconstrói e renova a identidade do negro como sujeito social e político, e mais ainda, do negro como unidade e coletividade extremamente potencial e importante em meio a

¹²² Todas essas relações e estudos sobre o papel da produção do espaço no Movimento Negro estão graficamente representados no **APÊNDICE II** - “Gráfico Síntese das análises desta dissertação – Papel da produção do espaço na construção da negritude e na luta do Movimento Negro.” p. 318-319.

ausência social; e se manifesta como objeto de apropriação e ocupação do negro, capaz de tornar essas ações em consolidação da voz, participativa e expressiva, desse grupo na cidade e na sociedade. No âmbito do espaço de representação, a materialização se consolida: nas ações e relações que continuamente estão em atividade com e no espaço, o que o transforma constantemente e, também, a sociedade; na essência do espaço ser um veículo essencialmente passível de ser apropriado por todas as pessoas, o que torna os oprimidos potenciais agentes e produtores do próprio espaço e de suas construções sociais; e na manifestação de sua função social e pública, através de todas essas estratégias que democratizam a produção do espaço na escala micro do cotidiano.

Esse sistema de construção e transformação social através da produção do espaço, foi um dos responsáveis pelas inúmeras conquistas sociais, culturais, políticas e legais do Movimento Negro. Durante toda a história do Brasil, a negritude caminhou paralelamente e inter cruzando as mudanças sociais o que construiu, recriou e resgatou o negro como sujeito social e político, e como coletividade. Em todos esses anos, mecanismos espaciais foram utilizados como instrumentos de luta e metamorfose social através de *cinco estratégias* principais: o *espaço como adaptação*, quando o mesmo se torna instrumento de mediação cultural e possibilidade de inclusão social no meio, antes, segregador; o *espaço como abrigo*, quando este é manipulado como forma de proteção, acolhimento individual e coletivo e sobrevivência cultural; *espaço como comunicação*, utilizado como instrumento de expansão, iluminação e reconhecimento de referências, símbolos e aspectos culturais dos negros; o *espaço como proposta*, apropriado de forma invertida e diferenciada do projeto oficial deste lugar, o que constrói novas organizações sociais, culturais e espaciais que são mais coerentes com os hábitos e costumes da negritude; e o *espaço como conflito*, construído em apropriações espontâneas de enfrentamento social e político através de inversões no uso do espaço e protestos.

Cada um desses mecanismos espaciais assumiu materializações diversas ao longo da história do Movimento Negro, que iniciou junto com o sistema escravista e continua na luta contra as práticas racistas remanescentes no país. A produção do espaço urbano, quando manipulado pelos negros e outros agentes oprimidos socialmente, se tornou veículo de: *divulgação cultural; questionamento e crítica social; adaptações cotidianas para inclusão; proposição de novas organizações espaciais e sociais; e proteção e preservação do indivíduo e do grupo*. Todas essas intervenções sociais e espaciais foram, e ainda são, formas importantes de vencer a segregação espacial através de diferentes estratégias de *democratização do acesso*

e do uso do espaço urbano, e assim, promover a inclusão o negro nas cidades e na sociedade brasileira.

O ESPAÇO COMO CONFLITO

O processo de apropriação, gradual ou abrupta, do espaço pelo Movimento Negro, inicia logo na sua essência como movimento social, portanto, simultaneamente, à implantação do sistema escravista no século XVI¹²³. O Movimento, ao longo dos anos, demonstrou inúmeras vertentes de luta, que incluem: questionamentos, sobrevivência cultural e assistencialismo. Porém, desde o início, os negros tiveram como sua principal fonte de transformação social o enfrentamento direto (BRITO, 2009). Esse enfrentamento, durante toda a história, se pautou, principalmente, no espaço como instrumento de rompimento, exercício de liberdade e ampliação de sua voz e necessidades, ou seja, no uso do *espaço como conflito*.

O *espaço como conflito*, na verdade, seria a consolidação de experiências e simbologias produzidas com e sobre o espaço que entram em confronto direto com os princípios e práticas que se está questionando ou criticando, no caso, as práticas racistas. Esse confronto se dá principalmente através de um rompimento com o espaço que, antes, restringia a liberdade dos negros e os excluía; ou através de uma apropriação espacial que inverte seu uso institucional e original. Essa inversão espacial proporciona também certa inversão social, em que os negros se transformam em protagonistas do espaço, e, conseqüentemente de suas identidades, o que desmonta sua posição sistêmica de invisibilidade. Mais do que isso, a ruptura e inversão espacial se projeta também como um meio de denúncia e exposição das injustiças sociais que se encontravam, materialmente, no espaço e em suas vivências. Logo, a denúncia pelo espaço amplia e reconhece a voz do negro como uma voz política e de potencial mudança, o que representa que o enfrentamento pelo espaço, pode se configurar em um processo de: recuperação identitária; proposição e exposição de demandas e problemas; e de rompimento com as amarras sociais através do rompimento espacial.

Na escravidão (século XVI ao XIX), o conflito foi a primeira, e mais frequente, opção utilizada para o protesto e a libertação da condição social e econômica em que os negros se encontravam (BRITO, 2009). Através de fugas, saques e vandalismo, os negros conseguiram garantir o rompimento com as imposições sociais de cada uma dessas espacialidades e conquistaram certa liberdade, mesmo que na impermanência e na fuga (BRITO, 2009). Com o passar do tempo, no Movimento Abolicionista (organizado pelo Movimento Negro), o *espaço*

¹²³ BRITO, 2009; SCHWARCZ, 2012.

de conflito se acalmou, e a destruição e a fuga não mais foram suas características. O enfrentamento, neste momento, se manifestava no uso do espaço como locais de encontros, discussões, críticas, e de elaborações de protestos e mudanças sociais: os espaços de reunião e discussão política, na época ainda ilegais (DAVIS, 2016).

Após a abolição oficial da escravidão em 1888, a luta começou uma nova forma de instrumentalização do espaço. O enfrentamento passou a se basear na inversão da ocupação e do uso do espaço, principalmente público. Nos séculos seguintes, XX e XXI, o espaço se tornou o principal meio de contracondutas, manifestações, insurreições, levantes, gritos sociais e transmissão de demandas e propostas dos negros (ALESSI, 2019). O conflito social passou então a se estruturar como um *conflito, essencialmente, espacial*, em que a mudança de perspectiva do uso de um determinado espaço traria para o movimento: voz, solução e poder de crítica.

O ESPAÇO COMO TRANSMISSÃO DA NEGRITUDE

É nesse reconhecimento e na ampliação da voz política do negro, que se entende o combate direto através do espaço pelo seu uso estratégico, inegável, do *espaço como meio de comunicação*. Como estudado anteriormente, meios de comunicação são veículos de transmissão de conceitos e ideias, em que o espaço se encaixa como um de seus exemplos, devido à suas dimensões representativas, constantes e de contato diário¹²⁴.

Por isso, utilizar o espaço como um veículo de *transmissão e formação de conceitos* que valoriza os negros, sua história e estilo de vida, se configura como uma estratégia importante de inserção cultural e social desse grupo em uma lógica gradual de transformação de ideologias e práticas. A produção do espaço se torna, então, nas mãos do Movimento Negro, um instrumento de divulgação e expressão social das diversas características e práticas do mundo negro, o que faz com que o espaço se configure em um veículo de iluminação da negritude, suas particularidades e humanidade. Mais que isso, o espaço, nesta apropriação acaba também se manifestando como eco das diversas vertentes de lutas, através, principalmente, da elaboração de espacialidades de discussões e proposições de inserção social.

Na história, o Movimento Negro fez uso dessa potencialidade comunicativa do espaço. A partir da concepção de espaços de encontro (ilegais) durante a escravidão, linguagens e símbolos foram resgatados e renovados em suas formas de expressão, inclusive espacial, o que foi importante para a sobrevivência de muitos aspectos culturais e históricos, e ainda a

¹²⁴ DE LIMA, 1996-1997; LEFEBVRE, 2006.

elaboração sólida de questionamentos para pressionar o fim do sistema escravista (DAVIS, 2016). Após os anos imersos na luta contra a escravidão, os negros passaram a lutar contra o racismo estrutural presente no cotidiano dos brasileiros. Por isso, os meios de comunicação – mídia, imprensa, Tv, rádio, entre outros – se apropriaram das espacialidades, negras, e de seu dia-a-dia mais banal, como forma de publicidade e divulgação de suas relações, práticas e culturas (DA ROSA, 2014).

Isso se ampliou ao final da década de 1950 até os dias de hoje, em que os espaços de encontro e as formas de expressão e valorização do cotidiano se transformaram em manifestações culturais de fato. Espacialidades foram implantadas como forma de sobrevivência cultural; e enfrentamento a partir de ocupações artísticas, voltadas à música, literatura, artes plásticas, entre outros. Espaços de encontros culturais em prol da negritude se tornaram cada vez mais comuns nas cidades e se estabeleceram como espaços coletivos, de reconhecimento, de pertencimento e de valorização social desse grupo (COLLINS, 2015). Esses espaços de manifestação cultural não só se consolidaram em seus locais e nas áreas marginais como, com o passar do tempo, se expandiram para os espaços públicos e privados da cidade formal através dos diversos mediadores culturais, como o Rap e o Funk (ROSA, 2006). Com as conquistas espaciais de expressão, a negritude, cada vez mais, conseguiu se infiltrar nos hábitos da branquitude, e, gradualmente, fez com que a voz dos negros ganhasse a dimensão desejada.

Por isso, o *espaço como instrumento de comunicação social* despertou uma potencialização da cultura, da história, das opressões vividas e do cotidiano do negro para toda a sociedade brasileira. Mas, para algo se potencializar, simultaneamente, suas raízes deveriam ser consolidadas e protegidas, e mais uma vez o *espaço* foi utilizado como *instrumento*, no caso, de *proteção social e cultural da negritude*. O *espaço* então também se configura como *instrumento de abrigo do negro*, sendo ele indivíduo ou coletividade.

ESPAÇO COMO PROTEÇÃO E ADAPTAÇÃO

O *espaço como abrigo* da população e da cultura negra foi também presente em toda a história do Brasil. A apropriação do espaço com esse objetivo foi e ainda é bem claro para os negros devido à necessidade contínua de sobrevivência, proteção contra as mais diversas formas de opressão e o isolamento que não possibilita o transbordamento das relações. O espaço como instrumento de proteção atua de duas formas complementares nas conquistas do Movimento Negro, como: instrumento de preservação da cultura e da memória dos negros; e como uma forma de resistência (e re-existência).

Primeiramente, os abrigos espaciais do negro, na verdade, se encontram na inversão da perspectiva do isolamento e da ilegalidade. Em outras palavras, o próprio sistema de exclusão acabou abrindo a possibilidade de sobrevivência da negritude, pois, uma vez que isolada e distante das culturas que a oprime, conseguiram transformar as próprias espacialidades que a exclui em barreiras e blindagem contra o apagamento de suas origens e práticas. O espaço como abrigo, então, na verdade, seria a apropriação do “*não lugar*” como seu próprio lugar, o espaço em que se projeta a possibilidade de experimentar as memórias, hábitos e costumes dos negros. Dessa forma, a apropriação da segregação espacial como instrumento de permanência e sobrevivência fez com que seus isolamentos se tornassem abrigos e, naturalmente, embates diários, como é o caso das favelas (comunidades fruto da segregação urbana, que, porém, também produzem, preservam e expandem a cultura negra) (VINHAS, 2018). Portanto, o *abrigo* se manifesta como espacialidades que resgatam os negros como sujeito, coletividade e cultura, e *potencializam suas presenças na cidade* em que sua *própria existência se faz resistência e crítica*.

No mesmo sentido de preservação cultural o *espaço* também foi produzido, pelos oprimidos e suas lutas, *como uma estratégia de adaptação* frente à cultura hegemônica, a *branquitude* histórica. Desde o século XVI, na época da escravidão, até os dias atuais, foi estudado nesta dissertação que, além dos conflitos, a adaptação cultural também foi um meio de conseguir, completa ou parcial, defesa e permanência de diversas linguagens, religiões, expressões artísticas e vivências políticas, sociais e econômicas que construíram a identidade dos negros desde a África até o Brasil atual (PARAÍSO, 1998). Dessa forma, pequenas transformações nas espacialidades segregadoras e racistas se tornaram maneiras de garantir a permanência e a inclusão negra na sociedade e seus diversos âmbitos.

Primeiramente, nos séculos de escravidão os espaços coletivos e de encontros institucionais, como as próprias Igrejas Católicas implantadas, se tornaram veículos de penetração de princípios e histórias africanas, o que demonstra que os negros utilizaram, sutilmente, a potencialidade representativa da produção do espaço urbano para sobreviverem (JORDÃO, 2010). Com o passar do tempo, nos séculos XX e XXI, as transformações da sociedade brasileira fizeram com que certa aceitação da negritude fosse necessária, mesmo que em seus aspectos mais superficiais (SCHWARCZ, 2012). Porém, novamente foi essa abertura cultural que deu possibilidade para que mistura cultural acontecesse. Logo, a apropriação de aspectos culturais negros pelos brancos e dos brancos pelos negros, foi responsável por, dialeticamente, garantir uma sobrevivência às práticas esquecidas e silenciadas da negritude (DA CUNHA, D. 2018). Essa troca cultural se materializou muitas vezes através da apropriação do

espaço, também compartilhada por esses atores. As espacialidades coletivas, mesmo que sutilmente, foram aos poucos sendo empurradas e modificadas, até chegar ao ponto que práticas culturais negras fossem inseridas em conexão com as hegemônicas, como é o caso do carnaval, do baile funk, rituais de adoração à Iemanjá, os grandes eventos de samba, entre tantos outros (GELEDÉS, 2015). Por esse uso, novas relações se projetaram, e de certo modo a segregação social, nesses eventos e espacialidades adaptativas, foram superadas, rompendo gradualmente a hierarquia imposta.

O *espaço como adaptação* também se projetou na ultrapassagem das barreiras do *não acesso à moradia e à cidade* através do assistencialismo e as redes de solidariedade. Com o passar dos anos, o Movimento Negro percebe que as tantas demandas do seu grupo tinham como base a participação espacial, e conseqüentemente social. Por isso, desde o início do século XX, o Movimento adotou o assistencialismo como uma nova vertente de luta que nunca mais se perdeu (DA ROSA, 2014). Essa veia tinha como principal ação *levar a cidade até a margem*, ou seja, levar a cidade até o alcance dos negros. Através de: mutirões de construções de moradias e infraestruturas; assistência jurídica para batalhas em relação às propriedades privadas; garantias de acesso à educação, saúde e atividades culturais; e a preparação para o mercado de trabalho e para atuação política; a inserção social pôde vencer de forma mais frequente o silenciamento e a opressão (DA ROSA, 2014). Cada uma dessas intervenções foi responsável por garantir, na escala do dia-a-dia, certo *acesso à cidade e à moradia* o que fez com que os negros, ao se tornarem sujeitos de seu espaço e do espaço da cidade, tivessem suas cidadanias e autoestimas reconstruídas.

O ESPAÇO COMO PROPOSTA

A cidadania e a sensação de pertencimento social e a si mesmo desse grupo também foram e são construídas a partir de ideias e experiências espaciais completamente diferentes das espacialidades internas aos sistemas diversos de construção da desigualdade social. Em outras palavras, *a produção do espaço também foi instrumento de proposição* de novas organizações espaciais, que obviamente, devido a uma correlação inerente, permitiu que novas organizações sociais se apresentassem – organizações que seguiam alguns princípios de gestão social contrários ao Capitalismo e próximas ao exercício da Democracia plena.

Esses ‘territórios dissidentes’, as ‘ocupações’, são, muitas vezes, ao mesmo tempo, espaços de experimentação sociopolítica (novas relações de poder, menos ou mais horizontais e anti-heterônomas), político-cultural (cultura desalienante, arte engajada, novas formas de socialização) e econômica (circuitos de economia popular solidária). (DE SOUZA, M. 2001. p. 17-158).

Essas novas formações sociais e espaciais se basearam principalmente nas diferentes relações da população negra com a terra, que, na verdade, eram novas somente para os brasileiros e europeus, pois em muitos momentos da história africana os negros já tinham experienciado outros contextos de relação com a terra, trabalho, moradia e propriedade (NASCIMENTO, 1985). Assim como tratado nesta dissertação, as organizações espaciais negras, em suas diversas formas (quilombos, favelas, organizações culturais, entre outras) apresentam valores espaciais e sociais que passam pela ideia de *coletividade, plenitude do aspecto público e democrático* nos diversos setores e no espaço, e a *horizontalidade de acessos* espaciais e sociais (SILVA, 2018). Portanto, essas diferentes organizações sociais, sendo elas estruturadas em sociedades alternativas ou apenas em alguns aspectos que compõem a espacialidade, projetaram na história brasileira a *instrumentalização do espaço como proposta* de novas formas de se relacionar em sociedade e organizar a produção e seus produtos.

Por essa potencialidade, esses espaços que projetam transformações sociais claras conseguem se tornar agentes e produtos de: inversão das posições sociais estabelecidas e hierarquizadas; criação de novos símbolos e referências sociais; e ampliação das possibilidades de novas práticas e apropriações no espaço que vão além do espaço padrão e sistêmico estabelecido. Portanto, esse aspecto propositivo da produção do espaço: ativa os negros como coletividade importante e agente na sociedade e nas cidades; torna explícito que existem formas alternativas de se viver em sociedade; e *coloca o espaço como uma brecha óbvia de transformação social* nos mais diversos sentidos, devido a sua flexibilidade e fluidez que rompe com as mais diversas configurações de rigidez social, política, econômica e cultural.

Um forte exemplo do *espaço como proposta social* são os quilombos, sociedades e organizações culturais instaladas na época da escravidão e existentes até os dias de hoje nas cidades e nas zonas rurais do país. Os quilombos foram definidos por diferentes contextos espaciais e sociais na história, porém, em todos eles, é possível reconhecer a veia propositiva e de rompimento cultural que os quilombos representaram e atuam até hoje no país. Atualmente, existem os quilombos tradicionais (instalados inicialmente no regime escravista) que se definem como sociedades alternativas e que vivem de acordo com a história de seu povo, costumes e experiências e, por isso, reproduzem a negritude em todos os aspectos (VINHAS, 2018). Existem também, os quilombos *virtuais* que, desde o século XX, se incluem na definição dessas organizações. Esses quilombos, na verdade, se constroem com espacialidades e apropriações eventuais diversas que trazem atividades e relações pautadas nas diferentes demandas e princípios do Movimento Negro (VINHAS, 2018). Logo, essas duas vivências e

tipologias quilombolas trouxeram, sempre, o rompimento e proposição em suas ações e relações no e com o espaço.

Mais do que isso, os quilombos sintetizam, na história e no presente, todos os *cinco pilares* construtivos do Movimento Negro no espaço urbano. Os quilombos se iniciaram e, hoje, em sua virtualidade, se configuram em *espaços de embate e conflito direto* com o sistema racista imposto. Eles têm como origem a fuga, a libertação e uma existência permanente que vai contra todos os princípios que estruturam as práticas racistas. Os quilombos também nasceram e ainda são *abrigos sociais* dos negros o que garante a preservação, *adaptação* e sobrevivência humana e cultural desse grupo. Essas espacialidades também são instrumentos de *expressão e amplificação da cultura*, dos hábitos e das experiências que transmitem a negritude para sua própria população e até para os grupos que os oprimem. Em síntese, os quilombos (sendo eles sociedades alternativas ou os diversos movimentos que compõe o Movimento Negro) se configuram essencialmente na materialização plena de todas as *estratégias espaciais e sociais de proposição, adaptação, divulgação, questionamento e preservação* do negro como sujeito político, social e coletivo.

SÍNTESE: PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO E RENASCIMENTO SOCIAL

Concluo que todas as *cinco estratégias espaciais*, apropriadas e instrumentalizadas pelo Movimento Negro no Brasil, são mecanismos que produzem e projetam um processo de *reterritorialização do negro* em um espaço macro antes não pertencente a ele. Em outras palavras, o uso do espaço como: *proposição social; abrigo social e cultural, comunicação e amplificação das demandas e conquistas dos negros; adaptação e interrelação cultural entre negritude e branquitude; e como enfrentamento direto ao sistema que os excluí; realiza o processo de inserção espacial e social.*

A *reterritorialização* se configura em um processo de trazer, a partir desses mecanismos, o poder e a capacidade do negro ser agente de sua vida e do espaço em que ele se encontra. Ou seja, *reterritorializar* seria o processo de transformar o espaço que os excluí em um espaço que os pertence e que eles também são produtores e produtos, participantes ativos de sua produção (GELEDÉS, 2018). Portanto, essas formas de apropriação do espaço, que se apresentam alternativamente a produção sistêmica estudada, faz com que uma *nova maneira de pertencimento social seja construída pelos negros*, o que constantemente quebra as práticas racistas e faz florescer relações mais democráticas e de igualdade.

Dessa forma, entendo que o comportamento do sistema que envolve as práticas racistas, apesar de extremamente sólido e constantemente fortificado, também apresenta fragilidades e

instabilidades, potencializadas pelo Movimento Negro. *Sintetizo essa relação de construção, fissura, reconstrução e reformulação das estratégias de quebra do racismo como um sistema em espiral.* Visualizo que apesar das práticas racistas serem estruturas firmes na sociedade brasileira e que existem, até hoje, sem cessar, o Movimento Negro permanece também em contínua interferência e enfraquecimento dessas ações e relações racistas. Por isso, apesar de muitas conquistas não terem conseguido ainda romper por completo com o racismo estrutural, gradualmente e em suas renovações, as lutas negras vem quebrando suas engrenagens e se aproximando de uma sociedade cada vez mais democrática e igualitária.

Além disso, entendo que a força motriz que renova e solidifica tanto as práticas racistas, quanto o Movimento Negro é a produção do espaço urbano, suas dimensões, estratégias e produtos que se autocontradizem a partir de suas possibilidades infinitas de uso pelos mais diferentes agentes, o que inclui opressores e oprimidos. O espaço, em suas diversas conformações e usos, ao longo da história, se apresentou como um dos principais instrumentos de construção, manutenção e quebra das práticas racistas no Brasil.

Compreende-se que os reflexos da escravidão sobre a sociedade e o território resultam das múltiplas dinâmicas sociais que se materializam no espaço de forma dialética, pois a dialética socioespacial permite compreender que a produção do espaço reflete e é refletida nas dinâmicas sociais ao longo do tempo. (SILVA, 2018. p. 51).

Entretanto, todos esses estudos aqui apresentados, e muito conhecidos por inúmeros especialistas e intelectuais, ainda não despertaram atuações e senso crítico voltados a produção do espaço sistêmica em que eles estão inseridos. Ações e projetos espaciais que lutem contra a reprodução do racismo e ampliem a consolidação de relações democráticas ainda não são os principais vieses de discussão na produção institucional e mercadológica do espaço. Por esse motivo, rerepresentei, desta vez na análise de uma arquiteta, todas essas questões, problemas e brechas que o espaço apresenta dialeticamente com as dimensões sociais, e ressalto que o espaço pode ser uma chave de transformação da sociedade brasileira em uma democracia plena.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta dissertação, apesar de muito extenso, demonstrou ser uma eficiente maneira de estudar, analisar e compreender que a produção do espaço se configura em um instrumento central de manipulação e transformação das mais diversas formas de relações sociais. Assim como em todas as minhas pesquisas anteriores, o meu ponto principal de estudo sempre foi aprofundar e disseminar o entendimento de que o sistema de produção do espaço – que nós arquitetos temos responsabilidades inquestionáveis – tem papel fundamental na construção, reprodução e transformação das inúmeras dimensões sociais que compõe a vida em sociedade (política, economia, cultura, entre outras), e não foi diferente neste trabalho.

Assim, para reforçar essa compreensão e trazer uma nova perspectiva de estudo, me pareceu óbvia, como pesquisadora, arquiteta urbanista e cidadã, a necessidade de tratar de um tema importante e presente no Brasil, meu país de origem: o racismo. Por esse motivo esta camada estruturante da sociedade brasileira se tornou o meu objeto mediador para realizar uma nova pesquisa sobre a relação entre a produção do espaço e os campos sociais. Em outras palavras, minha dissertação teve como objetivo compreender, demonstrar e iluminar o papel do espaço urbano e suas dimensões na construção, continuidade e, possivelmente, no enfraquecimento das práticas racistas no país. Logo, mais uma vez, o espaço se fez protagonista dos meus estudos e, neste trabalho, também foi reconhecido como instrumento matriz da construção da segregação social histórica e contemporânea no país, e, também, como potencial caminho de luta contra o racismo.

Isto posto e profundamente estudado, compreendo, primeiramente, que a produção do espaço, principalmente urbano, entendida sob o olhar de Henri Lefebvre em **“O Direito à Cidade”** (2001) e **“A Produção do Espaço”** (2006), apresenta uma *composição sistêmica dicotômica*, ou seja, seu processo produtivo se estrutura em um caráter contraditório na sua prática. Isso acontece, pois a produção do espaço e suas dimensões (prática espacial; representação do espaço; e espaço de representação) se configuram como um sistema de produção social que pode estar relacionado à um macrossistema produtor de uma determinada sociedade, ou que pode ser um sistema produção independente. Ou seja, as engrenagens que tornam este sistema um reproduzidor de um sistema de produção maior e mais complexo *são as mesmas* que transformam o espaço em um direcionador para outros diferentes processos sociais. No contexto desta pesquisa, sintetizo que a produção do espaço urbano no Brasil pode ser, então, um braço do Sistema Capitalista (produto e condição de produção do mesmo) e,

simultaneamente, ser um sistema de produção independente, que extrapola os princípios capitalistas e, muitas vezes se opõe a ele.

No caso da produção do espaço estruturada e estruturante do Sistema Capitalista, a produção e suas dimensões materializam espacialidades e experiências sociais que alimentam, reproduzem e renovam composições sociais desse sistema, o que inclui a desigualdade social, e, conseqüentemente, o racismo. Neste contexto, a produção do espaço está restrita a condução dos grupos dominantes da sociedade, no caso brasileira. Dentre eles ressaltamos as instituições públicas e privadas (principalmente: o Estado e empresas que compõem o mercado imobiliário) e os grupos sociais que se autodefiniram historicamente como hegemônicos: homens brancos da elite. Cada um deles apresenta mecanismos próprios e estratégias espaciais que controlam, automatizam e efetivam a continuidade da hierarquia de forças sociais que os beneficiam, como por exemplo: as leis urbanísticas e de distribuição de terras; o controle de preços e acessos às espacialidades, entre outros mecanismos. Portanto, essencialmente, a *produção sistêmica do espaço* pode ser definida como: *desigual, segregadora e racista*, devido à relação dialética entre a sociedade, suas construções capitalistas, e o espaço urbano.

Já na perspectiva da produção do espaço urbano que transcende os limites e as fragilidades do Sistema Capitalista, o espaço permite ser apropriado como um *meio que possibilita criticar, contornar, e muitas vezes, quebrar as amarras* das relações sociais impostas. Em outras palavras, o espaço e seu uso, na verdade, podem ignorar suas predefinições e se revelar como um objeto fluido e que nunca está finalizado. Isso acontece devido à relação direta da produção do espaço com o tempo e seus agentes construtores, o que faz dele um sistema em constante produção e transformação, assim como a sociedade. Para tal potencialidade ser materializada, a condução de sua produção se dá principalmente pelos agentes que também estão “à margem” da sociedade hegemônica: os oprimidos e esquecidos. No caso desta dissertação, os negros e suas diversas formas de organizações (Movimento Negro) se tornam os principais atores que ativam as transformações espaciais e, conseqüentemente, se opõem às práticas sociais que os oprimem: o racismo.

Em todo este trabalho, o racismo foi compreendido em suas teorias, conceitos e epistemologias, mas também se apresentou através da história social e espacial brasileira desde o século XVI (em sua colonização e instalação do sistema escravista no país) até a contemporaneidade do século XXI. Após passar por todas as vertentes de estudo, é possível sintetizar que as práticas racistas são ações e relações sociais que compõem sistemas (em rede) de construção da segregação de grupos baseados em uma hierarquia social rígida que tem como critério simbólico a cor da pele e o fenótipo associado (o racismo). Mais que isso, esses

símbolos abrangem uma diversidade imensa de categorias sociais (cultura, história, origem, hábitos, religiões, organizações sociais e espaciais, etc.) como forma de classificações grupos, em inferiores ou superiores. No Brasil, a disparidade social racista inclui o processo de inferiorização e o apagamento social principalmente dos negros, que ao longo da história tiveram sua rotulação variando de acordo com os conceitos construídos em determinados contextos. Os negros já foram sinônimos de: escravos; africanos; descendentes de escravos e africanos; homens e mulheres com a cor da pele negra; homens e mulheres com fenótipos negros; moradores de cortiços, favelas e invasões; criminosos; pobres; desempregados; quilombolas; praticantes de candomblé, entre tantos outros estereótipos concretizados pelas ações racistas.

Cada uma dessas definições resumem as *inúmeras roupagens* que *as práticas racistas* se abasteceram ao longo da história do Brasil. Essas variações, demonstraram que a estruturação do racismo e sua permanência na sociedade brasileira se deu, principalmente, por essa *capacidade adaptativa* e de renovação de seus conceitos, máscaras e práticas, de forma que esses aspectos se adequassem, de tempos em tempos, a sua crítica e às transformações contextuais que a sociedade foi passando. Compreende-se também que a capacidade de atualização das práticas racistas no Brasil se construiu em duas estratégias principais: no processo de *consolidação* dessas práticas nas ações e *relações cotidianas*, ou seja, na possibilidade das ideologias se transmitirem na escala micro do cotidiano; e nos *inúmeros mecanismos de disfarce* do racismo através da não presença de uma legislação explicitamente racista, e de projetos de reconhecimento apenas de uma desigualdade econômica na sociedade.

Na análise dessa primeira estratégia percebe-se que, em todos os anos estudados, o *principal mediador* entre a ideologia macro do racismo e sua prática no cotidiano pelos brasileiros foi o *espaço urbano*, suas dimensões e produção. Em cada época trabalhada – escravidão; processo de abolição; a entrada do século XX; e a transição entre o século XX e XXI – o espaço se fez presente como principal instrumento de materialização, simbolização e contato diário das pessoas com a hierarquia social e o racismo. Isso aconteceu, justamente pelas três engrenagens, complementares, que fazem funcionar a produção sistêmica do espaço: a *prática espacial*, que são as linguagens do espaço; a *representação do espaço*, que se configura no processo simbólico e representativo; e o *espaço de representação*, que se traduz na práxis. Cada uma dessas dimensões construiu, constantemente, na escala da rotina e do sujeito, a materialidade de experiências e a abstração de aspectos simbólicos ligados às práticas racistas e suas bases conceituais, o que manipulou ideias e hábitos de discriminação social.

Essa instrumentalização institucional e segregadora do espaço se deu por incontáveis estratégias de representação e de vivências sociais e espaciais nos séculos retratados nesta dissertação. Em outras palavras, inúmeras intervenções espaciais e espacialidades foram e ainda são responsáveis por edificarem e manterem a segregação racial no Brasil. Essas foram analisadas e identificadas na síntese de *cinco mecanismos espaciais* que apresentam como objetivo a permanência da desigualdade social (obviamente, racial) através da: *anulação individual* dos negros; *isolamento* e cessamento de direitos coletivos deste grupo; e *homogeneização* social e cultural de acordo com a *branquitude* e suas características. Os cinco mecanismos que se repetiram ao longo dos anos, porém com estratégias de materialização diferentes e coerentes com seu contexto histórico, são: o “*não acesso*” ao espaço e a concepção do “*não lugar*” para os negros; a *ilegalidade e instabilidade espacial*; o processo de *desrepresentação* e anulação de referências através do espaço; o *determinismo espacial* que congela e isola esses personagens; e o *controle e a vigilância* da mobilidade e das relações desse grupo através do espaço.

Considerando todo esse processo de análise e síntese das modulações do espaço como instrumento alimentador das práticas racistas, analiso que todas elas, na verdade, fazem parte de um processo de tornar o *direito à cidade algo privilegiado e hierarquizado*, o que projetou e ainda projeta socialmente a exclusão de muitos no: direito à cidadania, no direito à participação política; no direito à educação; e no direito à cultura; ou seja, no reconhecimento de determinados sujeitos como participantes da sociedade.

Conclui-se então que o espaço é um dos maiores e mais importantes meios que estruturaram, e que fez permanecer, o racismo na sociedade brasileira, pois a exclusão do acesso à cidade, espaços públicos e privados, possui ligação direta com o contexto social de discriminação do negro. E, por não resolvermos esses diversos problemas que a não concretização plena do direito à cidade projeta na urbanidade e na sociedade, é que o racismo permanece forte, estruturado e mascarado no cotidiano dos brasileiros.

Mesmo com a constatação da força dessa constante social, o racismo, não é possível ignorar as conquistas do Movimento Negro, e muito menos anular o conhecimento que adquiri nessa pesquisa em relação da potencialidade do espaço de transformar esse cenário de exclusão. Primeiramente, retoma-se o entendimento das práticas racistas como um *sistema em espiral*, que apesar de ainda existente, vem a cada dia mais se enfraquecendo, ganhando questionamentos e sendo destruído, em partes, por novas propostas de vida em sociedade. Isso acontece justamente, pela também constante social chamada: Movimento Negro, que ao longo

dos anos coexistiu com o racismo e encontrou maneiras diversas de espremer e esmagar suas práticas, além de inserir gradualmente o negro na sociedade.

O espaço também foi um dos principais instrumentos para essa inserção gradual do negro na sociedade brasileira que tanto o excluí e o criminaliza. Isso acontece, pois, assim como demonstrado nesta dissertação e anteriormente neste capítulo final, as dimensões produtivas do espaço também o fazem instrumento possível de contornar o sistema social imposto. Logo, o espaço pode ser sim um sistema de combate ao racismo já que tem o potencial de materializar (prática espacial): simbolismos e representações da negritude (representação do espaço); e uma cotidianidade construída por relações democráticas, públicas e inclusivas (espaço de representação). Toda essa conquista espacial, e dialeticamente social, se dá na condução da produção do espaço urbano pelos agentes oprimidos, no caso, o Movimento Negro, e a proposição de novas estratégias de intervenção e construção de espacialidades.

Igualmente às práticas racistas, entende-se que o Movimento Negro no Brasil faz uso do espaço *para buscar inclusão e sobrevivência* desde o regime escravista até hoje, pois de fato se configura em um instrumento que abarca com efetividade a simbologia e as experiências da negritude mesmo em um espaço urbano segregado e em uma sociedade desigual. Nas mãos do Movimento Negro a instrumentalização do espaço, ao longo da história, também envolveu *cinco mecanismos* gerais analisados nesta dissertação: o espaço como *adaptação, abrigo, proposição, conflito e comunicação*. Percebe-se que todos eles, de maneiras distintas em seu tempo, contexto e materialização, tiveram como o principal objetivo *inverter a urbanidade* estabelecida através de um *processo de democratização do direito à cidade*. Esse processo se deu, em resumo, na história e na atualidade, por duas estratégias principais: o processo de *adaptação espacial* dos marginalizados e o processo de *inversão do uso e da ocupação do espaço* por esses mesmos personagens. Ambas estratégias incluem, complementarmente, os cinco mecanismos de uso do espaço em prol da negritude, em que todos atuam, em suas especificidades. No âmbito da inversão do espaço institucional, seu uso se dá, como: proposição de novas organizações sociais; quebra de limites sociais e espaciais; reinterpretação do “não lugar”; e como instrumento de contestação. Já o processo de adaptação através do espaço se apresenta como: garantia de acesso a determinados espaços; expansão da visibilidade das demandas e conquistas do Movimento Negro; e como forma gradual de penetração social, através de certa participação espacial.

Considerando todas essas análises e a história do Movimento Negro, é importante concluir que o espaço foi também objeto central: das conquistas dos negros enquanto individualidades e coletividade; e do enfraquecimento das manifestações racistas na atualidade.

Cada um desses mecanismos espaciais foi responsável, associado à sua complexidade social, pelo: *resgate* da memória, coletividade, identidade e história dos negros; o *reconhecimento* desse grupo como potencialidade da diversidade social e das construções de convivências horizontais; e pela *construção da voz* política e social desses personagens no Brasil.

Finalmente, em conclusão final e geral, enfatizo que a história do racismo e, opostamente, a história do Movimento Negro, não só *caminham conflituosamente* juntas e se inter cruzando no Brasil, como também têm como protagonista, no processo de permanência de ambas as construções sociais, a produção do espaço urbano. Portanto, o espaço se configura como *instrumento central* das práticas racistas desde suas construções no século XVI, passando por diversas transformações, até chegar aos dias atuais quando consolidadas na sutileza do cotidiano. Da mesma forma, simultaneamente, o espaço também se define como objeto de luta e inclusão social dos negros. Inicialmente, o uso do espaço pelo Movimento Negro se estruturou na base do enfrentamento e proteção dos mesmos no século XVI, e, com o passar do tempo, aprimorou suas organizações sociais a ponto de, atualmente, inverter o isolamento social em espaços de amplificação de suas culturas, vozes e hábitos.

Portanto, na perspectiva trabalhada nesta dissertação e que de maneira nenhuma esgota esse complexo tema, *dicotomicamente, tanto o problema do racismo, quanto sua potencial solução tem caminho na compreensão e na produção do espaço urbano*. Assim, concluo este trabalho sinalizando para mim mesma, meus colegas de profissão, e outros tantos agentes produtores do espaço institucional, que somos todos responsáveis pela sociedade brasileira que se concretizou até o momento. *Cada espaço que construímos e experienciamos, em toda a história, em nenhum momento foi neutro e imparcial*, pois cada intervenção reproduziu e deu continuidade à segregação social e racial inerente da sociedade brasileira capitalista. Entretanto, é desse mesmo produto e sistema de produção que pode ser extraído novas maneiras de se viver em sociedade, de democratizar as relações e de coletivizar a participação espacial.

O Movimento Negro e sua história nos ensinam que a espontaneidade, a flexibilidade, a diversidade, o inter cruzamento de culturas e o reconhecimento da identidade e memória de todos fazem com que, gradualmente, se construa o exercício da democracia plena no Brasil. Essa conquista tem como um dos seus mais potentes aliados a contraditória produção do espaço, que através de nossas profissões pode também ter seu aspecto institucional invertido e redirecionado para a construção de espacialidades e territórios: flexíveis, democráticos, heterogêneos, e que amplificam vozes, histórias, coletividades e direitos.

REFERÊNCIAS

- 13th.** Diretor: Ava DuVernay. Produção de Howard Barish; Ava DuVernay & Spencer Averick. Estados Unidos, 2016. 100 min.
- ADORNO, Sérgio. *Violência e Crime: Sob o Domínio do Medo na Sociedade*. In: BOTELHO, André & SHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um Projeto em Construção: Minorias, Justiça e Direitos**. São Paulo: Editora Clora Enigma. 2012. p. 70-81.
- AGÊNCIA BRASIL. **Parada LGBTI do Rio, a mais antiga do país, chega aos 40 anos**. In: **Site da Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/parada-lgbti-do-rio-a-mais-antiga-do-pais-chega-aos-40-anos/>>. Publicado em: Set. 2019. Acesso em: Abril de 2020.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/pt/agencia-home.html>>. Publicado em: Censo de 2010. Acesso em: Abril de 2020.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editoras Sueli Carneiro e Pólen, 2019.
- ALESSI, Gil. *Do Samba ao Funk, O Brasil que Reprime Manifestações Culturais de Origem Negra e Periférica*. In: **Jornal El País**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-07/do-samba-ao-funk-o-brasil-que-reprime-manifestacoes-culturais-de-origem-negra-e-periferica.html>>. Publicado em: Dez. 2019. Acesso em: Dez. 2019.
- ALVES, Altair. *Coronavírus: Moradores da Rocinha Recebem Doações de Álcool em Gel*. In: **Jornal diáriorio.com**. Disponível em: <<https://diariodorio.com/coronavirus-moradores-da-rocinha-recebem-doacoes-de-alcool-gel/>>. Publicado em: Março de 2020. Acesso em: Abril de 2020.
- ALVES, Manuela. **A Primeira Elite Colonial Atlântica dos Homens Honrados Brancos de Santiago à “Nobreza da Terra”**: Finais do séc. XV- início do séc. XVII. Disponível em: Site da Genealogia <<https://genealogiafb.blogspot.com/2015/10/a-primeira-elite-colonial-atlantica-dos.html>>. Publicado em: Out. 2015. Acesso em: Dez. 2019.
- ALVES, Natália. **Feminismo Negro e A Produção do Espaço: Uma Abordagem Interseccional-espacial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- ALVES, Wedencley. *Teatro Experimental Negro: Histórico*. In: **Site do Jornal GGN**. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/blog/weden/teatro-experimental-do-negro-historico>>. Publicado em: Jun. 2010. Acesso em: Fev. 2019.
- Ana Catarina. **A Revolução na Indústria de Cosméticos para Cabelos Crespos**. In: Site Cacheia! Disponível em: <<https://cacheia.com/2016/01/a-revolucao-na-industria-de-cosmeticos-para-cabelos-crespos/>>. Publicado em: Jan. 2016. Acesso em: Abril de 2020.
- ANDREWS, George Reid. *Mobilização Política Negra no Brasil, 1975 – 1990*. In: **História: Questões & Debates**. v. 63, n.2. Curitiba: Editora Universidade Federal do Paraná. 2015. p. 13-39.
- ANSELMO, Tathiana. **Violência x Tolerância: Como Semear a Paz no Mundo**. Disponível em: <<https://redes.moderna.com.br/tag/paz-no-mundo/>>. Publicado em: Out. de 2019. Acesso em: Março de 2020.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na Era Digital-Financeira: Desenho, Canteiro e Renda da Forma**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- ARROYO, Julio. *Bordas e O Espaço Público: Fronteiras Interna da Cidade Contemporânea*. In: **Vitruvius**. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>> Publicado em: Fevereiro de 2007. Acesso em: Abril de 2017.
- BARAUNA, Juliana. *Nossas Estatísticas sob o Olhar de Marcelo Paixão*. In: **Geledés: Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/nossas-estatisticas-sob-o-olhar-de-marcelo-paixao/>>. Publicado em: Jul. 2014. Acesso em: Fev. 2019.

BERGREN, Ann. *Female Fetish Urban Form*. In: CONWAY, Patricia; AGREST, Diana & WEISMAN, Leslie Kanes (org.). **The Sex of Architecture**. Nova York: Harry N. Abrams Incorporated. 1996. p. 77-96.

BEZERRA, Juliana. *Movimento Negro*. In: **Site Toda Matéria**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/movimento-negro/>> Publicado em: s/d. Acesso em: Fev. 2019.

BONZATTO, Eduardo. *Realidade*. In: **Site Pragmatismo Político**. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/realidade-racismo-politica-cultura.html>>. Publicado em: Mar. 2019. Acesso em: Jan. 2020.

BORGHI, Juliana Marques. **Turismo na Favela: A Representação Simbólica da Relação Objeto-espectador**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORJA, Jordi & CASTELLS, Manuel. **Local Y Global: La Gestión de Las Ciudades En La Era de La Información** - La Ciudad Multicultural. s/d. p. 1-11.

BOTELHO, André. *Público e Privado no Pensamento Social Brasileiro*. In: BOTELHO, André & SHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um Projeto em Construção: Minorias, Justiça e Direitos**. São Paulo: Editora Clora Enigma. 2012. p. 48-59.

BRANDÃO, Carlos Antônio L. *O Lugar do Monumento na Arquitetura Republicana*. In: **Revista Pós**. São Paulo: 2007.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Na seção sobre Propriedade e Terras Urbanas. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 2001**. Dispõe o Estatuto da Cidade. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 2012**. Dispõe a Lei sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 3.365 de 1941**. Dispõe das Leis de Desapropriação. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 32.270 de 1885**. Dispõe da Lei dos Sexagenários. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. **Lei nº 4.132 de 1962**. Dispõe das Leis de Desapropriação. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 6.261 de 2007**. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 6.383 de 1976**. Dispõe a Lei sobre Terras Devolutas da União. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 6.766 de 1979**. Dispõe a Lei do Parcelamento do Solo Urbano. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 601 de 1850**. Dispõe a Lei sobre Terras Devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Getúlio Vargas: O Estadista, a Nação, e a Democracia*. In: **Revista da Escola de Economia de São Paulo**. São Paulo: 2009.

BRITO, Luciana da Cruz. **Sob o Rigor da Lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)**. 2009. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

BROCK, Patrick. *Anatomia de um Apartheid Social*. In: **Jornal a Tarde**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1245887-anatomia-de-um-apartheid-social>>. Publicado em: Mar. 2006. Acesso em: Fev. 2019.

BRUM, Mario. *Favelas e o Remocionismo Ontem e Hoje: da Ditadura Militar aos Grandes Eventos*. In: **O Social em Questão**. Ano XVI. nº 29. 2013. p. 179-208.

BRYAN, Guilherme. **Referência para o Funk Carioca, Movimento Black Rio se Renova aos 40 Anos**. In: Disponível em: <<https://musica.uol.com.br/noticias/redacao/2016/07/26/referencia-para-funk-carioca-movimento-black-rio-se-renova-aos-40-anos.htm>>. Publicado em: Jul. 2016. Acesso em: Jan. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE BH. **Quilombo Mangueiras Reivindica Definição Sobre Regularização Territorial**. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2018/12/quilombo-mangueiras-reivindica-defini%C3%A7%C3%A3o-sobre-regulariza%C3%A7%C3%A3o>>. Publicado em: Dez. 2018. Acesso em: Jan. 2020.

CARLOS, Ana Fani. Da “*Organização*” à “*Produção*” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DE SOUZA, Marcelo Lopes & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 53-73

CARTA CAPITAL. **Áreas Brancas e áreas Negras: O Redline nas Cidades Brasileiras**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/amp/>>. Publicado em: 2019. Acesso em: Dez. 2019.

CATRACA LIVRE. **Coletivo Desentorpecendo a Razão da Luta por Outra Política para as Drogas**. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/coletivo-desentorpecendo-a-razao-luta-por-outra-politica-para-as-drogas/>>. Disponível em: Ago. de 2013. Acesso em: Março de 2020.

CAVASSONI, R. *A História do Quilombo das Camélias*. In: **Site Quilombo das Camélias**. Disponível em: <<https://quilombodascamelias.wordpress.com/2014/12/04/a-historia-do-quilombo-das-camelias/>>. Publicado em: Dez. 2014. Acesso em: Jan. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A Questão Racial no Brasil dos Anos 50**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/SegundoGoverno/QuestaoRacial>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Fev. 2019.

CHNAIDERMAN, Miriam. *Multiplidades Internas e Externas: Uma Questão no Cotidiano Urbano*. In: SANTOS, Juana Elbein (org.). **Diversidade Humana: Desafio Planetário**. Salvador: SECNEB, 1998. p. 91-96.

CHRISTIAN, Alan. **Zé Carioca Nascido na Malandragem**. Disponível em: <https://medium.com/@alanchristian_29730/z%C3%A9-carioca-nascido-na-malandragem-1b92a832d38a>. Publicado em: Jun. 2018. Acesso em: Jan. 2020.

COLLINS, Patrícia Hill. *Em Direção a uma Nova Visão: Raça, Classe e Gênero como Categorias de Análise e Conexão*. In: MORENO, Renata (org.). **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista. 2015. p. 13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Quem Produz o Espaço Urbano?*. In: _____. **O Espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DE SOUZA, Marcelo Lopes & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 41-51.

CORTÉS, José M.G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

CURADO, Adriano. **O que foi a Revolta da Vacina?** Disponível em: <<https://conhecimentocientifico.r7.com/o-que-foi-a-revolta-da-vacina/>>. Publicado em: Dez. 2018. Acesso em: Jan. 2020.

D’ADESKY, Jacques. Capítulo I: *Identidade Étnica*. In: _____. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2009. p. 39-58.

D’ADESKY, Jacques. Capítulo VI: *O Acesso Diferenciado dos Modos de Representação Afro-brasileira no Espaço Público*. In: _____. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Editora Pallas: Rio de Janeiro: 2009. p. 119-132. (**Espaço e Racismo**).

D'ADESKY, Jacques. Capítulo VII: *Fluidez e Mobilidade das Categorias Raciais*. In: _____. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Editora Pallas: Rio de Janeiro: 2009. p. 133-150.

D'ADESKY, Jacques. Capítulo XII: *Democracia e Multiculturalismo*. In: _____. **Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e Anti-racismos no Brasil**. Editora Pallas: Rio de Janeiro: 2009. p. 227-236.

DA CUNHA, Dayana Correa. *Representação do Corpo e Relatos da Alma: O Negro no Modernismo Brasileiro*. In: **Arte Revista São Paulo**. n.8. Edição Especial. São Paulo: 2018. Disponível em: <<http://www.fpa.art.br/ojs/index.php/teste/article/view/80>>. Publicado em: Jul. 2018. Acesso em: Março de 2020.

DA CUNHA, Paulo Ribeiro. *Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas*. In: **Cadernos AEL**. n.7, 1997. p.83-103.

DA ROSA, Isabel Cristina Clavelin. *Imprensa Negra: Descobertas para Jornalismo Brasileiro*. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Volume 11, n.1. 2014. p. 555-568.

DA SILVA, João. **Guerra às Drogas e os Limites das Investigações sobre Corrupção**. In: SITE BRASIL EM DEBATE. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/guerra-as-drogas-e-os-limites-das-investigacoes-sobre-corrupcao/>>. Publicado em: Dez. de 2017. Acesso em: Março de 2020.

DA SILVA, Joselina. *A União dos Homens de Cor: Aspectos do Movimento Negro dos anos 40 e 50*. In: **Estudos Afro-asiáticos**. Ano 25, nº 2. Rio de Janeiro. 2003. p. 215-235.

DA SILVA, Maria Palmira. *Identidade e Consciência Social Brasileira*. In: SAYFERTH, Giralda; SILVA BENTO, Maria Aparecida; DA SILVA, Maria Palmira; BORGES PEREIRA, João Baptista; SIQUEIRA, Maria de Lourdes; SILVÉRIO, Valter Roberto; DA SILVA, Maria Aparecida; GOMES, Joaquim Barbosa. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis; ABONG. 2002. p. 53-64.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. *Espaço Urbano, Produção do Espaço e Segregação Socioespacial: o Espaço Urbano Capitalista e o Caso de Marília/Sp*. In: **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. ano 2014. Edição 14. 2014. p. 56-70.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*. In: _____. **História da Vida Privada no Brasil: Império- A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. vol. 2. 1997. p. 11-94.

DE CASTRO, Hebe M. Mattos. *Laços de Família e Direitos no Final da Escravidão*. In: DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil: Império- A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. vol. 2. 1997. p. 337-384.

DE LIMA, Solange Martins Couceiro. *Reflexos do "Racismo à Brasileira" na Mídia*. In: **Revista USP**: São Paulo. nº 32, 1996-1997. p. 56-65.

DE MELLO, Evaldo Cabral. *O Fim das Casas-grandes*. In: DE ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada no Brasil: Império- A Corte e a Modernidade Nacional**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. vol. 2. 1997. p. 385-438.

DE OLIVEIRA, Romário. *Meu turbante é minha coroa*. In: Site **Geledés: Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/meu-turbante-e-minha-coroa/>> Publicado em: Junho de 2017. Acesso em: Abril de 2020.

DE PAULA, Adriane Eunice. **A Escravidão Negra sob a Perspectiva do Direito no Brasil Império**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. 2007.

DE SOUSA, Rebeca Grilo. **Da Cidade Colonial à Metrópole Modernizada: Lima Barreto e As Reformas Urbanas no Início do Século XX**. 2013. Trabalho Final de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Orientador: George Alexandre Ferreira Dantas. Natal, RN.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. *A Cidade, A Palavra e o Poder: Práticas, Imaginários e Discursos Heterônomos e Autônomos na Produção do Espaço Urbano*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DE SOUZA, Marcelo Lopes &

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 147-166.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. As Escalas do Planejamento e da Gestão das Cidades. *In: _____*. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 4ª edição. 2006. p. 103-114.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. Planejamento e Gestão Urbanos como Ferramentas de Promoção do Desenvolvimento Socioespacial. *In: _____*. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 4ª edição. 2006. p. 60-82

DE SOUZA, Marcelo Lopes. *Planejamento e Gestão Urbanos e Interdisciplinaridade*. *In: _____*. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 4ª edição. 2006. p. 100-102.

DE SOUZA, Marcelo Lopes. *Sobre meios e Sistemas de Planejamento e Gestão: Formas Concretas de Expressão, Instituições e Marcos Legais das Estratégias de Desenvolvimento Urbano*. *In: _____*. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 4ª edição. 2006. p. 399-432.

DE SOUZA, Mariana Barbosa. *Discussões Conceituais: Pontos Centrais*. *In: _____*. **Condomínios Horizontais Fechados: Urbanização e Segregação Socioespacial no Litoral Norte do Rio de Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: The Help. 2017. p. 18-35.

DESIDÉRIO, Mariana. *Site Mapeia Pontos em São Paulo que Foram Palco de Lutas por Direitos Humanos*. *In: Site da Revista Exame*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/10-locais-em-sp-que-contam-a-historia-dos-direitos-humanos/>>. Publicado em: Set. 2016. Acesso em: Jan. 2020.

DO NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro: Trajetória e Reflexões**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019>. Publicado em: Abril, 2004. Acesso em: Fev. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. *Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no Circuito Transatlântico*. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.28 no.81 São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100010>. Publicado em: Fev. 2013. Acesso em: Mar. 2020.

DOMINGUES, Petrônio. *Federação dos Homens de Cor: Notas de Pesquisa*. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (org.)*. **Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, Rio Grande do Norte. 2013.

DOS SANTOS, Erisvaldo Pereira. (PINHO, Osmundo). *O Mundo Negro: Hermenêutica da Reafricanização em Salvador*. (Curitiba: Progressiva, 2010). *In: Varia História*, Belo Horizonte. v. 28, n.48, 2012. p. 931-934.

DOS SANTOS, Juana Elbein. *A Civilização Ocidental e os "Outros": Rito de Passagem para o Século XXI*. *In: Introdução Juana Elbein Santos (org.)*. **Diversidade Humana: Desafio Planetário**. Salvador: SECNEB, 1998. p. 7-14.

DOURADO, Maiara. **A Luta de Trombas e Formosos: Uma Ruptura Narrativa no Contexto da Ditadura Militar**. *In: Campos*. n. 15 (2). 2014. p. 99-120.

DOVE, Nah. **Definindo uma Matriz Materno-Centrada para Definir a Condição das Mulheres**. s/d.

DOVE, Nah. *Mulherisma Africana: Uma Teoria Afrocêntrica*. *In: Jornal de Estudos Negros*. v. 28, nº 5. 1998. p. 515-539.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, Sofrimento e Sintoma: Uma Psicopatologia do Brasil Entre Muros**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

DUSSEL, Enrique. **El Giro Descolonizador**. Entrevista concedida aos grupos NorLarNert e CROP. na Noruega, abril de 2012.

ESTADÃO CONTEÚDO. *Falta de Recursos Ameaça o Programa Minha Casa Minha Vida*. In: **Revista Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/falta-de-recursos-ameaca-o-programa-minha-casa-minha-vida/>>. Publicado em: Maio de 2018. Acesso em: Abril de 2020.

FARIAS, Adriana. *Barracas de moradores de rua se espalham por pontos da capital*. In: **Site da Revista Veja São Paulo**. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/campings-moradores-de-rua-sao-paulo/>>. Publicado em: Jun. 2017. Acesso em: Abril de 2020.

FARRARA, Miriam Nicolau. **Imprensa Negra Paulista**. Disponível em: <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/sobre-o-acervo-2/>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Março de 2020.

FER, Briony; BATCHELOR, David; WOOD, Paul. **Realismo, Racionalismo, Surrealismo: a arte no entre-guerras**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

FERNANDES, Florestan. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

FERNANDES, Raphael. *Witzel Anuncia que UPPs serão Fortalecidas a partir de 2020*. In: **Diário do Rio.Com**. Disponível em: <<https://diariodorio.com/witzel-anuncia-que-upps-serao-fortalecidas-a-partir-de-2020/>>. Publicado em: Dez. de 2019. Acesso em: Março de 2020.

FLECK, Isabel. *Chicago é Vista como a Cidade que Mais Separa Brancos de Negros nos EUA*. In: **Site do Jornal Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1915412-chicago-e-vista-como-a-cidade-que-mais-separa-brancos-de-negros-nos-eua.shtml>>. Publicado em: Set. 2017. Acesso em: Fev. 2019.

FONSECA, Thiago Vinicius Mantuano. *A Região Portuária do Rio de Janeiro no Século XIX: Aspectos Demográficos e sociais*. In: **Dossiê História Marítima e Portuária**. n. 21. Guarulhos, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332019000100166>. Acesso em: Dez. 2019.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. *A Emergência de um Novo Negro nas Páginas do Chicago Defender (1915-1919)*. In: SANKOFA. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano VII, n. XIII. 2014. p. 113-139.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Dia 20 de Novembro: Viva Zumbi e a Consciência Negra*. In: **Site do Instituto Lula**. Disponível em: <<https://www.institutolula.org/dia-20-de-novembro-viva-zumbi-e-a-consciencia-negra>>. Publicado em: Nov. 2019. Acesso em: Abril de 2020.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais: Salvador, Cidade D'oxum, e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2009.

GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. **A História da Escravidão Negra no Brasil**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>. Publicado em: Jul. 2012. Acesso em: Jan. 2020.

GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. **Ações do Movimento Negro Unificado e Geledés Contra O Racismo**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/acoes-do-movimento-negro-unificado-e-geledes-contra-o-racismo/>>. Publicado em: Jun. 2018. Acesso em: Jan. 2020.

GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. **Com 30 mil Imagens da Cultura Afro-baiana, Fotógrafo Vê Acervo Ameaçado**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/com-30-mil-imagens-da-cultura-afro-baiana-fotografo-ve-acervo-ameacado/>>. Publicado em: Fev. 2019. Acesso em: Jan. 2020.

GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra. **O Movimento “Black Lives Matter” Organiza-se e Procura Definir-se Politicamente**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-black-lives-matter-organiza-se-e-procura-definir-se-politicamente/>>. Publicado em: Mar. 2015. Acesso em: Fev. 2019.

GEORGIA, Nayla. **Resumo sobre a Guerra dos Canudos**. Disponível: <<https://www.estudopratico.com.br/resumo-sobre-a-guerra-dos-canudos/>>. Publicado em: Jan. 2013. Acesso em: Jan. 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do Primeiro leilão de Cativos em Portugal até Morte de Zumbi dos Palmares.** Rio de Janeiro: Editora Globo Livros. 2019.

GONÇALVES, Juliana & DEZAN, Thiago. *Em Pleno Século XXI, Quilombolas ainda Têm que Lutar por Direitos Básicos.* In: **Site do Jornal The Intercept Brasil.** Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/05/12/em-pleno-seculo-xxi-quilombolas-ainda-tem-que-lutar-por-direitos-basicos/>>. Publicado em: Maio de 2017. Acesso em: Abril de 2020.

GONZALES, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano.* In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalha de Ideias.** Número 1, 2011. Brasil. p. 12-20.

Guia Geográfico Salvador Antiga. Disponível em: <<http://www.salvador-antiga.com/pelourinho/peterfuss.htm>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Fev. 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Desigualdade e Diversidade: os Sentidos Contrários da Ação.* In: BOTELHO, André & SHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um Projeto em Construção: Minorias, Justiça e Direitos.** São Paulo: Editora Clora Enigma, 2012. p. 38-47.

GUIMARÃES, Lígia. *Para Moradores de Paraisópolis, Vida Média é 10 Anos mais Curta que no Vizinho Morumbi.* In: **Revista Época.** Disponível em: <<https://epoca.globo.com/brasil/para-moradores-de-paraisopolis-vida-media-10-anos-mais-curta-que-no-vizinho-morumbi-24120533>>. Publicado em: Dez. 2019. Acesso em: Abril de 2020.

HAGEDOM, Adriane. **Cais do Valongo.** Disponível em: <<https://petiscos.jp/viagem/cais-do-valongo-reconhecido-como-patrimonio-mundial-da-unesco>>. Publicado em: Jul. de 2017. Acesso em: Dez. 2019.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2ª edição, 2005.

HERINGER, Rosana. *Um Balanço da Política de Cotas.* In: **Revista Ciência Hoje.** Disponível em: <<http://cienciahoje.org.br/artigo/um-balanco-da-politica-de-cotas/>>. Publicado em: Out. 2018. Acesso em: Abril de 2020.

HERMANUZ, Ghislaine. *Housing for a Postmodern World.* In: CONWAY, Patricia; AGREST, Diana & WEISMAN, Leslie Kanes (org.). **The Sex of Architecture.** Nova York: Harry N. Abrams Incorporated. 1996. p. 233-240.

História no Verbo da Mulher Negra. In: CARNEIRO, Sueli. **A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: O Papel do Movimento Feminista na Luta Anti-racista.** 2004.

HOOKS, Bell. **Não sou uma Mulher: Mulheres Negras e Feminismo.** Tradução de Plataforma Gueto 2014.

HOWELL, Aaron J. *The Federal Government Created Inner-city Ghettos with Racist Housing Regulation.* In: **Site TimeLine.** Disponível em: <<https://timeline.com/redlining-federal-housing-racist-14d7f48267e8>>. Publicado em: Jul. 2017. Acesso em: Fev. 2019.

HUDSON, Cleonora. **Mulherismo Africano e a Necessidade Crítica do Pensamento pela Teoria Africana.** s/d.

ISAÍAS, Thaís Lopes Santana. **Mulheres em Luta: Feminismos e Direito nas Ocupações da Izidora.** 2017. Dissertação. Orientador: Maria Fernanda Salcedo Repolês. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JOHNSON III, Ollie A. **Representação Racial e Política no Brasil: Parlamentares Negros no Congresso Nacional (1983-1999).** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Recebido para Publicação em: Mar. 2000. Acesso em: Fev. 2019.

JORDÃO, Rogério. *Um Roteiro pelo Rio de Janeiro dos Escravos.* In: **Portal Carta Maior.** Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Um-roteiro-pelo-Rio-de-Janeiro-dos-escravos/12/15470>>. Publicado em: Mar. 2010. Acesso em: Dez. 2019.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LANGER, André. Tradução: “*As Desigualdades são Escolhas Ideológicas*” Entrevista com Thomas Piketty. In: DENIS, Jean-Pierre & LINDELL, Henrik. Disponível em: **Site do Instituto Humanitas Unisinos**. <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592569-as-desigualdades-sao-escolhas-ideologicas-entrevista-com-thomas-piketty>>. Publicado em: Set. 2019. Acesso em: Dez. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *A Frente Negra Brasileira*. In: **Geledés: Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira-2/>>. Publicado em: Dez. 2017. Acesso em: Fev. 2019.

LORDE, Audre. **Os Usos da Raiva: Mulheres Respondendo ao Racismo**. 1981.

LUCENA, Felipe. *História da Praça XV*. In: **Diário do Rio.com**. Disponível em: <<https://diariodorio.com/histria-da-praa-xv/>>. Publicado em: Jul. 2015. Acesso em: Dez. 2019.

Luiz Paulo Júnior. **A história do BNH: Banco Nacional de Habitação**. Disponível em: <<https://www.resimob.com.br/a-historia-do-bnh-banco-nacional-de-habitacao/>>. Publicado em: Julho de 2015. Acesso em: Abril de 2020.

MAIO, Marcos Chor. **O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300009>. Publicado em: Out. 1999. Acesso em: Fev. 2019.

MAIO, Marcos Chor. *O Projeto Unesco: Ciências Sociais e O “Credo Racial Brasileiro”*. In: **REVISTA USP**. n. 46. São Paulo. 2000. p. 115-128.

MAIO, Marcos Chor. *Poligenismo Cultural e “Nova” Retórica de Intolerância*. In: Juana Elbein Santos. (Org.). **Diversidade Humana: Desafio Planetário**. Salvador: SECNEB, 1998. p. 61-72.

MALDONADO, Helder. *Por que Rennan da Penha e o Baile da Gaiola causam tanta polêmica?*. In: **Portal R7**. Disponível em: <<https://entretenimento.r7.com/musica/por-que-rennan-da-penha-e-o-baile-da-gaiola-causam-tanta-polemica-05102019>>. Publicado em: Março de 2019. Acesso em: Abril de 2020.

MARQUES, Eduardo César & BICHIR, Renata Miranda. *Estado e Espaço Urbano: Revisitando Criticamente as Explicações sobre as Políticas Urbanas*. In: Revista Sociologia Política. **Dossiê Cidade e Poder**. Curitiba. n. 16. 2001. p. 9-29.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *As Desventuras de um Conceito: Capitalismo Histórico e a Historiografia sobre a Escravidão Brasileira*. In: **Revista de História**. Universidade de São Paulo, São Paulo. n. 169, 2013. p. 223-253.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário no Jatobá**. Belo Horizonte: Mazza; São Paulo: Perspectiva. 1997.

MELLO, Alessandra. *Frente Negra Brasileira tem Ideais Sufocados*. In: **Jornal Estado de Minas**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml>. Publicado em: Set. 2013. Acesso em: Fev. 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Marcha Zumbi Reúne em Brasília 30 mil Pessoas**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia>> Publicado em: s/d. Acesso em: Abril de 2020.

MENESES, Cynara. **Como os Bandeirantes Paulistas Destruíram o Quilombo dos Palmares e Mataram o Zumbi**. Disponível em: <<https://www.socialistamorena.com.br/como-os-bandeirantes-paulistas-destruiram-o-quilombo-dos-palmares/>>. Publicado em: Nov. 2014. Acesso em: Jan. 2020.

MERCHANT, Alexander. **Do Escambo à Escravidão: As Relações Econômicas de Portugueses e Índios na Colonização do Brasil 1500-1580**. Companhia Editora Nacional, 1943.

- MOTORYN, Paulo. *A Voz da Raça*. In: **Site Vai da Pé**. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2013/12/a-voz-da-raca/>>. Publicado em: Dez. 2013. Acesso em: Fev. 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. O Conceito de Quilombo e A Resistência Cultural Negra. In: **Revista Afrodiaspora**. ano 3, nº 6 e 7. p. 41-49. PUC-SP. São Paulo: 1985.
- NASCIMENTO, Denise Morado. A Autoconstrução na Produção do Espaço Urbano. In: MENDONÇA, Jupira & COSTA, Heloisa (org.). **Estado e Capital Imobiliário: Convergências Atuais na Produção do Espaço Urbano Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora c/ Arte, 2011.
- NKOSI, Deivison Faustino. *O Pênis sem o Falo: Algumas Reflexões sobre Homens Negros, Masculinidades e Racismo*. In: BLAY, Eva Alterman (org.). **Feminismos e Masculinidades: Novos Caminhos para Enfrentar a Violência Contra a Mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-104.
- NUNOMURA, Eduardo. *Florestan Fernandes: A Luta Negra é de Todos*. In: **Geledés: Instituto da Mulher Negra**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/florestan-fernandes-luta-negra-e-de-todos/>>. Publicado em: Jun. 2017. Acesso em: Fev. 2019.
- OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira & BARRETO, Paula Cristina da Silva. *Percepção do Racismo no Rio de Janeiro*. In: **Estudos Afro-asiáticos**. ano 25, nº 2. Rio de Janeiro. 2003. p. 183-213.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia Martins & FERREIRA, Shirley. *Literatura e Identidade Nacional: Desafios do Romantismo e Modernismo Brasileiros*. In: **Revista Eletrônica da Fundação São José**. 9ª edição. Santos Dumont, MG. 2014.
- OLIVEN, Ruben George. *Cultura e Modernidade no Brasil*. In: **São Paulo Perspectiva**. v.15. n.2. São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000200002&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 2019.
- PACHECO, Ana Cláudia L. **Mulher Negra: Afetividade e Solidão**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. 2013.
- PÁGINA DO FACEBOOK DO CASA DA REFERÊNCIA DA MULHER TINA MARTINS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casatinamartins/>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Abril de 2020.
- PAIM, Gilberto. **A Beleza Sob Suspeita**., 2000.
- PAIVA, Eduardo França. *Distinções, Hibridismo e Mobilidade: Marcas de um Universo Cultural*. In: _____. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001. p. 31-114.
- PAIXÃO, Marcelo & GOMES, Flávio. *Histórias das Diferenças e das Desigualdades Revisitadas: Notas sobre Gênero, Escravidão, Raça e Pós-emancipação*. In: **Estudos Feministas**. nº 16 (3):424. Florianópolis, 2008. p. 949-964.
- PAIXÃO, Marcelo de Jorge de Paula. **Relatório do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER)**. Instituto de Economia da UFRJ: Rio de Janeiro. s/d.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Raça, Racismo e Racialismo: Uma Reflexão sobre a Naturalização das Diversidades Humanas*. In: SANTOS, Juana Elbein (org.). **Diversidade Humana: Desafio Planetário**. Salvador: SECNEB, 1998. p. 37-53
- PBH, PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Carnaval de Belo Horizonte 2020 terá mais de 500 desfiles de Blocos de Rua**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/carnaval-de-belo-horizonte-2020-tera-mais-de-500-desfiles-de-blocos-de-rua>>. Publicado em: jan. 2020. Acesso em: Abril de 2020.
- PENAFORTE, Saulo. *Próxima Edição do 'Viva a Rua' Será em Contagem*. In: **Site do SESC Minas Gerais**. Disponível: <http://sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/centrais/central_noticias/noticia_aberta/institucional+-noticias/viva+a+rua+em+contagem+2019>. Publicado em: Ago. 2019. Acesso em: Abril de 2020.
- PEQUENO, Luiz Renato Bezerra & ROSA, Sara Vieira. *Inserção Urbana e Segregação Espacial: Análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza*. In: Anais XVI ENANPUR: **Espaço, Planejamento e Insurgências**. Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, João Baptista Borges. *O Negro e a Identidade Racial Brasileira*. In: SAYFERTH, Giralda; SILVA BENTO, Maria Aparecida; DA SILVA, Maria Palmira; BORGES PEREIRA, João Baptista; SIQUEIRA, Maria de Lourdes; SILVÉRIO, Valter Roberto; DA SILVA, Maria Aparecida; GOMES, Joaquim Barbosa. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis; ABONG. 2002. p. 65-72.

PEREIRA, Neusa Maria. *Filhos de Zumbi*. In: **Piseagrama**. Belo Horizonte. n.13. p. 28-35, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica. 2004.

PINHO, Osmundo. *A “Fiel”, a “Amante” e o “Jovem Macho Sedutor”*: Sujeitos de Gênero na Periferia Racializada. In: **Saúde Soc**. São Paulo. v.16, n. 2, 2007. p. 133-145.

PINHO, Osmundo. *Qual é a Identidade do Homem Negro*. In: DEMOCRACIA VIVA. **Espaço Aberto**. n 22. 2004. p. 64-69.

PORTAL G1. **Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>>. Publicado em: Março de 2018. Acesso em: Abril de 2020.

PROJETO AFROBETIZAÇÃO. *Curiosidades: Frente Negra Brasileira (FNB)*. In: **Site Projeto Afrobetização**. Disponível em: <<http://projetoafrobetizacao.blogspot.com/2015/07/curiosidades-frente-negra-brasileira-fnb.html>>. Publicado em: Jul. 2015. Acesso em: Fev. 2019.

PUC-RIO. **Relíquias da Memória do Congado**. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15051/15051_7.PDF>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

RÁDIO CULTURA BRASIL. **Conquistando a Cidade**. Disponível em: <<http://culturabrasil.cmais.com.br/programas/noel-rosa/arquivo/conquistando-a-cidade>>. Publicado em: 2015. Acesso em: 2019.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar – Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3ª edição, 1997.

RAMOS, Cleidiana. **Tombamento da Casa Branca Completa 30 anos**. Disponível: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/tombamento-da-casa-branca-completa-30-anos-1590682>>. Publicado em: Maio, 2014. Acesso em: Jan. 2020.

RATTS, Alex. *A Terra é o meu Quilombo: Terra, Território, Territorialidade*. In: _____. **Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz do Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial e Instituto Kuanza. 2006. p. 51-59.

RATTS, Alex. *Esse Emaranhado de Sutilezas: O Racismo Brasileiro e as Possibilidades de Reação*. In: _____. **Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz do Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial e Instituto Kuanza. 2006. p. 45-50.

REDAÇÃO DO JORNAL O TEMPO. **Confira os grafites que colorem as ruas e prédios de BH**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/confira-os-grafites-que-colorem-as-ruas-e-predios-de-bh-1.2079774>>. Publicado em: Dez. 2018. Acesso em: Abril de 2020.

REIS, José Carlos. *O Historicismo: A Redescoberta da História*. In: **Locus - Revista de História**. v.8, n. 1. 2002. p. 9-27.

RODRIGUES, Wallace. *Tropicalismo e Identificação Nacional: Cultura da Sociedade Brasileira através do Cinema*. In: **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. v.8, n.3. Blumenau, Santa Catarina, 2014. p. 263-272.

ROLNIK, Raquel; BRITO, Gisele & MARINO, Aluizio. *Apenas Política Urbana Racista Explica Massacre de Paraisópolis*. In: SITE DA UOL. **A Cidade é Nossa**. Disponível em: <<https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/2019/12/02/apenas-politica-urbana-racista-explica-massacre-de-paraisopolis/>>. Publicado em: Dez. 2019. Acesso em: Dez. 2019.

- ROSA, Waldemir. **Homem Preto do Gueto**: Um Estudo Sobre a Masculinidade no *Rap* Brasileiro. 2006. Dissertação (Requisito Parcial de Obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília – UnB.
- ROSA, Waldemir. *Observando uma Masculinidade Subalterna*: Homens Negros em uma “Democracia Racial”. s/d. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceitos**. v.1. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 1-7.
- RUBIN, Graziela & BOLFE, Sandra. *O Desenvolvimento da Habitação Social no Brasil*. In: **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas da UFSM**. vol.36 n.2. Santa Maria, 2014.
- SALGUEIRO, Heliana A. (org.). **Cidades Capitais do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- SANTOS, Jocélio Teles. *Estado e A População Afro-brasileira*: Diversidade ou Homogeneidade? In: SANTOS, Juana Elbein. (Org.). **Diversidade Humana: Desafio Planetário**. Salvador: SECNEB, 1998. p. 55-60.
- SARMIENTO, Susana Daniele Pinol. **Movimentos que Lutam pela Igualdade Racial e Étnica Querem Construir Juntos Políticas Públicas para os Povos**. Disponível em: <<http://setor3.com.br/movimentos-que-lutam-pela-igualdade-racial-e-etnica-querem-construir-juntos-politicas-publicas-para-os-povos-2/>>. Publicado em: Ago. 2016. Acesso em: Fev. 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019. 16ª reimpressão.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*: Quando Inclusão Combina com Exclusão. In: BOTELHO, André & SHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um Projeto em Construção**: Minorias, Justiça e Direitos. São Paulo: Editora Clora Enigma, 2012. p. 94-107.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Politicamente Correto & Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf>. Publicado em: 2004. Acesso em: Abril de 2020.
- SEVCENKO, Nicolau. *Introdução*: O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In: _____. **História da Vida Privada no Brasil**: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Editora Companhia das Letras. vol. 3. 1998. p. 7-48.
- SEYFERTH, Giralda. O Beneplácito da Desigualdade. In: SAYFERTH, Giralda; SILVA BENTO, Maria Aparecida; DA SILVA, Maria Palmira; BORGES PEREIRA, João Baptista; SIQUEIRA, Maria de Lourdes; SILVÉRIO, Valter Roberto; DA SILVA, Maria Aparecida; GOMES, Joaquim Barbosa. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis; ABONG. 2002. p. 17-44.
- SHERER-WARREN, Ilse. Dos Movimentos Sociais às Manifestações de Rua: O Ativismo Brasileiro no Século XXI. In: **Periódico Política & Sociedade**. v.13; n. 28. Florianópolis, 2014.
- SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, Negritude e Moradia na Produção da Segregação Racial da Cidade**: Cenário Belo Horizonte. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura da UFMG: Belo Horizonte.
- SITE ALPHAREAL IMÓVEIS. **Benefícios de Morar em Alphaville**. Disponível em: <<https://www.alpharealimoveis.com.br/blog/2019/4/22/beneficios-de-morar-em-alphaville>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Abril de 2020.
- SITE BLOG DA REGIONAL NORTE. **Famílias da Comunidade Quilombola de Mangueiras Recebem Gestores Sociais da Regional Norte**. Disponível em: <<http://blogdanorte.blogspot.com/2015/10/familias-da-comunidade-quilombola-de.html>>. Publicado em: Out. 2015. Acesso em: Jan. 2020.

SITE CDL BH. **Camelôs em BH é destaque entre os assuntos desta segunda-feira.** Disponível em: <https://www.cdlbh.com.br/portal/8559/Clipping/Camelos_em_BH_e_destaque_entre_os_assuntos_desta_segunda-feira>. Publicado em: Jun. 2019. Acesso em: Abril de 2020

SITE CURRAL DEL REI. **Os Anos de 1920:** A Primeira Remodelação do Espaço Urbano de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com/2010/07/os-anos-1920-e-o-inicio-da-remodelacao.html>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SITE CURRAL DEL REI. **Os Anos de 1950:** Metropolização e Desordem Urbana. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com/2011/07/os-anos-1950-metropolizacao-e-desordem.html>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SITE DO JORNAL GAUCHAZH. **Prefeitura de Porto Alegre precisa desapropriar mais 10 terrenos para concluir duplicação da Avenida Tronco.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/prefeitura-de-porto-alegre-precisa-desapropriar-mais-10-terrenos-para-concluir-duplicacao-da-avenida-tronco-cjm0mrkv402yd01pxw3zyjufx.html>>. Publicado em: Set. 2018. Acesso em: Abril de 2020.

SITE DO JORNAL O GLOBO. **Em Foco:** Favelas, Incêndios e Remoção no Rio. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/favelas-incendios-remocao-no-rio-21650350>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SITE DO JORNAL O GLOBO. **Em Foco:** Samba, da Praça Onze à Candelária. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/samba-da-praca-onze-candelaria-20927001>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SITE ENCICLOPÉDIA DO ITAÚ CULTURAL. **A Redenção de Cam.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>. Publicado em: Ago. 2015. Acesso em: Jan. 2020.

SITE JORNAL OPÇÃO. **Decreto de uma folha coloca seis bairros em rota de desapropriações.** Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/decreto-de-uma-folha-coloca-seis-bairros-em-rota-de-desapropriacoes-111481/>>. Publicado em: Dez. 2017. Acesso em: Abril de 2020.

SITE MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA. **Ribeira das Naus:** Século XV-XVIII. Disponível em: <<http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.com/2015/03/ribeira-das-naus-xvi-xviii.html>>. Publicado em: Jan. 2015. Acesso em: Dez. 2019.

SITE PRAGMATISMO POLÍTICO. **A História Quase Completa da Escravidão no Brasil.** Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/01/historia-escravidao-brasil.html>>. Publicado em: Jan. 2019. Acesso em: Jan. 2020.

SITE PROPAGANDAS HISTÓRICAS. **Propaganda Antigas Racistas.** Disponível em: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/08/krespinha-esponja-de-aco-1952.html>>. Publicado em: s/d. Acesso em: 2019.

SITE PUBLICADOS NO BRASIL. **Zumbi e Quilombo dos Palmares: O que Você Precisa Saber sobre Consciência Negra.** Disponível em: <<http://publicadosbrasil.blogspot.com/2019/05/zumbi-e-o-quilombo-dos-palmares-o-que.html>>. Publicado em: Maio de 2019. Acesso em: Jan. 2020.

SITE RAIZ DO SAMBA. **Onde Está O Verdadeiro Samba?** Disponível em: <<https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2012/07/02/onde-esta-o-verdadeiro-samba-parte-1/>>. Publicado em: Jul. 2012. Acesso em: Jan. 2020.

SITE REVISTA DA VACINA. **Cronologia da Revolta da Vacina.** Disponível em: <<http://www.ccms.saude.gov.br/revolta/revolta2.html>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SITE SLAVE VOYAGE. **Explorar a Dispersão de Africanos Escravizados pelo Mundo Atlântico.** Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>>. Publicado em: s/d. Acesso em: 2019

SITE SOUBH. **Duelos de MCs.** Disponível em: <<https://www.soubh.com.br/agenda/shows/duelo-de-mcs-nas-quebradas>>. Publicado em: 2017. Acesso em: Jan. 2020.

SITE TERRAS DE DIREITOS. **FNRU: No Dia Mundial do Sem Teto, Milhares Ocupam As Ruas em Todo O País.** Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/fnru-no-dia-mundial-do-sem-teto-milhares-ocupam-as-ruas-em-todo-o-pais/18809>>. Publicado em: Out. 2015. Acesso em: Jan. 2020.

SITE TODA BIOLOGIA. **Taxonomia Biologia:** O que é taxonomia, estudos, classificação dos seres vivos, ramo da Biologia, táxons. Disponível em: <<https://www.todabiologia.com/taxonomia.htm>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Maio 2019.

SITE VESTIPROVAS. **Questão de Prova.** Disponível em: <<http://www.vestiprovas.com.br/questao.php?questao=uerj-2012-1-54-geografia-espaco-rural-21720>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Jan. 2020.

SOBARZO, Oscar. *A Produção do Espaço Público: da Dominação à Apropriação.* In: **GEOUSP: Espaço e Tempo.** São Paulo, 2006. n° 19. p. 93-111,

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade:** A Forma Social Negro-brasileira. Editora: Bahia, Prosa e Poesia e Secretaria da Cultura e Turismo de Salvador, 2002.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. **O Mal-estar da Masculinidade Negra Contemporânea.** 2017.

SOUZA, Rolf Ribeiro. *As Representações do Homem Negro e suas Consequências.* In: **Revista Fórum Identidades.** ano 3, v. 6. 2009. p. 97-115.

SPOSITO, Maria Encarnação. *A Produção do Espaço Urbano: Escalas, Diferenças e Desigualdades Socioespaciais.* In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DE SOUZA, Marcelo Lopes & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios.** São Paulo: Editora Contexto. 2014. p. 123-145.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum:** Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

TREVISAN, João Silvério. *Escravidão, Religiosidade e Erotismo.* In: _____. **Devassos no Paraíso: A Homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade.** Rio de Janeiro: Objetiva. 4ª edição. 2018. p. 122-126.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Imprensa Negra Paulista:** Periódicos de 1903 a 1963. Disponível em <<http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>>. Publicado em: s/d. Acesso em: Março de 2020.

VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge & SANTOS, Georgina dos (org.). **História.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

VARGAS, João H. Costa. *Apartheid Brasileiro: Raça e Segregação Residencial no Rio de Janeiro.* In: **Revista de Antropologia,** São Paulo. Universidade de São Paulo. v. 48, n. 1. 2005. p. 75-131.

VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *Contraconduta, Sublevação: Insurreição Urbana no Interior e nas Bordas da Governabilidade.* In SOLIS, Dirce Eleonora & MORAES, Marcelo (orgs.). **Querências de Derrida: Moradas da Arquitetura e Filosofia – Políticas do Lugar.** Porto Alegre: PROPAR; Faculdade de Arquitetura de Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016. p.86-129.

VELLOSO, Rita. *A Cidade Contra o Estado: Ensaio sobre a Construção Política de Escalas e Institucionalidades.* In: COSTA, G.M.; COSTA, H.S.N; MONTE-MOR, R.L.M. (org.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana.** 2015. p.129-144.

VELLOSO, Rita. **A Singular Arquitetura de uma Insurreição na Periferia.** Belo Horizonte, 2014.

VIANNA, Mônica Peixoto. **Habitação e Modos de Vida em Vilas Operárias.** Monografia Final do tema Metrôpoles e Modos de Vida. Orientador: Dr. Marcelo Tramontano. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2004.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. *Capital Mercantil na Transição para O Capitalismo: Esboço para uma Apropriação do Debate Historiográfico.* In: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.** n. 42. 2015-2016. p. 97-120.

VINHAS, Wagner. *Revisitando Maria Beatriz Nascimento: A Continuidade Histórica entre Os Sistemas Sociais Negros do Passado e Os Assentamentos em Favelas Urbanas e Comunidades Rurais da Atualidade*. In: **Revista da ABPN**. v. 10, n 25, 2018. p. 271-293.

WACQUANT, Loic J. D. **Três Premissas Perniciosas no Estudo do Gueto Norte-Americano**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200006>. Publicado em: Out. 1996. Acesso em: Fev. 2019.

WACQUANT, Loic. “Uma cidade negra entre os brancos”: Revisitando o gueto negro da América. In: **Política & Sociedade**. 2004. p.263-278.

WIGLEY, Mark. Untitled: The Housing of Gender. In: COLOMINA, Beatriz (org.). **Sexuality and Space**. New York: Princeton Architectural Press. 1992.

WIKIPÉDIA. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas>. Publicado em: s/d. Acesso em: 2019.

WIKIPEDIA. **Padre Eterno (Galeão)**. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_Eterno_\(gale%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Padre_Eterno_(gale%C3%A3o))>. Acesso em: Dez. 2019.

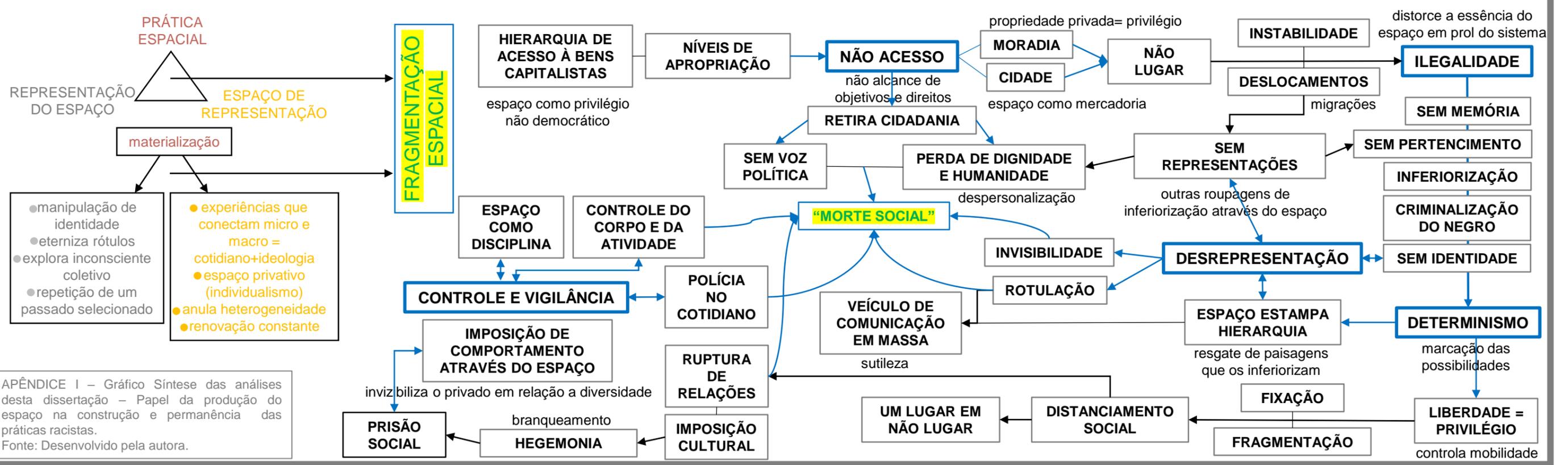
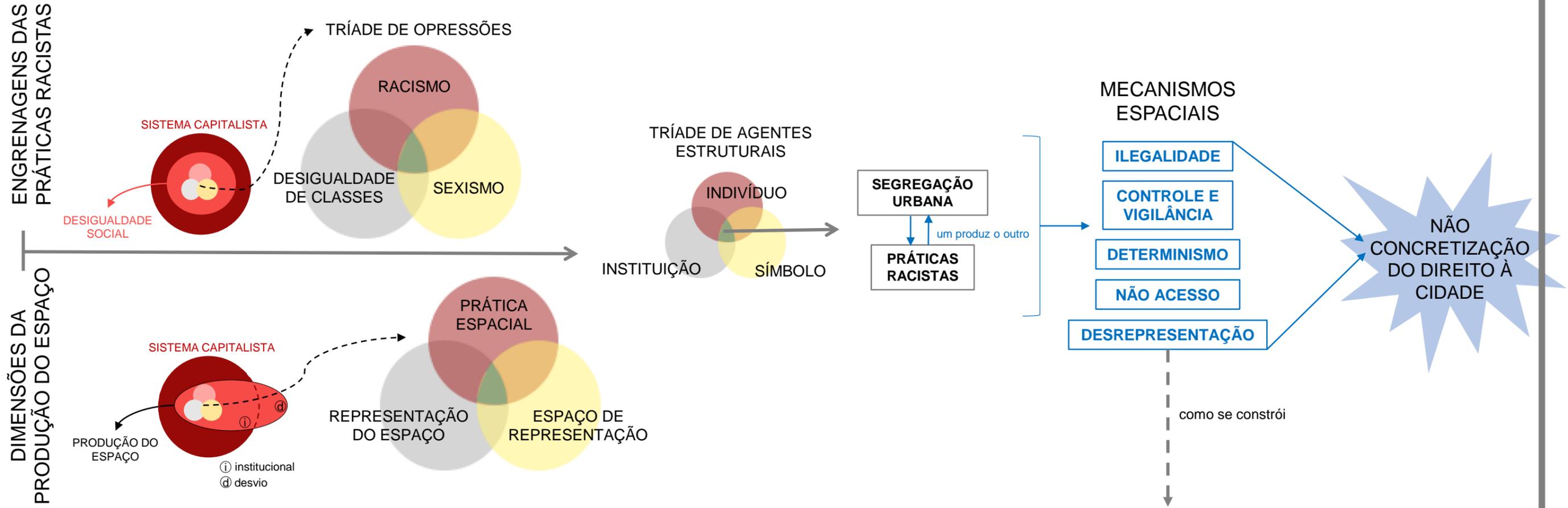
WIKIPEDIA. **Porta do Não Retorno**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Porta_do_N%C3%A3o_Retorno>. Acesso em 2019.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da Escravidão à Liberdade: Dimensões de uma Privacidade Possível*. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Editora Companhia das Letras. vol. 3. 1998. p. 49-130.

XAVIER, Ana Estela Vaz. *Considerações de Loic Wacquant e Lúcio Kowarick Acerca da Discriminação na Cidade Contemporânea*. In: **Perspectivas Sociais**. ano 4. n.1. Pelotas: Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas. 2016.

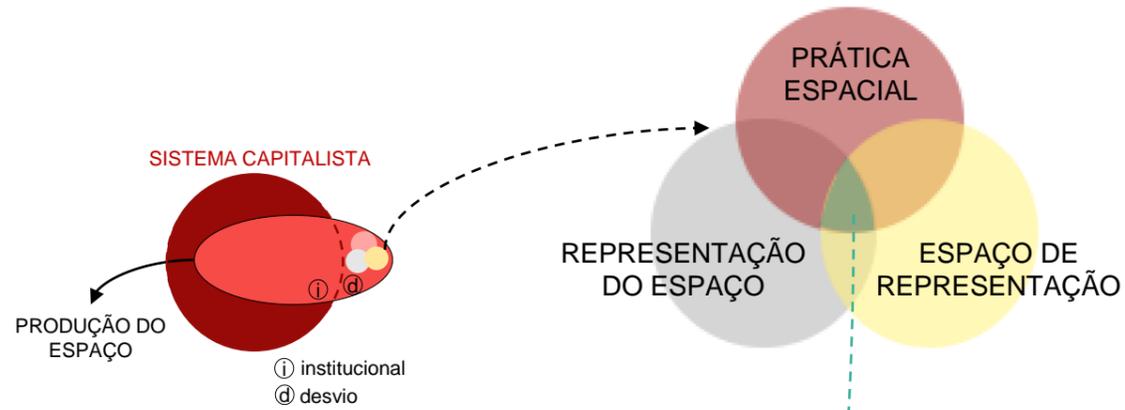
APÊNDICES

ESPAÇO COMO INSTRUMENTO ALIMENTADOR DAS PRÁTICAS RACISTAS

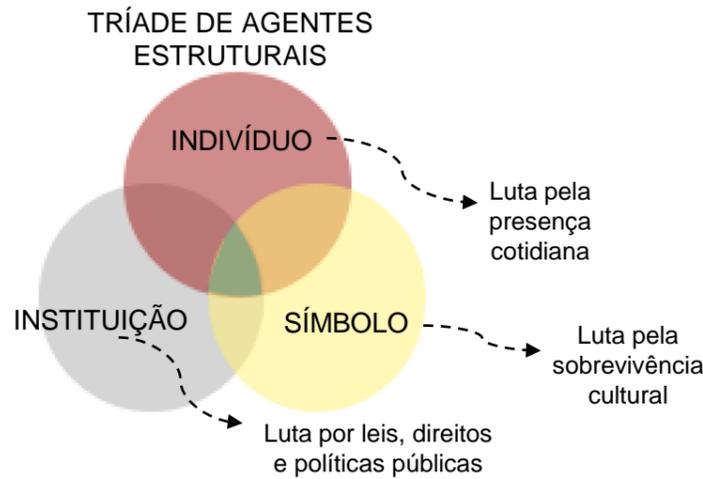


ESPAÇO COMO INSTRUMENTO DE FISSURA DO RACISMO

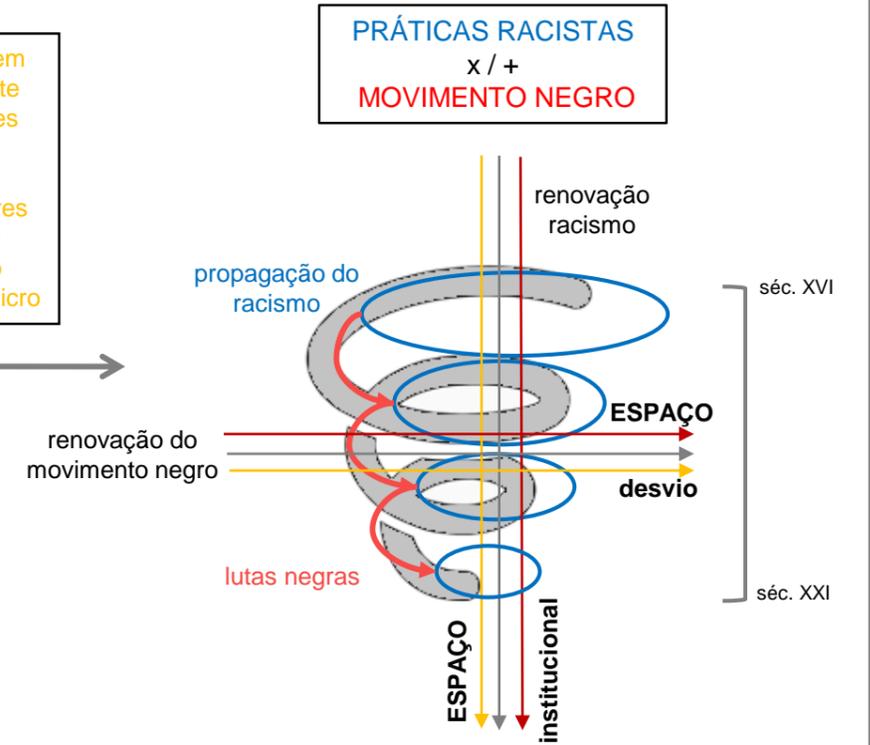
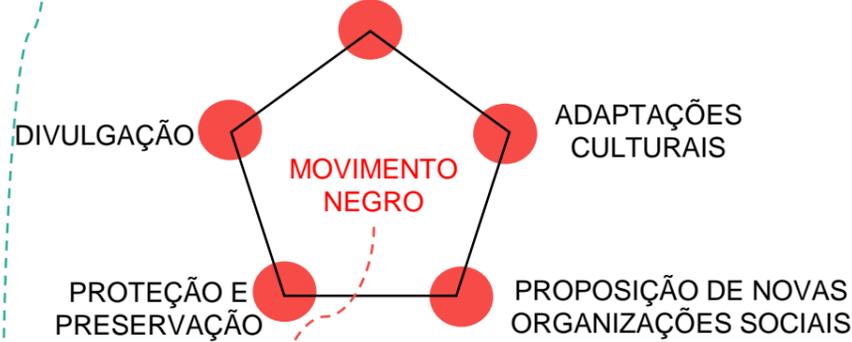
DIMENSÕES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO



ENGENHAGENS DO MOVIMENTO NEGRO E SEUS EFEITOS



QUESTIONAMENTO E CRÍTICA



DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO



APÊNDICE II – Gráfico Síntese das análises desta dissertação – Papel da produção do espaço na construção da negritude e na luta do Movimento Negro. Fonte: Desenvolvido pela autora.

